

a CAIXA-PRETA do golpe de 64

a república sindicalista que não houve

Paulo de Mello Bastos



Família
Bastos
editora

Um livro singular

Esta Caixa-Preta me venceu. Ao mesmo tempo violenta e doce – e esta é sua singularidade maior –, ela fará com que o leitor percorra suas páginas como quem lê um romance, mas romance dos bons, daqueles em que você tem pressa de virar a página porque o fio da meada é tenso, não afrouxa nunca.

O livro é violento quando mostra, por exemplo, um carnicheiro como esse coronel Hipólito, antigo companheiro do autor na Escola de Aeronáutica, assassinando a sangue-frio o oficial aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, na primeira visita do ministro Nelson Lavenere Wanderley às Zonas Aéreas do país (no caso, em Porto Alegre), logo depois do golpe. Esse Hipólito, cujo nome não escrevo sem algum asco, se tornara ajudante-de-ordens do ministro da ditadura.

Mas o livro também é doce – e é doce principalmente quando fala de uma figura suave como Waldir Pires, de dimensão humana admirável, ao qual a história do Brasil ainda não fez justiça. Pois este livro começa a fazê-la. Do governo da Bahia ao Ministério da Defesa (ironia do destino!) do presidente Lula, Waldir Pires é sempre uma lição de grandeza, uma lição de caráter. E um exemplo de humildade, como todo homem de exceção.

Falei em história do Brasil. Pois este livro é História do Brasil, mas História assim, com maiúscula. Desde as raízes amargas do golpe até que lhe fechem o caixão, que vai se fechando, graças a Deus, nas sessões da Comissão de Anistia. E é na sessão da Comissão de Anistia em que seu processo é julgado que o autor aparece de corpo inteiro.

Vá lá, leitor, você vai descobrir emocionado o fim do romance. E, sem nenhum pieguismo, dificilmente vai conter uma lágrima, ainda que furtiva. Pois, como a História que escreveu, a Vida do comandante Mello Bastos é uma Vida assim, com maiúscula.

Marcos de Castro

Jornalista, autor de *Dom Hélder: misticismo e santidade* (Civilização Brasileira), *64: conflito Igreja x Estado* (Vozes) e *A Igreja e o Autoritarismo* (Zahar)

A CAIXA-PRETA do golpe de 64

“



A CAIXA-PRETA do golpe de 64

a república sindicalista que não houve

Paulo de Mello Bastos

Pesquisa e Edição
Solange Bastos

Família
BASTOS
editora
2006

Projeto e realização
Solange Bastos

Capa e projeto gráfico
Evlén Bispo

Foto da capa

Mello Bastos e Oswaldo Pacheco redigem documento após reunião do CGT em 22.5.1963. Foto de Gilberto Ganez.
Acervo Arquivo Nacional, coleção *Correio da Manhã*, pasta "Sindicalismo" n. 5884, foto n. 59.

Filmagem dos depoimentos

Hércules Corrêa (RJ)	Oswaldo Marcelino e Leir de Almeida
Clodesmidt Riani (JF/MG)	Oswaldo Marcelino
Marcio Coqueiro, Rui Moreira Lima (RJ); Waldir Pires, Neiva Moreira (Bsb) e Almino Affonso (SP)	Miguel Bastos Viveiros de Castro
Mello Bastos na Comissão de Anistia (Bsb)	Solange Bastos

Apoio 24P Cinema Digital

Transcrição dos depoimentos e captação das fotos
Claudio Bastos Heine

Revisão

Irene Ernest Dias

Fotos históricas

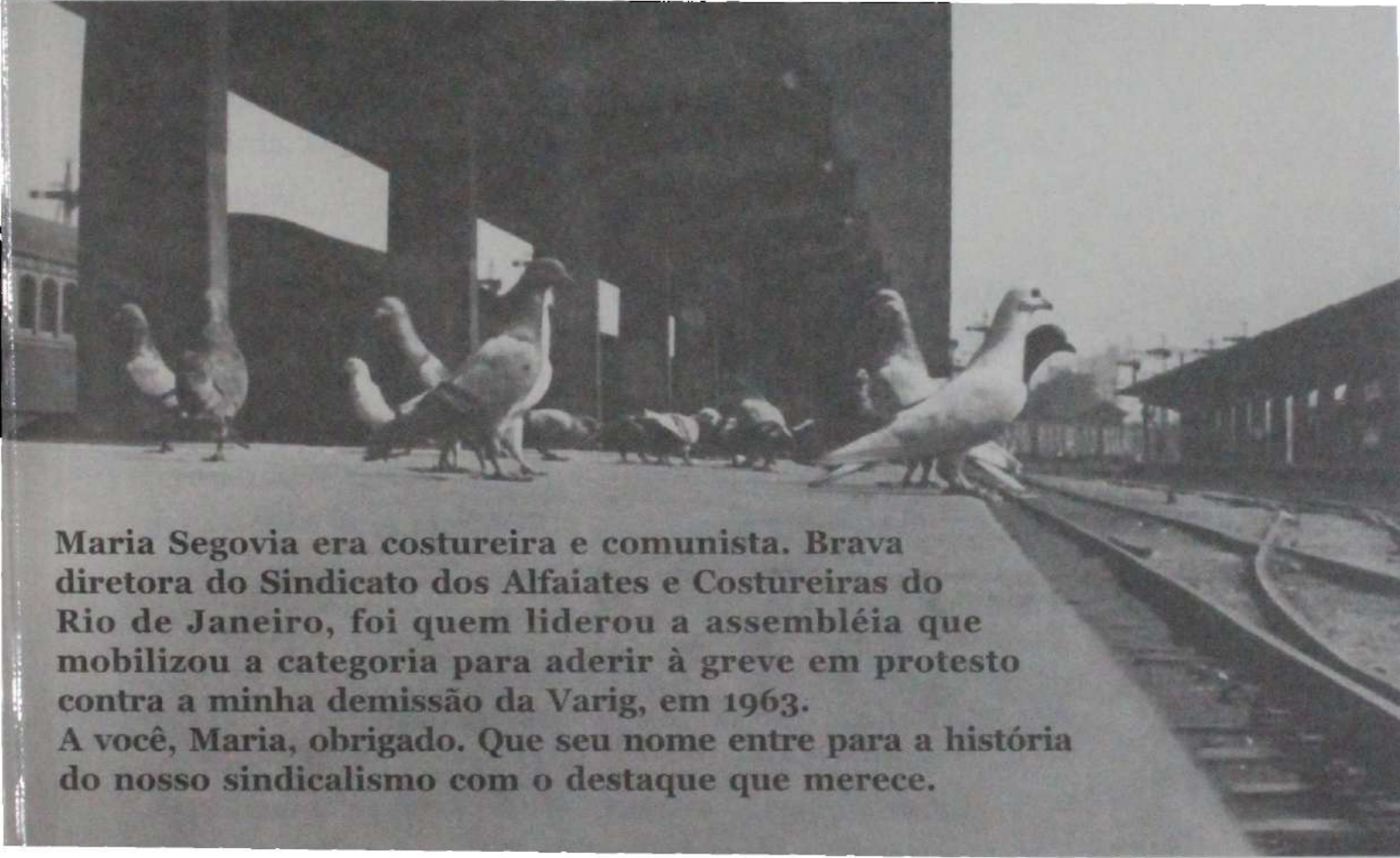
Arquivo Nacional, coleções *Correio da Manhã*, Agência Nacional,
Serviço de Divulgação do Palácio Piratini, *Correio do Povo*
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Bloch Editores (Manchete Press)
Acervo Alerj, Agência JB
Acervo Centro de Memória Clodesmidt Riani (JF/MG)
Revista *O Cruzeiro*
Arquivo Carlos Lorch - Action Editora - *Heróis dos Céus*
Partido Democrático Trabalhista
Partido Socialista Brasileiro
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Acervo pessoal dos entrevistados e da família de Alfredo Daudt

Copyright©2006, Paulo de Mello Bastos

Permitida a reprodução total ou parcial deste livro, desde que sem fins comerciais, citando o autor e com a transcrição desta nota.

Direitos desta edição cedidos pelo autor a
Família Bastos Produções Ltda.
editora@familiabastos.net
www.familiabastos.net

Homenagem a Maria Segovia



Maria Segovia era costureira e comunista. Brava diretora do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do Rio de Janeiro, foi quem liderou a assembléia que mobilizou a categoria para aderir à greve em protesto contra a minha demissão da Varig, em 1963. A você, Maria, obrigado. Que seu nome entre para a história do nosso sindicalismo com o destaque que merece.

Agradecimentos

Meus agradecimentos às pessoas amigas que enriqueceram este livro com seus depoimentos e observações.

A Hércules Corrêa e Clodesmidt Riani, meus companheiros de direção do CGT; ambos abriram seus escaninhos que me surpreenderam.

A Waldir Pires, consultor-geral da República do governo João Goulart, hoje ministro da Defesa do presidente Lula, meu companheiro de exílio, que rememorou os projetos ambiciosos que transformariam o nosso Brasil em nação de vanguarda. Do meu encontro com o Waldir saí enriquecido de esperanças.

A Almino Affonso, ministro do Trabalho do Jango, deputado federal, líder do governo nos idos de 64, hoje conselheiro da República, que recebeu a mim, minha filha Solange e meu neto Miguel no escritório de advocacia em São Paulo. Foi um encontro que matou saudades e em que ouvimos um relato claro e preciso. A inteligência e o entusiasmo do Almino assemelham-se à grandiosidade do seu estado Amazonas.

A Neiva Moreira, deputado federal em 1964, secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, cassado como todos nós em 64, deputado federal de 84 até hoje, que dá o seu testemunho das lutas libertadoras que travamos. Bom jornalista que sempre foi, relata com graça a Operação Carrapato que não houve.



Ao brigadeiro Rui Moreira Lima, herói do Grupo de Caça na Segunda Grande Guerra, na Itália, conterrâneo do Neiva Moreira, que entremeia seus relatos com cenas autênticas mas amenizantes do ambiente convulsionado da época.

Ao brigadeiro Marcio César Leal Coqueiro, homem-chave na renúncia do presidente Jânio Quadros, opositor ferrenho à posse do vice-presidente João Goulart.

A Solange – a você, Sola, um beijo. Sem a sua dedicação e muito trabalho, possivelmente os originais deste livro seriam comidos pelas traças em alguma gaveta.

O Autor



Que se abram as caixas-pretas!

Geneton Moraes Neto*

O jogo vai começar.

Repórteres sabem que a História recente bem que pode ser vista como um jogo de quebra-cabeça que parece não se completar nunca: sempre falta uma peça. A reconstituição completa de fatos que um dia ganharão o *status* de História é uma tarefa coletiva que pode se estender por décadas. Tijolo por tijolo. Sempre foi assim.

Um dia, a voz de alguém que foi personagem ou testemunha de acontecimentos marcantes se faz ouvir, para oferecer novos relatos, acrescentar detalhes, corrigir versões, reacender o debate.

É o que faz agora o comandante Mello Bastos, um militar nacionalista que passou para a aviação civil. Virou líder sindical, integrou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Transformou-se, assim, em testemunha privilegiada e personagem ativo de acontecimentos que incendiaram o Brasil nos anos de fogo da década de 60.

Ao abrir esta Caixa-Preta, com o auxílio luxuoso da filha, a jornalista Solange Bastos, o piloto Mello Bastos faz, também, o papel de repórter: teve o cuidado de ouvir a palavra de outros personagens. Terminou produzindo memórias que se lêem como se fossem reportagens. Melhor para os leitores.

Quem mergulhar nesta Caixa-Preta saberá que o presidente João Goulart temia ser vítima de atiradores durante o célebre comício da Central, diante de duzentas mil testemunhas.

* Repórter, autor de livros-reportagem como *Dossiê Brasília: os segredos dos presidentes* e *Dossiê Brasil*.

Também: nem João Goulart nem Leonel Brizola nem Miguel Arraes queriam participar do comício incendiário que terminou acelerando a caminhada do governo rumo ao abismo.

Informação de bastidor que Mello Bastos oferece: depois de sentir-se mal ao fim do comício, o presidente, cardíaco, voltou para o palácio deitado no banco traseiro do carro oficial, com a cabeça repousada no colo da primeira-dama.

A Caixa-Preta avança pelos bastidores de um plano nebuloso, a nunca esclarecida “Operação Mosquito”: a movimentação militar planejada para interceptar o avião que conduzia para Brasília o então vice-presidente Goulart, no vácuo da renúncia de Jânio Quadros.

Os que vasculharem esta Caixa-Preta saberão também que o Comando Geral dos Trabalhadores chegou a reunir armas para uma possível resistência à quartelada de 1964: fuzil, metralhadora, granada.

Com este relato, o comandante Mello Bastos acrescenta uma peça a um quebra-cabeça que, visto de longe, forma uma bela, complexa, trágica, vívida e fascinante palavra de seis letras: Brasil.

A caixa-preta do CGT revela: os derrotados de 64 são hoje os vitoriosos

Carlos Chagas*

Vem de tempos imemoriais, por certo bem antes de Ramsés II, a evidência de que a História é escrita pelos vencedores. Torna-se necessário, porém, definir o sentido de vitória e, em seguida, identificar os verdadeiros vitoriosos.

A Caixa Preta do Golpe de 64 não constitui apenas mais um depoimento sobre os acontecimentos daquele período. É a própria História, sobreposta a depoimentos anteriores e ilusórios, alguns até canhestros, porque os que se consideravam, num primeiro momento, vitoriosos, revelam-se, quarenta anos depois, derrotados.

O lendário comandante Mello Bastos, do fundo de prodigiosa memória e escudado nos depoimentos de outros participantes daqueles idos, desfaz versões, de início sustentadas, e hoje erodidas, pela implacável natureza das coisas.

Por exemplo: durante décadas os pretensos vitoriosos proclamaram que o golpe militar deveu-se à iminência da decretação da República Sindicalista Brasileira, pelo presidente João Goulart. Fica demonstrada, aqui, a falência da afirmação. O máximo que se arquitetava, e mesmo assim por minorias dispostas em torno do governo, era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, proposta endossada por Leonel Brizola e alguns sindicalistas.

Outra balela tornada verdade absoluta, ainda que precária, foi a da submissão do Comando Geral dos Trabalhadores ao

* Jornalista e comentarista político.

comunismo. Havia comunistas, é claro, entre seus dirigentes, mas nem de longe Luiz Carlos Prestes dominava o movimento sindical. Muito pelo contrário, apesar de o velho ícone da resistência socialista haver dito, às vésperas do golpe, que os comunistas já estavam no poder, faltando-lhes o governo.

Mais uma versão desfeita pelo texto de Mello Bastos é a de que os responsáveis por 64 apenas reagiram a um suposto golpe engendrado de cima para baixo. Eles já conspiravam bastante tempo antes da eclosão do movimento armado, criando toda sorte de empecilhos ao desenvolvimento de um programa singelo, simplesmente reformista, jamais revolucionário.

São preciosas as observações do autor a respeito da organização do CGT e outros eventos, assim como os depoimentos de quantos ainda puderam opinar, começando por Hércules Corrêa e passando por Neiva Moreira, Almino Affonso, pelos brigadeiros Marcio Leal Coqueiro e Rui Moreira Lima, por Waldir Pires e outros mais.

O célebre comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, é intermitentemente lembrado ao longo de diversos capítulos, uma festa transformada em tragédia.

Lembro-me daquela noite em que, repórter de *O Globo*, participando da cobertura, já noite alta retornei à redação, ali perto. Vinha contagiado pelos discursos de Arraes, Brizola, Badger Silveira, Jango e até de um jovem desbocado, então presidente da UNE, José Serra, que havia chamado de gorila o ex-ministro da Guerra, general Amaury Kruel. Além, é claro, dos líderes sindicais.

Em minha ingenuidade, assobiando a Internacional, cheguei à esquina da rua de Santana com Presidente Vargas. *O Globo* ficava logo ali. Custei a perceber que no imenso edifício de apartamentos populares, naquela confluência, as luzes elétricas estavam quase todas apagadas. Na maioria das janelas, sobressaíam apenas velas acesas. Imaginei uma

pane local no sistema de distribuição de energia, mas não era nada disso. O então governador Carlos Lacerda, expressão maior das forças anti-Jango, recomendara aquele tipo de protesto, evidência de que a marcha para as reformas não seria assim tão pacífica.

Nota-se no relato do comandante Mello Bastos, mesmo nas entrelinhas, uma certa dose de ceticismo, não só diante do que o governo Goulart deixou de fazer, mas, num salto para o futuro, uma frustração atual, relativa ao governo Lula. Referindo-se “às utopias que se foram pelo ralo”, naquela época, ele acrescenta: “e que continuam indo...”. Quem quiser que entenda, em especial depois, quando o atual presidente da República é maliciosamente rotulado de “ex-combativo líder sindical”.

Quanto a Jango, penitenciam-se agora o autor e um de seus companheiros de fé, Hércules Corrêa: “Aqui e acolá apertamos demais, talvez tenha sido esse o caso de 64. Apertamos demais o governo aliado e ele estourou, não tinha como resolver...”.

Detalhes significativos dos fatos da época entremeiam considerações de ordem teórica. Não sabíamos que o presidente João Goulart não queria ir e estava com medo de morrer, no comício do dia 13, temeroso do mal cardíaco que sofria e, mais ainda, da existência de atiradores da reação no alto do prédio da Central do Brasil. Ignorávamos o fato de que o comício foi posteriormente chamado “das lavadeiras”, porque de um lado posicionavam-se tanques do Exército, pretensos defensores da legalidade e, de outro, no palanque e na multidão de duzentas mil pessoas, os “trouxas”.

O CGT ficou contra a pretensão de Leonel Brizola, de ser escolhido ministro da Fazenda no governo formado logo após o restabelecimento do presidencialismo. Participou a cúpula sindical, também, da derrubada do primeiro-ministro nomeado, Auro de Moura Andrade.

Peça de coerência e retidão de caráter é o depoimento de Waldir Pires, tomado quando já ministro do governo Lula, hoje na Defesa, uma ironia, porque o incansável baiano continua sustentando o que sempre sustentou: “A ninguém é lícito manter a terra improdutiva em nome do direito de propriedade”. Para ele a reforma agrária poderia ter sido, caso adotada, forma de impedir o êxodo rural que hoje torna inviável a vida nos grandes centros.

Alguém se havia dado conta de que não foi uma, foram duas, a Operação Mosquito imaginada para abater o avião em que viajava o presidente João Goulart? Primeiro, na aeronave que o trouxe do exterior, pilotada de Montevideú para Porto Alegre pelo comandante Mello Bastos. Depois, na outra que levou o já presidente da República de Porto Alegre a Brasília. O quase trágico é que o encarregado da operação de abate era o hoje brigadeiro Marcio Leal Coqueiro, golpista, mas octogenário amigo do autor.

Outra “operação” pouco clara, na qual o CGT teria participação essencial, foi a Operação Carrapato, engendrada também em 1961 pela Frente Parlamentar Nacionalista e pelo então governador de Goiás, Mauro Borges. Tratava-se de transferir o Congresso para Goiânia, caso os três ministros militares golpistas tivessem força para impedir a posse de Goulart, logo após a renúncia de Jânio Quadros. “Carrapato” por quê? Porque os deputados chegariam à capital de Goiás pelo cerrado, através de trilhas e estradas vicinais, não pela rodovia que liga Brasília a Goiânia, supostamente ocupada pelas tropas que pretendiam impedir o cumprimento da Constituição.

Das tentativas de resistência armada ao golpe militar à dissolução do CGT pela eliminação de muitos de seus dirigentes, a narrativa prende a atenção de quantos começam a entrar na “Caixa-Preta”.

Juscelino Kubitschek, apesar de elogiado, não recebe propriamente um tratamento VIP. Primeiro, quando o livro

relewa a tentativa do já ex-presidente de reunir em torno de sua segunda candidatura o presidente Goulart, os sindicalistas, os comunistas e os trabalhistas. Como Jango, e até o próprio Luiz Carlos Prestes, recusassem, JK sentenciou ao final de uma reunião: “Vem um golpe aí. (...) Podemos nos preparar para o exílio”. Depois, numa apreciação retrospectiva do governo Kubitschek, lê-se: “JK deu continuidade à política desenvolvimentista de Getúlio no ramo industrial de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos (...) Só que esse processo se deu à custa de uma enorme concentração de renda, que redundou na queda acentuada no nível de vida da classe trabalhadora”.

Demonstra o comandante Mello Bastos que o CGT e Leonel Brizola possuíam profundas diferenças: “Na lei ou na marra nunca foi expressão utilizada pelos sindicalistas, que defendiam uma Assembléia Nacional Constituinte que aprovasse as reformas de base. Darcy Ribeiro era um dos que não acreditavam na negociação para obtenção das reformas. Como Brizola, não confiava no CGT”. Lê-se, também, uma inusitada afirmação de Hércules Corrêa, de que “Leonel Brizola conspirou para derrubar o Jango, porque queria o poder”. Mello Bastos apenas registrou, sem concordar nem discordar.

A vida privada do comandante Mello Bastos é apresentada em pílulas: jovem oficial da Aeronáutica, piloto civil da Varig, perseguido por Ruben Berta em função de suas atividades sindicais, exilado, proibido de voar, processado, mas, felizmente, redimido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que em abril do corrente ano restabeleceu-lhe os plenos direitos.

Os prefácios devem ser curtos, no máximo como um aperitivo, à maneira daqueles amendoins que deglutimos antes de um lauto jantar. O importante é o texto, são as lembranças do comandante Mello Bastos a respeito da formação e ação do Comando Geral dos Trabalhadores, que integrou enquanto existiu.

Propositadamente, para não tirar do leitor o prazer de conhecer seus meandros, crises, dificuldades e conquistas, é que pouco nos referimos, aqui, ao cerne deste livro, de agora em diante considerado imprescindível para quem pretender, de verdade, conhecer a versão dos vitoriosos.

Porque vitorioso é mesmo o velho piloto, eterno nacionalista e sempre jovem cultor da esperança.

Maio de 2006

Roteiro da caixa-preta

Em 13 de março de 2004, um pequeno comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, lembrou os quarenta anos do histórico Comício das Reformas, considerado o estopim do golpe militar. Só em 1985 o país teria novamente um presidente civil, dando fim à ditadura. No palanque de agora, um senhor de óculos, octogenário, olha o pequeno grupo que se detém a ouvir os oradores. Mas o que vê não está ali.

A memória o leva para o “mar de gente” que bradava pelas reformas de base. Pouco antes, o fim de um levante de marinheiros tinha sido mediado pelo CGT, o Comando Geral dos Trabalhadores, e acabara derrubando o ministro da Marinha. Dias depois do comício, uma assembléia de sargentos, no Automóvel Club, com a presença do próprio presidente da República, fora considerada um estímulo à indisciplina da tropa. Greves de advertência paralisavam setores importantes da economia.

A partir dali, os fatos se precipitaram: o golpe, o exílio no Uruguai, a mudança de profissão, a luta pela reabertura democrática, pela anistia. O país elege um presidente civil e até um operário, líder sindical. O mundo já não é o mesmo, globalizado. As reformas reclamadas naquela época continuam na ordem do dia: reforma agrária, fiscal, urbana.

Qual é a lição que fica para as próximas gerações? Olhando com a perspectiva de agora, o movimento representava ou não uma ameaça à ordem constituída?

O comandante Paulo de Mello Bastos, aeronauta, hoje com 88 anos, naquela época um dos quatro integrantes do “secretariado político” do CGT – e, como tal, um dos principais interlocutores do presidente João Goulart para as questões sindicais –, vai agora em busca dos antigos

companheiros para decifrarem juntos a “caixa-preta” do golpe: as articulações políticas até hoje não reveladas, quem conspirava contra quem dentro e fora do governo, a resistência armada ao golpe que não funcionou, enfim, o resgate para a história dos fatos que tanto assustaram os militares.

De 1962 a 1964, o Comando Geral dos Trabalhadores constituiu a mais importante liderança do movimento sindical brasileiro, naquele período engajado na luta política que envolvia toda a sociedade organizada pelas chamadas reformas de base. O golpe militar de 64 que derrubou o presidente João Goulart foi “justificado” como um recurso extremo para impedir a implantação de uma temível “república sindicalista”, “comunizante” etc., fantasma criado desde os tempos de Getúlio Vargas e “incorporado” no CGT, pela sua reconhecida força política.

O comandante Mello Bastos ficou conhecido por ter dado nome à primeira grande greve de transportes no Brasil, quando a Varig o demitiu, em maio de 1963, por seu engajamento na luta pela criação da Aerobrás, apesar da imunidade a que tinha direito por exercer três mandatos sindicais.

Na busca dessa “caixa-preta”, Mello Bastos mergulha nas próprias lembranças, aquecidas pelas conversas com sete antigos companheiros que sobreviveram, ainda lúcidos. Clodesmidt Riani, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores e da CNTI – a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria –, liderança histórica trabalhista. Hércules Corrêa, tecelão e deputado, comunista, também integrante do “secretariado político” do CGT.

O velho comandante procura também os que lutavam pelos mesmos objetivos dentro do governo Jango, como o consultor-geral da República, hoje ministro da Defesa Waldir Pires; o então ministro do Trabalho, hoje conselheiro da República Almino Affonso; o deputado Neiva Moreira, então secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, seguidor de Leonel Brizola, hoje

deputado federal pelo PDT. O temido governador de Pernambuco à época, Miguel Arraes, até recentemente presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), aceitou o convite para uma conversa, mas seu estado de saúde agravou-se subitamente e ele veio a falecer pouco depois.

Nosso protagonista aproveita para fazer um acerto de contas e procura um velho companheiro de armas, o hoje brigadeiro Marcio Leal Coqueiro, responsável em 1961 pela Operação Mosquito, que pretendia derrubar o avião do vice-presidente Jango para que este não assumisse a Presidência da República, no lugar de Jânio Quadros, que havia renunciado. Em lados opostos, ambos compartilharam muitas experiências na Força Aérea Brasileira (FAB). E procura outro brigadeiro, Rui Moreira Lima, ex-combatente na Itália, perseguido por se posicionar contra os golpistas, e depois anistiado, que faz importantes revelações.

A memória histórica daquele período é valiosa para a reflexão sobre o momento político atual do país. Como bem lembrou o ministro Waldir Pires, se a reforma agrária tivesse sido feita há quarenta anos, não estaríamos assistindo à perversa inversão que ocorreu entre a concentração da população do campo e da cidade: nos anos 60, eram 80% da população os brasileiros que viviam no campo, cifra hoje concentrada nos núcleos urbanos, em grande parte nas favelas.

Simultaneamente, temos hoje o país governado por um antigo líder sindical, cuja trajetória foi forjada nos duros anos da ditadura. A eleição do presidente Lula, de certa forma, “lavou a alma” daqueles que tudo perderam com o golpe militar de 64, independentemente da avaliação posterior de seu governo.

O autor já escreveu um livro de memórias, o *Salvo-Conduto, um Vôo na História* (Garamond, 1998 e Família Bastos, 2003), e um outro livro sobre a luta pela anistia, *Nos Bastidores da Anistia* (Ferreira Botelho, 2000), além de um romance, *Tauã, a Verdade Verdadeira que Seu Noberto Contou* (Família Bastos, 2003). Mas com os quarenta anos do golpe, consciente de que a maioria

preferiu silenciar sobre a “caixa-preta” daquele período, decidiu abraçar o atual projeto, ajudado pela filha jornalista e pelo neto cineasta, que gravou as entrevistas para um documentário. Percorrendo os lugares onde tantos fatos aconteceram, Mello Bastos revê as próprias experiências, como testemunha direta dos principais fatos políticos do último meio século no Brasil.

A Editora

Sol no equador

Quantas vezes voando a doze mil metros,
cruzando o equador na ilha Mexiana, no Amapá,
às quatro horas da manhã, em plena noite na vertical,
via a bola vermelha do sol saindo do oceano, lá longe,
degradando o seu vermelho, mais parecendo um leque.

Foi do que me lembrei quando vi aquele mar
de duzentas mil cabeças, ali diante do palanque na Central.

Finalmente o que sonhara por anos a fio
vislumbrava no horizonte.
Foram momentos grandiosos.



Nosso
reencontro
na casa do
Hércules.
Rio de Janeiro,
fevereiro
de 2005

Abrindo a caixa-preta quarenta anos depois

1

Quarenta anos, uma eternidade.

No mesmo local, em frente à Central do Brasil, repetimos simbolicamente o histórico comício de 13 de março de 1964.

Não foi uma comemoração. Foi uma lembrança.

Dos que organizaram o célebre comício, só eu estava ali naquele palanque, quarenta anos depois. Só eu ali tinha visto o mar de gente, duzentas mil pessoas, as tochas, as faixas, “Abaixo com os Latifúndios e os Trustes”, o coro improvisado “Viva o CGT!”...

Foi uma glória. Triste glória.

Volto mentalmente à sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, na esquina da rua da Conceição com Marechal Floriano, reunião plenária do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Preciso contar a você, Hércules. De nós quatro que integrávamos o secretariado político do CGT, Dante Pellacani debilitou a saúde no exílio e o coração não resistiu; Oswaldo Pacheco sobreviveu às torturas no DOI-Codi ((Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, mas morreu pouco tempo depois. Ficamos só nós dois, únicos integrantes desta reunião plenária que vai decidir o que fica para a história sobre o CGT.

Não posso mais esperar, Hércules. Você envolvido com a gigantesca tarefa de escrever um livro à busca de um novo modelo de economia socialista. Com a saúde complicada, em consequência, talvez, dos nossos almoços quase sempre substituídos por pastel e caldo-de-cana, ideal para construir o diabetes que já o obrigou a amputar uma perna.

O nosso tempo é curto. Tudo o que li sobre o CGT é periférico. Como saber dos diálogos entre os representantes do CGT e o presidente da República, os governadores, ministros, políticos e aliados, se não lavrávamos atas? Sem a presença da imprensa?

A intelectualidade brasileira, escritores, jornalistas, cientistas políticos, as teses nas universidades abordando o golpe de 64 sob os mais variados aspectos, todos citam a temida “república sindicalista” que, dizem, queríamos implantar com Jango. E em cuja intenção o comício da Central seria a manifestação mais clara e contundente.

E nós, calados.

Não temos o direito de levar conosco parte da história do país da qual fomos protagonistas e pela qual pagamos alto preço. Decorrido quase meio século, continuo sendo cobrado: “O CGT tinha caixa-preta?”. Tinha.

Só se abre a caixa-preta de um avião para esclarecer acidentes. A análise dos diálogos gravados do comandante da

aeronave com sua tripulação e os centros de controle de tráfego aéreo, momentos antes da queda, pode trazer à luz as suas causas.

Os políticos e organizações, daquela época como os de hoje, jamais abrem suas caixas-pretas à vista dos adversários. Mesmo quando os acidentes são de trágicas conseqüências para o país.

O tempo encarregou-se de encurtar vidas, remeter para o lixo da memória os acontecimentos, desgastar os protagonistas com incertezas, exílio, medos, frustrações e sofrimentos.

Entre os depoimentos deste livro, algumas contradições podem ser debitadas às memórias octogenárias. Outras, às utopias que se foram pelo ralo – e continuam indo. Também relevaria a desnecessária crítica a companheiros de jornada, ausentes *ad eternum*.

Mas é meu dever abrir esta caixa-preta. Porque restam poucos com sua chave. E alguns talvez preferissem ser enterrados com ela no bolso.



O palanque
foi montado
entre o
Ministério
da Guerra e a
Central do
Brasil

O comício da Central: nem Jango, nem Brizola nem Arraes queriam ir

2

No palanque estavam os quatro vigorosos defensores das chamadas Reformas de Base. Além do representante do CGT, lá estavam João Goulart, presidente da República, acompanhado de sua bela mulher Maria Thereza; Miguel Arraes, governador de Pernambuco, o primeiro candidato popular a quebrar o domínio do ciclo do açúcar no Nordeste; e Leonel de Moura Brizola, governador do Rio Grande do Sul, órfão de pai ainda menino, que venceu todas as vicissitudes e ousou encampar a poderosa americana ITT (International Telegraph and Telephone).

O Comando Geral dos Trabalhadores, dono do comício, havia se comprometido com o presidente da República a levar cem mil pessoas à Central do Brasil – condição para ter sua presença. Levamos duzentas mil.

[palanque]

Foi preciso uma delicada e complexa articulação política para conseguir juntar aquelas lideranças no palanque. Reunindo hoje as memórias de várias personagens dos bastidores, fica claro que nenhum dos grandes líderes queria ir ao comício. Além de Arraes, falaram os governadores Seixas Dória e Badger da Silveira; os deputados Elói Dutra, que era vice-governador da Guanabara, Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, Hélio Ramos. E Brizola, naturalmente. Não faltaram os presidentes da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas). Sem falar das lideranças sindicais.



O Jango estava com medo de morrer no comício. Ele tinha informações de que havia atiradores no alto do prédio da Central. Mandei o Pacheco ficar ali para servir de escudo pro presidente...

[Hércules]

– O Pacheco queria me matar quando soube por que o chamaram para ficar ao lado do presidente no palanque. Ele ali, de cara fechada, e a Maria Thereza do outro lado. “A Bela e a Fera”, né? – lembra Hércules Corrêa, dando uma gostosa gargalhada. – O Jango estava com medo de morrer no comício. Ele tinha informações de que havia atiradores no alto do prédio da Central. Mandei o Pacheco ficar ali para servir de escudo pro presidente... – acrescenta, com malícia, fazendo referência ao porte de Oswaldo Pacheco da Silva, histórico líder dos estivadores, ex-deputado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e presidente do Pacto de Unidade e Ação, o PUA. Ele próprio, Hércules Corrêa dos Reis, antigo líder tecelão, era na época presidente da Comissão Permanente das Organizações Sindicais e deputado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).



Jango entre a Bela e a Fera, como a imprensa consagrou a referência ao palanque

Todos sabíamos – nós quatro, do “secretariado político” do CGT – que a presença do Pacheco ao lado do Jango naquele palanque era para mostrar que o Partido Comunista Brasileiro, do qual Pacheco e Hércules eram dirigentes, continuava apoiando o presidente. **Tinham espalhado o boato de que os comunistas iriam fazer um atentado contra o Jango e jogar a culpa nos militares golpistas.**

Mas no momento do reencontro com meu velho companheiro Hércules Corrêa, quarenta anos depois, o que importava era aquela primeira versão, entre carinhosa e moleque, mas também verdadeira.

– E o Pacheco passou o resto da vida me xingando, você é um filho da puta, queria me matar. **Que pena que eu não te matei, Pacheco,** que pena que eu não te matei. O sorriso nos lábios do Hércules, hoje magro e preso a uma cadeira de rodas, disfarça a emoção e, possivelmente, a tristeza, que eu também sinto, pela nossa despedida.

“ Eu hoje diria que foi o comício das lavadeiras – dispara Hércules. – Só tinha muito tanque, do Exército, e os trouxas, que éramos nós...

Estava eu ali diante de um homem que aprendi a admirar. Nos tempos do CGT, Hércules era um homenzarrão, vozeirão, que quando ia comer lá em casa depois das reuniões era o “pavor” da cozinheira, a Lucinda, porque acabava com o feijão da semana toda. Tecelão desde menino, filho de tecelões de Cachoeiro de Itapemirim, que por mérito próprio se tornou o maior líder da categoria, Hércules só fez o primário, mas nunca se assustou ao ter que discutir com deputado, senador, ministro ou general. Um homem de muita convicção e coragem. E dentro do CGT eu, pelo menos, considerava o Hércules como um importante elemento de ligação entre os católicos, os pacifistas e os integrantes mais radicais. E nós os tínhamos, como o Palhano.

Eu havia decidido procurar o Hércules e alguns outros velhos companheiros de luta para me ajudarem a revelar a caixa-preta do golpe de 64. Nunca foram realmente reveladas as idas e vindas de aproximação e afastamento entre as forças políticas de esquerda, tendo à frente o CGT, e o presidente Jango. Os militares “gorilas” preferiram misturar tudo num mesmo saco de “comunistas”. E, como se sabe, a História é sempre contada pelos vencedores... O comício da Central, organizado por nós do CGT, tem sido lembrado e relembrado como a última gota d’água que fez transbordar o golpe militar de 64.

– Eu hoje diria que foi o comício das lavadeiras – dispara Hércules. – Só tinha muito tanque, do Exército, e os trouxas, que éramos nós...



“Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara! Devo agradecer em primeiro lugar às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo por esta demonstração extraordinária...”¹

Pacheco e Hércules na reunião plenária do CGT na sede da CNTI em 4.2.1964

Depois de finalmente convencido a comparecer ao comício, o presidente João Goulart abriu com entusiasmo seu discurso, reconhecendo a nossa iniciativa. No meu primeiro livro – *Salvo-Conduto, um Vôo na História*² – descrevi a cena no Palácio das Laranjeiras, momentos antes da saída do presidente: **“– Já tem cem mil? – Já tem, presidente. Pode ir. Ele tomou uns goles de uísque, chamou Maria Thereza e saiu com ela para a Central”**. Eu só não disse que havia uma testemunha: José Gomes Talarico, presença constante ao lado de Jango, deputado pelo PTB, jornalista, conselheiro da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) até hoje.

¹ Discurso publicado no *Jornal do Brasil* de 14 de março de 1964.

² MELLO BASTOS, Paulo. *Salvo-Conduto, um Vôo na História*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2003, p. 111.

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrebrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

ca ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.

Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.

Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.

Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.

Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil.

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.

José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

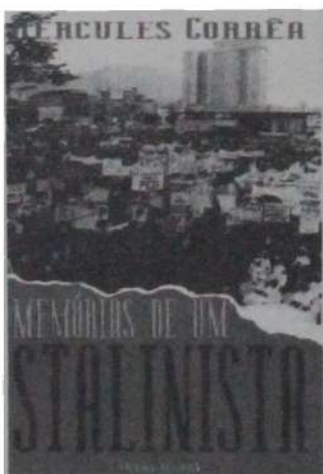
Volto a este ponto, da relutância do presidente João Goulart em comparecer ao histórico comício, porque é importante que se diga: ele **não** queria ir. Já na véspera, um mal-estar o levava a procurar o doutor Zerbini, que desaconselhou a sua ida ao comício, por causa do coração. Jango estava realmente assustado. Além da ameaça de atentado, talvez intuísse que seria a sua sentença de morte política. Mais tarde diriam que ali começou a contagem regressiva para o golpe. Verdade ou não, anos depois Maria Thereza Goulart contou que o marido lhe dissera, antes de sair para o comício: “Teca, vou cumprir o meu dever, mesmo que seja o último”.³

[panfleto do comício]

No panfleto de convocação ao comício, encabeçando as entidades, estava o nome do Dante Pellacani, pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Dante, o quarto integrante do “secretariado político” do CGT, tinha sido presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Gráfica e era, naquele momento, vice-presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), presidida pelo Clodesmidt Riani, que assinava logo em seguida.

Lá estavam os nomes das principais entidades sindicais, como a que eu representava no CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, formalmente presidida pelo Alfredo Pereira Nunes e da qual eu era diretor, além de acumular a presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos. Alfredo era prático – aquele marítimo que, ao comando do rebocador, conduz os navios da entrada da barra até a atracação. Era algoano como eu, um homem simples, modesto, que me dava carta branca para falar em nome da confederação.

Representando o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, subscrevia o panfleto o saudoso Ênio Silveira, da Editora



Hércules brinca com a própria fama no título do seu livro de memórias

³ PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 151.



Civilização Brasileira. Várias vezes nos reunimos em sua casa, no parque Guinle, com outras personalidades. **Hércules se lembra do Brizola querendo ser ministro da Fazenda, quando Jango ia criar o primeiro ministério presidencialista, depois do plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Pediu o apoio do CGT para sua pretensão e não levou.** João Goulart teve a sensatez de nomear San Tiago Dantas. O jornalista e acadêmico Murilo Melo Filho comenta em seu livro *Testemunho Político*: “O governador Leonel Brizola voltava suas baterias contra o ministro San Tiago Dantas, acusando-o de traição aos interesses brasileiros...”.⁴

Ainda relendo o panfleto de convocação ao comício, vejo o nome que representava a combativa União Nacional dos Estudantes, o do seu vice, o hoje constitucionalista Marcelo Cerqueira. O presidente da UNE era o José Serra, ex-prefeito de São Paulo. Meses antes, no dia 23 de agosto de 1963,

Brizola e Jango no aeroporto de Porto Alegre com o gal. Nestor Penha Brasil, que substitui o gal. Machado Lopes no comando do III Exército, em outubro de 1961

⁴ MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*. Rio de Janeiro: Bloch, 1997, p. 377.

Riani me recebe
em sua casa,
em Juiz de Fora,
em fevereiro
de 2005



Serra transformara o comício que deveria selar a reaproximação de Jango com o CGT, na Cinelândia, num motivo de novo acirramento dos ânimos. Em seu discurso, **Serra chamara o general Amaury Kruel, até pouco antes ministro da Guerra e futuro comandante do II Exército, em São Paulo, de “gorila”, na presença de Jango e dos ministros militares.** Criou um enorme constrangimento para o presidente.

O Kruel era mesmo um notório golpista, como os fatos vieram a demonstrar. Antes de aderir formalmente ao golpe, telefonou para o Jango e pediu a prisão de todos nós, líderes sindicais, e ainda Waldir Pires e Darcy Ribeiro. – Se eu prender os meus amigos, quem me defenderá? – respondeu Jango. Kruel, o compadre e até então amigo do presidente, tornou-se figura decisiva na sua derrubada.

Pela Contag, a crescente Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, assinava o seu presidente, Lindolfo Silva, um dos 16 integrantes da comissão executiva do CGT. Foi o último orador antes de Jango, no comício. Almino Affonso relata que a entidade tinha sido oficializada pouco antes, em 31 de janeiro, por mérito de Franco Montoro, seu antecessor no Ministério do Trabalho. Lindolfo teve ativa

participação na criação do Estatuto do Trabalhador Rural, para o que o próprio Almino muito se empenhou. Depois do golpe, Lindolfo se escondeu em Goiás, foi cassado, exilou-se na Tchecoslováquia e só voltou com a anistia, em 1979.

Leio ainda o nome do bravo companheiro Aluizio Palhano, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, a poderosa Contec. Ele foi barbaramente assassinado na tortura, em 1971, num aparelho da repressão em Petrópolis, a “Casa da Morte”, para onde foi levado depois de preso, quando voltou do exílio em Cuba. No livro *Brasil: nunca mais*, da Arquidiocese de São Paulo, Inês Etienne Romeu, uma rara sobrevivente da casa de Petrópolis, conta que ouviu várias vezes a voz do Palhano sendo interrogado. E que o próprio torturador, o “Dr. Pepe”, informou-lhe que ele tinha “sumido”.⁵

Também subscreviam o panfleto, datado de 19 de fevereiro de 1964, os companheiros Rafael Martinelli, da Federação Nacional dos Ferroviários, considerado da “esquerda radical”, como o Palhano; o combativo deputado Sérgio Magalhães, da Frente Parlamentar Nacionalista, e tantos outros...

– Mello Bastos, aqui está o primeiro congresso de Minas... eu convidei o doutor João Goulart, que era o ministro do Trabalho do Getúlio, o governador, o prefeito de Juiz de Fora, que era da UDN (União Democrática Nacional), tinha deputados, vereadores. Os operários que foram lá ficaram encantados com o doutor Jango... – relembra o velho eletricitário Clodesmidt Riani, depois deputado por Minas na legenda trabalhista, hoje com 85 anos, mostrando-me as fotos que documentam sua trajetória de líder

[Riani]



Riani preside reunião do CGT na sede da CNTI, em 27.12.1963

⁵ Aluizio Palhano Pedreira Ferreira foi preso no dia 6 de maio de 1971 e conduzido para aquela casa no dia 13, onde ficou até o dia seguinte. Um outro preso, o líder camponês Mariano Joaquim da Silva, que depois também desapareceu, contou a Inês que o viu, já muito machucado. Mariano era secretário do Sindicato Rural de Timbaúba, em Pernambuco, em 1964, membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, lavrador e sapateiro. Quando preso em maio de 1971 em Recife, pelo DOI-Codi do Rio, era acusado de ser dirigente da VAR-Palmares. Citado em *Brasil: nunca mais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 261-262.



Discurso de posse de Riani na presidência da CNTI, ao lado de Jango e do pelego Diocleciano de Holanda, a quem desbancou, em janeiro de 1962

sindical, no centro de memória que organizou em sua cidade, Juiz de Fora.

Riani acaba de publicar um livro autobiográfico, com a ajuda de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora.⁶ Na parede coberta por fotos, ele me mostra a que registrou a presença do “doutor Jango” – como ele se refere carinhosa e respeitosamente ao amigo – presidindo o 1º Congresso Nacional sobre Previdência Social, em 1953, no Rio de Janeiro. Riani, na época, representava os urbanitários de Juiz de Fora – logo depois ocorreria o 8º Congresso dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais, do qual ele foi secretário da comissão executiva – na discussão da Lei Orgânica da Previdência Social, conquista só obtida em 1960. Segundo Riani, porque **o “doutor Jango”, então vice-presidente da República, “deu um aperto e a lei acabou saindo”**.

Quando se formou o CGT, em agosto de 1962, Riani foi o candidato natural à presidência, por estar à frente da mais poderosa entidade sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. O CGT foi formalmente criado durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalho-

⁶ REZENDE PAULA, Hilda & ARAÚJO CAMPOS, Nilo (Orgs.) *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições e Editora UFJF, 2005.

res, em São Paulo, a partir do Comando Geral de Greve, surgido na crise do segundo gabinete de Jango. Conseguimos derrubar o nome de Auro de Moura Andrade e emplacar Brochado da Rocha. Mas isso já é outra história.

Riani era um católico praticante – “hoje sou espiritualista” –, pai de dez filhos, amigo pessoal de João Goulart – diziam até que eram compadres, o que não é verdade – desde os tempos em que Jango foi ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, quando assinou o decreto de aumento do salário mínimo e acabou sendo demitido por causa disso. Uma vez presidente da República, João Goulart tentou reproduzir a lição do padrinho político: manter as lideranças sindicais sob controle.

De modesto eletricitário de Juiz de Fora, Riani foi se tornando um respeitado líder sindical, conhecido nacionalmente. Em 1961, desafiou o símbolo do peleguismo no Brasil, Diocleciano de Holanda Cavalcanti, que andava de Cadillac com motorista e mandava na CNTI havia 15 anos. Conseguiu derrotá-lo nas urnas, conquistando a presidência da CNTI, a mais poderosa confederação do país. Dois anos depois, Riani se reelegeu, dessa vez desbancando o candidato João Wagner, do Paraná, indicado pelo assessor sindical do Jango, Gilberto Crockett de Sá.

Agora, abrindo a caixa-preta do CGT, **Hércules garante que a reeleição do Riani se deu graças aos métodos pouco ortodoxos, digamos, do companheiro Dante Pellacani e sua mala...** Dante era diretor geral do Departamento Nacional da Previdência Social, e elegeu-se vice-presidente da CNTI junto com o Riani. Nessa época, o Ministério do Trabalho era também da Previdência Social, e o ministro respondia basicamente pelas funções políticas mais relevantes, o Dante era quem cuidava da Previdência. Já na eleição de 61, Dante e Riani se estranharam, porque o Dante queria ser presidente e chegou a apoiar a outra chapa. Quem conta isso é o próprio Riani.

Dante Pellacani
integra o
comando do CGT
representando
os gráficos de
São Paulo



Segundo Hércules, desde a véspera da eleição de 1963, os delegados foram impedidos de sair do prédio da CNTI, inclusive tendo alguns sido desalojados do Hotel Andrade, vizinho d'O *Globo*, onde tradicionalmente se hospedavam, no centro do Rio. Em outras palavras, os delegados foram trancados até a hora da votação, para não caírem em alguma tentação do Crockat de Sá...

[Hércules]

– Todo mundo que chiou, o Dante comprou... – diverte-se Hércules, quarenta anos depois. E acrescenta, lembrando-se do velho companheiro gráfico: – O Dante não era comunista, sempre foi um grande anarquista nos métodos... Ele disse: “Nós vamos ganhar essa eleição, nem que seja na marra”. Sabíamos até quantos votos tínhamos de vantagem sobre o João Wagner. Ganhamos e ainda convidamos o Jango para comemorar com a gente na Churrascaria Gaúcha. Ele teve que ir, tudo pago pelo Sindicato dos Tecelões...

Intriga do Hércules ou influência do “companheiro” Stalin no “método” eleitoral, em que os fins justificam os meios, o fato é que Riani fica sério ao desmentir:

[Riani]

– **Não soube nada disso. E se soubesse, não concordaria.**

Riani conta que os adversários prenderam gente no quarto do hotel, como o João Mariani, da Federação dos Trabalha-

dores nas Indústrias de Alimentação de Minas Gerais. E que tinha até segurança armada para ele e Dante. Um determinado fulano, não disse quem, pedira 200 cruzeiros ao Dante para votar neles. Um outro, do Nordeste, queria que pagassem a passagem para a esposa vir junto. Em seu livro, Riani reproduz a conversa com o companheiro:

– Olha, Dante, faz de conta que você nem me falou isso. Não aceito essas coisas. Perco, mas não aceito, é questão de princípio. – Riani acrescenta que Dante queria bater no sujeito, que acabou pegando o dinheiro e votando na outra chapa...

Seja como for, lembro-me da comemoração triunfal da vitória. Na época, saiu uma foto no jornal, possivelmente no *Última Hora*, em que eu estava em cima de uma mesa, no meio dos festejos. E a CNTI, junto com o CGT, enterrou de vez a UST (União Sindical Trabalhista), a intersindical fantasma que o assessor sindical do Jango, o Crockat de Sá, tentou criar para nos enfraquecer. **Jango teria que se reaproximar de nós, seus grandes aliados para as reformas de base.**

**Tu, que és um menino inteligente,
diga a esses homens [referia-se às
lideranças sindicais] que não
forcem demais, que me deixem
um pouco tranqüilo.**

”

Mas voltemos ao comício da Central.

No palanque, sem qualquer vestígio da vacilação manifestada momentos antes no Palácio das Laranjeiras, Jango anunciou com entusiasmo os decretos que acabara de assinar, ponto de partida para as esperadas reformas. O mais importante ficou conhecido como o Decreto da Supra, a Superintendência da Reforma Agrária. Segundo João Pinheiro Neto, que presidia o órgão, foi ele que redigiu o decreto, a pedido de Jango. Em seu livro *Jango: um depoimento pessoal*

Jango anuncia os decretos que acabara de assinar pela reforma agrária e encampação das refinarias



(Record, 1993), Pinheiro Neto transcreve o que seria quase um desabafo de Jango, de quem se considerava amigo: “Tu, que és um menino inteligente, diga a esses homens [referia-se às lideranças sindicais] que não forcem demais, que me deixem um pouco tranqüilo”.

*“Acabei de assinar o Decreto da Supra. (...) É necessário que se diga que **não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos.** (...) Não representa ainda a carta de alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro. O decreto considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os açudes públicos federais e terras que podem tornar produtivas áreas inexploradas, ainda submetidas a um comércio intolerável e odioso.”*

E mais adiante:

“Acabei de assinar o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, a Capuava e outras pertencem ao povo, porque pertencem ao Governo.”

O presidente anunciou também o conteúdo da mensagem que mandaria para o Congresso dois dias depois, abrindo caminho para novas reformas: a eleitoral, tornando o voto universal, inclusive para analfabetos, prostitutas, praças e sargentos, que até então não votavam; a reforma universitária; o decreto dos aluguéis, controlando os aumentos extorsivos; o controle pelo Estado das telecomunicações, criando as bases para a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações); a reforma tributária, e tantas outras que o país infelizmente discute até hoje.

– O presidente João Goulart era um homem da terra, era um grande fazendeiro, então teve uma posição política extraordinária em relação ao problema da reforma agrária. Na última mensagem que eu mencionei, Mello Bastos, de 15 de março, é uma beleza porque nessa mensagem ele propunha ao Congresso Nacional que se alterasse a Constituição para garantir simplesmente isto: ***a ninguém é lícito manter a terra improdutiva em nome do direito da propriedade***. Não é notável? – entusiasma-se Waldir Pires, então consultor-geral da República, hoje ministro da Defesa do governo Lula, recebendo-me com a mesma amizade calorosa em seu gabinete na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

[Waldir Pires]

O ministro de Lula Waldir Pires me recebe em seu gabinete em Brasília, em maio de 2005

Quarenta anos depois, talvez a modéstia impeça Waldir de assumir a paternidade de alguns dos históricos decretos e da mensagem assinados por Jango nos idos de 64 e que, se implantados,



teriam transformado a feição do país. A mensagem sugeria aos congressistas a reforma do parágrafo 16 do Artigo 141 e do Artigo 147 da Constituição Federal para permitir que a indenização dos proprietários de terras destinadas à reforma agrária pudesse ser em títulos públicos, em lugar de dinheiro vivo:

“O Artigo 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

- O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social.

*- **A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer.***

João Goulart”.⁷

Fiquei enternecido e lisonjeado com a simplicidade com que Waldir nos recebeu, eu acompanhado de Solange, minha filha jornalista, e de Miguel, meu neto cineasta, de câmera em punho. Nesse mesmo dia, Miguel tinha tido oportunidade de registrar com imagens a marcha dos sem-terra do MST que mais uma vez chegava a Brasília, cobrando pressa do governo Lula para a reforma agrária.

– O país é hoje muito mais um país urbano, extraordinariamente urbano – comenta Waldir sobre a marcha. – A reforma agrária naquela ocasião era exatamente para impedir o que acabou acontecendo, uma das fases de mudança da densidade da civilização urbana, da civilização rural, na velocidade mais violenta que se conhece na história.

O hoje ministro Waldir Pires observa com precisão:

– Nós saímos de uma população, naquele tempo, de aproximadamente 70 a 75% na vida rural para hoje mais de 80%

⁷ Citado em <www.pdt.org.br/personalidades/jango_historia_2asp>.



O então deputado do PSD da Bahia foi considerado pela revista *O Cruzeiro* de 6.1.1962 o “teórico da convocação da Assembléia Constituinte”

na vida urbana. De forma que essa migração violentíssima produziu um inchaço gigantesco das nossas cidades e essa vida muito difícil, muito desumana, de grandes parcelas da população. Se tivéssemos conquistado a reforma agrária naquela época, o Brasil seria muito diferente...

Para mim, a conversa com Waldir teve um significado especial: sua presença no governo Lula demonstra que, de alguma forma, **nossa luta não foi em vão**. Tivemos oportunidade de conversar sobre isso. Mas por agora continuemos no comício da Central, ponto de partida de nossa busca pela caixa-preta do CGT.



Meu reencontro com o deputado pelo PDT Neiva Moreira, em seu gabinete no anexo do Congresso Nacional, em maio de 2005

Atravessei a Esplanada dos Ministérios e dirigi-me à Praça dos Três Poderes. Mais precisamente ao Anexo do Congresso, onde ficam os gabinetes dos deputados, para encontrar outro velho companheiro: o deputado maranhense Neiva Moreira, hoje emparelhando com meus 88 anos, histórico homem de confiança de Leonel Brizola. Eles se mantiveram lado a lado desde os tempos em que Neiva era secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista e se identificou com o líder gaúcho, então governador do Rio Grande do Sul, quando este comandou a campanha da legalidade pela posse de Jango. Neiva exerce atualmente o sétimo mandato como deputado federal.



Em janeiro de 1962, o prefeito de Recife Miguel Arraes era o mais forte candidato ao governo de Pernambuco

– **O Arraes não queria participar do comício** – lembra o velho parlamentar trabalhista, que se considerava um “nacionalista revolucionário”.

– É verdade – confirmei –, eu mesmo precisei me pendurar no telefone interurbano, graças ao coronel Dagoberto Rodrigues, diretor dos Correios – e que depois esteve conosco no Uruguai – porque naquele tempo você lembra que não era fácil falar com Recife. Foi uma dificuldade convencer o Arraes a viajar para o Rio e subir no mesmo palanque que o Brizola...

– Pois é, mas ele veio e ficou no hotel. Quando soubemos no comando do comício que ele não iria, pegamos um grupo de companheiros decididos, fomos lá convencê-lo e ele acabou indo – lembra Neiva.

– E o Brizola? – pergunta Solange.

Na *Folha de São Paulo* de 13 de março de 2004, é citada uma declaração de Brizola de que viajou ao Rio para o comício “apesar de não ter sido convidado”. E que pediu para falar: “Não puderam me negar o microfone. Nem preciso dizer que a receptividade foi calorosa”. Em seu discurso, Brizola defendeu um plebiscito para o fechamento do Congresso e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, no que foi muito aplaudido.

Neiva não titubeia:

– **O Brizola achava que aquilo ali ia ser uma provocação para os militares golpistas** e que nós não estávamos tomando as providências necessárias. Ele não era entusiasta daquilo. O Brizola durante todo o resto da vida dele, no exílio, e o Mello Bastos sabe, participamos lá da guerrilha de Caparaó, mas o Brizola sempre achou que quem ia, quem devia resolver o problema do Brasil era uma conspiração militar, que ele achava que devia começar no Rio Grande do Sul.



Eu jamais ouvira falar que o Brizola pretendia repetir o que Getúlio fizera na revolução de 1930. Verdade que testemunhei no Uruguai alguns preparativos da incursão militar do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório no Brasil, em 1965, contando com o apoio dos Grupos dos Onze do Brizola. Pelos cálculos do Neiva, seriam mais de cinco mil Grupos dos Onze antes do golpe, em pelo menos cinco estados (Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo).

Segundo o que andei lendo na internet,⁸ o Cardim faria parte da Operação Três Passos, em que o movimento sedicioso no Rio Grande do Sul se juntaria às tropas do Emanuel Nicoll, ex-coronel da Aeronáutica, vindas da Bolívia. Não sei se a fonte é confiável. O fato é que, quase por milagre, Cardim

O governador Brizola inaugura novo telex no DCT (Departamento de Correios e Telégrafos), em Porto Alegre, com o diretor Dagoberto Rodrigues

⁸ <www.ternuma.com.br/historia.htm>.

chegou com um punhado de homens em cima de um caminhão velho ao Paraná. Depois de uma escaramuça com tropas do Exército, acabou preso e barbaramente torturado.⁹

Mas a revelação do Neiva não foi a única que me surpreendeu nesta busca pela caixa-preta do CGT. Conversando com meus velhos companheiros, tive a oportunidade não só de refrescar a memória mas de descobrir que, **durante aqueles anos do governo Jango, havia muitas outras caixas-pretas.**

Ao final do seu discurso, o presidente João Goulart exaltou o patriotismo das Forças Armadas, num tardio e inútil agrado aos que o derrubariam menos de um mês depois:

“Nenhuma força impedirá que o povo se manifeste, livre e democraticamente, e para isso podemos dizer, com orgulho, que contamos com o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas desta Nação”.

Nove e quinze da noite, terminado o discurso, Jango sentiu-se mal. Ele era cardíaco e não se cuidava. Tinha pavor de doença, de médico, de tudo que sugerisse a idéia de morte. Mesmo já tendo tido um problema coronário quando era vice-presidente, durante a viagem à China. A família não conseguiria convencê-lo a se tratar, anos mais tarde, no exílio. Naquela noite, foi embora para o palácio deitado no banco traseiro do carro oficial, com a cabeça no colo da mulher, exausto.

⁹ Em 1968, Cardim fugiu do quartel em que estava preso, em Curitiba. Um dos participantes na ação que o libertou foi o major Joaquim Pires Cerveira, ele próprio desaparecido em 1973 depois de seqüestrado pela Operação Condor, em Buenos Aires, e levado para o DOI-Codi, no Rio. Citado em MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Soto*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999, p. 479.



Simulação
de ataque aéreo
por esquadrilha
do 1º Grupo
de Caça em
22.4.1963,
na Base Aérea
de Santa Cruz

A Operação Mosquito que não houve e o encontro com o velho companheiro de juventude

3

– Já pensou se eu derrubasse o avião com o meu amigo Mello Bastos? Ia ser um desespero pra mim, ia ser o fim do mundo. Eu estou dizendo isso agora, que eu sei que era ele o piloto que vinha, se fosse o Jango eu batia palma...

Pela primeira vez em quarenta anos, o brigadeiro Marcio César Leal Coqueiro admite que “bateria palma” caso derrubassem o avião que trazia o vice-presidente João Goulart para assumir o cargo vago pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Era exatamente este o objetivo da chamada Operação Mosquito, arquitetada por setores das Forças Armadas temerosos do “esquerdismo” de Jango, e cujo responsável seria o então coronel Coqueiro, oficial de gabinete do ministro da Aeronáutica Gabriel Grün Moss, em Brasília.

Há 60 anos
eu e Marcio
Coqueiro não
conversávamos
como amigos



A revelação espontânea se deu pelo clima amistoso em que eu e o Marcio nos reencontramos, mais de sessenta anos depois que deixamos de conviver como companheiros de farra e de instrução de vôo, na base de Santos. Servimos juntos oito meses como segundos-tenentes. Aí me transferiram para a Escola de Aeronáutica como instrutor de vôo, na época da guerra. Quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, eu, Coqueiro, Orleans e Bragança e dezenas de aviadores navais complementamos, na recém-criada Escola de Aeronáutica, as matérias que não havíamos cursado na Marinha. Naquela ocasião voltamos a conviver intensamente, durante dois anos, o Coqueiro com seu brilho nos estudos.

Ao aceitar nos dar uma entrevista – como as outras, gravada em vídeo por meu neto Miguel e conduzida por minha filha Solange –, Coqueiro pediu as perguntas por escrito, para escrever as respostas. Realmente o fez, reproduzindo, em parte, o depoimento que dera pouco antes para a Biblioteca do Exército. Sua preocupação era negar que houvesse participado na suposta Operação Mosquito, já que sua autoria foi estampada na manchete dos jornais da época.

Mas o senhor grisalho que me abriu a porta do agradável apartamento em que mora, no Alto Leblon, bairro nobre do

Rio de Janeiro, nada tinha de receoso, ao contrário. Foi com lágrimas nos olhos que Marcio me deu um longo e apertado abraço:

– Você não tem ruga, um rostinho bom... – brinca Coqueiro.

– Mas você fumou a vida toda – respondi, ambos disfarçando a emoção com brincadeiras.

O velho brigadeiro está encantado:

– Eu e o Mello Bastos não éramos só colegas que se davam bem, éramos amigos mesmo, em todo o tempo que servimos na mesma unidade. Ele praticamente me ensinou os mistérios do vôo. O Melinho era um dos melhores pilotos que conheci na Força Aérea – Coqueiro explica a Solange e Miguel. E começam as reminiscências: – Uma vez pousamos na Praia Grande, em Santos. Naquela época era uma praia deserta, tinha um hangar lá. O Melinho desceu do avião para eu fazer um vôo solo. Eu decolei e dei um rasante tão rente ao chão que ele teve que se deitar na areia... maluquices da juventude – diverte-se.

A esposa, Helena, também me recebe com muita alegria. Eu a conheci em 1942, quando comecei a namorar o Marcio. No ano seguinte eu me casei com Edelena, e eles se casaram um ano depois.

Coqueiro fica sério quando comenta minha atuação sindical:

Eu e Coqueiro servimos juntos na Base Aeronaval de Santos, em 1942





– **Mello Bastos tinha uma participação ativa**, porque era o presidente da Associação dos Pilotos.¹ E muitas vezes, em comícios na rua, havia interferência policial, para acabar com o comício. O Melinho, por ser oficial, tinha prerrogativas, entrava pelo portão da 3ª Zona Aérea, e lá tinha um brigadeiro que era muito amigo dele. Eu nunca me dei com esse brigadeiro, o Teixeira, que tinha uma tendência para a esquerda muito grande. Essa atividade dele [do Mello Bastos] às vezes [me] criava dificuldades pessoais...

Meu antigo companheiro de juventude se constrange ao explicar que tinha outras fontes de informação a meu respeito:

– Eu me preocupava que ele pudesse se envolver numa situação como acabou acontecendo, precisando se exilar, se relacionando com oficiais como o Teixeira, que tinha fama de comunista. Não quero saber a opinião dele..., observa, virando-se para mim, sentado a seu lado no sofá. – O pessoal da Força Aérea confundia muito, eu mesmo confundia [quem era ou não comunista]. Eu sabia que ele tinha essa participação sindicalista porque o via na rua. Mas o brigadeiro Teixeira, não.

“O Coqueiro era um golpista. Sempre foi um agitador, um homem do Lacerda, sempre esteve contra as instituições democráticas – declara o também brigadeiro Rui Moreira Lima.

¹ Em 1954, fui eleito presidente do Sindicato Nacional dos Pilotos de Linha Aérea, entidade oficializada pelo Ministério do Trabalho para representar a “elite” da aviação. Ainda no meu mandato, conseguimos fundi-lo com o Sindicato Nacional dos Aeronautas, reunindo todos os profissionais da aviação. Ver o capítulo 18, “Varig: de militar a civil”, de *Salvo-Conduto, um Vôo na História*, op. cit., p. 82 a 85.

E para nossa surpresa, Coqueiro assume:

– Eu trabalhei um tempo na Inteligência da FAB (Força Aérea Brasileira), no Serviço de Informações. E me preocupava [com a agitação], mas também pela amizade.

Em outro momento da entrevista, respondendo a uma pergunta direta de Solange, ele esclarece:

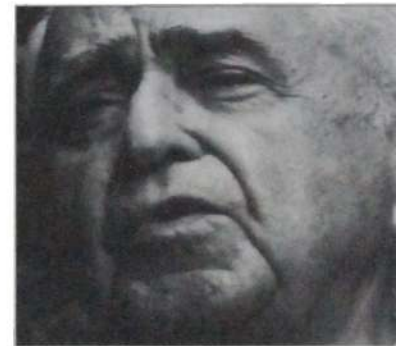
– Eu não servi na Inteligência da Força Aérea, eu tinha um contato muito estreito com o Serviço de Inteligência, porque um comando de Zona Aérea tem que ter esse contato. Acho que me expressei mal, tive um relacionamento muito grande com o pessoal da inteligência.

– O Coqueiro era um golpista. Sempre foi um agitador, um homem do Lacerda, sempre esteve contra as instituições democráticas – afirma categoricamente o também brigadeiro Rui Moreira Lima, herói da Segunda Guerra Mundial, quando – graças à bomba que certamente lançou de seu avião de caça – arrasou uma unidade de artilharia alemã, em Monte Castelo, salvando dezenas de soldados brasileiros. Mesmo recusando-se a aderir ao golpe militar de 64, quando era comandante da Base Aérea de Santa Cruz – portanto subordinado à 3ª Zona Aérea do brigadeiro “comunista” Francisco Teixeira –, Moreira Lima foi o único comandante de unidade que passou o posto pessoalmente, sendo preso depois, convocado por telefone. Entre os militares que o respeitavam, estava o primeiro ditador militar, marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que lutou a seu lado na Itália.

Rui se diverte ao lembrar por que ganhou o apelido de “Olho de Lince” na guerra:

– O general Castello Branco era chefe do Estado-Maior e uma vez, no ataque ao Monte Castelo, eu acertei o que não vi. Assim se fazem os heróis. Aquelas bombas eu acertei. O

[Moreira Lima]



lugar que era para acertar o Pessoa acertou, uma bateria de quatro canhões, ao lado de uma pinguela sobre um riacho. Mais abaixo, a uns 300 metros, tinha uma outra pinguela igualzinha. Eu não vi a verdadeira e disse para o meu “ala”, que era o Paulo Costa:² “Não atire onde o Pessoa³ atirou que ele perdeu as bombas”. Era 21 de fevereiro de 1945, já tínhamos muito treinamento. Depois o Pessoa até me interpelou, aborrecido, achando que eu queria desmoralizá-lo. Foi quando veio um telefonema do marechal Mascarenhas de Moraes para o comando da esquadrilha: “Parabéns pelo êxito da missão, vocês salvaram nossos homens das balas e obuses dos alemães. E aquele outro elemento com olhar de lince acertou uma companhia de alemães, morreram quase todos, só salvaram dezessete”. Aí eu virei “Olho de Lince”.

A pontaria de Rui ainda daria calafrios de medo nas tropas golpistas de 64, marchando para o Rio de Janeiro. Mas isso eu conto depois. E Rui Moreira Lima continua:

– Quem conhece bem o Coqueiro é o Mello Bastos, moraram no mesmo camarote, quando eram da Marinha, da reserva naval aérea. Grandes pilotos. Coqueiro foi instrutor? Não me lembro. Mas o Mello Bastos foi piloto reconhecido. Volta e meia, encontro o Coqueiro, sempre falo com ele. Desde que o sujeito não pise nos meus calos, não me incomoda. Mas sobre a participação dele na Operação Mosquito, não sei se ele seria capaz, se teria imaginação para tanto.

O exímio piloto de caça Moreira Lima faria ainda interessantes considerações técnicas sobre as possibilidades do atentado aéreo que não houve, que seria de responsabilidade do

² “Ala” é o avião que garante a retaguarda do avião-líder da esquadrilha, numa formação de ataque. O “ala” Paulo Costa teria sido o piloto designado para a Operação Mosquito, como seria depois revelado.

³ Roberto Pessoa Ramos fez 95 missões na guerra, tornando-se ao final comandante da esquadrilha. Foi ferido em 23 de abril de 1945, sendo condecorado com a Cruz de Sangue.



Coqueiro. Mas deixa claro que não quer fazer uma acusação direta:

– Eu posso complementar o seguinte: a vida do Coqueiro foi sempre de conspiração contra o governo. Ele era brigadeirista,⁴ da UDN, participou de todas as conspirações. Mas havia um aspecto positivo: teve a coragem de descer do muro e se tornar essa pessoa em evidência. Não sei se teria capacidade para planejar uma Operação Mosquito, mas acho que, operacionalmente, não tinha conhecimento suficiente sobre o emprego do avião de caça. Ele pode ter tido uma influência grande, porque estava próximo ao poder, e o poder a gente sabe como é: às vezes a pessoa não entende

1º Grupo de Caça na II Grande Guerra. Rui está sentado (2º da direita para a esquerda) e Paulo Costa está de pé (4º da esquerda para a direita)

⁴ Referência ao brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica do governo Café Filho (1954-1955), que sucedeu Getúlio Vargas após o suicídio. Duas vezes candidato derrotado à Presidência, era aliado do general Juarez Távora no Clube Militar, onde defendiam a criação de uma Petrobras “privada”.

Reencontro do
1º Grupo de Caça
- Senta a Pua -
em 1988, no
Rio de Janeiro
(Rui em pé, Paulo
Costa sentado)



das coisas, mas tem vontade [de entender, para poder dar ordens com fundamento]. Como ele era conspirador mesmo... Jacareacanga, Aragarças,⁵ tudo isso o Coqueiro estava dentro. De modo que ele certamente não deve ter fugido [a mais essa tentativa de golpe].

O próprio Coqueiro admite sua participação em Aragarças:

[Coqueiro]

– Eu era subcomandante da Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, em 1955. Sensibilizado com os colegas que estavam retidos em Aragarças, mandei preparar um avião para eu mesmo ir buscá-los. Ir, pousar e liberá-los naquele dia. Eram revoltosos de Aragarças, mas eram meus amigos pessoais. Os sargentos foram ao comandante da base denunciar que eu estava preparando um avião. Eu ia mesmo clandestinamente. Porque era o Serpa... o Wanderley... Aí mudou o ministro e o comandante me chamou. Em Aragarças, o pessoal que se revoltou tinha uma posição diferente da maioria dos oficiais. Eu disse para o comandante: “É verdade, vou lá ajudar meus companheiros que estão acuados”. Ele aí pas-

⁵ Jacareacanga e Aragarças foram tentativas de golpe militar durante o governo Juscelino Kubitschek, que anistiou todos os sublevados. Aragarças era um campo de pouso da FAB em Goiás com um posto-rádio para dar cobertura ao Correio Aéreo Nacional, o CAN. Os golpistas se deslocaram para lá, encheram a pista de tambores de gasolina para ninguém pousar e se declararam revoltosos.

sou um rádio para o ministro da Aeronáutica. Eu era comandante [sic] da base há cinco anos. De tarde, ele me chamou e disse: “O ministro deu 24 horas para você ser transferido para Porto Alegre”. Às 7 horas da manhã, decolei com a família toda. Helena passou a noite arrumando as tralhas, com os filhos pequenos. Veio um Beechcraft do comandante da zona, um bimotor. Eu, a Helena e os três filhos. – E como história de aviador sempre tem o relato da façanha técnica: – Aí os pilotos pegaram o avião. Quando chegou em Curitiba o tempo fechou. O avião sacolejava. Eu conhecia um dos pilotos. Ele olhava pra trás, sabia que eu era piloto de classe, que estava com a família: “Quer sentar aqui?” “É pra já”. E pilotei até Porto Alegre...



Major Rui Moreira Lima, armado com metralhadora Ina e pistola, diante do P-47 que pilotou para reprimir o golpe de Jacareacanga, no sábado de carnaval de 1953

Conheci os amigos do Coqueiro a que ele se referiu. Newton Rubem Sholl Serpa foi meu instrutor de acrobacia na Marinha, quando era capitão-tenente da Aviação Naval. Nelson Lavenere Wanderley, ministro da Aeronáutica do Castello, visitou logo depois do golpe de 64 todas as zonas aéreas. Quando se dirigia aos oficiais da 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, o capitão Alfeu se recusou a receber a ordem de prisão em nome da “revolução” e sua deposição do comando da Base Aérea de

Canoas. O coronel Roberto Hipólito da Costa, do estado-maior do Wanderley, sacou da metralhadora e, com uma rajada pelas costas, assassinou em plena reunião, a sangue frio, o capitão Alfeu Alcântara Monteiro. A perícia constatou que ele foi atingido por 16 projéteis. O mesmo Alfeu que se recusara a levantar vôo para bombardear o Palácio Piratini, quando Jango lá estava com Brizola, na crise de 61, antes de tomar posse. Só recentemente o jornalista e escritor Lira Neto revelou um segredo de família guardado a sete chaves: **o Hipólito era sobrinho do ditador Castello Branco, que o mandou para os Estados Unidos como adido militar. Enterraram o Alfeu e encerraram o assunto.**⁶



Minha conversa com Rui Moreira Lima foi na casa da professora Cecília Viveiros de Castro, em maio de 2005

Rui não mede palavras para condenar a tentativa de derrubar o avião de Jango:

[Moreira Lima]

– **Eu acho que essa Operação Mosquito, se existiu mesmo, foi criminosamente organizada.** Porque não se pode abater um avião em que vem um presidente, que

⁶ LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. Citado no site do Observatório da Imprensa, entrevista a Marinilda Carvalho em 9 de março de 2004.

nem tinha uma escolta. Chama-se a isso assassinato. Porque se dissesse ao piloto do avião: “Você tem que pousar aqui”. “Não, eu estou com o presidente!” “Então eu vou te abater.” “Como? Ele está desarmado!” Não, isso não deve acontecer, segundo a ética militar.

Quando Moreira Lima terminou o curso de Estado-Maior, durante o governo Jango, foi designado para o Conselho de Segurança Nacional, ali na rua Uruguaiana com Presidente Vargas, em cima da Casa da Borracha. Ele estava fazendo um curso na Alemanha quando foi nomeado comandante da Base Aérea de Santa Cruz, em julho de 62, cargo que ocupava quando houve o golpe de 64.

Pois era ao Conselho de Segurança Nacional que ficava subordinado o Sfici (Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência), o serviço secreto brasileiro criado em 1956, no governo Juscelino, e que se transformaria no temido Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura militar. No governo Jânio Quadros, quem assumiu o serviço foi o *bruxo* Golbery do Couto e Silva.

Segundo relata Lucas Figueiredo em seu *Ministério do Silêncio*,⁷

*“No Sfici de Golbery, reconhecia-se que **algumas missões eram realmente sujas**, mas, ainda assim, eram vistas como moralmente defensáveis:*

‘Se imperasse a razão e o respeito mútuo, não seria necessário recorrer permanentemente a recursos dessa natureza. Todavia, infelizmente estamos muito longe desse ideal. E, para subsistir em um mundo cujos governos há milhares de anos realizam ações clandestinas, somos também obrigados a nos valermos delas.’

⁷ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 100.

(...) Todas as fases do aprendizado [no curso para encarregados de casos e agentes] eram supervisionadas pelo tenente-coronel João Baptista Figueiredo, chefe do ninho de serpentes venenosas do Sfici, a SSOP.”⁸

O maranhense Rui Moreira Lima sabe de memória a carta que o pai lhe escreveu, quando entrou para a Escola Militar. Era 31 de março de 1939. Copiou em nanquim e pendurou na parede dos gabinetes que ocupou vida afora. A voz fica embargada ao recitar:

*“Rui, és cadete, amanhã, mais tarde... general. Agora debes estudar muito, redobrar os teus esforços. Deves obediência aos teus superiores e lealdade aos teus companheiros. Seja um patriota verdadeiro e não te esqueças: a força só deve ser usada a serviço do direito. **Povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas.** É esse povo que deve inspirá-las nos momentos graves e decisivos. Nos momentos de loucura coletiva debes ser prudente, não atentando contra a vida dos teus concidadãos. Um soldado não pode ser covarde nem fanfarrão. A honra é para ele um imperativo. Um soldado não pode ser um delator, a não ser que isso implique em salvação da pátria. Espionar os companheiros visando interesse próprio é infâmia. O soldado deve servir. Aí estão os meus pontos de vista. Deus te abençoe”.*

Mas voltemos à minha conversa com o brigadeiro Marcio Coqueiro.

⁸ Subseção de Operações. Citação da Instrução particular que regula o funcionamento da SSOP, de 15.09.1960. Do SFICI. Confidencial. Fundo “Informante do regime militar (código X-9)”/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Rui

És cadete amanhã, depois, mais tarde... general. Agora deves dobrar os teus esforços, estudar muito... Obediência aos teus superiores, lealdade aos teus companheiros, dignidade no desempenho do que te for confiado, atitudes justas e nunca arbitrárias. Se um patriota verdadeiro e não te esqueças do que a força somente deve ser empregada ao serviço do direito. O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas. Estas não devem esquecer que é este povo que deve inspira-las nos momentos graves e decisivos.

Nos momentos de loucura coletiva deves ser prudente, não atentando contra a vida dos teus concidadãos, roubando-os inutilmente. O soldado não pode ser covarde e nem fanfarrão. A honra é para ele um imperativo e nunca deve ser mal compreendida. O soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade. Se o fizer, trai os seus companheiros e pode desgraçar a Nação. O soldado nunca deve ser um delator se não quando isso importar em salvação da Pátria. Espionar os companheiros, denunciá-los, visando interesses próprios, é infâmia, e o soldado deve ser digno. Ai estão os meus pontos de vista!

Benito Moreira Lima.

MARÇO DE 1939

Fac-símile da carta
que o pai escreveu a
Rui Moreira Lima, em
31.3.1939

No mesmo tom informal, **conto a ele que fui eu o piloto da Varig escalado para buscar o vice-presidente João Goulart em Montevideu**, onde fizera mais uma escala no caminho de volta ao Brasil, para os entendimentos políticos que viabilizassem sua posse.

Não por acaso, Jânio tinha enviado o vice-presidente à China, para o futuro estabelecimento de relações diplomáticas com aquele país comunista, em pleno período de guerra fria. A renúncia não deu certo, como manobra para se fortalecer no poder.



Jornalistas Marcio Moreira Alves, Murilo Melo Filho e Moniz Bandeira com o *Che*

Murilo Melo Filho, que acompanhou o candidato à Presidência Jânio Quadros em sua viagem a Cuba, em dezembro de 1959 – logo depois ele venceria JK, mas o vice eleito seria o trabalhista Jango – conta como JQ ficou impressionado com o relato de Fidel Castro, que renunciou ao cargo de primeiro-ministro no começo do governo revolucionário, para poder substituir o presidente Urrutía pelo Dr. Oswaldo Dorticós e assim levar adiante a nacionalização das empresas norte-americanas. Menos de dois anos depois, quando Jânio renunciou, dizia no aeroporto de Cumbica,

Jânio Quadros entre Fidel Castro e *Che* Guevara, visitando Cuba como pré-candidato à Presidência, buscando visibilidade política, em dezembro de 1959



antes de partir para Londres, desconsolado: **“E o povo? Onde está o povo que não vem me buscar?”**⁹

O vice-presidente João Goulart, do PTB, temido por setores militares por sua trajetória ao lado de Getúlio, tornou-se o presidente a ser constituído legalmente, graças ao gesto do udenista Jânio, que não tinha combinado a jogada com ninguém, nem tinha a trajetória do líder Fidel Castro para almejar ser reconduzido ao cargo.

Jânio renunciou no Dia do Soldado, 25 de agosto de 1961. Jango tomou posse no Dia da Independência, 7 de setembro. Nesses 13 dias o país esteve à beira da guerra civil. Os militares que não queriam a posse de Jango se dobraram à resistência do governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, que organizou a Cadeia da Legalidade, levando os transmissores da Rádio Guaíba para o próprio Palácio Piratini, sob ameaça até de bombardeio, por ordem direta do ministro da Guerra, como relatou o marechal José Machado Lopes em seu livro *O III Exército na Crise da Renúncia de Jânio Quadros*.¹⁰

A firme recusa de Machado Lopes em sair da ordem constituída não só evitou um massacre como serviu de exemplo. Em Goiânia, a Polícia Militar saiu às ruas atendendo à convocação do governador Mauro Borges à luta “legalista, democrática e patriótica”. Na Base Aérea de Belém, os sargentos dominaram os oficiais golpistas. No Paraná, enquanto tropas do 1º Exército se deslocavam em direção à fronteira paulista com o Paraná, até a madrugada de 31 de agosto mais de 1.500 pessoas tinham se inscrito como voluntários para lutar pela legalidade. Perto de Florianópolis, na Ilha dos Ingleses, estava fundeado o porta-aviões Minas Gerais, numa tensa espera.

⁹ MELO FILHO, Murilo. *Op. cit.*, p. 348-349.

¹⁰ MACHADO LOPES, José. *O III Exército na Crise da Renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, p. 47-48.

Segundo Almino Affonso, líder do PTB de Jango na Câmara Federal, até o coronel Jaime dos Santos, chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, em Brasília, manifestou a ele, Almino, a decisão de dar cobertura à chegada do presidente João Goulart. Almino está convencido de que **Jânio queria tornar-se ditador**. Com a renúncia e a convicção de que os militares não permitiriam a posse de Jango, diante de tal quadro acéfalo, ele esperava ser convocado pelos militares a assumir com poderes ditatoriais. Jânio teria tentado cooptar Carlos Lacerda para seu projeto de golpe, em vão, no mesmo dia em que, paradoxalmente, condecorara Che Guevara. Lacerda confiava no próprio poder nas urnas para suceder o presidente. Jânio optou erradamente pela renúncia.

Em inflamado discurso, Almino defendeu da tribuna que o Congresso aceitasse imediatamente a renúncia e declarasse João Goulart presidente da República, por imperativo constitucional.

Mas a crise foi resolvida, sobretudo, pelos entendimentos com os congressistas, tanto da UDN (União Democrática Nacional) quanto do PSD (Partido Social Democrático), que aprovaram a toque de caixa a Emenda Raul Pilla, há cinco anos na gaveta, instituindo o parlamentarismo, por 234 votos a favor e 59 contra. Até correligionários do presidente votaram a favor, depois que Jango concordou com Tancredo, Juscelino, o senador Afonso Arinos, o deputado San Tiago Dantas e o deputado Gabriel Hermes. A mãe de Jango, dona Vicentina, deu entrevista à *Última Hora*: **“Rezo para que Deus evite uma guerra civil no Brasil”**.

“Porto Alegre, capital da legalidade. Noite de 1º de setembro. Durante todo o dia a cidade se preparou para a chegada de Jango, que era esperado para qualquer hora. A presença popular nas ruas atingiria seu ponto máximo após uma semana de intensa mobilização. Na praça da Matriz, defronte ao Piratini,



Para Coqueiro foi uma surpresa saber, em 2005, que era eu o piloto do avião do Jango a ser derrubado pela Operação Mosquito

setenta mil pessoas se acotovelavam, portando faixas, fotos de Goulart e Brizola e bandeiras. A Rede Nacional da Legalidade anunciava a vinda do vice-presidente por automóvel. Uma informação falsa para despistar. Motivo: o boato de que oficiais da FAB mais radicais, contrários à posse de Jango, tentariam abater seu avião ao adentrar o espaço aéreo brasileiro. Era a chamada Operação Mosquito.”¹¹

– Pois bem, **quem foi buscar o Jango em Montevideú fui eu**. Eu e o Silvio Lima, comandante, brizolista declarado – conto para o Marcio. – Não sei por que o Berta me escalou para ir. A Varig tinha tripulantes baseados em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Minha base era Rio de Janeiro. Eu saí daqui, do Rio, fui de tripulante extra num vôo da Varig, cheguei lá, disse para o Ruben Berta: “Eu vim para Porto Alegre aderir ao Brizola para garantir a posse do Jango, que é o legítimo sucessor do Jânio Quadros”. Quando eu estava embarcando para Porto Alegre tinham me dito: “Você tenha na cabeça que existe uma operação, um plano,

¹¹ LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 117.

para não deixar o Jango sobrevoar o território nacional". Era tarde, já no escuro, o avião era um Caravelle, que alcança uns 900 km por hora. Eu disse ao Lima: "Vamos fazer um plano de vôo com 32 mil pés, mas não vamos cumpri-lo. O risco é todo nosso, mas será insignificante diante dum ataque dos caçadores. Avião de caça intercepta muito bem se você for nas alturas." E viemos, em baixa altitude, dois, três mil pés, até Porto Alegre.

Foi quando Coqueiro me surpreendeu ao exclamar:

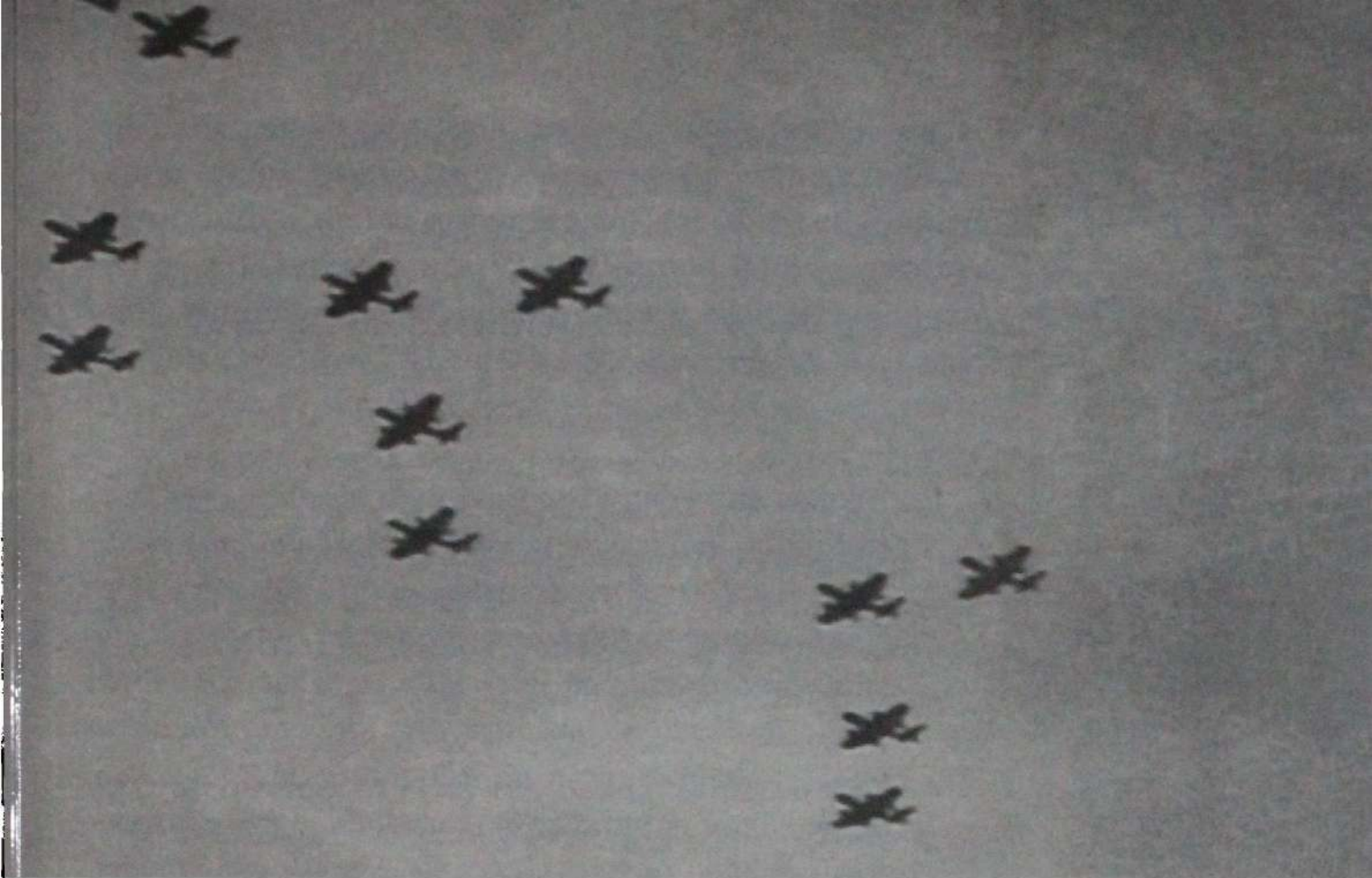
[Coqueiro] – Já pensou se eu derrubasse o avião com o meu amigo Mello Bastos? Ia ser um desespero pra mim, ia ser o fim do mundo. Eu estou dizendo isso agora, que eu sei que era ele o piloto que vinha, se fosse o Jango eu batia palma...

[Moreira Lima] – **Eu tinha vontade de saber se a esquadrilha realmente decolou, porque o presidente poderia fazer uma diversão pelo mar, fazer uma rota diferente – conjectura Moreira Lima.** – Mas mesmo um piloto civil sabe do risco de ser abatido numa situação dessas, o couro dele também está em jogo. Tecnicamente poderia acontecer o ataque, porque o birreator de caça tinha a mesma velocidade do Caravelle, voava a Mach ponto 8, Mach ponto 8,5 (cerca de 1.000 km/h).¹² Voei muito nesse avião, um avião forte, tinha foguete, tinha tudo. O Caravelle tinha a mesma velocidade. Era preciso que o piloto do caça visse o alvo e que o caça estivesse abaixo. O Mello Bastos disse que ele vinha baixo, estava certo, dificultava o ataque.

– Uma tentativa... – comentário.

– É uma tentativa de driblar o radar, a defesa aérea de Santa Cruz. Porque certamente os aviões decolariam daqui. No momento em que ele [o avião do Jango] chegasse mais per-

¹² "Mach ponto x" quer dizer o percentual da velocidade do som, que é 1.200 km/h. Mach ponto 8,5 corresponde a 85% da velocidade do som, portanto, a 1.020 km/h.



to do Rio, por causa do combustível. A distância para abater seria a que permitisse ao avião atacante retornar à base. Porque gasta muito combustível num ataque desse. Seria para fazer um círculo ali na região de Campos, por exemplo, de Campos para cá, abriria a esquadrilha, e seria no olho. Eu tenho uma dúvida: quando o Jango estava voltando para o Brasil, ele veio direto para a Argentina?

Esquadrilha de aviões Gloster em exibição sobre a Base Aérea de Santa Cruz, em 1983

Esclareço:

– Ele veio direto para Montevideú. Saiu da Europa para os Estados Unidos, teve um entendimento com Kennedy, e veio para Montevideú pela rota do Pacífico, via Santiago do Chile.

– Então eles iriam interceptar no espaço aéreo brasileiro, seria por aqui mesmo.

O clima político naquele momento era tão tenso que até Tancredo Neves, voltando do entendimento com Jango em

Montevidéu, desistiu de pousar em Porto Alegre, para falar com Brizola. **Haveria pressões para que Brizola seqüestrasse Tancredo e o usasse como refém numa possível negociação com o Congresso e os militares.** Segundo Murilo Melo Filho, o próprio Brizola confirmou a história anos depois, para ele e Carlos Heitor Cony. Tancredo preferiu seguir direto para Brasília. Continua Murilo:¹³

“Alguns focos de resistência ainda teriam de ser neutralizados, como o da Operação Mosquito, planejada por um grupo de oficiais radicais da FAB, sob a liderança do major e depois brigadeiro Coqueiro César [sic], com objetivo de interceptar o avião que traria Jango de Porto Alegre para Brasília. Essa operação foi desmobilizada pela atuação direta de Denys, que, ainda com a perna direita engessada, como consequência de uma fratura na canela, porque escorregara no tapete durante descida de uma escada, teve de empenhar-se pessoalmente para ser cumprido o acordo já estabelecido e mandou para os exaltados uma mensagem: Fiquem todos tranqüilos e quietos, porque permaneceremos atentos. Esta posse pode ter um revertere mais cedo do que se imagina”.

Lucas Figueiredo descreve de que forma o serviço secreto, que deveria zelar pela segurança do Estado, passou a trabalhar pelo golpe militar, tendo à frente Golbery, que almejava voltar ao poder com o ex-presidente JK:

“Golbery instalou uma unidade de guerra psicológica na Casa da Borracha [como se referiam ao órgão por causa da sua localização, no prédio em que aquela loja ocupava o térreo], com o objetivo de baratar o público com falsos panfletos revolucionários do PCB. Por fim, improvisou um serviço de censura para

¹³ *Op. cit.*, p. 367-368.

filtrar as notícias da crise que saíam nas rádios e TVs. (...) Ele (Golbery) foi o ghost writer do manifesto assinado pelos três ministros militares – Odílio Denys (Guerra), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sylvio Heck (Marinha) – em que a tríade manifestava a ‘absoluta inconveniência’ de João Goulart retornar ao país para, como determinava a Constituição, assumir a vaga deixada por Jânio. Golbery bateu pesado: ‘Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas’.”¹⁴

O brigadeiro Marcio Coqueiro se reporta ao próprio vínculo com o governo Jânio Quadros para explicar o questionamento – dele e dos chamados oficiais radicais da FAB – à posse de Jango:

– Fui diretamente ligado ao Jânio, antes, durante e mesmo depois que ele foi embora. Apoiei a candidatura dele à Presidência. Eu trabalhava no gabinete do ministro da Aeronáutica, Gabriel Grün Moss. Então eu era a ligação, para assuntos de vôo, de transporte, com o gabinete do Jânio Quadros. O chefe do gabinete militar era o coronel José Geraldo, que veio de Mato Grosso. Quando ele cometeu essa barbaridade de renunciar com oito meses de governo, foi uma surpresa, surgiu uma preocupação forte na área militar, porque tínhamos a impressão de que o Jango era um homem de esquerda.

[Coqueiro]

¹⁴ *Op. cit.*, p. 103-104. Extraído do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, verbete “Revolução de 1964”.

Marcio vira-se para mim:

– Ocorreu o seguinte, Mello Bastos. Veja bem. Eu estava no meu gabinete, atento ao que estava ocorrendo em todo o país. Mas o brigadeiro Moss e os dois outros ministros militares vieram para o Rio, onde estava a maior confusão sobre a posse do Jango. Eu já escrevi um artigo sobre isso, eles estavam errados ao vir para o Rio, tinham que ter ficado lá para resolver. Recebi um comunicado de que havia no aeroporto de Brasília uma comissão de senadores, deputados, querendo embarcar para Montevideu pra voltar com o avião do João Goulart. Naturalmente eram parlamentares ligados a ele, então estavam querendo embarcar e estava havendo dificuldade. Fui pra lá pessoalmente. Cheguei lá e disse aos parlamentares: “Aconselho aos senhores não irem agora para Montevideu, ainda não existe a decisão dos ministros acolhendo a posse do Jango. Os senhores deveriam aguardar um pouco para não terem problemas”. Eles fizeram cara feia e foram embora. No dia seguinte o jornal estampou: “Operação Mosquito ameaça posse”. O que havia era a interdição dos aeroportos até ficar decidida a posse dele. Imagine se eu soubesse que era você que estava pilotando o avião...

[Almino Affonso]



– **O clima era de pânico, tudo parecia voltar à estaca zero, lembra o então líder do PTB, deputado Almino Affonso.** – Quando os parlamentares que iam buscar Jango chegaram no aeroporto no dia 4, disseram que o aeroporto estava fechado por ordem do ministro da Aeronáutica! Os jornais noticiavam a façanha fascista a que se dispunham protagonizar alguns oficiais da Aeronáutica...

Em seu livro *Raízes do Golpe*, Almino transcreve o ofício do ministro da Justiça, deputado Martins Rodrigues, para o senador Moura Andrade:

“Acontece, porém, que ocorre um fato novo: o ministro da Aeronáutica declarou ao presidente da República que havia elementos inconformados na

*sua corporação, os quais estavam dispostos a praticar operações que importavam em risco grave para os transportes aéreos e, nesse caso, não podia permitir que o avião destinado a conduzir parlamentares ao Rio Grande do Sul, a fim de acompanhar o presidente João Goulart em sua vinda a Brasília, levantasse vôo no Aeroporto da Capital da República. (...) Em face das informações acima enunciadas, não se sente, no momento, em condições de manter as garantias que havia assegurado existirem e que, agora, não se encontra em suas mãos dá-las para a vinda do presidente João Goulart”.*¹⁵

– O Congresso Nacional foi convocado às 2h30 da madrugada, em caráter extraordinário, naquela antemanhã do dia 5 de setembro – prossegue Almino. – **Falava-se à boca pequena que o presidente Mazzili, horrorizado, dizia-se convencido de que os oficiais sediciosos levariam a termo o atentado brutal.** Ele convocou, então, os ministros militares a que viessem a Brasília, já que se encontravam no Rio no exercício de um triunvirato de fato. Várias horas depois, o marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, divulgou nota oficial reassumindo as garantias. Mas os rumores de que a Operação Mosquito não tinha sido desmontada continuaram.

Na verdade, em pelo menos dois momentos se temeu um atentado contra o avião do presidente, ou a sua interceptação. Com a parada em Montevideu e, depois, em Porto Alegre, os militares golpistas renovaram a expectativa de derrubar o avião de Jango. No Rio Grande do Sul, meu companheiro Alfredo Ribeiro Daudt – com quem disputei muita partida de xadrez, no exílio em Montevideu – então capitão-aviador da FAB, servindo na base de Canoas, foi um dos responsáveis pelo boicote à ordem de bombardeio do

¹⁵ AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 44-45.

O capitão-aviador
Alfredo Daudt é
recebido
no exílio,
em Montevideú,
pelo líder
Leonel Brizola



Palácio Piratini, onde Jango se reunia com Brizola, recém-chegado de Montevideú.

Depois do golpe, em dezembro de 64, Daudt fugiria do quartel da 6ª Cia. da Polícia do Exército, onde estava preso, graças ao capitão que estava de guarda, nada menos que Carlos Lamarca, então um militar indignado por ter que guardar presos políticos e futuro guerrilheiro contra a ditadura. No Uruguai, Daudt dividiu comigo o volante do caminhão da Pollolandia, a casa de aves e ovos de que fomos sócios. No *Salvo-Conduto*, conto sobre a vez em que nós dois levamos um grupo de tupamaros para um churrasco no interior, e ainda bancamos a gasolina...

Mas voltemos à resistência patriótica de tantos militares que garantiram a posse de João Goulart.

Muitos sargentos e suboficiais contribuíram para divulgar informações contraditórias, inclusive quanto ao boletim meteorológico, dificultando o monitoramento da partida de Jango de Porto Alegre para Brasília. Graças a tantos militares legalistas, como o Daudt e o Alfeu, como já contei, o presidente chega em segurança à capital federal, a bordo de

um Caravelle da Varig, às oito e meia da noite, em meio a uma comoção geral.

Almino se refere à informação obtida na ocasião de que os sargentos das bases aéreas de Porto Alegre e Belém teriam simplesmente prendido seus superiores nos próprios aviões, para evitar o atentado.

Já o escritor e então piloto de caça Oswaldo França Júnior, em entrevista a Geneton de Moraes Neto, diz que o ataque aéreo ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, foi evitado graças à ação dos sargentos, que furaram os pneus dos caças, impedindo-os, assim, de decolar.

Meu saudoso amigo Evandro Lins e Silva, que veio a ser chefe do Gabinete Civil do Jango, tinha ido com ele à China. Em depoimento ao Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) anos depois, Evandro lembrou que estavam em Cingapura quando souberam da renúncia do Jânio. Enquanto Jango se retardava propositalmente no exterior, Evandro seguiu para Brasília, onde o aguardava no aeroporto no dia 5 de setembro. Ele testemunhou quando sargentos da Aeronáutica tranqüilizaram o presidente em exercício Ranieri Mazzilli e o do Senado Auro de Moura Andrade afirmando que não haveria ataque ao avião do Jango porque eles, sargentos, haviam retirado peças dos aviões de caça. O fato é que a operação foi abortada.

O próprio general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar do presidente Mazzili, também em depoimento à FGV, confirma:

“Houve naquela época alguns problemas com a Aeronáutica. Primeiro foi a Operação Mosquito, cujo objetivo seria abater o avião. Depois quiseram impedir o pouso em Brasília, colocando tonéis na pista. Eu reagi dizendo: ‘Não permito. Já que resolveram dar posse, ele toma posse. Vamos cumprir aquilo com

que nos comprometemos'. Fui ao aeroporto, de onde foram retirados os tonéis, e esperei o avião. Recebi Jango junto com o presidente Mazzilli e fomos deixá-lo na Granja do Torto. No automóvel, ao se despedir, Jango me disse: 'Preciso ainda conversar com o senhor'. É claro que ele não me chamou nunca, nem eu fui procurá-lo".

Coqueiro contesta de forma evasiva, talvez confundindo episódios diferentes que envolviam sargentos de Brasília:

[Coqueiro]

– Não sei se o fato detalhado é fantasioso. O que houve em Brasília foi um levante de suboficiais e sargentos contra essa posição dos ministros de não dar posse ao Jango. **Se eles inventaram essa história de tirar peça de avião, eu nunca soube.** Só soube que houve essa rebelião, que depois foi controlada pelas autoridades. Acho até que foi em outra ocasião. Porque os sargentos eram favoráveis ao Jango. E o que se faz para impedir vôo é tirar peça de avião. Sem dúvida.

A história registra vários episódios em que foram sargentos e suboficiais que impediram atos impatrióticos e criminosos, como o que ocorreu na Argentina, em 1955, quando

Avião P-47
pilotado por Rui
Moreira Lima
na II Guerra
Mundial



aviões da Marinha de Guerra daquele país descarregaram nove toneladas de explosivos sobre a multidão concentrada na Plaza de Mayo, diante da Casa Rosada, num golpe contra o presidente Perón. O general-presidente se retirou a tempo do balcão do palácio, mas morreram 350 pessoas e duas mil ficaram feridas.

Na ordem do dia de primeiro de abril, em que passou o comando da base de Santa Cruz ao coronel Esron Pires já sob o governo militar, Moreira Lima alertou seus até então comandados, como reconstitui agora:

– Vocês têm em mãos uma arma poderosa, o avião Mark 8. [O Gloster Meteor, como era conhecido, era um avião de caça com quatro canhões, seis foguetes e duas bombas de mil libras.] Na Argentina usaram esse mesmo avião contra o povo desarmado. Prestem muita atenção às ordens que vocês receberem.

[Moreira Lima]

Mesmo decidido a não fazer acusações a companheiros da Aeronáutica, Rui acaba contando o que ele próprio apurou sobre a Operação Mosquito, muitos anos depois.

Num dos encontros semanais de confraternização na casa do brigadeiro Nero Moura, que comandou o Grupo de Caça, Rui interpelou o brigadeiro Parreiras Horta, que era o comandante do Comando Aerotático Terrestre em 1961, e o coronel Paulo Costa – o mesmo que foi seu “ala” no famoso episódio que o transformou em herói de guerra, em Monte Castelo, e que seria o piloto designado para a Operação Mosquito. **Ambos confirmaram que a ordem era interceptar o avião do vice-presidente Jango, que, esperava-se, viria de uma escala em Recife, e obrigá-lo a pousar no Rio de Janeiro.**

– E se o avião não pousasse? Qual era a ordem? – insistiu Rui.

Diante da resposta evasiva e pouco convincente, Moreira Lima conclui, em seu depoimento gravado, contradizendo a versão oficial sobre o episódio:

– Não sei se eles decolaram. Estava tudo pronto, aí o avião [do Jango] não vinha, então eles abortaram a operação. Mas de qualquer forma eles formaram a esquadrilha, botaram o Paulo Costa de comandante, caçador, com experiência na guerra... Eu escuthei ele: “Mas você topar isso... Povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas!”.





O deputado Neiva Moreira foi o braço direito de Leonel Brizola por mais de 40 anos

Parlamentares lutam pela posse de Jango: a Operação Carrapato que também não houve

4

No dia 27 de agosto de 1961, dois dias depois da renúncia de Jânio, ainda não se esboçara a saída parlamentarista para a crise, articulada por Tancredo Neves. O líder do PTB, deputado Almino Affonso, denunciou a manobra dos ministros militares, que queriam impedir a posse de Jango:

“O Partido Trabalhista Brasileiro, fiel às suas tradições democráticas, não pode aceitar essa renúncia senão como um golpe, em que o presidente da República pretende retornar ao governo à maneira de um ditador, disfarçada ou não, seja de que forma for”.¹

¹ Citado por NEIVA MOREIRA, José Guimarães. *O Pilão da Madrugada*. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1990.

Como lembra o deputado Neiva Moreira, então do PSP (Partido Social Progressista), líder da Frente Parlamentar Nacionalista, trincheira fundamental na luta pelas reformas de base:

[Neiva]

– O grupo nacionalista já andava às turras com o governo [do Jânio], criticando sua dupla face: progressista para uso externo, monetarista e reacionário, internamente. Nem a estranha condecoração do Che Guevara acalmou nossas inquietações.

Desde 1958, a Frente Parlamentar Nacionalista reunia deputados federais de todos os partidos que tinham compromisso com as teses do nacionalismo econômico. Almino Affonso considera que os 111 integrantes da frente atuavam de forma muito mais coesa do que qualquer dos partidos, tornando-se o fiel da balança das decisões na Câmara Federal.²



Neiva Moreira é o principal articulador da Frente Parlamentar Nacionalista, como seu secretário-geral. A foto é de 1.8.1959

² AFFONSO, Almino. *Op. cit.*, p. 54 e 55.



Além do estatuto do capital estrangeiro – regulando os investimentos e limitando a remessa de lucros e o pagamento de *royalties* –, a frente lutava pelo monopólio estatal da energia elétrica, pela defesa do monopólio estatal do petróleo, pelas reformas agrária, urbana, tributária, universitária, e também pela chamada política externa independente, garantindo as relações diplomáticas com todos os países, respeitando a autodeterminação dos povos e a não-ingêrência nos demais países.

Almino reconstitui em seu livro a composição da frente. Em seu partido, o PTB, os nacionalistas constituíam o Grupo Compacto, nascido em 1959: Sérgio Magalhães, Temperani Pereira, Bocayuva Cunha, Rubens Paiva, Clidenor de Freitas, Ramon de Oliveira, Arthur Virgílio Filho e Fernando Santana, entre outros, que eram a esquerda da corrente nacionalista. No Partido Social Democrático, o núcleo nacionalista era a Ala Moça, da qual faziam parte Waldir Pires, José Joffily e Cid Carvalho. A própria UDN tinha a sua Bossa Nova, com José

Clima de guerra civil na renúncia de Jânio: polícia civil usa metralhadoras e bombas de gás contra população, em Copacabana, em 29.8.1961



O ministro do Trabalho Almino Affonso cumprimenta companheiros trabalhistas do Congresso, como os deputados Clidenor de Freitas e Rubens Paiva (ao fundo, à direita) em 19.4.1963

Sarney, José Aparecido, Gabriel Passos, Ferro Costa, Adail Barreto e Celso Passos. Do Partido Socialista Brasileiro, destacavam-se Aurélio Viana e Barbosa Lima Sobrinho. Do Partido Democrata Cristão, Almino cita Paulo de Tarso e Plínio Sampaio. E do Partido Social Progressista, Sílvio Braga e o líder da Frente, Neiva Moreira.

Naqueles dias que se seguiram à renúncia de Jânio Quadros, o bloco de parlamentares fiéis à legalidade, temeroso do fechamento do Congresso, começou a organizar a retirada da Câmara para Goiânia, onde o governador Mauro Borges era “um firme combatente nacionalista engajado na defesa da posse de Jango”, segundo Almino. Como a retirada de Brasília para Goiânia seria pelo cerrado, foi Neiva Moreira, com divertida irreverência, quem batizou a movimentação, numa clara alusão à Operação Mosquito: seria a Operação Carrapato.

– Nós tínhamos cento e tantos deputados, a direita tinha cento e tantos deputados, e a luta foi se radicalizando. Eles formaram um bloco que quis tomar conta da Câmara e não nos permitia nem sequer falar – relembra Neiva em seu ga-

binete atual do Congresso, onde cumpre o sétimo mandato federal, ao longo de mais de trinta anos. – Telefonei ao Mauro Borges, que era governador de Goiás, e nos encontramos numa madrugada dramática com outros companheiros. Eu estava com o Fernando Santana e o José Joffily, quando ele disse: **“Bom, vamos levar a Câmara para Goiânia”**.

Neiva recorda que o governador goiano destinou um teatro para receber a Câmara, enquanto se faziam os preparativos no Congresso, primeiro velados e depois às claras, da chamada “Operação Carrapato”. Em seu livro *Pilão da Madrugada*, ele conta que Santana e Salvador Lossaco ficaram encarregados de preparar a “retirada parlamentar”. Agora, Neiva acrescenta que, a seu lado, também estava nosso companheiro do CGT, Dante Pellacani.

– Alguém sugeriu colocar o nome de Operação Patriótica. Aí eu disse: “Não, tem que ser alguma coisa mais popular. O que é que nós vamos encontrar nessa estrada?” O goiano disse: “Lá só tem muito é carrapato”. “Então tá OK, é a Operação Carrapato” – conta Neiva, morrendo de rir.

Olho meu velho companheiro de exílio, grande conspirador e patriota, e não posso deixar de lembrar do folclore em torno do bravo deputado Neiva Moreira. Como na vez em que nos convidou para jantar em sua casa, em Montevideu, éramos eu, o Cibilib Viana, o Dagoberto Rodrigues e o general Oest. Ainda estava lá o irmão dele, cinco convidados, mais ele, o dono da casa. O Neiva chegou com um franguinho de nada, pôs na mesa, e com gestos largos, como manda a hospitalidade maranhense, nos disse: “Sirvam-se à vontade! Vocês estão de cerimônia!”. Ou em outra ocasião em que, ao ser servido de um belo estrogonofe de carne, também no Uruguai, perguntou ao anfitrião: “Não tem uma farinha pra botar nesse ensopadinho?”.

[Exílio no Uruguai]

Além do senso de humor, Neiva sempre foi conhecido por sua combatividade. Entre as inúmeras tentativas de organi-

zar a resistência à ditadura durante o exílio no Uruguai, os “brizolistas” eram, em geral, representados pelo Neiva.

No começo de 1966, com a realização, em Cuba, da 1ª Conferência Tricontinental de Havana e a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), os ânimos ficaram mais exaltados na comunidade brasileira exilada. O grupo dos militares, em sua maioria sargentos que haviam participado do levante em Brasília, cobrava a presença física de Brizola nas iniciativas rocambolescas de incursão no Brasil, até porque muitos não acreditavam que ele aceitasse.

Foi assim que surgiu, no Uruguai, o Movimento de Resistência Militar Nacionalista, o MRMN, de cuja fundação participaram o ex-almirante Cândido Aragão, que chefiou o Corpo de Fuzileiros Navais; o ex-general Henrique Cordeiro Oest, com quem dividi casa, irmão do dirigente do PCdoB, depois assassinado, Lincoln Oest; o ex-capitão da Aeronáutica Alfredo Ribeiro Daudt, gaúcho, cuja filha Nereida viria a se casar com o filho do Brizola, José Vicente (o filho do casal, Brizola Neto, é hoje vereador pelo Rio de Janeiro); o ex-coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll, que viria a integrar a Resistência Armada Nacionalista, a RAN, ligada à tentativa frustrada de guerrilha na Serra de Caparaó, e muitos outros.

O próprio ex-presidente João Goulart teria organizado uma reunião em sua casa com o MRMN, representado por Aragão, Daudt e Nicoll, em que prometeu ajuda financeira ao grupo. Formou-se, então, um comitê, em que ele, Jango, seria representado por Darcy Ribeiro, ex-chefe da Casa Civil; o grupo sindical, por Dante Pellacani; os militares, pelo Nicoll; e os brizolistas, pelo Neiva Moreira. Os brizolistas acabaram rompendo com o MRMN.

Esse foi apenas mais um dos inúmeros movimentos e articulações que surgiram no Uruguai, onde centenas de antigos dirigentes civis e militares se viram alijados da vida política



Cel. Emanuel Nicoll parte para o exílio na Bolívia, acompanhado das filhas Eliane, Liana, Marilena e Marília, indo depois para o Uruguai. Ele seria um dos articulares da RAN (Resistência Armada Nacionalista), movimento armado contra o golpe militar de 1964

brasileira pelo golpe militar. Eu próprio acompanhei a maior parte dessas movimentações apenas de longe, procurando manter o melhor relacionamento possível com todos os grupos, o que acabou resultando em informes cômicos dos policiais infiltrados entre nós, tentando interpretar nossos campeonatos de xadrez...

Mas voltando à **Operação Carrapato**:

– O Tancredo nos chamou, fez um apelo patético [para que desistíssemos da operação], todas as nossas idéias seriam respeitadas, o Jango faria uma consulta plebiscitária – continua Neiva, referindo-se àquele que seria o primeiro-

[Neiva]

ministro de João Goulart. – Ficamos sensibilizados pela cogitação do nome do Dr. Gabriel Passos, um reconhecido nacionalista, para ser ministro de Minas e Energia, pasta que era o centro nevrálgico da penetração estrangeira.

Em seu livro, Neiva relata com detalhes o plano daquela época de seqüestrar um avião Constellation, por ninguém menos que o deputado Tenório Cavalcanti, devidamente equipado com sua metralhadora de estimação, a “Lurdinha”, desviando-o para Porto Alegre, onde o governador Brizola pretendia resistir e havia pedido reforços. Seria o primeiro seqüestro de avião da história em nome da legalidade. Um inusitado “comitê” ficou encarregado de levar ao general Machado Lopes, comandante do III Exército, o manifesto de mais de cem deputados, iniciativa da bancada do PTB gaúcho. Junto com Tenório, lá foi o truculento José Lopes, usineiro da ala conservadora do PTB, e o deputado cearense Esmerino Arruda. Depois que o comandante do avião, programado para fazer o trajeto Rio–São Paulo, conseguiu convencer, a duras penas, tal “delegação” da impossibilidade técnica de seguir para Porto Alegre – e ainda deixar a “Lurdinha” provisoriamente apreendida no aeroporto Santos Dumont, no Rio –, os deputados chegaram à capital gaúcha num teco-teco fretado em São Paulo.

O jornalista Moniz Bandeira – integrante da clandestina Polop (Política Operária) naquela época e que, anos depois, no exílio, almoçava em nossa casa da avenida Agraciada, em Montevideú, quase todos os dias³ – assim descreve o clima de tensão no palácio de governo do Rio Grande do Sul, sob ameaça de bombardeio por ordem do ministro da Guerra Odílio Denys:

³ No meu livro *Salvo-Conduto*, no capítulo “Cinco pesos por almoço”, conto as brincadeiras envolvendo o “Polop”, como eu apelidei o Moniz Bandeira, por causa do mistério que ele continuava a fazer, mesmo no exílio, quanto à sua participação nesta organização. *Op. cit.*, p. 142-145.

“O Rio Grande do Sul estava inteiramente isolado do resto do país e do mundo. Os militares golpistas haviam cortado todos os canais telefônicos do estado, só restando uma linha de ligação com Montevidéu, inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas. Mas a Rádio Guaíba furou o bloqueio. Entrou em cadeia com outras emisoras e o povo brasileiro pôde escutar as palavras de Brizola. O governador fez um rápido relato à população sobre os últimos acontecimentos. Depois de revelar a ordem expedida pelo Ministério da Guerra para atacar o palácio do governo, inclusive bombardeá-lo, Brizola solicitou que as famílias, especialmente as crianças, se afastassem do centro da cidade. Apelou para que viessem até o palácio os que estavam dispostos a lutar. (...) Ao final, emocionado, Brizola enfatizou que, se os golpistas viessem, encontrariam escombros naquele palácio, como símbolo da resistência”.⁴

No Rio de Janeiro, o marechal Henrique Teixeira Lott foi preso na fortaleza de Laje por lançar o seguinte manifesto, em defesa da ordem constitucional:

“Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro:

[Lott em 1961]

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do senhor ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao governador do Rio Grande do Sul, através do deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, Dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise no território nacional.

⁴ MONIZ BANDEIRA, Alberto. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 81-82.

*Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, **sinto-me no dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor ao país.** Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da Nação, as forças de produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria. Henrique Lott”.*

O marechal Lott conta com o respeito de todas as Forças Armadas, desde a campanha pelo retorno aos quadros constitucionais vigentes de 1954.

Na foto, desembarca de um Super-constellation no Santos Dumont ao lado do ministro da Marinha, em outubro de 1958



Já na crise que antecedeu a eleição e posse de JK, o então ministro da Guerra Henrique Lott tomara atitude parecida, e terminou pedindo sua exoneração ao presidente Carlos Luz, por este não ter punido o coronel golpista Jurandir de Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra, que, nesta condição, era ligado à Presidência da República e não a ele, Lott. Acabou voltando atrás, permanecendo no cargo e liderando o contragolpe, “com o decisivo apoio do general Odilio Denys, então comandante da Zona Militar Leste, para neutralizar a conspiração”. O mesmo Denys que queria bombardear o Piratini de Brizola anos depois... A ameaça à posse de JK completou cinquenta anos em 11 de novembro de 2005 e foi lembrado por Karla Carloni, que acaba de defender uma dissertação de mestrado sobre o tema:

*“Lott representou a expressão maior do grupo legalista. Ele era considerado um militar profissional, que até aquele momento não se envolvera na política. Mas assumiu um papel central no episódio porque, antes de tudo, quis defender a hierarquia e a disciplina na tropa”.*⁵

Mas, nos dias da Cadeia da Legalidade, quem deixou para a história uma página incomparável de coragem patriótica foi Leonel Brizola. Eu mesmo fui um dos muitos que se apresentaram ao líder da resistência legalista, colocando-me às suas ordens. Coube-me buscar o presidente em Montevideu, por determinação da Varig, como já contei.

É o próprio Brizola quem relata, anos mais tarde, o momento em que recebeu o apoio formal do general Machado Lopes, comandante do III Exército, recusando-se a obedecer à ordem golpista de seu superior, o ministro da Guerra:

[Leonel Brizola]



⁵ Jornal *O Globo* de 11 de novembro de 2005, p. 14: “O mês em que o Brasil teve três presidentes”.

*“Na hora aprazada recebi, em meu gabinete no andar superior do Palácio Piratini, o general Machado Lopes, que se fazia acompanhar de algumas altas patentes do Exército. O general, ao meu lado, na extremidade de uma mesa de reuniões, de imediato tomou a palavra, comunicando-me que o Comando e todos os Generais do III Exército haviam decidido não aceitar nenhuma solução para a crise, fora da Constituição. Levantei-me e apertei a mão do General, dizendo-lhe que daquele momento em diante passava a Brigada Militar ao seu comando. Achavam-se presentes, além do doutor João Caruso, o professor Francisco Brochado da Rocha⁶ e o coronel (Dionísio) Moojen, comandante da Brigada Militar. Terminada a reunião, fiz questão de acompanhar o general Machado Lopes até à porta do Quartel-General do III Exército”.*⁷

[Neiva]

– Eram evidentes as nossas coincidências com o Brizola – retoma Neiva Moreira. – Naquela época o nosso grupo [da Frente Parlamentar Nacionalista] já tinha o gaúcho Rui Ramos como líder da tropa de choque nacionalista no plenário da Câmara. O governo do Brizola no Rio Grande do Sul tinha encampado as empresas de energia elétrica e de telefones, subsidiárias da Bond and Share e da ITT. Isso tornou o Brizola conhecido não só no Brasil como lá fora, pela coragem de desafiar o capital espoliativo estrangeiro.

De fato. Quando em 13 de maio de 1959 Brizola decretou a expropriação da filial da Bond & Share no Rio Grande do Sul, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, foi um deus-nos-acuda. Em meia hora o presidente JK já estava

⁶ Secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, depois primeiro-ministro de Jango nomeado em julho de 1962, no lugar de Auro de Moura Andrade, por pressão, inclusive, da greve geral que deu origem formal ao CGT, como veremos.

⁷ Depoimento de Leonel Brizola a PORTO A., STRICHER Ricardo e QUINTANA Sérgio. *Legalidade, 25 anos: a resistência que levou Jango ao poder*. Porto Alegre: Rafael Guimarães, 1986.



O governador Leonel Brizola liderou a Cadeia da Legalidade pela posse de Jango, instalada no Palácio Piratini, em cuja sacada comemorou a vitória

chamando Brizola ao telefone. Aos poucos foram surgindo as fraudes na contabilidade da companhia, que se recusava a modernizar a rede de distribuição de energia caso o poder público não aceitasse suas exigências para a renovação da concessão por mais 35 anos.

Até aquele momento, nem Cuba ousara tanto. O secretário do Tesouro americano protestou, preocupado com o mau exemplo para os demais países latino-americanos. Brizola pôde comprovar como as corporações internacionais, pro-

tegidas pelos governos de seus países de origem, impunham condições espoliativas nos países em que atuavam. A consciência antiimperialista o levou a enfrentar também a Companhia Telefônica Rio-Grandense, filial da ITT, a quem propôs criar uma sociedade de economia mista.

Depois de muitas idas e vindas, já no governo Jango, Brizola descobriu que o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Campos, e o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, haviam negociado em sigilo, com a cobertura do ministro da Guerra Amaury Kruehl, que era da Comissão Interministerial, uma indenização escandalosa pelas nacionalizações.

Brizola denunciou a negociata na televisão e o Ministério caiu. O acordo sustado foi fechado, menos de um ano depois, pelo mesmo Roberto Campos, como ministro do Planejamento do ditador marechal Castello Branco. A ITT viria a financiar anos depois um outro golpe de Estado, desta vez contra Salvador Allende, no Chile.⁸

Neiva Moreira sorri, saudoso, ao reconstituir aqueles dias de luta, em 1961:

– Eu já tinha notado que **o Brizola se identificava mais conosco do que com alguns nacionalistas históricos.** Sem falar com ninguém, resolvi procurá-lo por minha conta. Aproveitei um congresso da UNE, no Sul, e dei uma esticada, discreta, até Porto Alegre.

Neiva refere-se, possivelmente, ao Seminário Nacional de Reforma Universitária que aconteceu, em Curitiba, em março de 1962. A Carta do Paraná que resultou do encontro regulamentou a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades, uma importante conquista.

⁸ <http://www.pdt.org.br/personalidades/brizola_historia_2.asp>.



Aos 88 anos,
Neiva cumpre o
sétimo mandato
parlamentar,
pelo PDT

[UNE]

A UNE, que junto com a Frente Parlamentar Nacionalista aderira à Campanha da Legalidade desde o primeiro momento – chegando, inclusive, a transferir sua sede para o Rio Grande do Sul e decretando greve geral –, continuou a participar ativamente da luta pelas reformas de base. Criou o Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE Volante, com os quais procurava conscientizar a população por meio da cultura. Na lembrança de Hércules Corrêa, um importante militante do CPC da UNE foi Arnaldo Jabor, o cineasta, depois comentarista político do Sistema Globo de Rádio e Televisão. No ano anterior, em julho de 1961, o hoje deputado Aldo Arantes, então militante da Ação Popular, se elegera presidente, no XXIV Congresso da entidade.

E prossegue Neiva:

– Até então eu e o Brizola tínhamos uma relação respeitosa, mas superficial. Quando já havia cheiro de conspiração no ar, eu resolvi comigo mesmo que não dava para deixar o Brizola fora disso [a resistência ao golpe]. Quando cheguei no gabinete dele, no palácio, fui muito bem recebido. Conversamos umas duas horas. Mostrei que a Frente Parlamentar Nacionalista, enquanto ele e todo o imenso grupo que ele dirigia no país inteiro não estivesse junto a nós, teria

menos possibilidade de êxito. E ele disse: “Muito bem, vamos marcar uma conversa em Brasília”.

Neiva selou ali uma amizade política que duraria pelo resto da vida, até a morte surpreender Leonel Brizola em 2004.

Com o líder e correligionário Brizola, Neiva Moreira compartilhou a mesma desconfiança respeitosa do CGT, nosso Comando Geral dos Trabalhadores. O que, contudo, não impediu que lutássemos na mesma trincheira.

Os portos
e ferrovias,
paralisados nas
greves gerais,
foram o berço
do CGT



A origem do CGT ou a república sindicalista que veio de longe

5

“Em 1954, Carlos Lacerda publicou uma carta atribuída ao deputado argentino Antonio Brandi, relatando entendimentos secretos entre João Goulart, ministro do Trabalho de Vargas, e o presidente Perón, para a transferência de armas para o Brasil, com vistas à implantação, aqui, de uma república sindicalista. Houve crise, abriu-se um IPM e viu-se

[Lacerda em 54]

que a carta era falsa.” (Tereza Cruvinel, na coluna “Panorama Político”, do jornal O Globo de 1 de novembro de 2005, comentando a denúncia de que dólares cubanos teriam financiado a campanha de Lula à Presidência.)

“Teve a opinião pública conhecimento do depoimento prestado perante o general Maurell Filho pelo jornalista e deputado Carlos Lacerda. A simples leitura daquele longo e minucioso documento prova à sociedade a lisura e a correção com que agiu o nosso confrade. De posse de uma carta que lhe fora levada por supostos exilados argentinos, a primeira preocupação que teve foi a de submetê-la à apreciação do chefe da Polícia, do ministro da Marinha e de outras autoridades, a todos expondo francamente as circunstâncias em que recebera o documento, cujo conteúdo viria confirmar aquilo que o país havia muito sabia: as ligações peronistas do sr. Jango Goulart. Bastaria aquela circunstância para afastar qualquer presunção de intenção dolosa da parte do nosso colega. Mas a turbação dos espíritos, no momento, levou alguns jornais a formularem, contra Lacerda, a acusação de conivência com falsários.” (No Segundo Caderno do mesmo jornal, coluna “Há 50 Anos”, reproduzindo trecho de editorial de 1 de novembro de 1955.)

Um fantasma rondou durante pelo menos uma década a história recente do Brasil: o fantasma da “república sindicalista”. A paródia da frase inicial do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, quando no final do século XIX era o fantasma do comunismo que tirava o sono das elites, se torna ainda mais irônica ao registrarmos que o Brasil é hoje presidido por um antigo líder sindical. E que, ao que tudo indica, o Brasil está bem longe de caminhar para o socialismo, perfeitamente enquadrado no modelo neoliberal imposto pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), ou, em outras palavras, na globalização selvagem.

Ontem, como hoje, a mídia era usada com fins políticos claros, seja na atuação do jornalista Carlos Lacerda – líder civil de complôs contra, pelo menos, três presidentes –, seja na solidariedade cega que o jornal *O Globo* lhe prestava. O mesmo jornal *O Globo* que faz parte de um império de comunicação, a Rede Globo, hoje a terceira maior *network* do mundo, graças às benesses da ditadura militar e da associação com o grupo americano Time Life logo após o golpe.

Um fantasma rondou durante pelo menos uma década a história recente do Brasil: o fantasma da república sindicalista.



A estrutura sindical tão temida nos tempos de Getúlio era, de fato, semelhante à que seria criada, logo depois, pelo general Juan Domingo Perón, na vizinha Argentina. Ambas se inspiravam na Carta del Lavoro, modelo fascista de Benito Mussolini,¹ com grandes avanços na relação patrão-empregado mas que garantia ao Estado o controle das organizações sindicais. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve suas linhas mestras traçadas pelo ministro do Trabalho Lindolfo Collor, intelectual e político gaúcho ligado a Getúlio, avô materno do futuro presidente impedido Fernando Collor.

O Ministério do Trabalho fiscalizava as eleições diretas nos sindicatos, que dependiam do repasse do imposto sindical. No caso das federações e confederações, as eleições eram indiretas. A rígida estrutura vertical separava as categorias e garantia o caráter econômico das lutas específicas de cada entidade. Por muitos anos, as assembleias se realizavam sob as vistas de policiais do Departamento de

¹ O então coronel Perón serviu como adido militar argentino na Itália de Mussolini.

Ordem Política e Social – criado em 1939 por Getúlio –, disfarçados de sindicalizados.

Quando eu era presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, em 1955/6, o Grupo de Ativistas Sindicais, o GAS, organizado pelo comandante Ernesto da Costa Fonseca, ameaçou jogar pela janela um policial infiltrado numa assembléia, que se dizia radioperador. Ele usava o cabelo grande, cheio. O Vilela, radioperador da Varig que, depois de demitido, foi para a Marinha Mercante, suspeitou da cabeleira do policial: “Aquele cara ali não é pica-pau (referência ao uso do código Morse pelos radioperadores). Não tem como colocar os fones no ouvido com tanto cabelo!”. Suspendi a assembléia, chamei o suspeito, ele já veio quase chorando. A turma gritava: “Joga ele pela janela!”. Era no oitavo andar... Interpelei-o, ele confessou que era do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), mas que era pai de família, que estava ali obedecendo ordens etc. Contra a vontade geral, acompanhei-o até o elevador e o mandei embora...

Greve era caso de polícia, proibida terminantemente pelo Decreto n. 9070. Ao mesmo tempo que o governo fazia concessões aos trabalhadores, tornando Getúlio o “pai dos pobres”, era garantido o rígido controle de qualquer mobilização.

[Hércules]



– Aliás, sindicato era proibido dentro da fábrica – lembra Hércules Corrêa, em nossa recente conversa. – Você podia ter sindicato para ter dentista, mas não podia fazer assembléia, fazer greve. A CLT e a Justiça do Trabalho tiravam a luta dos trabalhadores do seu ambiente, das fábricas, e colocavam no gabinete dos doutores, para decidir quem tinha e quem não tinha direito.

Hércules analisa que Getúlio tirou o conflito de classes da fábrica para viabilizar a acumulação capitalista. De fato, desde 1930 – momento da história contemporânea brasi-

leira considerado, pela análise marxista, a nossa revolução burguesa – o desenvolvimento do país se deslocava do campo para a cidade, com o crescimento da indústria, com forte investimento estatal. A atuação sindical era clandestina nos locais de trabalho, fazendo do “cobrador sindical” um importante elo nas mobilizações grevistas, o que consolidou futuras lideranças, como o próprio Hércules.

João Goulart foi o ministro do Trabalho de Getúlio que dobrou o salário mínimo, em 1954, meses antes do suicídio do presidente. Em maio, o **“Memorial dos Coronéis” pediu mais recursos para as Forças Armadas, condenou o aumento do salário mínimo e reuniu todos os que, dez anos depois, derrubariam Jango:** os coronéis Adalberto Pereira dos Santos, Jurandir de Bizarria Mamede, Antonio Carlos Muricy, Amaury Krueel, Ademar de Queiroz; e os tenentes-coronéis Golbery do Couto e Silva, Silvio Frota, Ednardo d’Ávila Melo, Fritz Azevedo Manso e Euler Bentes Monteiro, entre outros. Getúlio demitiu Jango do ministério, mas manteve o aumento.

[De 1954 a 1964]

Descubro agora no livro de Lucas Figueiredo sobre a comunidade de informações desde os anos 20 que o mesmo assessor de Getúlio, que cuidava da claqué do presidente nos atos públicos, viria a ser o assessor sindical de Jango na Presidência: Gilberto *Cochrane* de Sá só pode ser o mesmo Gilberto *Crockat* de Sá, que tanta dor de cabeça nos deu, tentando esvaziar o CGT...

“O Sr. Gilberto Cockrane de Sá comprometeu-se a levar ao Campo de Congonhas, para a recepção do Exmo Sr. Presidente [Getúlio Vargas], 600 homens, não tendo conseguido apresentar nenhum. Os caminhões que conduziam, não 600, mas 200 desses homens, chegou [sic] ao Campo com uma hora de atraso. Da mesma forma o Dr. Cochrane prometeu levar à festa do Teatro Municipal representantes de 150 sindicatos de classe, para os quais fez reservar luga-

res numerados, conseguindo entretanto a presença somente de seis [pessoas].²

O fracasso de público refere-se à festa organizada para saudar Getúlio Vargas pela Associação Comercial e a Federação das Indústrias de São Paulo em 7 de dezembro de 1944, assunto do Boletim Secreto de Informações n. 14 enviado a Getúlio no dia 22 de dezembro, quando a preocupação do Ministério da Guerra se supunha ser a respeito dos espiões de Hitler à solta no país...

Em todo sistema corrupto e antidemocrático criam-se dificuldades para vender facilidades. **Assim surgiu o pelego.** Na terra do gaúcho Getúlio, pelego é o couro das ovelhas e carneiros preparado para ser agasalho no frio. Na era getuliana, a pelegagem reluzia principalmente nos ombros das lideranças, que se “aconselhavam” com assessores do Ministério e assim garantiam a vitória de suas propostas nas assembléias, sempre aquém do que a categoria exigia.

O cientista político Francisco Weffort, fundador desiludido do PT (Partido dos Trabalhadores), lembra em artigo publicado no jornal *O Globo* em 26 de março de 2006 que os “pelegos” cumpriam a função de amaciar o cavalo para maior comodidade do cavaleiro. **O ex-combativo líder sindical Lula chegou a chamar de pelegão até o líder polonês Lech Walesa**, que após fulminante ascensão à frente do movimento Solidariedade amargou um grande fracasso como presidente da República... Weffort é duro na crítica ao governo Lula:

“Meio século atrás um dos grandes temores da direita era de que o Brasil viesse a ser uma ‘república sindicalista’. Chegamos a ela, mas a direita não tem

² Boletim Secreto de Informações nº 14, de 22 de dezembro de 1944. Do Ministério da Guerra (2a RM/II DI/Quartel General/EMR/2a Seção). Secreto. CPDOC/FGV/GV. FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, p. 45.

nada a temer. O que temos aí é apenas um governo de 'pelegos'. E os 'pelegos', como é da sua natureza e dos seus privilégios, prejudicarão o povo, jamais os grandes interesses que a direita e eles próprios defendem. Se algum dia vier a se interessar pelo Brasil, que dirá Lech Walesa de Lula, se não que também é um 'pelegão' e que também fracassou no governo?"³

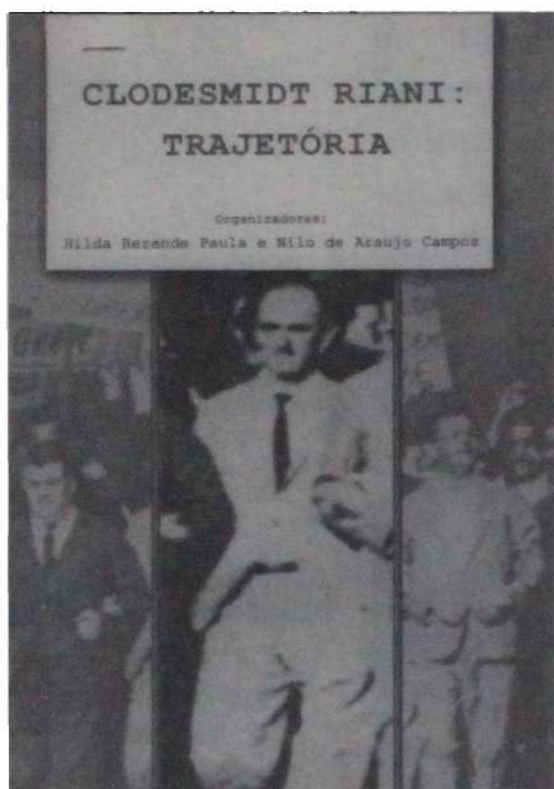


Jango discursava ao lado de Riani e de seu vice na CNTI, Dante Pellacani. Em mais de uma ocasião Jango convidou Riani para ser seu assessor sindical, numa tentativa de cooptação

A técnica da cooptação de lideranças, em troca de alguma vantagem material ou simplesmente prestígio, nem sempre deu certo. **João Goulart convidou Riani para ser seu assessor sindical, em 1961, tentando manter o controle sobre a poderosa CNTI.** Riani guardou o recorte de jornal em que ficou registrada a sua recusa (só não anotou de que jornal e em que data exata):

“Doutor João Goulart convidou Clodesmidt Riani para assessor de assuntos sindicais na presidência da República. Riani não aceitou pois há necessidade de sua presença no movimento sindical mineiro e pela sua provável eleição para presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Riani é um dos articuladores da chapa de oposição ao Sr. Diocleciano de Holanda Cavalcanti”.

³ WEFFORT, Francisco Correa. República de pelegos. *O Globo*, 26 de março de 2006, p. 7.



A memória do sindicalismo brasileiro está em boa parte preservada no Centro de Memória organizado pelo Riani, em Juiz de Fora

Riani lembra que Jango voltou a convidá-lo uma segunda e uma terceira vez:

– Calhou que nós estávamos em uma audiência com o Dr. João Goulart. “O Riani que é culpado. Vocês estão achando ruim o meu assessor sindical (Gilberto Crockat de Sá), eu estou convidando o Riani e ele não aceita”. Foram todos em cima de mim. Pedi que me desculpassem, mas **eu não gostaria de ficar só marcando audiências para eles com o presidente. Sou de luta, sou de vanguarda.** Consultei o Dr. Jango, se ele aceitaria um colega que eu indicasse e foi indicado o companheiro Benedito Cerqueira, que acabou aceitando. Levei ao CGT, e este aceitou, o nome de Benedito

Cerqueira, mas não chegou a ser concretizado, por causa da concentração das questões de luta no movimento sindical da época.⁴

Segundo o brasilianista Kenneth Paul Erickson, citando “entrevistas confidenciais”, o Crockat de Sá, a mando de Jango, teria ajudado a eleger Riani à frente da CNTI, em 1961, para afastar os pelegos que não haviam apoiado o então vice-presidente na crise da renúncia de Jânio. Crockat de Sá teria prometido cargos para amigos e parentes e até pagamentos em dinheiro para os indecisos.⁵ O jornal comunista *Novos Rumos* de 15 de dezembro de 1961 fez o balanço dos votos: do total de 52, os pelegos haviam assegurado 22 e a oposição, 17. “Os 13 restantes permaneciam indecisos. A contagem final, de 29-23, indicou que todos os indecisos menos um votaram com a chapa vitoriosa.” Na busca da caixa-preta do CGT, ouvi outras versões, como já mencionei (p. 39).

⁴ REZENDE PAULA, Hilda & ARAÚJO CAMPOS, Nilo (Orgs.) *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, Editora UFJF, 2005, p. 205.

⁵ ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 144.

Mas voltemos às **origens do fantasma da república sindicalista**. Desde 1943, durante a ditadura do Estado Novo, foi instituído o Atestado de Ideologia como exigência para o exercício de cargos sindicais. O atestado, fornecido pela polícia, naturalmente vetava os que eram considerados comunistas, socialistas ou anarquistas. A medida foi oficialmente derrubada em 1952. Curiosamente, a minha filha que nasceu naquele ano precisou de um atestado de ideologia para assumir o cargo de simples escriturária no então Banco do Estado da Guanabara – que se tornou o Banerj – vinte anos depois, durante a ditadura Médici...

Ainda baseando-me no *Ministério do Silêncio*, relembro que a birra com Jango por parte das “forças ocultas”, nunca nomeadas pelos presidentes, já se manifestara quando João Goulart se elegeu vice de Juscelino. Golbery foi punido com uma semana de cadeia por sua participação no golpe que tentou impedir a posse de Juscelino. Naquele mesmo ano, 1955, o *bruxo* Golbery publicou o livro *Planejamento Estratégico*, com as bases do que viria a ser a Doutrina de Segurança Nacional, o chamado binômio “Segurança e Desenvolvimento”.

É importante mencionar, sobretudo para os mais jovens, que a Escola Superior de Guerra, devidamente formada nos preceitos americanos durante e após a Segunda Guerra Mundial, espalhou o temor de uma Terceira Guerra em que se oporiam o Mundo Livre e o Comunismo Internacional. Os agentes comunistas, após penetrarem como bactérias em toda a sociedade civil organizada, fariam a guerra revolucionária através de greves, guerrilha, formação de sovietes, até a tomada do poder, quando nos tornaríamos escravos da Rússia. Só o empenho patriótico e o pulso firme de nossas Forças Armadas, sempre segundo a Doutrina de Segurança Nacional, iriam salvar o Brasil desse trágico destino. Inspirados na concepção geopolítica do imperialismo alemão do final do século XIX,

[Doutrina de Segurança]

nossos militares gorilas concluíram que os grandes inimigos do país se corporificavam no risco de uma... república sindicalista.

Até então predominava em nosso exército a influência francesa. Na Marinha de Guerra, o nosso espelho era o almirante inglês Nelson. Até hoje os oficiais de combate portam orgulhosamente entre seus galões a “volta de Nelson”. A Alemanha teve seu período de expansão na década de 30, incrementando suas relações comerciais que ensejaram a implantação da fábrica de aviões Fockwulf na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Esse avião de instrução primária foi a base da aviação naval por alguns anos.

Mas a vitória aliada com o apoio americano na Segunda Guerra acabou com a livre escolha das nações: os Estados Unidos “democraticamente” enquadraram todos os seus aliados. Na América Latina, proliferaram as “repúblicas bananeiras”. Os dirigentes mais dóceis e desonestos atenderam às imposições, enveredaram pelo regime de força, roubaram seus povos e foram gastar a fortuna amealhada no exterior: Fulgencio Batista, de Cuba; Alfredo Stroessner, do Paraguai; Papa Doc, do Haiti; Anastacio Somoza, da Nicarágua; Manuel Odría, do Peru; Manuel Noriega, do Panamá; Hugo Banzer, da Bolívia; Juan Carlos Onganía, da Argentina; Augusto Pinochet, o carniceiro do Chile. Pérez Jiménez, da Venezuela, foi viver principescamente com os dólares do butim do petróleo em Madri, conheci a casa que foi dele no bairro La Moraleja. Alberto Fujimori, do Peru, não precisou recorrer à ditadura, roubou às claras, forjou uma visita à terra de seus antepassados, o Japão, renunciou à Presidência e por lá ficou – tenta agora, inutilmente, fugir da justiça com um novo mandato, tendo estado preso no vizinho Chile. E muitos outros.

[Influência dos EUA] No Brasil, 1945 marca o final da ditadura Vargas, deposto pelos militares, claramente influenciados pelos americanos de quem se aproximaram nos campos da Itália. O subs-

**Se os senhores não decidem,
decido eu – disse Getúlio Vargas
na última reunião de seu
ministério, no Palácio do Catete.**

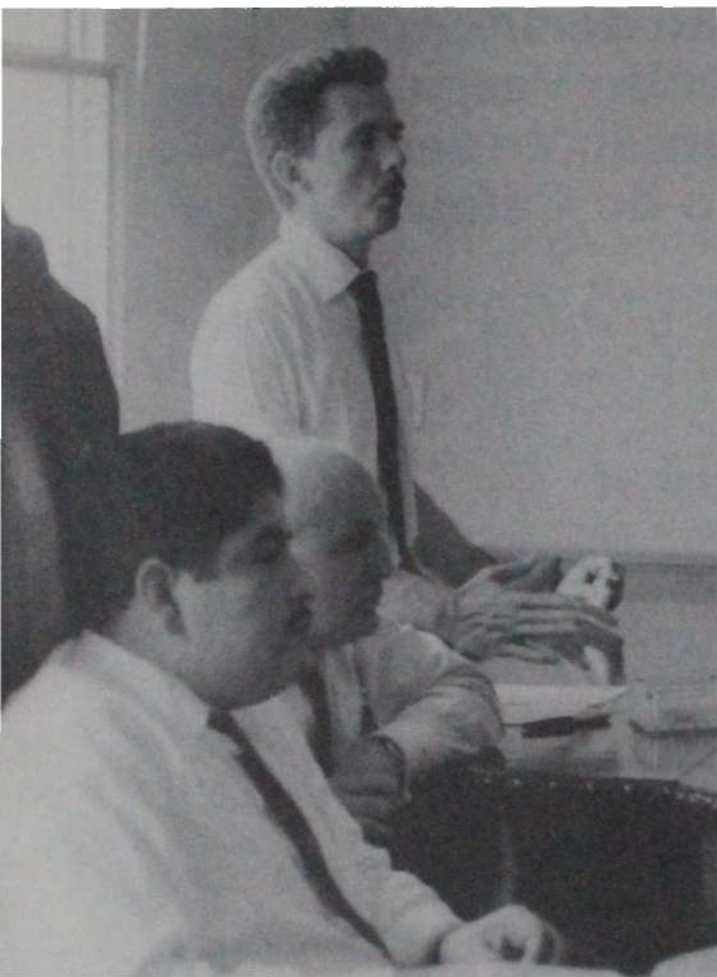


tituto foi o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares. Elegeu-se o ex-ministro da Guerra de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra, que no clima da guerra fria lançou o Partido Comunista na ilegalidade. Além de construir a hidrelétrica de Paulo Afonso, o programa de governo de Dutra se restringiu à importação de bugigangas com o saldo encontrado na balança comercial com os EUA. Concorrendo com o brigadeiro udenista Eduardo Gomes, Getúlio firmou aliança com o Partido Social Progressista de Adhemar de Barros, que indicou o vice Café Filho, e voltou ao poder com uma vitória estrondosa nas urnas. Getúlio Vargas iria enfrentar os trustes com a criação da Petrobras e da Eletrobrás, numa caminhada nacionalista que o levaria ao suicídio.

– Se os senhores não decidem, decido eu – disse Getúlio Vargas na última reunião de seu ministério, no Palácio do Catete, depois da manifestação de solidariedade de seus ministros da Justiça, Tancredo Neves, e da Aeronáutica, Epaminondas Gomes dos Santos, após a “confissão” do ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, de que havia perdido o controle da situação. Duas semanas antes o jornalista e deputado Carlos Lacerda, o “Corvo”, acerbo crítico de Getúlio, sofrera um atentado, quando morreu o major-aviador que lhe fazia a segurança, Rubens Vaz, atentado este organizado por Gregório Fortunato, chefe da segurança do presidente Getúlio. Depois da histórica frase, Getúlio Vargas retirou-se para seus aposentos e se suicidou. Era 24 de agosto de 1954.

– O Partido Comunista na época era contra os trabalhistas e os trabalhistas eram contra os comunistas.

[Hércules]



O tecelão e deputado Hércules Corrêa, ao lado do marceneiro e deputado Roberto Morena e do líder bancário Antônio Pereira Filho, o Pereirinha

É o meu bravo companheiro tecelão – mais tarde deputado e dirigente comunista, um dos principais articuladores do CGT, Hércules Corrêa – quem lembra a importância da aliança, na base, entre trabalhistas, partido de Getúlio e Jango, e comunistas, aliança esta sem coloração partidária, já que as cúpulas não fizeram qualquer acordo. Hércules prossegue:

– Você pode pegar, por exemplo, uma entrevista do Prestes, esculhambando com os trabalhistas. E a gente fazia aliança no sindicato com os trabalhistas. Na maioria dos sindicatos era assim. E fomos nos unindo em torno de quê? Da questão social. Porque era importante para o trabalhista e para o Partido Comunista. No mais, a gente divergia. E

fizemos aliança da fábrica para o sindicato, do sindicato para a luta política geral, em cima da questão social. Aqui e acolá apertamos demais, talvez tenha sido esse o caso de 64, apertamos demais o governo aliado e ele estourou, não tinha como resolver...

Ao expressar a autocritica que o Partido Comunista faz em relação ao golpe, Hércules revela, de raspão, a mágoa que guarda do secretário-geral do partido durante décadas, Luiz Carlos Prestes, com quem tentou, em vão, disputar o cargo. Num outro momento da entrevista, **Hércules chega a dizer, referindo-se a Prestes: – Ele me considerava um serviçal do Jango dentro do partido...**

Para aclarar a complexidade desse quadro de alianças partidárias, pano de fundo do movimento sindical, é bom lembrar que com o fim da ditadura do Getúlio, em 1945, deu-se o reordenamento da vida político-partidária e a elaboração

de nova Constituição, em 1946. O PSD representava a oligarquia rural, o PTB os trabalhadores urbanos, favorecidos pelas recentes leis getulistas, a UDN a oposição liberal a Getúlio. Na prática, PSD e PTB quase sempre se aliavam contra a UDN.

Já no governo Jango, essa aliança histórica se rompeu em meados de 1963, esgotando a chance de reformas com a composição de então do Congresso. Foi quando o PSD recuou e não quis apoiar a emenda Bocayuva Cunha, o anteprojeto para a reforma agrária, prevendo a desapropriação de terras com títulos da dívida pública.

Segundo Hércules, a última tentativa de refazer essa aliança foi do Juscelino, às vésperas do golpe:

– Quatro dias depois do comício da Central, em 17 de março de 1964, JK me chamou e ao João Massena,⁶ no escritório do Partido Libertador. Juscelino relatou a situação e foi taxativo: “Vem um golpe aí. A única forma de evitá-lo, que o golpe já está na rua, é fazer do presidente da Câmara presidente da República e saber quem vai indicar o ministro da Guerra. A solução é a aliança entre vocês, comunistas, os trabalhistas, e eu como candidato, tendo o Jango como vice”. Levamos a proposta, mas nem o Jango nem o Prestes aceitaram. O Juscelino, então, disse: “Podemos nos preparar para o exílio”. A testemunha dessa reunião já morreu, é a senhora Maria Portugal, mãe do ex-deputado Paulo Duque, que era presidente do Partido Libertador e muito minha amiga.

[Hércules]

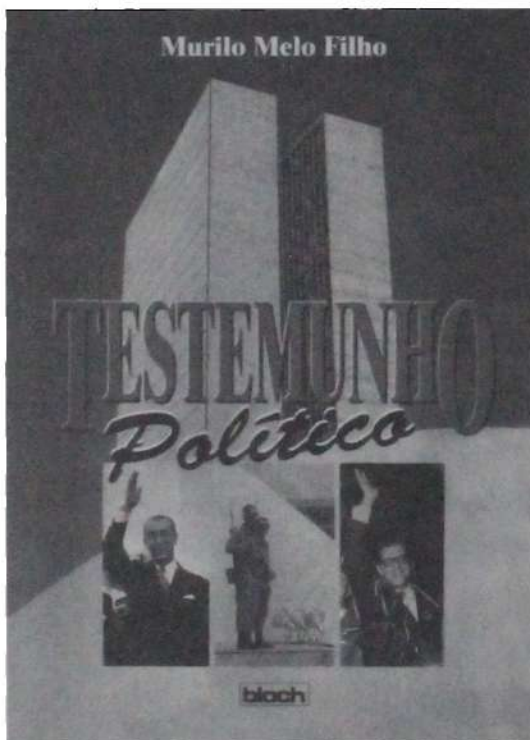
Analisando as origens do trabalhismo brasileiro, Adalberto Moreira Cardoso, um jovem professor da USP e pesquisador do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), ressalta que a nossa legislação trabalhista era

⁶ O deputado João Massena Melo, dirigente do PCB, foi assassinado no DOI-Codi de São Paulo em 1974, na ofensiva iniciada contra o partido depois de eliminarem as organizações de esquerda mais radicais, ofensiva que no ano seguinte levaria à prisão e “suicídio” do jornalista Vladimir Herzog.

tão avançada para o período – comparando com a dos países desenvolvidos, como Inglaterra e França – que chegou a anteceder a massificação do trabalho assalariado no Brasil, o que só se daria de maneira extensiva justamente no período em que se formou o CGT, nos anos 60. Ele assim se refere à relação do nível de organização dos trabalhadores com a economia:

“O corporativismo varguista, com base nessas premissas, transferiu o conflito originário entre capital e trabalho para o interior das estruturas estatais. O Estado foi erigido no tertius capaz de assegurar a paz entre aqueles dois agentes, primeiro por meio da coerção e repressão aos movimentos trabalhistas, e depois por sua anulação através da incorporação do conflito ao aparelho de Estado”.⁷

O jornalista
Murilo Melo Filho,
juscelinista
convicto,
dá seu valioso
testemunho
político



JK deu continuidade à política desenvolvimentista de Getúlio no ramo industrial dos bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, conforme previsto no Plano de Metas dos anos 50. Só que esse processo se deu à custa de uma enorme concentração de renda, que redundou numa queda acentuada do nível de vida da classe trabalhadora. É nesse contexto que, no começo dos 60, se dá o ascenso das mobilizações populares – entre elas a sindical, com a estruturação do CGT.

Os cientistas políticos divergem na análise do período, segundo a sistematização de Lucília de Almeida Neves em sua dissertação de mestrado – *CGT no Brasil de 61 a 64* – elaborada no Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1978 e 1979.⁸ Foi meu companheiro

⁷ CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 28.

⁸ NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil de 61 a 64*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

de CGT, Riani, quem me cedeu uma cópia xerocada desse trabalho, para o qual Riani foi uma das principais fontes em relação à atuação sindical do período. É com emoção que Lucília conta como, na infância, ouviu falar respeitosamente do líder sindical Riani, preso pela ditadura diante da mulher e dos dez filhos. Em seu paciente trabalho, Lucília cita vários autores de esquerda, todos rigorosos quanto ao que teria sido o nosso, do CGT, descuido quanto à organização de base, nas fábricas, por privilegiarmos a luta política nacional, pelas reformas estruturais.

Para Francisco Weffort,⁹ a crise dos anos 60 teria sido a crise do pacto populista. Já para Otávio Ianni,¹⁰ seria a crise do modelo getuliano, o golpe sendo a opção pela associação ao capital internacional. Maria da Conceição Tavares¹¹ atribuiu a crise ao esgotamento do modelo de substituição de importações, como o início da transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Francisco de Oliveira¹² discordou da estagnação econômica e conseqüente compressão salarial vistas por Conceição, considerando que houve estagnação apenas em alguns setores, por causa, justamente, da concentração de renda.

Quanto ao ascenso do movimento sindical do qual participamos, Weffort¹³ foi de opinião que o sindicalismo do período não superou o corporativismo e o atrelamento ao Estado. **O CGT, para ele, teria sido burocrata e não a Central Operária independente que alguns queriam. Já Werneck Vianna¹⁴ discordou frontalmente, defendendo o cunho autonomista do CGT, que viria desde**

⁹ WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁰ IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

¹¹ TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹² OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções Cebrap*, n. 2, 1976.

¹³ WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a História do período (1945-1964). *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 2; Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964). *Ensaio Opinido*, 2-5, 1978.

¹⁴ VIANNA, Luis Werneck. Questões atuais sobre o sindicalismo. *Escrita-Ensaio*, n. 4, 1978.

a Constituinte de 1946, contra a CLT, ao lutar pelo direito de greve, a liberdade e a autonomia sindicais.

A conclusão de Lucília de Almeida Neves é que

“menos por esta prática mais voltada para a questão nacional mais ampla do que pela ausência de um trabalho de relação sindicato-base, que poderia ser combinado com uma luta macro-política, o sindicalismo do período não chega a abrir sólidos caminhos para o fortalecimento e emancipação do proletariado naquela conjuntura”.

Antes de chegarmos às nossas próprias conclusões, vale lembrar que o trabalho de Lucília foi, não por acaso, apre-

Batistinha com os ferroviários (foto) e Pacheco com os portuários criaram o Pacto de Unidade e Ação (o PUA), que geraria o CGT. Ferroviários da Leopoldina aderem à luta pela paridade, em 26.10.1960



sentado pelo hoje presidente Lula, no momento em que, como líder metalúrgico, levava cem mil trabalhadores a encher estádios no ABC paulista. Pouco depois, em 1983, o movimento sindical renascido realizou a primeira greve geral no país depois dos vinte anos transcorridos desde a que nós fizemos, em 1963.

Se olharmos bem, os mesmos teóricos tão peremptórios na análise de nosso “cupulismo” – com o mesmo rigor que os levou a categorizar de “reformismo” nossa pauta pelas reformas de base – parecem bem mais condescendentes ao analisar o esforço do sindicalismo renascido que, vinte anos depois, em 1983, criou uma nova intersindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), enquanto surgia também a CGT, a partir da Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que também viria a originar a Força Sindical. Todas elas se pretendiam uma estrutura sindical paralela, já que a legislação só permitiu a sua formação a partir da Constituição de 1988.

No entanto, até a CUT, mais à esquerda, é constituída, majoritariamente, de sindicatos com base geográfica municipal, exatamente como na velha estrutura getulista. A segunda surpresa diz respeito à pauta de reivindicações políticas do novo sindicalismo: contra o FMI, contra o pagamento da dívida externa, pela reforma agrária, por uma Assembléia Nacional Constituinte soberana...¹⁵ Curiosas semelhanças. Sem falar, naturalmente, do destino “pelego” que aguardaria as bravas lideranças sindicais da safra lulista, segundo a opinião atual de um dos citados teóricos petistas, Francisco Weffort.

Portanto, ao analisarmos a formação e atuação do Comando Geral dos Trabalhadores no conturbado período de 1961 a 1964, do qual tenho a honra de ter participado ativamente, a prudência recomenda a observação mais atenta das

¹⁵ CARDOSO, Adalberto Moreira. *Op. cit.*, p. 28-37.



O CGT criou um novo sistema organizacional sindical. Coletivizou as decisões. Democratizou as discussões. Não tínhamos estrelas. Tenho um profundo orgulho de ter integrado o Comando Geral dos Trabalhadores.

nuances políticas, que são muitas, antes de sacar conclusões, talvez precipitadas, pela ansiedade de alguns em enterrar as experiências anteriores, acreditando estar criando o novo. Ou por ter acreditado e não acreditar mais.

O já citado brasileiro Kenneth Paul Erickson, em seu estudo de 1979 sobre o nosso sindicalismo, analisa 17 greves políticas no período que vai de 1960, com a greve pela paridade dos salários civis e militares, até o retorno ao regime presidencial, em janeiro de 1963. Ele conclui que “o processo pelo qual os líderes sindicais geraram e estenderam seu considerável poder no processo político” se basearia, em grande parte, num dispositivo sindical-militar. “Como a postura militar em relação às greves mudou da benevolência à hostilidade, em 1963, o êxito das greves diminuiu visivelmente”.

Erickson não cita nossos nomes – do “secretariado político” do CGT –, mas menciona o que saiu no *Jornal do Brasil* de 20 de setembro de 1962:

“O Presidente mandou buscar, em avião da Força Aérea, os quatro mais importantes líderes da greve [convocada para 15 de setembro] e reuniu-se com eles em Brasília para discutir o gabinete que estava para ser indicado. [O gabinete renunciou em 13 de setembro de 1962 depois que o primeiro-ministro

falhou em obter uma lei que convocasse um plebiscito juntamente com as eleições de 7 de outubro]. Nestas difíceis negociações, Goulart precisou argumentar veementemente para convencê-los a aceitar os nomes indicados para os ministérios das finanças e da agricultura. E concordou em apressar a revisão do salário mínimo e tentar segurar ou reduzir os altos preços dos gêneros de primeira necessidade. Em troca, obteve um adiamento de 30 dias na greve política geral, enquanto procurava encaminhar as reformas através dos canais competentes”.¹⁶

Ele se refere ao episódio que já contei no meu livro *Salvo-Conduto*, quando Jango disse que **“o americano me deruba por telefone, se quiser”**. A meu ver, tal episódio atesta que o suposto “esquema sindical” do Jango, que seríamos nós, não era nem subserviente à Presidência nem descolado das lutas dos trabalhadores, como os termos da negociação revelam.

O fato é que o CGT criou novo sistema organizacional sindical. Coletivizou as decisões. Democratizou as discussões. Recorreu à intelectualidade para o aprofundamento das grandes questões nacionais. Não tínhamos estrelas. Tínhamos representantes indicados por suas categorias profissionais. Tenho um profundo orgulho de ter integrado o Comando Geral dos Trabalhadores.

– Eu não sou o que penso que sou, eu sou o que pensam de mim – gosta Hércules de repetir hoje em dia. – Todo o mundo diz que o Jango e o movimento sindical eram uma coisa só. Mas na realidade não eram. Se você pegar a história do golpe, que está toda modificada, você vai ver que o golpe foi dado em cima de duas questões: a república sindicalista e o socialismo, que seria implantado através da república sindicalista.

[Hércules]

¹⁶ ERICKSON, Kenneth Paul. *Op. cit.*, p. 157.

– Que nunca existiu – completo.

– O CGT representava uma força humana organizada, reunida, que, do ponto de vista das autoridades da época, estaria levando para uma tendência comunista igual à da Rússia, tendência que, fala-se, ainda existe na América Latina – diz hoje o brigadeiro Marcio Coqueiro, usando o jargão golpista da época. E completa, jovialmente: – E o nosso amigo aqui, o Mello Bastos, era o dono da bola...

– Uma bolinha... – rebato.

E continua Coqueiro, revelando a costumeira confusão entre Jango e o CGT:

[Coqueiro] – O sonho dourado de João Goulart era a república sindicalista. Portanto o CGT, **rigorosamente** [grifo nosso] ao lado do presidente, sendo a maior organização, e, tínhamos convicção, infiltrada de marxistas orientando os passos do presidente, era o mais eficiente instrumento de pressão que o presidente possuía para sua ação em busca das reformas de base, na lei ou na marra. Palavras de ordem que o Jango não abandonou desde a sua eleição para vice-presidente até sua saída expressa do governo – conclui Coqueiro, atribuindo a Jango a palavra de ordem das ligas camponesas de Francisco Julião, na verdade rompidas com Jango pela esquerda.

“Na lei ou na marra” era também uma palavra de ordem usada eventualmente por Leonel Brizola, nunca pelo CGT, defensores que éramos da eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte que aprovasse as reformas de base. Na verdade, muitos conspiravam, também pela esquerda, justamente por não confiarem na força política do presidente. Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, era um que não acreditava na negociação para obtenção das necessárias reformas. **Como Brizola, Darcy não confiava no CGT**, ainda que eu e ele tenhamos sido amigos pessoais, sobretudo a partir do exílio.¹⁷ Por outro lado, o Amaury Kruehl, ministro da Guer-



Exército ocupa
Central do Brasil,
totalmente
deserta
por causa da
greve geral,
em 15.9.1962

ra, chegou a nos chamar a Brasília propondo o golpe. E nós, no CGT, receávamos que, caso fechassem o Congresso ou este se autodissolvesse, pudéssemos cair numa ditadura.

Confiávamos desconfiando do Jango.

– Havia medo de que o país passasse para o campo socialista – reconhece Hércules Corrêa, um dos “marxistas infiltrados” no CGT, no entender do Coqueiro. – Na União Soviética a tomada do poder se deu graças à união dos operários e dos marinheiros. Aqui se dava a união de dois par-

[Hércules]

¹⁷ “Ele me chamava de irmão, eu o chamava de índio”. Ver cap. “O índio Darcy” de meu livro *Salvo-Conduto*, *op. cit.*, p. 151-153.

tidos políticos [trabalhistas e comunistas] com o movimento sindical. Eles [os golpistas, representando a elite e os interesses americanos] tinham medo. Alguns líderes deram colher de chá pra eles, Brizola deu muita colher de chá, ele é a figura mais conhecida, mas não foi só ele – acrescenta Hércules, referindo-se aos que defendiam a radicalização.

Para aumentar a polêmica, meu amigo o brigadeiro Francisco Teixeira, acusado de ser comunista e de liderar o esquema do Partido nas Forças Armadas, comandante da III Zona Aérea de 1962 a 1964, declarou em 1983 ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas:

“Havia três ou quatro no CGT que eram homens do Partido. E até vou fazer uma confidência. Sempre defendi a tese de que não havia nenhuma conspiração dentro do governo Jango do tipo continuísta, república sindicalista, essas coisas de que o acusavam. O argumento que eu usava era que nunca ninguém do staff do Jango me procurou para conversar sobre isso, eu que era do dispositivo militar. (...) Pois bem: há coisa de um mês atrás, conversando com um desses do CGT com quem mantenho relações, ele me confessou que houve conversas do CGT planejando a tomada do poder, uma república sindicalista. Vejam o grau de confusão!”¹⁸

O curioso é que eu era “um desses do CGT” que, justamente, mantinha relações com o Teixeira, mesmo por ocasião desse depoimento, quando o câncer já estava prestes a vencê-lo. E, sinceramente, não me lembro de ter afirmado tal coisa. Será que outro companheiro o fez? E baseado em quê?

Afinal, será que a busca da caixa-preta do CGT teria novas surpresas até para mim? Retomemos a história da formação do CGT para chegarmos lá.

¹⁸ Citado no site da FGV, Depoimentos: Francisco Teixeira, entrevistadores: Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito.



Greve dos 700 mil em São Paulo, em 1963. Puxando a manifestação, ao centro, o presidente do CGT e da CNTI, Clodesmidt Riani

Das primeiras intersindicais ao Comando Geral de Greve, berço do Comando Geral dos Trabalhadores

6

Os cientistas políticos costumam citar como primeiras tentativas de formar intersindicais no Brasil o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores) e a CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), que existiram de 1945 a 1947, período em que o PCB esteve legalizado. O MUT foi logo declarado ilegal pelo Ministério do Trabalho, mas cindiu o movimento sindical em duas correntes: a “ministerialista” e a que defendia a criação da CTB, o que acabou ocorrendo no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado em setembro de 1946, na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro.¹

-Vem desde essa época o esforço do Ministério do Trabalho em criar o sindicalismo “amarelo”:

- A turma da esquerda estava vencendo a parada, aí o que eles fizeram? Cassaram mais de quatrocentos sindicatos por

[Riani]

¹ TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962, p. 39.

Oswaldo Pacheco, portuário e deputado comunista, iniciou sua militância no porto de Santos nos anos 40



conta disso –, conta Clodesmidt Riani, que gosta de lembrar cada voto conquistado na árdua luta para se firmar como autêntica liderança trabalhista.

Além de intervir nos sindicatos filiados à CTB, o Ministério do Trabalho criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a mesma CNTI que nosso companheiro Riani tão bravamente dignificou ao tomar o bastão do pelegão Diocleciano, 15 anos depois, em 1961.² Nesse meio-tempo, a tentativa mais importante de formar uma intersindical foi o Pacto de Unidade Intersindical, criado em 1953, em São Paulo, por ocasião da greve dos 300 mil, considerada pelo professor da USP Murilo Leal Pereira Neto, em sua tese de doutorado, um marco de ruptura em relação à desmobilização da classe operária até cerca de 1950.

[Hércules]

– A idéia de uma intersindical vem lá de trás, o filho do marechal Hermes, que era deputado federal em 1910, 1912, queria fundar uma organização assim aqui no Rio, ele é o primeiro

² ANNEZ, Andraus Troyano. *Estado e Sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 72-73. Citado por NEVES, Lucília de Almeida. *Op. cit.*, p. 26-27.

cara – afirma Hércules Corrêa, hoje um estudioso não só do sindicalismo mas dos possíveis rumos do capitalismo. Apesar de ler com alguma dificuldade, por causa do diabetes, Hércules continua o mesmo homem vigoroso, cheio de idéias. Refere-se ao bairro em que mora atualmente, Abolição, na zona norte do Rio de Janeiro, quando prossegue: – Aqui pertinho de onde estamos, no Engenho de Dentro, o filho do marechal Hermes foi o precursor da idéia. Nós não fomos os pioneiros coisa nenhuma. Depois vieram o pai do Carlos Lacerda e o cara lá de Santos, que fundou o Partido Operário Socialista de Santos. Esses caras é que começaram a dar forma a um sentimento que havia, era uma necessidade de organização para conquistar mais espaço político para as reivindicações operárias, no caso, os ferroviários e portuários.

Foi justamente no porto de Santos que, nos anos 40, surgiu nosso companheiro Oswaldo Pacheco. Em pouco tempo, tornou-se presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores na Estiva e, mais tarde, organizador do Pacto de Unidade de Ação, uma das intersindicais setoriais que dariam origem ao CGT.

– **Era um nordestino porreta, sergipano carne de pescoço.** Você lembra quando a gente ia comer do angu do Gomes, na praça Quinze? – pergunta Hércules.

[Hércules]

– Eu lembro é daquele restaurante ali na avenida Churchill, só de tartaruga... – respondo.

– Era camarão, não era? Até que foi o Benedito Cerqueira quem pagou. Mas teve o dia em que o Pacheco disse assim: “Eu não participo desse seu socialismo, não”.

[Hércules]

– É mesmo – e me virando para a equipe de filmagem: – Porque o Hércules comia o dobro do que a gente comia e queria dividir a conta em partes iguais. **Aí o Pacheco disse: “Não senhor, desse socialismo eu tô fora, cada um paga o seu...”** – e nós dois caímos na gargalhada.

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES POLÍTICAS
DE OSWALDO PACHECO DA SILVA

Estivador e antigo membro do P.C.B., exerceu intensa atividade subversiva no porto de Santos, onde, de há muito, era líder de classe. Foi membro do Comitê Estadual de São Paulo e do Comitê Municipal da Capital desse Estado. No Sindicato dos Estivadores de Santos exerceu o cargo de secretário. Tomou parte, como orador, no comício comunista realizado a 14.2.946, em comemoração à vitória das reivindicações bancárias. Promoveu a greve dos Estivadores e Portuários de Santos em 1946 e foi fundador da União Geral dos Sindicatos de Santos. Nesta Capital, tentou, mais uma vez, articular um movimento grevista nos meios marítimos, em sinal de protesto contra o descarregamento de navios espanhóis. Em 17.7.946, foi designado Suplente do Comitê Nacional do P.C.B., tendo realizado nesta Capital e em São Paulo, palestras e conferências com os dirigentes da classe marítima.

[Arquivo D.P.S. (Departamento de Política Social), pasta 1.3.12.27, notação 1775. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A anotação é de 1946. No ano seguinte Pacheco se elege deputado federal, tendo seu diploma cassado em 9.1.948, depois da extinção oficial do PCB]

Benedito Cerqueira, cujo nome o Riani sugeriu para ser o assessor sindical do Jango indicado pelo CGT, era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, depois deputado, grande agitador, apesar de ser extremamente calmo e cordial. Na redemocratização, foi um dos fundadores do PDT de Leonel Brizola e Neiva Moreira. E o Pacheco, com aquela cara feia, bravo que só uma capota – como se dizia no Nordeste, numa referência à galinha quando está chocando –, tinha um coração enorme e era um grande amigo.

Por causa do nosso intenso convívio nas reuniões do CGT, na minha lembrança sempre a quatro, quando as decisões eram políticas – eu, Pacheco, Hércules e Dante –, realmente fiquei surpreso quando Hércules começou a contar sobre o Pacheco coisas de que nunca ouvi falar:

– O Pacheco começou a despontar no movimento sindical aí por 1942, 1943, quando houve uma greve dos estivadores de Santos. Um grupo de estivadores portugueses estava furando a greve, o pessoal estava desesperado, queria quebrar Santos. Ele chegou numa reunião pequena e disse: “A greve tem que continuar. Pra continuar tem que tirar esses

[Hércules]



Em 4.11.1960 os portuários do Rio de Janeiro param mais uma vez sob o comando do Pacto de Unidade e Ação, liderado pelo Pacheco

caras do navio”. O que ele fez? Pegou gente de confiança, portuário, carregando café no navio, botou no guindaste. Aí o portuário fez sinal, indicando que já estava na posição combinada. Quando os portugueses ficaram bem embaixo, ele deu o sinal, soltaram os sacos e os portugueses foram parar na Europa, mortos. E a greve continuou.

Diante da minha cara de evidente espanto, Hércules completou:

– Ele tinha uma competência para entender a alma do trabalhador estivador como ninguém. Era duro na queda. – E “saboreando” meu novo susto: – E teve a história do dono da Doca de Santos, o Guinle. Sentaram e resolveram que tinham que matar o homem. Sortearam e caiu pro Pacheco. Ele levou uma semana pra matar o cara. Porque o homem saía de casa de manhã com o neto no colo. Ele esperou o cara sair sozinho.

– Ele matou o cara?!

– Matou, deu um tiro no cara e matou. Ele tinha traços nos métodos dele anarquistas. O Pacheco evoluiu, cresceu, se fazia respeitar. Ele era muito preocupado com o que era legal, ilegal.

Confesso que fiquei chocado. Como alagoano nascido e criado em engenho, aprendi a conviver com a violência e a triste tradição de se fazer justiça com as próprias mãos. Mas não a concordar com ela.

Fui pesquisar e, de fato, o presidente da Doca de Santos naquela época era um Guinle, Guilherme Guinle, filho do fundador da companhia, da mesma família que construiu o Copacabana Palace e o palacete depois comprado para ser residência do presidente da República, no Rio, o Palácio Laranjeiras. Guilherme Guinle foi também o primeiro presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, de 1941 a 1945.

Era um empresário nacionalista, benemérito de várias instituições científicas.

Mas, felizmente, morreu de morte natural, em Roma, muitos anos depois, em 1960.

Pensei no meu amigo Pacheco, tão sofrido, a dignidade que transbordava por todos os poros. O que será que aconteceu realmente há sessenta anos, nas Docas de Santos?

O próprio Hércules confessa ter dado “uns tirinhos”, quando comenta sobre o Brizola: “Se precisasse fuzilar alguém ele [Brizola] fuzilava”, garante ele.

– Aliás, Hércules, você me deve uma pistola. Que eu dei pra você, no dia do golpe, quando passamos lá em casa [depois do cerco à sede da Federação da Estiva pela polícia do Lacerda]. Eu quero ela de volta...

– Tinha sete tiros, eu botei nove – confessa Hércules, rindo.

– Fez bom uso? – provoca Solange.

– Fiz, não vou falar nada... Já tenho 75 anos? Então não dá mais processo... Mas deixa pra lá, são os vazios da história.

– E desconversando: – **O Brizola era isso. Os militares reviraram a vida dele e não descobriram nada que o desabonasse. Mas conspirou para derrubar o Jango, porque queria o poder.**

Já no processo da formação do CGT, foram criadas intersindicais regionais e nacionais, como a CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais), de 1958, que abrangia entidades do Rio, Minas e Bahia; e o PUA, o Pacto de Unidade e Ação, que englobava ferroviários, estivadores



Pacheco e Hércules arquitetavam uma reação armada ao golpe que se anunciava, em fevereiro de 1964

[Mello Bastos]

[Hércules]

Dante Pellacani
em sua mesa na
vice-presidência
da CNTI,
conversa com
Roberto Morena,
ativo dirigente
do CGT



e portuários de todo o país, em 1960. A CPOS era presidida pelo Hércules e o PUA pelo Pacheco.

Muitos teóricos abreviam a nossa história, do CGT, como meros instrumentos ou tentáculos, sei lá, do Partido Comunista Brasileiro. Sem minimizar a influência do partido, do qual éramos uma óbvia área de influência, chega a ser ingênuo querer reduzir a riqueza e complexidade do processo do qual participamos, com um significativo ascenso do movimento de massas, a uma mera instrumentalização por parte de quem quer que seja.

Do nosso “secretariado político”, que sempre menciono entre aspas porque não era formal, Hércules e Pacheco eram dirigentes comunistas. Dante foi do partido mas saiu. Era um importante líder gráfico de São Paulo, tão atuante que foi indicado para dirigir a Previdência Social no Ministério do Trabalho, então MTPS, como já expliquei. Também já o mencionei como representante dos sindicalistas em várias articulações no exílio no Uruguai, junto a Jango e Brizola.

Eu e Dante compartilhamos a mesma casa por mais de um ano, no exílio em Montevideu, junto com o presidente da

Federação dos Arrumadores (do porto do Rio), Severino Schnaipp, nosso companheiro no CGT; o general Henrique Oest, irmão do dirigente do PC do B depois assassinado Lincoln Oest; e o presidente da Estrada de Ferro Leopoldina, Héber Maranhão. Vínhamos de um convívio forçado, confinados por cerca de três meses, na embaixada do Uruguai, no Rio de Janeiro, onde pedíramos asilo político. O Héber, que foi surpreendido pelo golpe no Nordeste, se disfarçou de vendedor de bíblias, com uma barba enorme, para conseguir viajar até Montevideú. Chegou são e salvo...

Foi uma interessante experiência comunitária. Como o Schnaipp não tinha dinheiro, com a família passando necessidade no Brasil, nivelamos os gastos do coletivo por baixo. O Schnaipp tornou-se o “ministro das finanças”, que cobrava os cinco pesos devidos de quem almoçava na nossa casa, mesmo que fosse o Jango ou o Brizola. **Dante era calado, solidário, combativo.** Na divisão de trabalho doméstico, era quem arrumava a casa, aliás muito mal, junto com o Héber. Eu lavava a louça e o Oest cozinhava.

Dante era da turma que jogava buraco, com o Oest, o Maranhão e o Jacy Pereira, que viria a ser nosso sócio na Pollolandia, a casa de aves e ovos que reunia ainda entre os sócios figuras como Darcy Ribeiro e Maia Neto, diretor da Rádio Mayrink Veiga. No *Salvo-Conduto* eu conto como nosso malogrado negócio foi confundido pela repressão uruguaia com aparelho dos tupamaros, a mais famosa organização da esquerda armada latino-americana. O que eu não tinha revelado é que, de fato, demos uma ajuda aos “tupas”, como no episódio em que eu e Daudt levamos um grupo em nosso caminhão.

Hércules relata que o Dante era também “anarquista em seus métodos”, como na reeleição do Riani, do qual era vice na CNTI e rival na disputa pela presidência. Com seu estilo inconfundível, Hércules define:

– Dante não era um mastigador de churrasco na gengiva. Se você não quisesse ação, não sentasse com ele. Não admitia conversa fiada – conclui Hércules sobre o velho companheiro, também já falecido.

Quanto a mim, por ser tenente-coronel da FAB, antes de ingressar na aviação civil e na militância sindical, era proibido de militar em qualquer partido. Mas desde a luta pela Petrobras – na surdina, entre as fileiras da FAB, ou nas articulações para as eleições no Clube Militar, que espelhava as principais lutas políticas do país – eu integrava o grupo de militares nacionalistas e, na prática, era vinculado ao amigo e companheiro brigadeiro Francisco Teixeira, que coordenava esse esquema nas Forças Armadas, aliado ao partido.

“O CGT nasceu em agosto de 1961 [sic], como continuação do Comando Geral de Greve (CGC) que liderara a luta vitoriosa pela conquista do 13º salário. Não se estruturou a partir das bases, e sim a partir das entidades sindicais oficiais de âmbito estadual e nacional: federações e confederações. Uma vez que, desde a década anterior, esses aparelhos sindicais eram, em sua maior parte, controlados por dirigentes vinculados ao PCB e ao PTB, a composição do recém-criado CGT refletiu o mesmo tipo de hegemonia política. Tanto bastava para que os propagandistas do golpe militar esconjurassem as repetidas movimentações grevistas de 1963 e 1964 como encarnação da besta-fera comunista oculta sob o biombo do CGT. Pouco importava, no caso, considerar que os próprios comunistas presentes na cúpula do CGT advogavam, naquele período, uma linha pacífica de respeito à legalidade, diálogo permanente com as autoridades e conquistas graduais através das Reformas de Base.”³

³ Brasil: nunca mais. Op. cit., p. 125.



A criação do CGT foi formalizada no IV Encontro Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, em agosto de 1962. O discurso de Riani é acompanhado por Morena, à esquerda na foto, e Dante, à direita

É compreensível o “erro” do criterioso levantamento do livro *Brasil: nunca mais*, ao datar a nossa formação em 1961, o que ocorreu, na verdade, em 1962. Digo “erro” porque também no Dossiê Movimento Sindical da repressão, citado pelo pesquisador da UFF Marcelo Badaró Mattos, o CGT teria se formado em setembro de 1961 para, no ano seguinte, se transformar em Central Sindical, “entidade máxima do sindicalismo de esquerda, cuja criação sempre constituiu uma das tarefas primordiais de todos os PP.CC. (partidos comunistas)”, segundo informe do encarregado do Setor Trabalhista de 24 de outubro de 1962. Assim explica o professor:

“Acentuando o caráter externo à classe, e ao país, da atuação dos comunistas, o documento qualifica os dirigentes do CGT como “quase todos comunistas” e explica a existência de filiados a outros partidos como resultado da intenção do PCB de penetrar no governo e de trazer os setores operários filiados a outros partidos para o seio do comunismo. Os vínculos internacionais do PCB se traduziriam na filiação ‘informal’ do CGT à Federação Sindical Mundial”.⁴

⁴ BADARÓ MATTOS, Marcelo. *Greves, Sindicatos e Repressão Policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Niterói: EdUFF, 2004. Citando Fundo DPS, Dossiê Movimento Sindical 30074, fls. 695 e 699. Arquivo Estadual do Rio de Janeiro.

De fato foi a “greve da paridade”, realizada durante o curto período do governo Jânio Quadros, em 1961, que gerou o PUA, o Pacto de Unidade e Ação, a principal intersindical setorial que daria origem ao CGT, depois de se “desdobrar” no Comando Geral de Greve, o CGC.

Por iniciativa do Pacheco, os que lutaram para ter uma voz única no porto – estivadores, arrumadores, portuários, marinheiros –, apesar de não terem conquistado o salário equiparado ao dos militares, descobriram a força da união das várias categorias. Hércules lembra a firmeza do Pacheco, que foi chamado pelo presidente recém-eleito Jânio Quadros para que suspendesse a greve, e o Pacheco simplesmente disse não.

Em Juiz, de Fora, um importante entroncamento ferroviário, o governador JK ameaçou colocar tropas na rua. Riani lembra que um dos líderes do movimento, foragido no mato, só soube alguns dias depois que tinha se tornado pai. A recém-nascida ganhou o apelido de “Maria Paridade”...

Foi o CGC, já então integrado pelos presidentes das confederações sindicais, que no dia 5 de julho de 1962 decretou a primeira greve política do país, contra a aprovação pelo Congresso do nome de Auro de Moura Andrade, do PSD de São Paulo, como presidente do Conselho de Ministros. Os setores nacionalistas não tinham digerido a derrota do professor Clementino de San Tiago Dantas, primeira escolha de Jango, no dia 27 de junho, comprometido com a luta pelas reformas de base. Perdeu por 174 votos contra 110 a favor.

Em seu livro, Almino Affonso faz sobre o período a ressalva de que, a rigor, a primeira greve política do país foi a dos jangadeiros cearenses, em 1882, que se recusaram a transportar escravos dos navios para a terra, sob a liderança do “Dragão do Mar”.⁵ Moura Andrade acabou substituído pelo

⁵ AFFONSO, Almino. *Op. cit.*, p. 64.



professor gaúcho de Direito Constitucional Francisco de Paula Brochado da Rocha, um liberal pouco conhecido nacionalmente, mas da confiança de Jango e Brizola.

Apesar de durar apenas dois meses, o gabinete Brochado da Rocha obteria a delegação de poderes para legislar sobre inúmeras “medidas de emergência”. Sob a coordenação do economista Cibilis Viana – outro parceiro meu de xadrez no exílio –, as equipes de trabalho formularam projetos de lei sobre reforma tributária, reforma cambial, disciplina do capital estrangeiro, medidas de revisão agrária, monopólio da importação de petróleo e derivados, política de energia nuclear... Daquele esforço, subsistiu a legislação sobre agricultura e abastecimento, que criou a Superintendência Na-

“Pouco carro e muita gente”. Assim o *Correio da Manhã* legendou a foto dos trabalhadores subindo no caminhão, na falta de transporte coletivo, com a greve pró-paridade



Jango entre Riani
e Dante no
gabinete da
presidência
da CNTI

cional do Abastecimento, Sunab, a Companhia Brasileira de Alimentos, Cobal, e a Superintendência da Reforma Agrária, Supra, entre outras.

Algum tempo antes do PUA havia surgido a CPOS, no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), como eu já disse, sob o comando do presidente do Sindicato dos Tecelões Hércules Corrêa, já então deputado estadual pelo PTB. A CPOS inspirou organizações semelhantes na Baixada Santista e no Recife.

[Mello Bastos]

– A CPOS envolvia tecelão, que era o Hércules, eletricitário, telefonista, médico... – explico para a equipe de gravação.

[Hércules]

– Todo mundo “terrestre” – resume Hércules, em oposição aos portuários e marítimos do PUA.

[Mello Bastos]

– O cara que andava de pé no chão entrou para essa organização. Foi aí que os trabalhadores perceberam como a CLT

tirava os conflitos de dentro da fábrica, como o Hércules já explicou muito bem.

Da experiência das duas intersindicais regionais, surgiu a idéia da intersindical nacional, transformando o Comando Geral de Greve – que conseguira derrubar o Auro de Moura Andrade e impor o Francisco Brochado da Rocha, à frente do Ministério – no Comando Geral dos Trabalhadores.

Hércules enumera algumas lutas importantes nos anos anteriores, em que comissões nacionais temáticas chegaram a se constituir em intersindicais específicas:

– Houve a luta pelo descanso remunerado, a luta pelos direitos civis, a questão da previdência, a luta contra a assiduidade integral... A Comissão Nacional de Luta contra a Assiduidade Integral era dirigida por um gráfico, Eric Figueiredo. De 1958 a 1961, como cresceu a luta nacionalista, criaram-se várias comissões nacionais intersindicais: a de transportes, a de têxteis, a de metalúrgicos, a dos gráficos, para formular a reforma de sua área. A única reforma importante que a gente não conseguiu produzir nesse período foi a bancária, que só saiu em 62. Foram intersindicais por setores da economia. O pioneiro dessa iniciativa foi o pessoal do porto.

E Hércules prossegue, falando como chegávamos ao campo:

– Os ferroviários, que também se ligavam ao porto, eram a nossa ponte para o campo. A gente ia pela estrada de ferro, Brasil afora, segunda-feira a gente voltava. Mas esse espaço era disputado pelo Julião e pela Igreja. Só em 64 surgiu a Contag – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Riani lembra que foi ele quem garantiu a ida de Jango ao 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em 1961, que teve a participação de seis mil delegados:

– O deputado Ernane Maia veio me implorar para convencer o doutor Jango a vir para o congresso, porque o presidente do PTB de Minas, o senador Camilo Nogueira da Gama, não tinha conseguido. Eu peguei um avião e fui falar com o presidente: “Vim com um negócio para o senhor resolver, tem um congresso de agricultores, estou achando que o senhor deve ir”. Aí ele virou e deu um sorriso pra mim: “Riani, mas lá vai estar muito vermelho, vai estar é roxo, até o Julião vai estar lá, só falta o Luiz Carlos Prestes”. **“Mas doutor Jango, feliz é o país que tem um presidente como o senhor, que as classes mais miseráveis podem se reunir e reivindicar o que acham justo, acho que o senhor está no dever de ir”**. Sabe o que ele respondeu? **“Comunica lá ao general Kruel que eu vou”**. **“Obrigado, doutor Jango”**. A minha participação foi essa – conclui Riani, com indisfarçável orgulho do seu prestígio junto ao presidente.

Em 1948, o advogado Francisco Julião ajudara a fundar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco, dos trabalhadores do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a primeira organização camponesa do país. Em 1959, já com ligas camponesas em todo o estado de Pernambuco e surgindo a primeira na Paraíba, conquistaram a desapropriação remunerada do Engenho Galiléia. Nesse congresso em Minas, em 1961, segundo depoimento de Francisco Julião à Fundação Getúlio Vargas, ele teria conversado com Jango, que lhe declarou não querer ultrapassar o programa de Vargas, não pretendendo, portanto, chegar ao socialismo. O presidente, no entanto, teria manifestado preocupação com a condição do trabalhador agrícola.

Em 1962, o Congresso aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e várias ligas camponesas se transformaram em sindicatos rurais. Por considerar a posição de Jango conciliadora demais na questão agrária, Julião pregou a abstenção no plebiscito que aprovou a volta ao presidencialismo em janeiro de 63, com 9,5 milhões votos, contra apenas dois milhões

**Riani, mas lá vai estar muito
vermelho, vai estar é roxo,
até o Julião vai estar lá, só falta
o Luiz Carlos Prestes
– disse Jango.**

”

pelo parlamentarismo. Ao se sentir fortalecido, Jango tentaria uma saída de centro-esquerda, a chamada política de compromisso, entre contenção financeira e reivindicações reformistas. Parece que Marx tinha mesmo razão, ao dizer que a história só se repete como farsa ou tragédia...

Para localizar a posição da Igreja na questão agrária, lembremos que, em 1962, o papa João XXIII iniciou o Concílio Vaticano II, visando renovar a Igreja, mas morreu em junho. No ano seguinte, o sucessor, Paulo VI, deu sinal verde para o engajamento dos católicos em projetos de reformas não-socialistas. Uma ala religiosa da direita tentou barrar o avanço das ligas camponesas. Enquanto isso estudantes da Juventude Universitária Católica formaram a AP, Ação Popular, de onde saíam os presidentes da UNE de 1961 a 1964.

[A Igreja
e o campo]

No plano internacional, também no ano de 1962, o Brasil reatou relações diplomáticas com a União Soviética, o que foi festejado com uma exposição no Rio que os milicos diziam ter sido “trazida por Prestes”. No ano anterior, Kennedy havia ordenado a falida invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, quase desencadeando um conflito nuclear. Yuri Gagarin visitou o Brasil, depois de se tornar o primeiro homem no espaço, sendo recebido no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, por ter sido metalúrgico, e recebeu flores das mãos de minha filha Tania, que estudava russo. Descubro agora que ela ainda sabe de cor a saudação que fez (em russo!), em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas, 45 anos depois... A Guerra Fria estava no auge quando Martin Luther King marchou sobre Washington

[O mundo]

com sessenta mil brancos e duzentos mil negros, declarando: “*I have a dream...*” [que os filhos não sejam julgados pela cor da pele].

Pensamos muito antes de criar o CGT. Era decretar, na prática, a falência da organização sindical prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. O ministro do Trabalho de João Goulart, deputado Almino Affonso, um dos esteios do PTB e líder na Câmara, promoveu um simpósio objetivando modificações na CLT, mas os acontecimentos políticos atropelaram os projetos.

É o próprio Almino quem relembra agora, quando o procurei em seu escritório de advocacia em São Paulo, depois de vários mandatos parlamentares, antes e depois do exílio, cansado das siglas partidárias, conselheiro da República do governo Lula:

[Almino]

– A CLT exigia que as lutas se travassem no âmbito de cada categoria, então havia confederação, federação e o sindicato, era só ali que a luta social se travava, o que diminuía a capacidade de enfrentamento por parte dos sindicatos. Com o CGT, criou-se uma ruptura disso, o chamado pacto intersindical, rompendo com a verticalidade da CLT. De repente, uma greve por determinadas reivindicações podia estourar num mesmo momento no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Recife. O CGT foi o coroamento disso,

O ex-ministro do Trabalho de Jango, Almino Affonso, relembra a luta pela autonomia sindical, em nossa conversa em 24.5.2005



cumpriu um papel histórico em termos de avanço democrático na luta sindical. **Não foi por acaso que as classes dirigentes ficaram tão atemorizadas.** Em São Paulo, por exemplo – você se lembra, Mello Bastos? – nós tivemos uma greve com 14 categorias profissionais, setecentos mil trabalhadores em greve, em 1963. Isso assustava.

Almino tem razão. Para a greve de São Paulo, foi formado o Pacto de Ação Conjunta, o PAC. O Riani guardou a foto em que puxava uma passeata durante essa greve, pela CNTI.

Pode-se ter uma idéia de como assustávamos a elite avaliando-se a intensidade da repressão em cima de nós, quando deram o golpe.

No levantamento feito pelo *Brasil: nunca mais*, foram analisados 36 processos instaurados contra sindicalistas logo no início da ditadura. Quase um terço deles, 11, foi contra os trabalhadores rurais, particularmente os integrantes das ligas camponesas, sendo que muitos inquéritos foram abertos e arquivados ainda na fase policial. Quanto às categorias profissionais urbanas, os setores atingidos com mais força foram, justamente, os portuários, ferroviários e trabalhadores de empresas estatais, revelando onde éramos mais fortes, ao contrário dos anos posteriores, em que os metalúrgicos ocuparam essa posição.

“Em Santos, foi formado um gigantesco processo focalizando, conjuntamente, as atividades de mais de 30 sindicatos e delegacias sindicais vinculadas ao meio portuário. (...) Os réus são acusados de ‘agitação comunista e cripto-comunista’, conforme a palavra do autor da denúncia, o promotor Luciano de Pádua Fleury, que, em 1974, seria Diretor da Penitenciária do Estado de São Paulo, envolvendo-se em conflitos com presos políticos ali recolhidos. Os autos investigam a participação dos réus em greves ilegais, estruturação do CGT na área, doutrinação comunista, reuniões secretas, passeatas, etc.

Um processo específico foi formado para focalizar as atividades do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café do Porto de Santos, apurando o envolvimento de seus dirigentes em ações semelhantes enquanto, no Rio de Janeiro, ainda em maio de 1964, outro inquérito era instaurado para responsabilizar os portuários daquela capital por inúmeras mobilizações grevistas, apoio ao CGT e estruturação da União dos Portuários do Brasil.”⁶

Entre os cinco inquéritos em que fui indiciado, o mais pesado, que virou processo, pelo qual cheguei a ser julgado e finalmente absolvido, foi o do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Como sou aeronauta, e não aeroviário, atribuo a confusão à ignorância muito comum quanto às categorias. Até no livro da Lucília Almeida Neves eu sou mencionado como aeroviário. Acho que as pessoas pensam que é uma designação geral, envolvendo o pessoal do ar e de terra que trabalha na aviação. Só que não é.

“Ainda no âmbito do setor transportes, constatou-se que, em 1964, foi constituído um processo, no Rio, para apurar ‘mobilizações subversivas’ no Sindicato Nacional dos Aeroviários e três outros envolvendo entidades dos ferroviários: um atingia os dirigentes do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro e o interventor na Estrada de Ferro Leopoldina, outro inculpava líderes ferroviários de Teófilo Otoni (MG) por terem promovido greve e interrupção do tráfego entre aquela cidade e Ladainha, no dia 1º de abril, e um último focalizava greves e atos de sabotagem que teriam sido realizados, naquele mesmo dia, em repúdio ao Golpe Militar, pelos líderes ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, em Além Paraíba (MG).”

⁶ *Op. cit.*, p. 128-129.

RELATÓRIO

I - INTRODUÇÃO

Dando cumprimento à missão que nos foi atribuída, pela Portaria nº 611/GM-1, de 16 de junho de 1964, de Exm. Sr. Ministro da Aeronáutica (pag. 6) — de Encarregado de Inquérito Policial Militar, para apurar fatos que impertaram na prática de crimes previstos no Código Penal Militar e na Lei de Segurança Nacional, por atividades subversivas de caráter comunista, praticadas no Sindicato Nacional dos Aeronautas (S.N.A.) —

...tante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos junto ao C.G.T. — deu o seguinte despacho: "Mimeografar e distribuir conforme determinação do C.G.T." (o grifo é no original);

— (pag. 306), Boletim informativo nº 31/63, de 19 de setembro de 1963, do S.N.A., sob a responsabilidade da "DIRETORIA" (a mesma citada acima), a qual é convocada uma assembleia, na cuja agenda, além de outros pontos, consta a "DISCUSSÃO DO C.G.T.", manifesto está de setembro de 1963 (pag. 306).

PAULO DE MELLO BASTOS — líder incontestado dos aeronautas e aeroviários, com definição de comunista e agitador mais do que evidente, por suas manifestações e atitudes. Membro do Conselho Policial do S.N.A. desde o biênio 1959/1961 e posteriormente Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e Membro da Direção Executiva do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES.

Documentos: (pags. 285 e 286), (pags. 304 e 305), (pags. 308 a 310), (pags. 311 a 313), (pags. 314 a 320), (pag. 322), (pag. 327).

Extratos do Inquérito Policial Militar sobre o Sindicato Nacional dos Aeronautas, em cuja conclusão foi pedido o seu arquivamento, em 31.12.1966, o que finalmente ocorreu por decisão da 1ª Auditoria Militar da 1ª R. M. em 21.9.1967

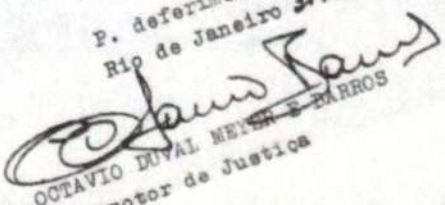
S.N.A.: PAULO DE SANT'ANNA MACHADO, ION DE SA WEBER, JOSIAS NUNES DE AZEVEDO SANTOS, LUCIO BULÇÃO DE SIQUEIRA TORRES e (ARCUS MARAVILHAS).

— o Sindicato Nacional dos Aeronautas, filiado à Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos que, por sua vez, era filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aéreos, atendia à orientação e direção a ele transmitida através do Comandante PAULO DE MELLO BASTOS, Presidente da FNTTA, e elementos do C.G.T., tomando parte em "GREVES POLÍTICAS", conforme podemos constatar pelos documentos:

Ora, embora saibamos que é da essência do Marxismo a luta pela derrocada da economia capitalista, que seria, apenas, uma etapa na evolução para a utópica sociedade sem classes, defendida pelo materialismo histórico. Ainda, assim, não podemos sustentar, a priori, que a adoção da ideologia comunista, por si só, seja suficiente para caracterizar o crime, a subversão. Indispensável são os fatos quele fito, a comunicação, que acarretará a modificação da ordem político-social vigente. Não existe, como é óbvio, na lei brasileira, o fato único existente são as greves. A maioria de reações e outras duas ou três, inclusive a "Mello Bastos", que tem um cunho político.

Houve, no caso, infringência da Consolidação das Leis do Trabalho, mas não crime previsto na lei penal comum ou na legislação Nacional já que a falta de tipicidade é patente. Diante do exposto, sente-se o MP compelido a requerer, como requer, com fundamento no art. 57 item II, da Lei de Organização do presente inquérito policial militar.

P. deferimento,
Rio de Janeiro 31.12.66


OCTAVIO DUVAL MENEZES BARROS
Promotor de Justiça

Nada como a própria repressão para atestar que, ao contrário da crítica que sempre recebemos, de total apatia diante do golpe, houve, sim, reações isoladas, ainda que os dirigentes, é fato, e o próprio presidente da República tenham optado por não reagir.

“A estruturação do CGT no Pará foi abordada num processo aberto no dia 8 de abril de 1964, no Comando do 4º Distrito Naval, em Belém, sendo que os autos, por conexão, discorrem sobre atividades de membros do PCB, divulgação do jornal ‘Novos Rumos’ e envolvimento dos marítimos e portuários paraenses nas campanhas em prol das Reformas de Base.

Enfim, o CGT aparecia como demônio onipresente a ser exorcizado em ações penais tão diferenciadas quantas fossem as categorias de assalariados que tivessem algum tipo de participação política no período pré-64: os comerciários do Rio de Janeiro, envolvidos nas ações de seu sindicato, de sua federação estadual e de sua Confederação Nacional; os bancários de Belo Horizonte e seus colegas do ‘Banco do Nordeste do Brasil’, em Recife; os operários dos gigantescos estaleiros da Verolme, em Angra dos Reis; os trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo; e até mesmo em localidades minúsculas como Santa Rosa de Viterbo (SP), com os empregados na indústria de alimentação.”

Graças à exaustiva pesquisa promovida pela Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas, a história do Brasil registra como fomos considerados por nossos algozes, o que hoje parece tragicômico:

“Em todos os relatórios de inquérito, em todas as denúncias, nos arrazoados de acusação, na maioria das sentenças, uma repetição monocórdia de conceitos velhos ou recém-criados tais como: ‘cripto-

comunista', propaganda 'filo-mao-castrista', 'ordens de Moscou', 'República Sindicalista', 'subversão sindical', 'agitação pró-Reformas de Base', 'greves ilegais', 'entidades ilegais'. Em suma, um rol imenso de atividades consideradas criminosas pelo simples fato de se inspirarem num pensamento político contrário ao das novas autoridades." 7

– Mas voltando à origem do CGT – retomo, durante a conversa com o Hércules. – Ele foi se criando, se formando. Veio a CPOS, o PUA, os transportes, porque já estávamos tramando uma conspiração com o Fernando Autran, presidente do Sindicato dos Petroleiros.

[Mello Bastos]

– Mora em Jacarepaguá – lembra Hércules.

– É mesmo? Mas queríamos juntar aeronautas, aeroviários, trabalhadores na área portuária, abastecedores de aeroportos, que eram da Petrobras. Por isso eu falei no Autran: se não tem abastecimento, não tem transporte. Em vez de cada trabalhador ir discutir só no seu sindicato, às vezes sem entender direito ou sem poder de pressão, ele podia se reunir por área, e isso deu muito certo, espalhou-se pelo Brasil

[Hércules]



Num velho recorte de jornal, a lembrança da histórica posse de Riani à frente da CNTI, em janeiro de 1962

⁷ Op. cit., p. 129-130.



Chegamos à conclusão seguinte: nós temos que formar o CGT aqui e agora.

inteiro. Mas feriu profundamente o poder do governo federal, do presidente da República, através do seu representante sindical, o Crockat de Sá...

Foi a campanha do plebiscito pela volta ao presidencialismo – que acabou se realizando em 6 de janeiro de 1963 – que consolidou o Comando Geral de Greve, responsável pela greve política de 5 de julho de 1962. Nós já tínhamos conquistado a CNTI, com o Riani, vencendo a corrente do movimento sindical que englobava a pelegada e os que, de modo geral, eram legalistas, portanto não apoiavam a formação de uma intersindical. No III Congresso Nacional Sindical, no Teatro João Caetano, em 1960, o Roberto Morena, comunista, do Sindicato dos Marceneiros, já tinha saído no pau com o Diocleciano, o do Cadillac. Pois foi o Morena quem sugeriu, segundo lembra Hércules, a antecipação da formação do CGT, numa reunião na CNTI no dia 7 de julho de 1962.

[Hércules] – Chegamos à conclusão seguinte: nós temos que formar o CGT aqui e agora. Foi a proposta do Morena – conta Hércules.

[Mello Bastos] – Uma figura humana fantástica. Era marceneiro, diretor do Sindicato dos Marceneiros, foi eleito conselheiro da Previdência Social – completei. – Inclusive lutou nas Brigadas Internacionais, na Espanha.

[Hércules] – E no Partido [Comunista], o Morena era da Sessão Sindical Nacional e suplente da Direção Central – revela Hércules.

Foi, pois, formalizado no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em São Paulo de 17 a 19 de agosto de 1962, o Comando Geral dos Trabalhadores, como “órgão de orientação, coordena-



ção e direção do movimento sindical brasileiro”. Graças ao precioso acervo reunido por Riani no Centro de Memória que organizou, podemos agora nos reportar à resolução do encontro que referendou a formação do CGT:

“[Fica decidido:]

1º. – Apoio à ação exercida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, integrado pelas Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais, por sua orientação firme e decidida nos últimos acontecimentos políticos, especialmente na direção da greve política de 5 de julho de 1962.

Diante do prestígio e respeito pela massa trabalhadora e as organizações sindicais do nosso país, o Comando Geral dos Trabalhadores é transformado com aprovação do IV Encontro Nacional Sindical, em órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro.

2º. – O Comando Geral dos Trabalhadores será composto de dois representantes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais e das CPOS da Guanabara, com sede no Rio de Janeiro, tendo sua secretaria funcionando na sede da CNTI.

3º. – Em cada Estado ou Município, serão organizadas direções idênticas, tendo em conta a diversidade de sistemas em funcionamento em cada local, de Comissões, Conselhos, Pactos, etc.

4º. – O Comando, em cada Estado, se ligará e se representará no Comando Geral dos Trabalhadores, assim como os Municípios terão sua ligação com órgãos Estaduais. (...)

5º. – Convocar o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a ser procedido e baseado nas reali-

*zações dos Congressos, Conferência e Convenções, tanto no âmbito Estadual como Municipal, assim como de várias categorias profissionais. (...)”.*⁸

O IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores seria organizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, mas não chegou a acontecer. Para uma corrente dentro do CGT, seria a oportunidade de transformar o comando em confederação, brigando pela sua legalização.

Riani lembra como o CGT deu um ultimato, até o dia 15 de setembro, para o Congresso aprovar a realização do plebiscito, sob ameaça de greve geral:

[Riani] – Impusemos – o CGT e a massa sindical brasileira – ao Congresso Nacional [a aprovação do plebiscito], e foi essa a nossa grande vitória. Os dirigentes sindicais da CNTI participaram ativamente na campanha. Nós dividimos: eu e o Benedito Cerqueira ficamos encarregados da região de Vitória, Bahia e fomos parar em Belém do Pará. Chegávamos no avião de manhã, os colegas estavam nos esperando no aeroporto, saíamos dali, batíamos um papo, íamos almoçar e, depois, visitávamos o jornal e, à noite, assembleia. No outro dia de manhã, pegávamos o avião para outro estado.

No dia 7 de outubro haveria eleições parlamentares. A greve foi decretada para o dia 14 de setembro, exigindo a realização do plebiscito, elevação do salário mínimo à base de 10% e sanção da Lei de Remessa de Lucros, aprovada pelo Parlamento no dia 3 de setembro mas, até então, sem a assinatura do presidente João Goulart. A pressão do embaixador americano Lincoln Gordon foi tal que Jango deixou escoar o prazo legal de trinta dias, obrigando o presidente do Congresso Nacional, senador Moura Andrade, a promulgá-la.

⁸ Citado em REZENDE PAULA, Hilda & ARAÚJO CAMPOS. *Op. cit.*, p. 228-229.



Jango recebe delegação da CNTI no Palácio das Laranjeiras, posando uma vez mais entre Riani e Dante

Já haviam se sucedido à frente do ministério parlamentarista Tancredo Neves, San Tiago Dantas, Moura Andrade e Brochado da Rocha. Com a resistência do Parlamento em aprovar a emenda convocando o plebiscito, o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do II Exército, de São Paulo, enviou ofício ao ministro da Guerra, general Nelson de Melo, em 12 de setembro, manifestando sua preocupação quanto à manutenção da ordem pública e declarando as tropas sob seu comando em prontidão. Havia um verdadeiro clima insurrecional nos quartéis. No dia seguinte, o ministro estava decidido a punir o general com o afastamento. Jango não queria perder a posição-chave de confiança. Para derrubar o ministro da Guerra, só derrubando o Conselho de Ministros.

O jornalista e escritor gaúcho Paulo Schilling – cuja filha Flávia, presa como tupamara no Uruguai, terra de exílio da família, tornou-se um símbolo da resistência à ferocidade da ditadura naquele país, em anos de prisão e maus-tratos – revela em seu livro *Como se Coloca a Direita no Poder*⁹ a possível interferência de Brizola na mudança de rumos da crise. Lembremos que o gaúcho Brochado da Rocha foi se-

⁹ SCHILLING, Paulo R. *Como se Coloca a Direita no Poder*. São Paulo: Global, 1979, p. 234 a 238.

cretário do governo Brizola. Quando, na condição de primeiro-ministro, dirigiu-se ao Congresso, ocasião em que pediria um voto de confiança para legislar sobre as reformas de base, não o fez. Esperava-se que, diante da provável reação do Congresso a seu ultimato, Jango teria o pretexto com que contava para fechar a Casa e derrubar todo o Ministério. Mas Brochado da Rocha simplesmente anunciou sua renúncia.

Seja sob pressão de Jango ou Brizola, o fato é que o bravo professor morreu 13 dias depois, conta Paulo Schilling, sem tempo para realizar o que anunciou em sua mensagem à nação: “Agora, como simples cidadão, integro-me ao povo para, como parte do povo, continuar a luta pelo reconhecimento ou pela conquista de legitimidade do poder e da libertação econômica da Pátria”.

O novo Conselho de Ministros era chefiado por Hermes Lima, que acumulou a pasta de Relações Exteriores. Ele ainda viria a integrar o primeiro ministério presidencialista.

Depois de forçar uma troca de primeiro-ministro, o CGT obteve a aprovação da chamada Lei Complementar n. 2, fixando o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. No manifesto lançado pelo NÃO no plebiscito – não ao parlamentarismo –, o CGT conclamava:

“Consideramos que a composição de um governo nacionalista é a única forma de executar as reformas de base exigidas por todos os homens de bom senso, patriotas civis e militares.

Na formação do novo governo, a 6 de janeiro, na forma da Constituição de 1946, os trabalhadores deverão exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, com participação de representantes dos trabalhadores, para a realização urgente das seguintes medidas:

- a) *reforma bancária progressista, com democratização e seleção de crédito;*
- b) *contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade e medidas concretas contra a sonegação;*
- c) *respeito aos direitos adquiridos dos trabalhadores;*
- d) *reforma agrária, que dê meios e terra aos camponeses e extinga [sic] o latifúndio;*
- e) *reforma da lei eleitoral, com voto para o analfabeto e soldados. Revogação do art. 58 da lei eleitoral;*
- f) *verdadeira reforma tributária, visando a eliminação da inflação;*
- g) *anistia para os que estão sendo vítimas de processos políticos;*
- h) *sindicalização para os funcionários públicos;*
- i) *salário-família para os trabalhadores, na mesma proporção do pago aos funcionários públicos;*
- j) *direito de greve;*
- k) *revogação da lei de segurança;*
- l) *nacionalização das empresas estrangeiras que operam nos serviços públicos e nos setores fundamentais da economia brasileira;*
- m) *regulamentação imediata e efetiva da lei de remessa de lucros;*
- n) *política econômico-financeira de acordo com os interesses nacionais”.¹⁰*

- Era só o começo do CGT...

¹⁰ Citado em AFFONSO, Almino. *Op. cit.*, p. 82-83.

A VIAÇÃO PODE PARAR AMANHÃ E CGT DECIDE HOJE GREVE GERAL

AERONAUTAS e aeroviários, atendendo a um apelo do ministro do Trabalho, decidiram adiar por 24 horas a greve geral decretada por causa da demissão do comandante Paulo de Melo Bastos, da VARIG, cuja readmissão...

o país alinha sua emancipação econômica e de melhor condições.

Por outro lado, se reuniu, sendo marcado para o dia 5 de amanhã, com o apoio de Varig, a greve geral será...

Greve nacional marcada para o dia 5 se Varig não reintegrar Melo Bastos

ESTAD
Enquanto isso, o Secretário de Estado do Trabalho, Celso de Figueiredo, adotou medida de ser deflacionar...

Trabalhadores de Varig e de outras companhias aéreas, como a Cruzeiro do Sul, a Varig e a Transbrasil, decidiram...

De uma nota que "representa o movimento de trabalhadores aéreos, a CGT decidiu adiar a greve...

Alguns setores do movimento de trabalhadores aéreos, como o da Varig e o da Transbrasil, decidiram...

Na noite de ontem, o Sindicato dos Aeronautas decidiu...

Em Brasília, o Presidente João Goulart comunicou-se com o Presidente da Varig, Sr. Rubem Berta...

O Sindicato dos Aeronautas decidiu, ontem à noite, adiar por 24 horas a greve...

Em Brasília, o Presidente João Goulart comunicou-se com o Presidente da Varig, Sr. Rubem Berta...

TRABALHADORES BRASILEIROS NÃO ACEITAM A DEMISSÃO DO COMANDANTE MELLO BASTOS TODOS A ASSEMBLEIA, DIA 30, AS 7 HORAS, NA AVENIDA PRESIDENTE WILSON N.º 210 - 5.º ANDAR

MELLO BASTOS DEFENDE AEROBRÁS

Aeronautas adiam greve que Almino vai garantir e Goulart faz apêlo a Berta

O Sindicato dos Aeronautas decidiu, ontem à noite, adiar por 24 horas a greve contra a demissão do Comandante Melo Bastos, em atendimento ao apêlo do Ministro do Trabalho, Sr. Almino Afonso, que, no entanto, assegurou que o movimento "é absolutamente legal e contará com o apoio do Ministério, em defesa da Lei".

Em Brasília, o Presidente João Goulart comunicou-se com o Presidente da Varig, Sr. Rubem Berta, que se encontra em Londres, apelando para que o Comandante fosse readmitido pela companhia, pois uma greve criaria graves problemas ao País, enquanto a Confederação-Geral dos Trabalhadores divulgou nota em que diz não se responsabilizar "pelas conseqüências que possam advir do desrespeito aos direitos de representação sindical" configurada na demissão do Comandante Melo Bastos.

A Greve é Por Este Homem



UNIAO

readmissão de Melo Bastos. O Presidente da Varig promete...



Vôo da Varig
retorna
ao Santos Dumont
com a greve
Mello Bastos,
em 1.6.1963

Quando uma greve geral ganhou meu nome por conta da autonomia sindical: “Não voava nem andorinha”

7

– Foi aí, Mello Bastos, quer você queira quer não, que você foi o pivô da luta pela autonomia sindical – destaca Almino Affonso, referindo-se à greve geral desencadeada pela minha demissão da Varig, em 25 de maio de 1963.

[Almino Affonso]

O próprio Almino Affonso acabou “perdendo o emprego” por minha causa. Cerca de um mês depois, em junho, pela sua defesa incondicional da legalidade da greve – já que a lei

garantia o direito à imunidade dos dirigentes sindicais –, Almino foi demitido do cargo de ministro do Trabalho e Previdência Social de Jango.

Com o mesmo sorriso acolhedor atrás do farto bigode e a mesma loquacidade dos velhos tempos, Almino relembra aqueles momentos, ao me receber em seu confortável escritório de advocacia no bairro de Belenzinho, em São Paulo:

[Almino Affonso]

– O CGT concentrou uma força de pressão social impressionante. No instante em que a sua demissão, Mello Bastos, foi respondida com a greve dos aeronautas e aeroviários, aí veio a greve dos ferroviários, a greve da Petrobras, a ameaça de greve de Volta Redonda...

[Mello Bastos]

– ... os tecelões do Rio de Janeiro, os marítimos...

[Almino Affonso]

– Tudo isso. **Aí o presidente me chama e diz: “Almino, não dá para continuar assim, nós temos de frear, porque senão, aonde vamos?”**. Eu disse: “Presidente, estou cumprindo a lei. A lei diz que eles têm imunidade sindical e não podem ser demitidos”. “E se Volta Redonda paralisar, o que eu faço com os altos-fornos quando eu tiver todos eles rigorosamente transformados em aço puro e incapazes de serem movidos?” – questionou o presidente. Entendi o alcance da preocupação dele. “Presidente, se o que estou fazendo não corresponde à sua vontade, me demita”. “Não posso demiti-lo senão você sai de herói e eu fico muito mal”. “Então cumpramos a lei, presidente”.

Em 18 de fevereiro de 1963 a revista *PN – Política e Negócios* havia publicado uma reportagem sobre falta de segurança de vôo, “Os milionários do déficit”, entre os quais estavam nominalmente citados os dirigentes da Varig. Passei um telegrama para a revista, “colocando-me ao inteiro dispor para fornecer mais subsídios”, o que foi considerado uma provocação pelo Ruben Berta, que me demitiu no dia do meu aniversário, 25 de maio.



A revista
O Cruzeiro
registrou a
lealdade do
ministro Abelardo
Jurema a Jango
até o final

– **A demissão do Mello Bastos atingiu todo mundo** – conta Hércules. – A coisa foi decidida de madrugada, no telefone. Porque quando me comunicaram [a demissão], às três e meia da manhã, o jornal ainda não tinha saído, ele estava voando pra cá. Eu disse: “Pára tudo, tem que parar”. Falei com o Batistinha, tem que parar.

[Hércules]

Batistinha – Demisthóclides Batista da Silva – era ferroviário da Leopoldina, membro do Partido Comunista, deputado pelo PTB, fundador do PUA junto com o Pacheco, companheiro atuante do CGT, um eterno otimista. Segundo Hércules Corrêa, deputado comunista e cachoeirense (de Cachoeiro de Itapemirim) como ele – “além de Roberto Carlos e Nara Leão” –, era “um homem correto, de coragem, brigador, mas defendia teses políticas parecidas com as do Brizola, um nacionalista extremado”. Hércules ainda revela algum ressentimento do velho companheiro ferroviário que, segundo ele, agia por conta própria, nem sempre obedecendo ao coletivo:

– Quando a gente decidia alguma coisa na reunião [plenária do CGT], ele fazia e ficava por lá, ninguém sabia o que tinha acontecido. Ele não vinha para a reunião informar, como vinha o Mello Bastos.

Talvez a “diferença” do Hércules em relação ao Batistinha fosse pelo controle do esquema de greve geral, indiscutivelmente a partir do setor dos transportes. E Hércules afirma que ele, Hércules, tinha o controle desse esquema no CGT, como ocorreu na greve da minha demissão:

[Hércules] – Eu tinha sob meu controle um esquema de decretação de greve no país. Se eu acionasse, paralisava o país. Tinha um organograma de senhas, para o país todo.

Na verdade, não era bem assim. Hércules talvez afirme isso por ser, naquele momento, dirigente do Partido Comunista.

Com sete filhas mulheres, Batistinha ganhou mais uma no exílio, que se chamou Paloma. Brincávamos que a família do Batistinha era quase um “Grupo dos Onze”. Para nós, ele era “o homem da Leopoldina”. De fato, ele conquistou um respeito enorme em sua categoria, pela combatividade e eficácia na luta por melhoria das condições de trabalho, como ele mesmo contou anos depois numa entrevista:

*“O salário era baixíssimo, a exploração do trabalho era muito grande, a ‘hora de trabalho’ era excessiva, e nós conseguimos dar uma virada muito grande em pouco tempo. Então atingimos o econômico, o trabalhador ficou satisfeítíssimo com a gente [os líderes comunistas] e tinha alguns que diziam o seguinte: ‘Eu não concordo com as idéias do pessoal, mas este pessoal é um burro de carga pra trabalhar pra gente’. E éramos mesmo”.*¹

¹ Entrevista de Demisthóclides Batista a Pedro Tórtima e Bernardo Kocher, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1989. Labhol/UFF.

Nosso inesquecível Batistinha foi barbaramente assassinado em 5 de julho de 1993, na casa da filha, num subúrbio do Rio de Janeiro. Segundo o deputado Marcus Vicente, presidente do PTB do Espírito Santo que o homenageou por ocasião dos dez anos de sua morte, “ele vinha fazendo uma série de denúncias de corrupção na negociação para a estadualização do sistema de trens suburbanos. Os matadores eram pistoleiros profissionais que sequer se preocuparam em esconder o rosto”.²



Batistinha

No momento em que fui demitido da Varig, em maio de 1963, eu estava investido de três mandatos sindicais: era presidente do Conselho Fiscal do Sindicato Nacional dos Aeronautas, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

O *Jornal do Brasil* do dia 2 de junho deu na manchete:

“Greve nacional marcada para o dia 5 se Varig não reintegrar Mello Bastos”.

Estourou a greve. Pararam os portos, aeroportos, ferrovias. Guanabara, Minas, Espírito Santo, estado do Rio. Foi a primeira vez que parou a Santos–Jundiaí. Pararam 23 usinas em Campos, no norte do estado do Rio. Ameaçou faltar gasolina nos postos, pela paralisação das refinarias de Mangueiras, Duque de Caixas e Cubatão.

– O Decreto 9070, se não me falha a memória, era absolutamente reacionário, proibia terminantemente as greves – explica Almino. – Mas a legalidade não estava na lei, estava na interpretação da lei. O que houve de mérito – perdoem-me a vaidade do ministro do Trabalho naquele instante – foi poder fazer a defesa da imunidade sindical no aspecto jurí-

[Almino Affonso]

² <<http://www.meuparlamentar.com.br/marcusvicente>>.

dico mais amplo. Se há uma imunidade sindical, ela só pode ser respeitada se não houver demissão dos dirigentes sindicais. Se há uma norma constitucional que diz que o direito de greve é um dos excludentes sociais, juntemos os dois e a greve torna-se legal. E isso foi que irritou muito, de certa maneira, o presidente João Goulart, porque ele se sentiu desarmado.

Até o cáustico Paulo Francis me defendeu em sua coluna na *Última Hora*, no dia 10 de junho de 1963:

“Quero apresentar minha saudação a Mello Bastos, líder sindical autêntico, o antipelego por excelência. É preciso lembrar quem é ele: piloto de linhas internacionais, com um ordenado que deve exceder os 400 mil cruzeiros, uma folha de serviços impecável e estabilidade na casa, Mello Bastos não se acomodou. Sua luta pela melhoria de condições de seus companheiros, por rever a estrutura da aviação comercial, sua denúncia fundamentada da insegurança de vôo, tem sido intransigente e contundente, colocando em perigo a confortável carreira que poderia exercer. É de gente como Mello Bastos, em todos os setores, que este país precisa para domesticar os gorilas e dar ao povo um nível civilizado de vida”.



A polarização era entre a Aerobrás e a “Bertabrás”, como a revista *PN* simbolizou o antagonismo entre a nossa proposta de estatização do transporte aéreo e a política vigente, em que subvenções oficiais eram concedidas às empresas de aviação sem que estas garantissem a necessária segurança de vôo.

Houve rumores de que o Berta só me demitiu depois de ouvir o Jango. Para mim, o Jango disse:

“Esse alemão é nazista, no meu governo ele vai readmitir você, senão faço a intervenção na Varig”.

Conforme já contei no *Salvo-Conduto*, a Varig me reintegrou, depois de negociações entre o CGT e o governo, e o Berta viajou para Londres por seis meses. Como eu só descobriria muito tempo depois, ele não engoliu o recuo a que foi obrigado. E iria arquitetar algo muito sórdido para se livrar de mim.

Penso que o Berta, naquele momento, representava o interesse dos empresários, de um modo geral, em atacar frontalmente um dos líderes do CGT, como forma de atingir a espinha dorsal do movimento sindical. Poderia ter acontecido com o Schnaipp, o Riani, o Hércules. Mas foi o Berta – um homem de ação mas que confundia autoridade com autoritarismo – que teve essa oportunidade de nos atingir. Como meu patrão, demitiu-me alegando que fui a público atacar a aviação comercial sem livrar a cara da Varig.

Naquele período, a única empresa de aviação que não fornecia passagens gratuitas aos políticos e militares que conspiravam contra Jango era a Panair do Brasil, por recusa absoluta de seu presidente, Paulo Sampaio. Pagou a ousadia com a falência da empresa. A Varig e a Cruzeiro do Sul, as grandes daquele momento, ambas com origem alemã e de olhos arregalados nas linhas da Panair para a Europa, colocaram-se totalmente a serviço dos conspiradores. À frente da Cruzeiro estava Bento Ribeiro Dantas, advogado de formação, cordial até com os adversários e muito atuante no meio empresarial.

—
Anos depois, em 1972, de volta do exílio, compareci ao meu julgamento na 2ª Auditoria de Marinha, no processo sobre a “subversão” entre aeronautas e aeroviários, eu que presidia a federação nacional que reunia as duas categorias. Na longa mesa, ao centro, o juiz-auditor, togado, Fernando Przewodowski. Ao lado, a triste figura

Conto ao Almino
os detalhes do
meu julgamento
por um
tribunal militar



do escrivão, um mero escrevinhador. E as testemunhas de acusação. Não havia testemunhas de defesa, só de acusação. Eu, o réu, sem direito a palavra, ouvi a leitura da formação de culpa. Fiquei estarrecido com a minha periculosidade.

Pelo Centro de Informações Secretas da Aeronáutica, o Cisa, compareceu o major-brigadeiro Paulo Vitor da Silva. Olhei-o rememorando nossos tempos de Escola de Aeronáutica, em que fui seu instrutor, em 1942 e 1943, varando dias e noites porque a guerra na Itália exigia recompletamento de efetivo. Seu apelido era "Tracajá". Anos depois estávamos em campos opostos, quando ele liderou a revolta de Jacareacanga durante o governo Juscelino e foi, em seguida, anistiado. Surpreendo-me quando ele declara em meu julgamento, taxativo: "Doutor Auditor, não posso responder à pergunta de V. Excia. porque os assuntos do Cisa são secretos, não posso revelar". Não menos surpreendente foi a pronta aceitação do auditor, que creditei ao seu passado estudantil militante, conforme me haviam informado: "Vossa Excelência o Senhor Brigadeiro está dispensado de depor".

Foi um verdadeiro suplício a demora entre as audiências, o cansaço pela expectativa de condenação, a inexperiência como réu, a calma de meu valoroso advogado, Evaristo de Moraes. Por convicção e solidariedade, Evaristo ali estava emprestando seu brilhantismo e competência, sem ganhar um tostão: “A demora funciona como borracha apagando tudo. Tenha calma”. Sábias palavras. Fiquei pasmo com o depoimento das testemunhas.

O presidente da Panair, Paulo Sampaio, afirmou existir uma única divergência entre nós, no passado. Porque no presente ele se rendia à correção da minha posição, em defesa da criação da Aerobrás! O presidente da Vasp, brigadeiro Oswaldo Pamplona, afirmou que de mim só tinha boas recordações de nossos tempos de aviação naval. O engenheiro diretor da Cruzeiro do Sul, doutor Belingrot, comoveu-me. Rememorou com detalhes meu acidente de avião na mureta do Galeão, de onde ele me conduzira, em estado de choque, nos seus braços, para a ambulância que me levara para a sala de cirurgia do hospital. “Mello Bastos para mim é um filho”. E nada mais disse. Baixei a cabeça para assimilar o que ouvia e conter a emoção.

Oito anos depois de perder meus direitos políticos, tive meu primeiro sabor de vitória com a absolvição, prenunciada por Evaristinho – amigo de faculdade de meu amigo de infância Paulo Rego, procurador da Guanabara – e por meu conselheiro e amigo Raul Lins e Silva, o famoso criminalista, contemporâneos do juiz-auditor: “Se ele não mudou depois que nos formamos, você será absolvido”. E fui.

Vale dizer que naqueles tempos era praxe o dirigente sindical, de acordo com a CLT, suspender a atividade profissional para se dedicar em tempo integral ao exercício do mandato. Os aeronautas, principalmente os comandantes, para não perderem a forma, entre outros motivos, voluntariamente abriam mão desse privilégio. Eu continuava, portan-

to, a cumprir a escala de vôo da empresa até o momento da minha demissão. Ocorrida, aliás, quando eu retornava de Nova York. Daquele momento, 25 de maio de 1963, até o golpe, em 1º de abril de 1964, não mais me escalaram para voar. Compensei a frustração pela ausência do vôo com dedicação total à militância.

Nunca mais pilotaria um avião.

Coincidência ou não, o fato é que, de maio a julho de 63, houve praticamente um rompimento entre o CGT e o presidente João Goulart, conforme registra a imprensa da época, segundo insistentes boatos espalhados pelo nosso velho conhecido Crockat de Sá.

Na contracapa do *Salvo-Conduto*, na segunda edição, relato o que Jango me disse naquela ocasião, sobre a “greve Mello Bastos”, mencionando o Almino:

“Você parou o Brasil, e os militares estão preocupados com o possível desdobramento dessa greve – disse-me Jango, no aeroporto, antes de embarcar para Brasília. – O Almino vai conversar sobre isso com vocês no CGT”.

[Mello Bastos]

– Lembro quando você, Almino, se reuniu conosco, do CGT – eu, o Pacheco, o Dante Pellacani e o Hércules Corrêa – lá no Horto, na casa do ministro da Agricultura, onde você estava hospedado – relembro agora. – Depois de falar da preocupação do presidente com a crise, você propôs: “Estou aqui para encontrarmos uma solução para essa greve. Eu me comprometo com você, Mello Bastos, que se vocês suspenderem a greve, vou usar todo o prestígio do cargo de ministro do Trabalho para você ser readmitido. Tenho total cobertura do presidente para isso”. Os outros viraram pra mim: “É com você”. Pensei um instante: “Por que continuar a greve, se ela já surtiu todos os efeitos esperados? Aviador não pode pensar muito não, tem que tomar decisões rápi-

das”. Então eu disse: “Sou pela suspensão da greve”. Você suspirou aliviado, lembra-se, Almino? **A Varig realmente me readmitiu, mas nunca mais me incluiu na escala de vôo.** E suspendeu o pagamento do salário. Você ainda teve que interferir para me pagarem...

– Eu acho, Mello Bastos, que valia a pena a gente recordar por que prometi usar o prestígio do meu cargo para exigir que a Varig readmitisse você – retoma Almino. – Por que esse compromisso? Porque você tinha direito à imunidade sindical, ou seja, durante o período em que você exercia, ou viesse ainda a exercer um mandato sindical, você não poderia ser demitido, nem mesmo um ano depois de terminado o mandato. Era da maior importância para o movimento sindical essa garantia, para que o dirigente sindical não se sentisse coagido e, portanto, limitado na sua função de defender os interesses dos trabalhadores.

[Imunidade
sindical]

O Exército ocupou as principais estações de trem, para evitar tumulto durante a greve geral que parou o Brasil.
Foto de 3.6.1963



O ex-ministro do Trabalho que não se dobrou às pressões e, por isso, perdeu o cargo, até hoje se empolga ao defender o que continua considerando justo:

– Eu não estava defendendo um amigo, apesar de que éramos amigos. Não foi apenas um companheiro de lutas, embora fôssemos companheiros. É que por trás disso estava a tese da imunidade sindical fundamental, sem o que o movimento sindical não tem autonomia.

E Almino acrescenta, virando-se novamente para mim:

– E ainda teve a malandragem do Ruben Berta, como você acabou de narrar, e aí a greve ressurgiu com o vigor de um estopim no país inteiro, não é? **Então coube ao presidente a angústia: “Que faço eu com este país paralisado?”**. Porque pela primeira vez tínhamos um país paralisado, em matéria de vôo. Nem andorinha voava. É real isso tudo que estou recordando – enfatiza Almino, tomando mais um gole de café (Por sinal, coado pouco antes pela Fátima, a secretária, que trouxe a máquina de casa, em nossa homenagem. Com a mesma simpatia do chefe, nos confessou: “Só sei fazer Nescafé...”).

[Origem da crise,
da aviação]

Embarcando
para os Estados
Unidos em 1942



Como oficial da FAB, tive oportunidade de ir várias vezes aos Estados Unidos, durante a guerra e depois dela. Primeiro para trazer os aviões de instrução Fairchild para a formação de novos oficiais-aviadores. Lembro-me de que tínhamos que voar muito baixo – a cerca de 300 metros – e afastados uns 100 quilômetros da costa, para não sermos vistos ao sobrevoar a Guiana Francesa, sob o governo colaboracionista de Vichy. Já em tempos de paz, fui um dos pilotos que buscaram novos aviões na América, como se dizia, para transporte de autoridades e para o Correio Aéreo Nacional. Nessas viagens pude observar, do alto, os milhares de aviões que sobram da guerra – os *surplus* ou excedentes. Era

Quando terminou a guerra, o mundo inteiro foi comprar aviões Douglas nos Estados Unidos, a preço de banana.



um espetáculo impressionante, aquela quantidade enorme de Douglas C-47, enfileirados, as asas rebatidas, os motores recobertos de graxa, para evitar a corrosão. Pareciam uma estranha plantação, ou algum exército pronto para o ataque.

O mundo inteiro foi comprar Douglas nos Estados Unidos, a preço de banana.

Criaram 33 empresas de transporte aéreo no Brasil. Os maiores picaretas faziam companhias insignificantes, com, no máximo, 15 aviões, e ainda recebiam subvenção do governo. Com tantas facilidades, a preocupação com a segurança, com o respeito à vida dos passageiros e dos tripulantes, passou para segundo plano.

E começou a cair avião.

– Você deve lembrar, Almino, que a discussão sobre a segurança de vôo era considerada uma ofensa pessoal pela direção das companhias aéreas. Teve o caso, por exemplo, de um avião que caiu no Paraná, da Real, o avião era para 29 passageiros, havia 30. **Um padre tinha sido posto no avião como criança de colo.** Não tinha mais lugar. Uma criança de colo? Era um padre. Para você ver o desrespeito, não é? Quer ver outro? Na cabine do avião tinha uma caixa de fios do sistema de rádio que ficava ao lado da cadeira do comandante, no chão. Para proteger o equipamento, regularmente se colocava dentro dessa caixa um determinado sal, que absorvia a umidade. Enquanto tivesse sal, a caixa era verde. À medida que o sal se dissolvia, a caixa perdia a cor, sinal de que precisava de manutenção. Na Real – companhia que acabou sendo comprada pela Varig – pintavam

[Mello Bastos e a
segurança de vôo]

a tampa da caixa, que era de vidro, de verde, e nunca trocavam o sal. E ia por aí, um absurdo atrás do outro, comprometendo gravemente a segurança de vôo.

Depois de vários acidentes e de uma campanha do Sindicato Nacional dos Aeronautas, finalmente foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O próprio presidente da comissão morreu num desastre aéreo.

“ O Conselho Nacional de Desenvolvimento provou que as companhias de aviação brasileiras receberam muito mais dólares do que gastaram para pagar seus equipamentos.

[Almino Affonso] – Era aquele deputado do Maranhão... – tenta lembrar-se Almino.

[Mello Bastos] – Era o pai daquele seu amigo, o Miguel Bahuri – digo para minha filha. – Morreu num avião da Real, que não conseguiu pousar por instrumentos no Santos Dumont, no Rio de Janeiro, num dia de muita chuva. Apesar da sua morte, a comissão que ele presidia fez um ótimo trabalho, produzindo um relatório conclusivo sobre a falta de segurança de vôo na aviação comercial, naquele momento.

Foi aberta a caixa-preta das empresas aéreas, que se revelou uma verdadeira cloaca.

No documento n. 29 do Conselho Nacional do Desenvolvimento, de 1962,³ lia-se:

³ Citado no jornal *A Bussola*, n. 57, julho de 1962, editorial, p. 3. Órgão oficial do Sindicato Nacional dos Aeronautas, comentado pelo comandante Aldo da Costa Pereira, assessor técnico do sindicato, em seu manuscrito “A breve história da luta pela Aerobrás”. Arquivo do autor.

*“Falar-se em iniciativa privada na aviação comercial brasileira é uma brincadeira de mau gosto. Exercita-se um tipo sui generis de iniciativa privada no campo da aviação comercial. No relatório da última CPI (1962) que investigou, entre outras maldades, o roubo e a fraude praticados contra o erário público pelos senhores donos das empresas aéreas, observamos que, nos últimos cinco anos [portanto, de 1958 a 1962], o governo concedeu às companhias de aviação, sob a forma de subvenções diretas, ‘apenas’ a importância de 22 bilhões de cruzeiros e mais quarenta e três milhões e 676 mil dólares, sendo que **quarenta por cento desse dinheiro todo foram desviados para fins outros que enriqueceram ilicitamente a um pequeno número de desonestos**”.*

O Conselho provou, após levantamento, que as companhias de aviação brasileiras receberam muito mais dólares do que gastaram para pagar seus equipamentos. Enquanto nenhuma empresa estatal recebeu do Estado, como dádiva, um centavo sequer, as empresas aéreas compravam seus equipamentos a uma taxa cambial favorecida. O que aqui está dito consta do *Diário do Congresso* de 16 de maio de 1962.

[Almino Affonso]

– **“Aerobrás é a solução!”**... – recorda Almino, referindo-se à nossa principal palavra de ordem.

– É verdade. O comandante Élio Barros, grande desenhista, companheiro atuante do sindicato, até criou um logotipo para a Aerobrás: era o 14-Bis, onde se distinguia o chapéu do Santos Dumont, em amarelo, no meio de um círculo azul...

[O começo da
Aerobrás]

Aliás, foi o Barros, comandante do Lloyd, que primeiro falou da Aerobrás, no discurso em que representou os sindicatos que agrupavam os aeronautas e aeroviários no Dia do Aviador, 18 de outubro, em 1955. Em pleno governo Café Filho,

*Discussoes profusas
com H. e L. do Trabalho
pelo C. Barros (Jardel)*

*Entregar C. ALDO
- CURTIBA -*

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1955

Dignissimas autoridades
Minhas senhoras,
Meus senhores
Companheiros.

Congratulemo-nos portanto, com o sentido utilitário e pacífico que vêm a Fôrça Aérea Brasileira imprimindo as suas atividades. Louvemos o Correio Aéreo Militar, que na remota época em que o vôo era realizado à base da bravura pessoal, lançou os alicerces da Aviação dos nossos dias. E reverenciemos os que imolaram as suas vidas, no patriótico afã de encurtar as imensas distâncias do nosso território.

Consideremos ainda o problema técnico-econômico, representado pela construção aeronáutica no país, que além de evidente interesse da segurança nacional, elevar-nos-ia ao nível invejável dos países avião-suficientes.

E no intuito de colaborar com as autoridades responsáveis pelos destinos do país, conforme preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, encarecem os três Sindicatos a fundação da "Aerobrás", como o terceiro termo da grande equação nacional:

Extratos do discurso do comandante Élio da Fonseca Barros durante a Semana da Aviação de 1955 em que é lançada a idéia da Aerobrás. E Aldo transcreve logo abaixo o bilhete com que o companheiro Brea lhe encaminhou a cópia do discurso:

Ao pé deste documento o Brea escreveu um bilhete, que transcrevo para evitar a algum eventual leitor deste história o trabalho de decifrá-lo.

"Veja Aldo como não foi só nossa a idealização da Aerobrás. Logo que cheguei ao Rio, fui ao Sindicato, reuni as duas diretorias e lancei a tua idéia. O pessoal chegou a me gozar porque durante

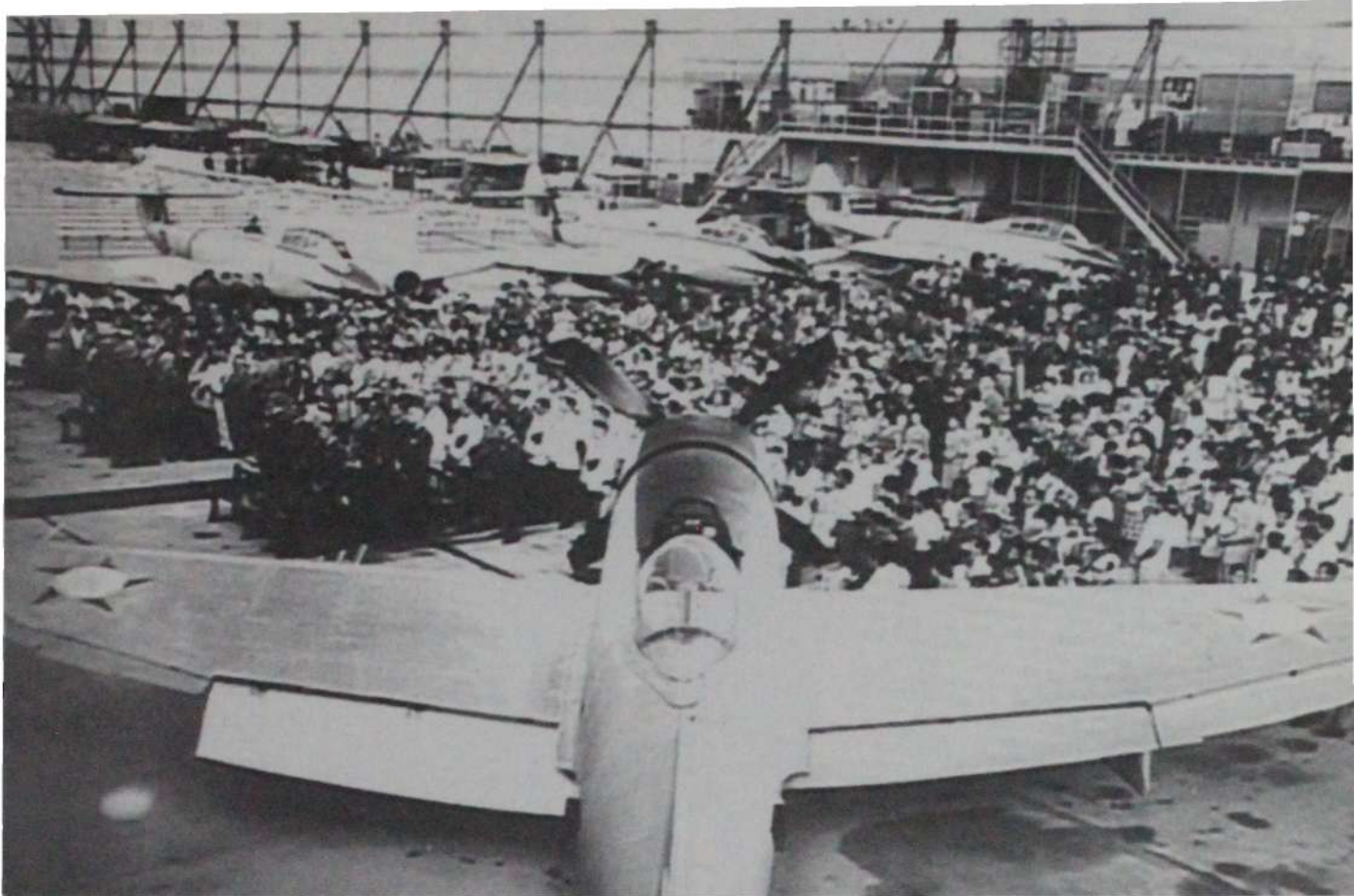
diante de dois ministros reacionários, depois de enaltecer as glórias da Força Aérea Brasileira e do Correio Aéreo Militar, Barros historiou o começo da aviação comercial no Brasil, alertando para os riscos do monopólio privado:

“A compra de umas empresas por outras, em que passivos e ativos são facilmente absorvidos, constituindo prova inequívoca de prosperidade, é o perigoso caminho do monopólio, que só ao Estado é lícito deter. A riqueza de uma nação são as suas fontes de produção e os seus meios de transporte não podem permanecer em mãos impatrióticas. Países mais velhos e evoluídos resolveram pelo monopólio estatal os diferentes problemas vinculados ao transporte aéreo: o social, o econômico, o técnico e o estratégico. (...) Consideremos ainda o problema técnico-econômico, representado pela construção aeronáutica no país, que além de evidente interesse da segurança nacional, elevar-nos-ia ao nível invejável dos países auto-suficientes. Tais seriam as vantagens obtidas dentro do grandioso esquema de uma AEROBRÁS”.

E o Barros concluiu:

“A aviação haverá de ser, ao menos na terra de Santos Dumont, um instrumento de felicidade para todos os homens e não apenas para alguns! E no intuito de colaborar com as autoridades responsáveis pelos destinos do país, conforme preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, encarecem os três sindicatos a fundação da AEROBRÁS, como o terceiro termo da grande equação nacional: Petróleo, Energia e Transporte, pela grandeza econômica do Brasil!”.

Uma cópia do discurso foi enviada para o Aldo pelo companheiro Ernesto Marcelino Santonja Brea, presidente dos aeronautas naquela época, quando o sindicato agrupava só os radiotelegrafistas, mecânicos de vôo e navegadores. Dias



antes Aldo e Brea haviam mencionado a Aerobrás, numa conversa em que faziam analogia à Petrobras, recém-criada, e à Eletrobrás, de que já se falava na época.

Mas a luta propriamente pela criação da Aerobrás só tomou fôlego em novembro de 1962. Munidos do estudo feito pelo Aldo sobre a situação da aviação comercial, baseado em dados do próprio Departamento de Aviação Civil, fomos recebidos pelo ministro da Aeronáutica no dia 21 de novembro. Além de mim, pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, estavam o Paulo de Sant'Anna Machado, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, o Josias Nunes de Azevedo Santos, secretário-geral do sindicato, e o próprio Aldo, delegado da federação no Paraná.

No Sindicato Nacional dos Aeronautas, tínhamos assinatura de todas as revistas técnicas nacionais e estrangeiras so-

Cerimônia no hangar da Base Aérea de Santa Cruz, a mais importante da FAB, com um P-47 em primeiro plano e aviões Gloster ao fundo

"Foram as próprias companhias que vieram a público dizer que sua situação era desesperada e que precisavam de auxílio governamental para subsistir"

HISTÓRIA DE UMA LUTA

Foi em 18 de outubro de 1955 que se falou de público pela primeira vez em Aerobrás. Perante os Ministros do Trabalho e da Aeronáutica de então, no auditório do Ministério do Trabalho, o Comandante Hélio Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, falou dos problemas e crises que já começavam a se delinearem na estrutura de nossa aviação comercial, apontando, como única solução, a criação da Aerobrás. Menos de 48 horas depois de haver pronunciado esse discurso, o com. Hélio Barros foi sumariamente despedido de seu emprego. Mas a classe aeronauta não se deixou abater e começou a estudar a fundo o problema. Alguns membros de companhia, por sua vez, temerosos em perder as facilidades e o dinheiro governamental, passaram a incrementar a luta divisionista, facilitando a fundação de associações de pilotos que defendessem seus pontos de vista. Paralelamente, e unicamente graças às subvenções, ofereciam ao público bons serviços, dando impressão geral de que tudo estava correndo muito bem. Mas como não há possibilidade de manter um empreendimento tão caro como é a aviação comercial em regime competitivo, o próprio Governo sugeriu a fusão das empresas. Era o primeiro sintoma de crise. Meses depois, as próprias companhias, tentando remediar a situação, começaram a demitir funcionários, diminuir o tráfego e vender muitos dos aparelhos que possuíam, visando a aumentar os índices de produtividade.

— Foram as próprias companhias — declarou o Comandante Aldo da Costa Pereira — que vieram a público e disseram que sua situação era caótica, e nós, simplesmente, apontamos a única solução — Aerobrás. Durante todos esses anos estudamos, com técnicos, o problema a fundo, inclusive comparando o caso brasileiro com as aviações comerciais do resto do mundo. Já no 1.º e no 2.º CONTAQ (Congresso Nacional de Trabalhadores em Aviação Civil), realizados respectivamente no Rio e em Porto Alegre, se recomendava a criação da Aerobrás. E ao Comandante Melo Bastos, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, nada mais cabia a não ser cumprir a política aprovada nos Congressos em questão. E é o que está sendo feito.

POSIÇÃO DE PN

O Comandante Aldo Pereira frisa a posição de PN na luta pela Aerobrás e a importância da cobertura

que demos ao assunto, até então praticamente "esquecido" por quase toda a imprensa. O artigo que publicamos a 20 de agosto de 1962 ("Parasitas e Pioneiros") teve pronta respos-



COM. ALDO DA COSTA PEREIRA: "um único artigo de PN trouxe a público um escândalo que estava em estado latente há muitos anos"

Revista PN

Aerobrás é a solução

"Falar-se em iniciativa privada na aviação comercial brasileira é uma brincadeira de mau gosto" (Doc. 29 do Cons. Nac. do Desenvolvimento), "Exercita-se um tipo sui-gêneris" de iniciativa privada no campo da aviação-comercial" (idem),

Hoje, os donos das empresas pretendem mais 12 bilhões de cruzeiros por ano, num plano de 5 anos. Teremos então que, ao final do quinquênio, os empresários da aviação receberão de todos os brasileiros, inclusive daqueles que jamais viram um avião de perto, a bagatela de 60 BILHÕES de cruzeiros. Da-

bre empresas aéreas, com as estatísticas disponíveis. O comandante Aldo da Costa Pereira dedicava tempo integral ao projeto da Aerobrás. Eu o chamava carinhosamente de “Ovo de Perua”, porque era sardento. Quando eu estava no exílio, o Aldo me enviava regularmente os recortes de jornal que ele colecionava com o maior cuidado, para que eu me mantivesse informado.

Acreditávamos que só o Estado poderia garantir que se investisse em segurança de vôo.

Do jeito que ia a iniciativa privada na aviação, com aquela mentalidade oportunista, só mesmo se associando ao setor funerário... E, claro, nossa luta não excluía a Varig. Por conta disso, fui convidado para vários debates no rádio e na televisão, e não apenas no Rio e em São Paulo. Em setembro de 1963, estive em Recife no III Congresso dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, quando falei na Assembléia Legislativa de Pernambuco. A Varig achou que eu estava fazendo uma campanha contra a empresa.

Tínhamos ainda assessoramento do professor Arp Procópio de Carvalho, bacharel em Direito e Economia, responsável no Ministério da Aeronáutica pelo cálculo e estabelecimento das tarifas aéreas. Com a criação do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), em São José dos Campos, São Paulo, o professor Arp foi para lá transferido. Ele chegou, pelo estudo, à mesma conclusão que os dirigentes dos aeronautas, pelo que víamos e ouvíamos no dia a dia: a tendência monopolista do transporte aéreo comercial.

Em 18 de julho de 1963 o deputado Marco Antônio Coelho apresentou no Congresso Nacional o projeto de lei n. 712, criando a Aerobrás, que em seu artigo 1º a definia como “sociedade de economia mista da qual a União será acionista majoritária, para exploração de transporte aéreo e atividades correlatas de ensino, pesquisa, fabricação de aeronaves e serviços aéreos diversos”. E continuava:

[Projeto de criação
da Aerobrás]

“Art. 2º. – Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, por interesse público, o patrimônio das empresas nacionais que exploram linhas aéreas regulares domésticas e internacionais.

Art. 3º. – O justo valor da indenização dos bens desapropriados será fixado por uma comissão de avaliação designada pelo presidente da República”.

Mas a grita dos empresários do setor foi sobretudo quanto ao artigo 4º:

“Art. 4º. – Para a fixação do justo valor da indenização de que trata o artigo anterior, a Comissão de Avaliação levará em consideração, entre outras, as seguintes normas:

I – O valor da indenização das aeronaves, peças e equipamento auxiliar será fixado com base nos preços vigentes no mercado internacional;

II – O valor da indenização dos bens imóveis, móveis, oficinas e instalações de terra em geral, será fixado com base no custo histórico;

III – Do pagamento das indenizações serão deduzidos os débitos à Fazenda Nacional, estadual ou municipal das empresas expropriadas;

IV – Serão igualmente deduzidas as importâncias do auxílio financeiro concedido pela União nos termos das leis n. 3.039, de 20.12.1956 e n. 3.918, de auxílios e empréstimos concedidos pelos poderes públicos, a qualquer título, inclusive o correspondente aos favores cambiais recebidos pelas empresas expropriadas;

V – O total do débito das empresas com a Previdência Social será igualmente deduzido da indenização a pagar”.

Imagino o vozerio de protestos na reunião dos empresários para discutir o projeto de lei.

“Isto só pode ser coisa de comunista”.

Certamente foi o que bradaram os grandes apropriadores ilícitos das contribuições dos aeronautas e aeroviários à Previdência Social. “A culpa é sua, seu Berta, que acolhe no quadro de comandantes da Varig o desvairado que alimenta tudo isso”...

A mobilização contra o projeto de criação da Aerobrás foi rápida e comandada pela Varig. Atendendo a convite do Conselho Nacional de Economia, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, que eu presidia, enviou seu assessor técnico, o comandante Aldo, como ouvinte, para a conferência a respeito do projeto. O CNE era presidido pelo empresário Fernando Gasparian, com invejável folha de serviços prestados ao país.

Assim se expressou o Aldo em seu relatório:

“Como compareci à conferência na qualidade de assessor técnico da Federação, relatei-a verbalmente ao companheiro Mello Bastos, então seu presidente, a quem entreguei várias publicações profusamente distribuídas aos presentes. Sugeri ao Mello Bastos que realizasse uma palestra no mesmo local, quando exporia as razões e argumentos dos trabalhadores, dos quais ele era legítimo representante. Aceita a sugestão, foi encaminhado ofício ao presidente do Conselho Nacional de Economia no qual o presidente da Federação se propunha a falar sobre o momentoso assunto. A palestra não foi realizada porque o presidente do CNE não respondeu ao ofício que lhe foi em boa fé dirigido”.

A convite do deputado federal José Joffily, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as causas dos freqüentes acidentes aéreos, compareci ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, para uma conferência sobre o assunto, acompanhado pelo aeronauta Ivan Alkmim, da Panair do Brasil. O Alkmim foi demitido da Panair pela precisão das suas respostas e a Varig não ousou me demitir pela segunda vez.

[Regulamentação
da profissão
de aeronauta]

A luta pela regulamentação da profissão de aeronauta vinha de longe. Durante o governo Jânio Quadros, recebi um *western* (telegrama) convocando-me com urgência ao Palácio do Planalto, em Brasília. Ao chegar em companhia de outros dirigentes aeronautas – lembro-me dos comandantes Paulo de Sant’Anna, que viria a ser presidente do sindicato, Ernesto Fonseca, ex-presidente, e do radioperador Josias dos Santos, diretor do sindicato – encontramos o presidente da República vestido com uma bata indiana branca, amarrada na cintura. Fez um silêncio de alguns minutos e, finalmente, nos disse:

[Jânio Quadros]

– Chamei os senhores aqui porque são honestos, não discuto com ladrões, como os donos das empresas. – E pegando uma vareta, indicou sobre um mapa-múndi na parede: – Quero decolar do Rio de Janeiro, rumo leste, passando por Moscou e chegar pelo oeste. As asas brasileiras vão marcar presença no mundo inteiro. Faço um apelo aos senhores, que me façam concessões para tornar isso possível. – E virando-se para o chefe de seu gabinete militar: – General, conduza meus amigos.

[Ruben Berta]

Fomos conduzidos a uma sala de reuniões onde já se encontravam todos os presidentes de empresa e o diretor-geral do Departamento de Aviação Civil, o DAC, brigadeiro Clóvis Monteiro. O Jânio tinha mesmo fama de maluco, mas esse não era o caso do presidente da Varig. Um sujeito de cultura mediana, obsessivo, trabalhador, Berta não era aventureiro nem ladrão, mas tinha uma visão curta, tanto intelectual como empresarialmente.

O Berta terminou à frente de uma empresa do porte da Varig graças ao Getúlio Vargas, ao Osvaldo Aranha e ao Leonel Brizola, três gaúchos que se empenharam em projetar a Varig no mercado nacional e internacional.



Terminou à frente de uma empresa daquele porte graças ao Getúlio Vargas, ao Osvaldo Aranha e ao Leonel Brizola, três gaúchos que se empenharam em projetar a Varig no mercado nacional e internacional.

Quando entramos na sala, alguém me cedeu o lugar e o Berta tomou a palavra. Disse que eu era um exemplo de dignidade, de profissional, que ele tinha muito prazer em discutir esses problemas comigo, porque o que eu dissesse e assinasse ele tinha certeza que eu cumpriria.

Só que ali não estava apenas o comandante da empresa dele, mas o aeronauta com compromissos com a categoria e o militar com formação diferente da que ele gostaria, pautando-me pela ética.

– Deixe eu entender, daí veio o choque entre você e o Berta?
– pergunta Almino.

[Almino]

– Não, já vinha de antes. Mas nessa reunião, a concessão que eles queriam era que, mais uma vez, desrespeitássemos a regulamentação, para que uma mesma tripulação saísse pelo leste e chegasse pelo oeste. A regulamentação previa um máximo de 11 horas de jornada de trabalho. Já no vôo para Nova York, que era o trajeto mais longo que fazíamos, a Varig impunha que os pilotos voassem 14, 15 horas seguidas, sem tripulação de revezamento. Ao chegar lá, a empresa queria que retornássemos no horário

[Mello Bastos]



previsto, independentemente do atraso que quase sempre ocorria na ida, o que impedia o repouso necessário dos tripulantes. Por duas vezes eu respondi: “Decolarei após 11 horas de descanso”. Com a campanha da Aerobrás, o Berta achou que eu queria terminar com a Varig. Quanto à proposta do presidente Jânio, sugeri: “Tem solução, pode basear várias tripulações ao longo do trajeto. Em Hong Kong, por

exemplo, pode ter tripulações residentes por um período, digamos, de seis meses”.

[Almino] – Portanto você divergiu do Berta, o que implicava em divergir do presidente Jânio Quadros... – ressalta Almino.

[Mello Bastos] – O Berta queria que o vôo Oriente-Occidente saísse com tripulação dupla, mas apenas com uma cama de campanha a bordo. Um piloto completa o seu horário, o outro acorda, se levanta com sono, mal descansado, e assume o comando do avião. A regulamentação não permitia isso. Eu já estava no exílio quando recebi um telex de um controlador de vôo, o Samuel Mello, de Miami, contando-me que o Berta tinha dito para o comandante: **“Esqueça a regulamentação Mello Bastos e cumpra o seu horário”**. E o comandante cumpriu. Você vê que o Berta achou que tinha me vencido.

[Almino] – Por conta dessa divergência a Varig demitiu você e não podia fazê-lo, pela imunidade sindical – retoma Almino Affonso.

[Mello Bastos] – Eu acho que a minha coragem toda dependia dessa proteção...

[Almino] – É como a imunidade parlamentar, que seria uma instituição perfeita se sempre fosse exercida para defender os interesses nacionais e do povo – completa Almino.

Quarenta anos depois, através de uma confissão espontânea em livro, tomo conhecimento, estarrecido, de que o Berta chegou a encomendar a minha morte.

A um comandante da Varig, meu colega, que se tornou diretor de Operações em 1964.

Em seu livro *Tempos de Aviador e Outras Idades*, publicado muitos anos depois, o comandante João Stepanski relata às páginas 171 e 172:

“Uma semana antes de eclodir a revolução, já pronto para voar, alguém bateu na porta. Abri. Era um velho funcionário da seção de viaturas. ‘O Sr. Berta mandou lhe buscar para falar urgente com ele’. Este aguardava na sala da presidência, reunido com toda a diretoria. Compareci fardado, pois pretendia fazer meu vôo para Nova York. Não conseguia entender o que estava acontecendo. Cheguei. A secretária tinha ordem para interromper a reunião e fazer-me entrar. O presidente veio até a porta, virou-se para os outros e disse: ‘Vou levar o Stepanski para o meu reservado, pois não quero que vocês ouçam a resposta dele sobre o assunto’. Lá chegando, me olhou nos olhos e disse: ‘Tenho um problema que deve ser resolvido hoje, agora. Um dos teus colegas está trabalhando a favor da Aerobrás, prejudicando nosso trabalho. Qual é a tua opinião?’. ‘Bem, seu Berta, se está prejudicando a empresa de onde tiro o sustento da família, onde trabalho feliz, só me caberia demitir!’. ‘Mas pode dar em revolução’, disse ele. ‘A revolução é outro problema’, respondi. Fez um breve silêncio, me olhou, foi a um canto do quarto, abriu um caixote e me deu um revólver acompanhado de uma caixa com cinquenta balas. E falou: ‘Chega!’. ‘Se me deixarem gastar todas, vou morrer feliz!’.”

Mal podia acreditar no que estava lendo, no livro que chegou às minhas mãos como presente da Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas. E o Stepanski conclui, num inacreditável tom de ingênua bravata, sobre o possível assassinato de um companheiro de trabalho:

“Na volta do vôo fui para Porto Alegre passar a Páscoa com Alice. Nesse ínterim eclodiu a revolução. Por isso fiquei bloqueado em Porto Alegre e não tive a necessidade de utilizar o revólver”.

Jamais imaginei morrer assassinado.

De acidente aéreo seria concebível, para quem voou vinte mil horas. Alguns acidentes leves e um muito grave, aos 19 anos, marcaram minha vida. Foram obstáculos normais num tempo em que os aviões careciam de tecnologia mais sofisticada. Hoje, voar é mais seguro do que balançar-se numa rede na varanda.

Coitado do Stepanski. Veio lá de baixo, num esforço descomunal, de limpador de graxa chegou a comandante por es-



Edelena, com
82, e eu, com
88 anos:
sobrevivemos,
inclusive à
própria Varig

forço pessoal. Não merecia tamanha humilhação por parte do presidente da empresa, seu protetor. Para me matar, bastava o Berta dar a missão a alguém como o Hipólito (Roberto Hipólito da Costa), que foi meu companheiro na Escola de Aeronáutica, e que já tinha uma longa prática nas torturas aplicadas ao doutor Vulpiano Cavalcanti, um médico comunista, preso em Natal, no Rio Grande do Norte. Logo depois do golpe o Hipólito executaria à queimadura o tenente-coronel aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, no salão de conferências do V Comando Aéreo, em Porto Alegre, como já relatei.

Não sou rancoroso. Na cópia do Inquérito Policial Militar dos Aeronautas, instaurado pelo Ministério da Aeronáutica em 1964, em que meu nome consta 36 vezes, como contei em meu livro *Salvo-Conduto*, fui citado por vários comandantes, de várias empresas aéreas, entre eles João Stepanski. O filho dele, também conhecido por Stepanski, tornou-se comandante da Varig. Recentemente o filho, certamente sabedor da confissão do pai, passou pelo constrangimento de me receber, convidado que fui pela Associação dos Pilotos da Varig, em sua luta pela readmissão de vários companheiros, na atual crise da empresa.

Quanto a Ruben Berta, no ano seguinte ao golpe, no meu exílio em Montevideu, leio no jornal:

“Presidente da Varig morre em Porto Alegre”.

Juro que não mandei matá-lo. Se lá estivesse e de mim dependesse, eu o teria socorrido do infarto. Que descanse em paz, se puder. Quem sabe ele poderia ser nomeado presidente da Aerobrás, caso se dedicasse tanto quanto à Varig endividada que dirigia?

Ruben Berta tentou se livrar de mim. Perdeu o primeiro *round*, ganhou o segundo mas não levou. Morreu, em meu

lugar, sem colher os frutos do “bom” uso do revólver com cinquenta balas entregues ao Stepanski, que preferiu a Páscoa com Alice.

De minha parte, estou saudável e continuo a viver em estado de luta, feliz, nos meus 88 anos. Com lucidez e esperança de melhores dias para todos.



No gabinete do meu amigo Waldir Pires, ministro da Corregedoria Geral da União do governo Lula em maio de 2005

As reformas de base que queríamos: deixamos marcadores para o Lula

8

– O CGT foi talvez a primeira organização brasileira do proletariado urbano – analisa o atual ministro da Defesa Waldir Pires, hoje com 79 anos. – Nossa classe trabalhadora é de organização muito recente. O Brasil não tinha tradição de trabalhadores assalariados urbanos organizados, sindicatos, mobilização em torno dos problemas previdenciários, lutas por determinados tipos de inclusão da juventude nos mecanismos da educação pública e gratuita.

Depois do exílio no Uruguai e na França, Waldir retomou a vida política com a anistia, foi ministro da Previdência do primeiro governo da redemocratização, o governo Sarney, foi governador da Bahia e deputado federal. No começo do governo Lula, assumiu a Corregedoria Geral da União, transformada em Controladoria, antes de aceitar o Ministério da



Defesa, à frente dos ministros militares. Nunca desistiu da discussão de um projeto nacional:

[Waldir Pires]

– No Brasil que surge do pós-guerra, a partir de 1945 ou 1950, com a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, o CGT, como a primeira grande central sindical, tinha um importante papel na construção do país, um pouco na linha de experiência de outros países com tradição industrializante bem mais avançada. É uma fase bonita.

Com seu jeito meigo, o sotaque baiano suavizado pelas andanças pelo mundo, Waldir vai discorrendo sobre o nosso sonho das reformas de base:

– No fundo, as reformas de base eram a continuação das aspirações que vinham da fase da guerra, quando o Brasil, afinal, tomou posição ao lado dos aliados e da União Soviética e participou da construção de um mundo diferente, uma sociedade que pudesse se transformar democraticamente. A burguesia brasileira tinha muito pouca tradição, vinha da burguesia paulista, cafeeira. Getúlio Vargas, ao tocar no problema dos salários e da previdência social, inicia a inclusão de um setor enorme da população que vivia da venda da sua energia, da sua força de trabalho. **As reformas de base significavam a espinha dorsal da modernização do Estado.** E o presidente João Goulart, ao assumir a Presidência dentro de um regime parlamentarista e conduzir o processo político até o plebiscito que lhe devolveu os poderes, teve uma vitória política extraordinária. A partir daí é que se acentua a intolerância de toda a área conservadora em relação a ele. Acho que você concorda comigo, não é, Mello Bastos?



[Mello Bastos]

– A intervenção do Waldir traduz perfeitamente o que o CGT imaginava e tentava há 42 anos – concordo, na verdade me deleitando em ouvi-lo. – **O governo Lula está procurando esse caminho. Deixamos marcadores para o governo Lula.**

É a vez do ministro de Lula concordar:

– O presidente Lula, a rigor, é a retomada daquele processo, com a força da experiência sindical – o Jango não tinha essa experiência, era um estancieiro, um homem da terra, com uma extraordinária sensibilidade. O presidente Lula é o contrário: ele é um quadro político do sindicalismo que acaba se tornando um grande quadro político da República e da democracia brasileira.

[Waldir Pires]



Relendo, hoje, o texto da última mensagem de João Goulart ao Congresso, de 15 de março de 1964, podemos reconhecer o “dedo” do Waldir, então consultor-geral da República:

“Permito-me encarecer, mais uma vez, ao Congresso Nacional, a necessidade imperiosa de atendermos aos anseios e reclamos da Nação pelas Reformas de Base.

No cumprimento desta missão de paz é que coloco diante dos nobres representantes do povo, para a sua alta apreciação, o corpo de princípios que se me afiguram como caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia. Faço-o com inteira consciência de minhas responsabilidades e para que jamais se diga que o Presidente da República não definiu com suficiente clareza o seu pensamento e a sua interpretação dos anseios nacionais, deixando de contribuir, por sua omissão, para o equacionamento e a solução do grande problema nacional do nosso tempo.

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem

dúvida, a Reforma Agrária. O Brasil de nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo da espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência.

Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem em compensação, pelo que sempre deram e continuam dando à Nação – como principal contingente que são da força nacional de trabalho – o que se lhes assegure perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos. Para atender a velhas e justas aspirações populares, proponho ao Congresso Nacional um conjunto de providências. Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para consecução da Reforma Agrária:”

Estendo a citação da mensagem de Jango pela sua incrível atualidade, o que nos deixa melancólicos, mais de quarenta anos depois, com esse mesmo quadro de injustiça no campo:

“- A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade;

- Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:

A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade.

a) todas as propriedades não exploradas;

b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total;

- Nos casos de desapropriação, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada;

- O Poder Executivo, mediante programas de colonização, promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas “a” e “b” por meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos mediante processo judicial”.



No gabinete do meu amigo Waldir Pires, ministro da Corregedoria Geral da União do governo Lula, em maio de 2005

– Num debate na Uerj, por conta dos quarenta anos do golpe, eu calei a boca do Stédile dizendo que reforma agrária era a que nós queríamos naquela época. Que agora o MST quer é verba para comprar terra, porque a reforma agrária já virou lei. É só uma questão de orçamento, de ter dinheiro para as indenizações – vangloria-se Hércules Corrêa.

“ Não basta ter um presidente popular, é preciso um projeto para o país, com o povo organizado e consciente – declarou Stédile.

E continuando em seu estilo polêmico:

– Já nos anos 80 tive um pega com o Lula. Essa República de São Bernardo do Campo, Lula, vocês estão por fora, não resiste uma década, o capitalismo está encontrando outros caminhos, vocês não resistem...

Descontando as bravatas do meu incorrigível companheiro – que não perdoa Lula pelas críticas ao “reformismo” e “cupulismo” do CGT –, Hércules está certo ao defender o cunho totalmente inovador da reforma que defendíamos, mas para a qual era necessária uma emenda constitucional.

O João Pedro Stédile citado pelo Hércules, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST, e integrante da organização mundial Via Campesina, disse recentemente que “não basta ter um presidente popular, é preciso um projeto para o país, com o povo organizado e consciente”.¹

¹ Citado na página da *Folha Online*, em 24 de novembro de 2005. Declaração feita no seminário sobre geografia agrária, na Unesp, Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema, São Paulo.

Pois na mensagem de João Goulart de 15 de março de 1964, o presidente “recomenda” ao Congresso reformar a Carta Magna de tal forma que a indenização dos proprietários pelas terras de interesse social não tivesse que ser “prévia” nem “em dinheiro”, e sim “segundo os critérios que a lei estabelecer”, o que significa a possibilidade de indenizar com títulos públicos.

– Essa é uma coisa esplendorosa, notável – entusiasma-se Waldir, o respeitável ministro da Defesa que não perdeu suas convicções. – **A ninguém é lícito manter a terra improdutiva em nome do direito à propriedade... num país que é exatamente o país do latifúndio**, das grandes áreas, em que a terra, em vez de estar a serviço da produção de alimentos e da fonte do trabalho da população, a terra era um latifúndio utilizado com uma função essencialmente de estoque de riqueza. “Deixa a terra aí, compra terra, deixa, cerca, segura a terra e deixa aí, deixa valorizar”. Muito mais uma função de incorporadora de riqueza fechada do que aquela que propriamente está no destino que Deus nos deu, que é ter a terra como produtora de alimentos.

[Waldir Pires]

Waldir se entusiasma falando da reforma agrária por que lutamos





Num artigo de dezembro de 2003, o professor Antonio Inácio Andrioli² – então doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Osnabrück, na Alemanha – remonta às capitâneas hereditárias para historiar a exploração no campo brasileiro, passando pela grilagem, a corrupção, a expulsão do pequeno agricultor endividado. Segundo os dados citados pelo professor, **o êxodo rural continua aumentando**, sendo de 450 mil famílias durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002 – famílias estas que foram morar em favelas na periferia das grandes cidades. Nesse mesmo período, o governo declarou ter assentado pouco mais de quinhentas mil famílias, portanto a conta mal fica zerada. São 15 milhões de agricultores – 37% das famílias rurais – vivendo abaixo da linha de pobreza.

É nesse quadro que surgiu o MST de João Pedro Stédile. O governo Fernando Henrique, obediente ao Banco Mundial, criou o Banco da Terra e a chamada “Reforma Agrária de Mercado”. Na prática, os latifundiários puderam vender suas terras improdutivas a preços superiores aos vigentes no mercado, com pagamento à vista ou em TDAs (Títulos da Dívida Agrária), alguns dos famosos “papéis podres” que pagaram as privatizações. FHC gastou R\$ 20 bilhões em assentamentos – R\$ 40 mil por família assentada! –, sendo mais da metade antigos posseiros transformados em assentados, na Amazônia, a maioria sem abastecimento de água, sem acesso a estradas, energia elétrica, crédito habitacional ou assistência técnica.

Logo no começo do governo Lula ficou claro o conluio da maioria do Judiciário com os latifundiários, declarando ilegais as desapropriações. Como agravante da situação, **os proprietários organizaram milícias armadas contra as ocupações dos sem-terra**. Andrioli cita 44 mortes ocorridas em 171 ocupações só durante o ano de 2003. Segundo

² ANDRIOLI, Antonio Inácio. A reforma agrária e o governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. *Espaço Acadêmico*, n. 31, dezembro de 2003.

a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, ocorreram 171 assassinatos no campo no primeiro governo Fernando Henrique (1995 a 1998) e 120 no segundo (1999 a 2002). Até o final de agosto de 2005, a CPT registrou 28 assassinatos, comparáveis aos 27 do mesmo período do ano anterior.

Segundo o relatório *Direitos Humanos no Brasil 2005*, organizado pela Rede Social de Justiça e divulgado em 6 de dezembro de 2005,³ o governo Lula não conseguirá atingir a meta de assentar quatrocentas mil famílias, como consta no Plano Nacional de Reforma Agrária. A meta de 2005, de 115 mil famílias assentadas, não passará de sessenta mil, sendo vinte mil delas do MST. A repórter Soraya Aggege, de *O Globo*, citando o relatório, afirma que “até agora [no governo Lula], foram apenas 180 mil [famílias assentadas], menos da metade prometida e a maior parte apenas na Amazônia Legal”.

E as perspectivas são sombrias: a atual política econômica considera a utilização de TDAs como aumento da dívida pública, portanto nefasta à meta de superávit primário. Dinheiro vivo para indenizar terras improdutivas também não tem. A situação só pode piorar.



[Rede Social
de Justiça]

Em 1995, o Despejo de Getulina (São Paulo), como ficou conhecido, é mais um triste episódio de expulsão do trabalhador da terra

³ Jornal *O Globo* de 7 de dezembro de 2005, p. 15.

“ Não temos mais central sindical, a CUT é governo. (Pastoral Operária)

Some-se à situação fundiária uma outra consequência perversa da ocupação predatória e desordenada de nosso território: a morte em massa de crianças indígenas por desnutrição. Em 2005, segundo o Conselho Indigenista Missionário, Cimi, foram 44 crianças de até 3 anos, na Bahia e em Mato Grosso. **Os povos indígenas, e não apenas as crianças, deveriam ser protegidos, porque assim manda a lei e porque são depositários de um legado intransferível de cultura, civilização e até história genética da espécie.**

O único dado positivo citado no relatório da Rede Social de Justiça, constituída de movimentos sociais que ajudaram a eleger Lula, é a diminuição do trabalho escravo. No ano de 2005, foram libertados 3.285 trabalhadores, de 119 fazendas fiscalizadas.

Na mesma reportagem, um representante da Pastoral Operária, Paulo Pedrini, ao comentar o desemprego crescente – que entre os mais pobres e jovens chega a 56% – reclama da cooptação dos líderes sindicais pelo governo:

– Não temos mais central sindical, a CUT é governo.

[Plano Trienal
de 63]

Recentemente, Waldir Pires participou de um seminário no Senado Federal sobre o pensamento de Celso Furtado, símbolo da teoria desenvolvimentista no Brasil, morto em 2004, que foi o autor do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, lançado no começo de 1963.

Com o fôlego adquirido pela vitória no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que lhe restaurou o poder presidencialista, João Goulart contava que poderia levar adiante não só a

reforma agrária, mas também a fiscal, educacional, bancária e eleitoral: era o modelo de “capitalismo nacional” e “progressista” das tão reclamadas reformas de base. O Plano Trienal de Furtado foi abandonado em junho daquele mesmo ano, 63, mas passou no Congresso a Lei de Remessa de Lucros – ainda que por decurso de prazo, sem a assinatura de Jango – controlando a remessa de capital para o exterior. Houve protestos das empresas americanas e do FMI. O novo plano econômico, de Roberto Campos – apelidado de “Bob Field” pelo seu inconfundível americanismo – era claramente monetarista.

Discreto como sempre, o ministro da Defesa – então da Controladoria – Waldir Pires lá estava, em 24 de novembro de 2005, quando o presidente da Câmara Aldo Rebelo, comunista do PCdoB e aliado do governo, protestou em nome do amigo falecido Celso Furtado:

– As políticas neoliberais foram aplicadas com muita veemência. E o que pedem agora? As reformas de segunda geração. Se Celso Furtado estivesse vivo, estaria perplexo!

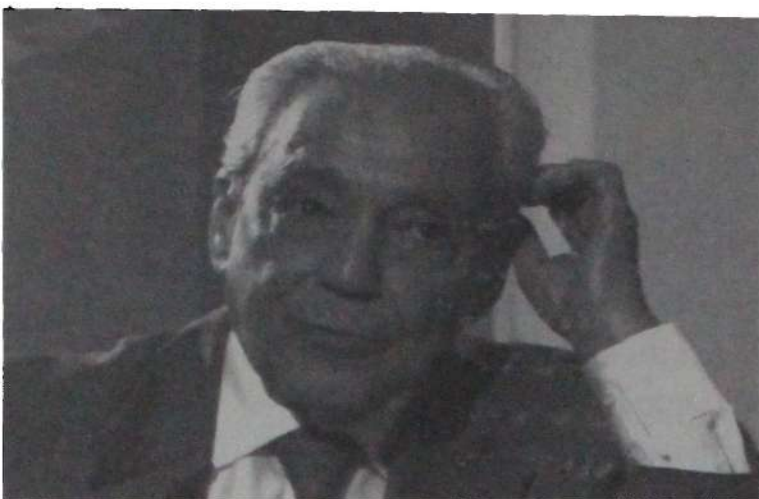
A economista Maria da Conceição Tavares, contumaz crítica do então ministro da Fazenda Antonio Palocci, ambos petistas, chamou de “tríade maldita” os fundamentos da atual política econômica, sucessora “natural” da política anterior, de seu ex-aluno Pedro Malan – as âncoras cambial, fiscal e monetária:

– **As políticas macroeconômicas se transformaram numa armadilha muito difícil de desmontar. Haja paciência!**⁴

[M^a da Conceição
Tavares]

E paciência é uma qualidade que parece não faltar ao meu amigo Waldir:

⁴ Citado no jornal *O Globo* de 25 de novembro de 2005, p. 13 da 2a edição.



– Na realidade somos um país difícil e muito lento. Você vê que estamos falando de discussões de quarenta anos atrás! O quadro de hoje é novamente de desafio: o de integrar a sociedade brasileira. Naquela ocasião, como hoje, o Congresso era muito conservador. A origem do poder eleitoral era mui-

to assentada na terra, com pouca representação do trabalhador urbano. Por isso se previa como reforma política básica o estabelecimento do plebiscito ou referendo para a tomada de decisões, quando houvesse impasse no Congresso.

É isto que o presidente João Goulart propôs na última mensagem dele, de 15 de março de 1964: a reforma dos mecanismos constitucionais de se fazerem as mudanças.

Waldir assume novamente o ar sonhador, quando discorre:

[Waldir Pires]

– Além de tudo, as reformas de base eram a possibilidade de se ter um país que comandasse o próprio destino energético e, ao mesmo tempo, o controle das grandes transações econômicas e financeiras internacionais. O governo do presidente João Goulart, naquela ocasião, fortaleceu a Petrobras, ampliada com a encampação das refinarias privadas, estabelecendo o monopólio do refino, até então na mão dos controladores do petróleo no mundo. E nós tínhamos uma produção inexpressiva. **Foi quando a Petrobras deu um salto extraordinário, passando a ter realmente o monopólio do petróleo, com o controle do mecanismo da produção e do refino. Uma vez que tínhamos que importar o óleo para refinar aqui, não poderíamos permitir a especulação de interesses privados neste setor.**

E Waldir conclui, com um sorriso satisfeito, de quem também foi “pai da criança”:

– A denúncia feita por Getúlio Vargas na carta-testamento e que não passara no Congresso, o presidente João Goulart consolida: a lei que criou a Eletrobrás, cheia de dificuldades no governo Vargas, foi consubstanciada por João Goulart. A própria base das comunicações é um projeto do governo do presidente João Goulart. A criação da Embratel é dessa hora. Eram projetos muito significativos, para fazer um país moderno. E não podia ser moderno se porventura não agregasse a população, não significasse extinguir essas marcas de desigualdades tão perversas, cruas, difíceis.

Realmente, em sua carta-testamento, de 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas denuncia a força dos interesses contrariados com suas medidas nacionalistas:

“(...) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. (...)”

[Mello Bastos]



– Daí a importância também da Frente Parlamentar Nacionalista – intervenho.

– E eu fui membro. Eu era membro da Frente Parlamentar Nacionalista desde o primeiro dia de deputado federal,

[Waldir Pires]

para sustentar a idéia de que o Brasil tinha um projeto, um projeto de nação e de economia nacional compromissada com o seu povo. **Eu acho, Mello Bastos, que faltou naquele momento paciência e vontade política organizada.**



Batistinha se elege deputado pelo PTB graças ao voto operário.
Na foto, comanda o piquete da greve na Leopoldina em 5.5.1960

A Assembléia Nacional Constituinte que votaria as reformas:

os parlamentares também conspiravam

9

Nas eleições de 1962, o PTB quase dobrou o número de cadeiras na Câmara Federal: foi de 66 para 116 deputados. Mas ainda assim o PSD continuou como o principal partido, com 118 dos 409 deputados, mesmo tendo perdido muitos lugares. A UDN conservou suas posições. O mais grave para o governo Jango foi a aproximação que se deu do PSD com a UDN, rompendo a aliança que havia desde 1945 com o PTB e que garantia sua base parlamentar.

[Ibad] Nas memórias do senador Mario Martins, organizadas pelo filho, Franklin Martins – comentarista político, ex-dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro do começo dos anos 70 –, foi detalhada a participação do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no agravamento da crise política.

Através do financiamento da campanha de vários candidatos, o Ibad desempenhou a mesma função de manipulação de parlamentares que, mais tarde, seria das empreiteiras e, hoje em dia, das agências de publicidade, testas-de-ferro do desvio de dinheiro público e do “caixa dois” das grandes empresas.

“Contando com contribuições de grandes empresas nacionais e estrangeiras, o Ibad formou um fundo para injetar dinheiro nas campanhas de candidatos anticomunistas e hostis a Jango. Nunca se soube exatamente a quanto chegaram os recursos manejados pela entidade, mas estimativas posteriores, feitas por CPI instalada pela Câmara, projetaram a soma de US\$ 5 milhões – um dinheirão na época, equivalente hoje a cerca de US\$ 50 milhões, levando-se em conta a inflação da moeda americana nas últimas décadas”.¹

[Ipes] Simultaneamente, o coronel Golbery do Couto e Silva, que deixara o Serviço de Informações com a posse de Jango, criou em fevereiro de 1962 uma entidade para ser a fachada legal do seu esquema clandestino de conspiração: o Ipes, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Entre os colaboradores do instituto que integravam a intelectualidade conservadora, encontramos nomes que se popularizaram nos ministérios da ditadura que se seguiu: Delfim Netto, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Otávio Gouveia de Bulhões, Hélio Beltrão, e até escritores como Rubem Fonseca e Rachel de Queiroz.

¹ MARTINS, Mario. *Valeu a Pena: memórias de um jornalista e político de oposição que nunca foi do contra*. Organização, pesquisa e texto final de Franklin Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 203.

Por baixo da fachada, o Ipes bancava manifestações de rua contra o governo e também custeava campanhas de candidatos antijanguistas.

Segundo o *Ministério do Silêncio* – fonte insuspeita, pois se baseia nos arquivos da comunidade de informações,² chegou a 297 o número de corporações americanas que financiaram o Ipes. As doações teriam chegado a 100 milhões de dólares.

Os métodos de atuação do Instituto se tornaram tristemente conhecidos pelas vítimas dos futuros DOI-Codi que se formariam nos anos seguintes: escuta telefônica, rastreamento de elementos “comunistas”, distribuição de panfletos apócrifos contra o governo, infiltração de agentes na administração pública, em organizações estudantis, na mídia, nos movimentos camponeses e de trabalhadores urbanos. Há quem afirme sem sombra de dúvida que o levante dos sargentos em Brasília e a revolta dos marinheiros no Rio, às vésperas do golpe, seriam obra de agentes provocadores. Mas isso discutiremos mais adiante. **O Ipes era, em suma, um serviço secreto paralelo.**

O deputado Neiva Moreira, um dos mais atuantes integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista e seu secretário-geral, lembra da interferência direta dos Estados Unidos no Congresso:

– Havia uma grande presença americana em tudo aquilo, eles tentavam de todo modo nos corromper [os parlamentares], davam almoço, viagem aos Estados Unidos. A mim não chegaram, mas chegaram a muitos colegas, companheiros. E uma ala de direita da Igreja também atuou nessa coisa [na cooptação de parlamentares]. E o Exército, sobretudo a Marinha, a Marinha estava muito impregnada [de golpistas].

[Neiva Moreira]

Meses antes do golpe, o Sfici oficial (Serviço Federal de Informações e Contra-Informação), órgão da segurança

[Armas para os golpistas]

² *Op. cit.*, p. 107-108.



O líder da Frente Parlamentar Nacionalista denuncia a cooptação de parlamentares

Entre os oficiais envolvidos na conspiração estava o ex-ministro da Marinha Sylvio Heck, “um *ipesiano* de primeira hora”, aquele mesmo que não queria dar posse a Jango.

Num colégio em Niterói foram descobertas oitenta carabinas semi-automáticas, enquanto num sítio em Jacarepaguá, próximo ao “Capim Melado”, pertencente à mãe do presidente, encontraram um verdadeiro arsenal com metralhadoras, granadas e farta munição que seriam para um atentado contra João Goulart.

No relatório enviado ao presidente, o Sfici especificou os responsáveis pelas armas, todos ligados ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda: o delegado do Dops Cecil Borer, que depois ficou famoso por tentar proibir o uso de biquíni em Búzios, além de emérito torturador, os deputados udenistas Sandra Cavalcanti e Nina Ribeiro, entre outros.³

Enquanto isso nós, do CGT, procurávamos discutir os temas polêmicos, que agitavam o Congresso Nacional, com as mais destacadas figuras do mundo político e intelectual: San Tiago Dantas, Almino Affonso, Pinheiro Neto, Osni Duarte Pereira, Ênio Silveira, Álvaro Lins, Moacyr Félix, Antônio Houaiss, Clóvis Ramallete, Sigmaringa Seixas (pai)

³ Informe datilografado do Sfici, do arquivo pessoal de João Goulart, cedido a Lucas Figueiredo pelo escritor Luiz Alberto Moniz Bandeira, sem timbre nem data. DJG/ArMB. *Op. cit.*, p. 111.

e tantos outros que nos encantavam com sua cultura recheada de patriotismo, tal qual agora estamos só ouvidos para o relato de Waldir Pires:

– O presidente João Goulart era o homem das reformas, ele era um reformista. Porque na realidade, quando propôs todas essas medidas [de emendas constitucionais], ele propõe, dentro da constitucionalidade existente, que se chegasse a essas reformas. Quando consegue voltar ao presidencialismo sob a chefia de um homem com seus compromissos e com a sua marca política, ele tinha muita expectativa. A idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte é uma idéia que... o que é uma Assembléia Constituinte? É quando você interrompe uma vida e então convoca uma assembléia. A rigor, ficou comprovado que não tínhamos força para fazermos uma Assembléia Nacional Constituinte.

[Waldir Pires]

Enquanto Waldir, exprimindo certamente a posição dominante no governo Jango, preferia confiar no plebiscito para recorrer em última instância ao voto popular contra um Congresso reacionário, nós, do CGT, apostávamos numa Assembléia Nacional Constituinte para conquistar as reformas. Mas era polêmico o caminho até lá.

[Assembléia
Nacional
Constituinte]

– Se vocês procurarem nos anais da Câmara vão encontrar um discurso meu sustentando a necessidade da convocação de uma Assembléia Constituinte – ressalta Almino Afonso, que antes de ser ministro de Jango exerceu mais de dois anos de mandato como deputado federal. – Foi um debate muito interessante que sacudiu a Câmara. A tese da Assembléia Constituinte ganhou espaço na sociedade politizada. Junto com ela nasceu a idéia da frente popular, uma frente ampla que garantisse o que hoje se chama governabilidade. Seria uma frente ampla, acima dos partidos, com personalidades, um pacto pelas mudanças.

[Almino Afonso]

E Almino faz uma acusação direta a Brizola:

– Devo dizer que essa proposta não prosperou por obra e graça da intolerância do ex-governador Leonel Brizola.

[Neiva Moreira]

O brizolista Neiva Moreira, então secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, confirma a “intolerância” de seu grupo político. Os brizolistas eram incrédulos quanto às chances do presidente de fazer frente a um golpe. E achavam o mesmo do CGT, considerado por eles o “braço sindical” do presidente:

Eu e o grupo mais radical da frente -- que incluía um setor comunista que foi lá para dentro, até contrariando a orientação do partido – fomos nos afastando do governo Jango, porque vimos que o presidente não estava interpretando como deveria o que acontecia no país. Ele era um homem pacífico, pacifista, confiante nas pessoas. Havia uma resistência militar muito grande aos avanços.

E interpretando, ele sim, Neiva, a mais clara posição brizolista:

– O CGT, dentro disso, era a base sindical e, conseqüentemente, política, que dava apoio ao Jango, que *justificava* as ações do Jango. Nós começamos a receber informações de toda parte sobre a organização do golpe.

Waldir lembra que aquela época foi marcada pela concepção *putchista* de fazer História, tanto de revoluções quanto de contra-revoluções:

[Waldir Pires]

– A América Latina viveu os anos 60 mergulhada em golpes de Estado ou em tentativas de revolução armada, o que foi um equívoco, porque a realidade é a mesma que tem hoje, ainda. Esse processo acabou redundando em lutas de desagregação, minando a possibilidade de transformação palmo a palmo.

Devo dizer que essa proposta não prosperou por obra e graça da intolerância do ex-governador Leonel Brizola.



Solicitado a comparar Jango com o cunhado Brizola, Waldir, como sempre, foi moderado e elegante:

– Não sei se Leonel Brizola era mais radical que João Goulart do ponto de vista substantivo da vida nacional. Mais por temperamento, o Brizola era um homem de vanguarda, um homem de ação. O presidente João Goulart era um homem muito mais organizador, de estado-maior, de conceber o planejamento das coisas e de executar e chegar a um resultado que não era assim, digamos, a luta no campo aberto.

[Jango e Brizola]

Enquanto Jango queria avançar passo a passo, Brizola organizava os Grupos dos Onze na surdina, acreditando ser a única base possível para resistir à conspiração militar em andamento. Através do jornal *Panfletos*, que só teve esse número, Brizola lançou, em outubro de 63, o movimento que se propunha a “lutar pela implantação das reformas e contra a espoliação internacional do país”.

Só que ninguém poderia decidir o jogo político nacional sem a participação do Comando Geral dos Trabalhadores, que englobava “mais de três mil sindicatos, federações, confederações, comissões permanentes e pactos sindicais, num total de cerca de 20 milhões de trabalhadores, tanto do comércio e da indústria como rurais”.⁴

Graças ao precioso arquivo pessoal do presidente do CGT e da CNTI, Clodesmidt Riani, podemos reconstituir com detalhes a estrutura do comando:

[Estrutura do CGT]

⁴ *Jornal da Semana* - Desfile de 28 de setembro de 1963, citado em REZENDE PAULA, Hilda & ARAÚJO CAMPOS. *Op. cit.*, p. 261.

“A direção do CGT é constituída de um secretariado executivo, composto de sete membros, escolhidos pela comissão executiva, de 16 membros, eleita pelo plenário. Na realidade, o CGT é fruto de outra sigla, PUA (Pacto de Unidade e Ação), criado por marítimos, portuários e ferroviários, núcleo primitivo do CGT e que funciona, agora, como sua ponta-de-lança”.

O jornal da época guardado por Riani descreve a composição formal da Executiva do CGT: nosso presidente, Riani; o vice Dante Pellacani; o Alfredo Pereira Nunes, da minha confederação (a quem eu representava na prática); o Palhano, dos bancários, e o Martinelli, dos ferroviários, considerados da “esquerda radical”; o Severino Schnaipp, arrumador, que “menos por convicção do que por admiração a Oswaldo Pacheco, entra no rol da esquerda radical”; e o professor Carlos Alberto da Costa Pinto.

Note-se que de nós quatro, integrantes do informal “secretariado político”, só o Dante compunha a Executiva.

É Riani, o amigo do “doutor Jango”, que cita uma publicação da época e revela como o presidente tentou esvaziar o CGT, temeroso da nossa força que ele não controlava, ao contrário do que julgava Leonel Brizola – talvez porque o próprio Brizola tampouco nos controlasse:

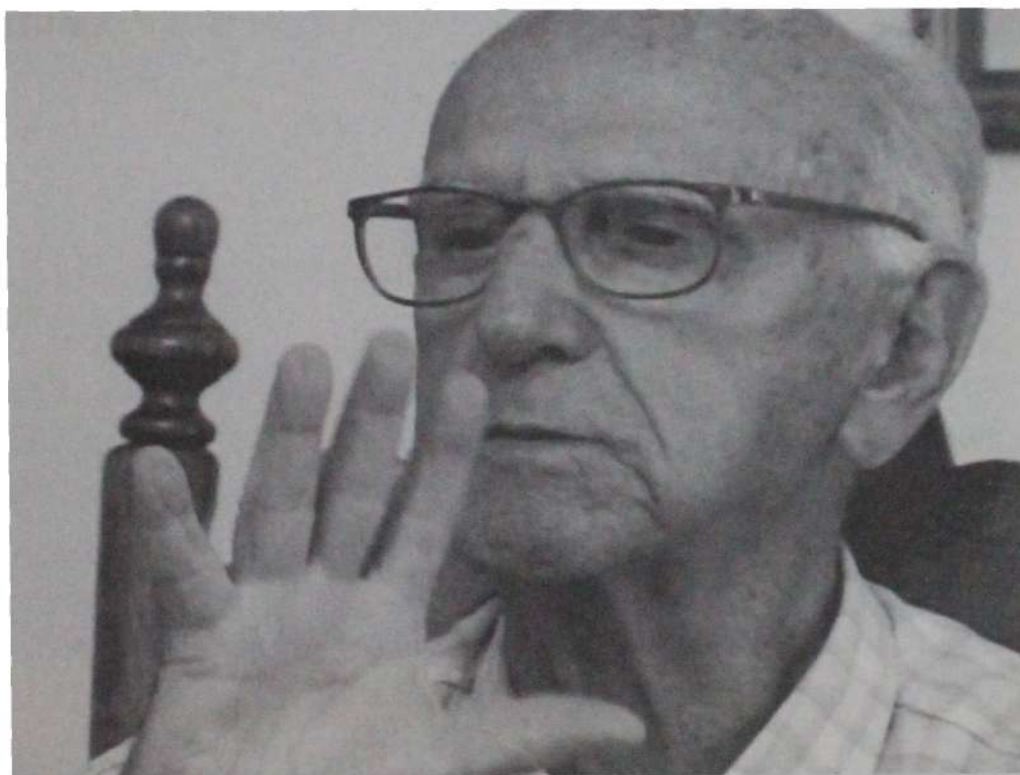
[“Mensalão”
da época]

“Preocupado com o poder do CGT, que conseguiu acumular sob a sua sigla todos os dispositivos sindicais e que lhe trazia tantos dissabores, o presidente João Goulart, através de seu assessor trabalhista Gilberto Crockat de Sá, tentou criar uma nova entidade, que, mediante a concessão de certas benesses, conseguiria fracionar o CGT, apontado como responsável pelo desgaste do governo nas áreas populares. Aproveitando os grandes centros industriais de São Paulo e a UST (União Sindical Trabalhista), até então inexpressiva, o presidente conseguiu trazer

para controle da entidade 45 federações de trabalhadores – 10 em São Paulo e 3 na Guanabara – apesar de, para isso, ter de contar com a benevolência de certos ministros no atendimento às reivindicações dos dirigentes da UST.⁵

– Eu até fui convidado – relembra Riani, também presidente da CNTI. – **O Crockat de Sá falou que questão de dinheiro não tinha problema, porque quem ia entrar com o dinheiro era o Ministério da Viação e Obras Públicas. Fui convidado nesses termos e jamais poderia aceitar.**

[Riani]



O companheiro Riani é até hoje homenageado pelas entidades sindicais, por ser um exemplo de combatividade e dignidade

Pela lembrança do Riani – que agora revela o esquema do possível “mensalão” sindical da época – foram mais de duzentos deputados eleitos com o dinheiro do Ibad.

Exagero ou não, Jango estava se sentindo acuado por um Congresso totalmente manipulado pelos golpistas. A pedido do

⁵ *Op. cit.*, p. 261.

presidente, os três ministros militares e o titular da Justiça encaminharam ao Congresso Nacional em 5 de outubro de 1963 a mensagem instituindo o estado de sítio por trinta dias.

Conta Riani:

– O Arraes se declarou contra. A Frente Parlamentar Nacionalista, contra. Brizola contra. Aí acabou. A esquerda toda contra o Jango, como é que o Jango ia conseguir?

Certamente não seria com a ajuda do assessor sindical Crockat de Sá, uma excrescência da pior herança getulista.

Almino Affonso, que teve que aturá-lo quando era ministro do Trabalho e Previdência Social até meados de 63, tentou agora se esquivar de comentar sobre a figura. Mas acabou cedendo diante da nossa insistência:

[Almino] – O Crockat de Sá não era um homem de maior talento, era próximo ao Jango e fazia a ponte entre o presidente e o movimento sindical. Como, entretanto, não tinha uma mensagem política, uma visão ideológica que desse grandeza à sua tarefa, ele amesquinhou a sua própria missão. Buscava comprar dirigentes sindicais, freava outros dirigentes que tinham maior significação, tumultuava, portanto, um período muito rico para o avanço sindical do Brasil. Foi um papel extremamente negativo.

“ O Arraes se declarou contra. A Frente Parlamentar Nacionalista, contra. Brizola, contra. Aí acabou. A esquerda toda contra o Jango, como é que o Jango ia conseguir? ”



Arraes é aclamado em Juiz de Fora no comício de 15.3.1964, organizado por Riani em desagravo a Brizola, que não compareceu

Meu amigo Almino, tão hábil com as palavras, vai além:

– Eu diria que entre as várias culpas que o presidente João Goulart possa ter tido, uma delas é ter dado respaldo a essa figura sinistra [do Crockat de Sá]. Felizmente havia o contraponto de uma plêiade de sindicalistas de alto nível – aqui meu amigo Mello Bastos, havia o Dante Pellacani, o Riani, o Hércules Corrêa, o Oswaldo Pacheco, o Palhano, o Tenorinho e tantos outros – que tinham autonomia para dizer o que pensavam ao presidente.

[Almino]

Ele os respeitava, os recebia e os ouvia.

Revelando a generosidade de quem perdeu o lugar no primeiro escalão mas continuou na luta com a mesma fibra, Almino conclui:

– Eu guardo dessa época uma lembrança muito boa, porque acho que foi um instante de evolução que, por desgraça, o golpe nos atrapalhou a continuar e consolidar.

[Miguel Arraes]

Não falei ainda do eterno governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, falecido recentemente, em 13 de agosto de 2005, quando ocupava a presidência do Partido Socialista Brasileiro e no exercício de mais um mandato como deputado federal.

Uns três meses antes de sua morte, falei com Arraes ao telefone, tentando agendar uma gravação para essa minha busca da caixa-preta do Golpe de 64. Ouvindo mal, como eu, fomos breves ao telefone. Mas meu velho companheiro de lutas mostrou-se receptivo e deixou à secretária a tarefa de agendar o encontro. Minha filha falou várias vezes com a secretária do gabinete em Brasília, Stael, que pareceu ter indiscutível competência. Mas não conseguimos vê-lo quando fomos a Brasília. Ao saber de seus problemas de saúde, suponho que àquela altura o velho combatente começava a entregar os pontos.

Cearense de Araripe, “Arraia”, como era conhecido pelos sertanejos, era um dos deuses do panteão messiânico nordestino. A expressão foi usada pela repórter Deigma Turazi, da Agência Brasil, numa entrevista em 15 de março de 1995. Seu milagre foi levar eletricidade ao sertão. Ao voltar ao governo de Pernambuco por dois mandatos, em 1986, Arraes eletrificou 80% das propriedades rurais, beneficiando minifúndios e pequenas propriedades que os militares não tinham atendido durante a ditadura.



O insubstituível
Miguel Arraes

Em 1957, quando Arraes tinha 40 anos, os arquivos do Serviço Federal de Informações, o Sfici, já registravam:

*“(...) Advogado, ex-funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, ex-secretário da Fazenda, conquistara o mandato de deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST) de Pernambuco. Integrante da Frente de Recife, grupo formado por comunistas, socialistas e trabalhistas. **Simpatizante das Ligas Camponesas** (grifo meu)”.*⁶

Esse era o maior perigo representado por Miguel Arraes. Quando houve o golpe de 64, já na tarde do dia 1º de abril, os militares invadiram o Palácio do Campo das Princesas, em Recife, para prender o governador no exercício de seu legítimo mandato. Arraes passou meses preso em Fernando de Noronha até partir para a Argélia, de onde só voltou com a anistia, 14 anos depois. Francisco Julião, o advogado que ajudou a criar as ligas camponesas e considerado “mentor” da reforma agrária radical, conseguiu asilar-se no México.

⁶ FIGUEIREDO, L. *Op. cit.*, p. 68.

Fui com Arraes e a irmã dele, Violeta, ao comício de Juiz de Fora, organizado pelo Riani, dois dias depois do comício da Central. Ele citou esse comício na entrevista à repórter da Agência Brasil em 1995:

“Eu sabia que o golpe iria acontecer porque estive no comício de 13 de março de 64 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. De lá fui para Juiz de Fora participar de uma concentração, e quase não consigo discursar, porque existiam 200 homens civis armados nas ruas. Eles eram comandados por um cidadão chamado Adão Rafael, que, acho, era deputado, sustentado pelo general Olympio Mourão. Depois fui para Belo Horizonte, conversei com Magalhães Pinto, que era governador de Minas, e segui para Brasília. No dia 17 ou 18 de março, conversei com Jango e disse a ele que o golpe estava na rua. Então não fiquei surpreso”.

Riani conta que organizou o comício de 15 de março em Juiz de Fora como um desagravo a Leonel Brizola, que havia sido impedido um mês antes de falar em Belo Horizonte. Uma turma da Camde, Campanha da Mulher pela Democracia, ultra-reacionária, criou uma tal confusão, que até a dona Neuza, mulher do Brizola e irmã do presidente, quebrou o braço, no meio da pancadaria:

[Riani] – Brizola não veio nem deu satisfação – diz Riani, referindo-se ao comício de Juiz de Fora. – O Arraes, ao contrário, confirmou prontamente a presença ao ser convidado.

Quer dizer, foi que nem no comício dois dias antes, o da Central, quando fui eu que fiz essa engenharia política de juntar os dois no mesmo palanque. Eram dois bicudos.

O clima político era tão tenso que se temia pela vida dos líderes em Juiz de Fora:



Comício das Reformas em 13.3.1964, na Central do Brasil

– Fui buscar o Arraes em Três Rios porque ele estava correndo risco de vida – conta Riani. – Depois, quando eu estava preso no Dops, em Belo Horizonte, um oficial do Exército, de quem não lembro o nome mas que até me mostrou a carteira dele, me falou: “Essa revolução era pra ter começado no dia 15 de março. Se o Brizola fosse a Juiz de Fora, você, Brizola e Arraes seriam fuzilados”. Anos mais tarde, Brizola veio várias vezes a Juiz de Fora, por causa do PDT, mas não estive com ele. Deixei pra lá, nunca perguntei por que ele não foi àquele comício.

[Riani]

Duas semanas depois, o general Olympio Mourão Filho sairia à frente de uma coluna marchando em direção ao Rio de Janeiro, justamente da cidade de Juiz de Fora, sede da 4ª Região Militar do I Exército. Era o começo do golpe.

[Miguel Arraes]

De volta a Pernambuco, Arraes cogitou reagir ao golpe mas descobriu que seria uma reação solitária:

“Amanheci cercado pelo Exército e tive que tomar posições para evitar que alguns loucos partissem para uma reação contra o golpe, que eles pudessem agir isoladamente, emocionalmente, o que não era aconselhável. E aguardei, passivo, ser preso, [preparando-me] para o que o destino me reservaria naquela situação”.

[Arraes e as ligas]

Quanto às ligas camponesas, Arraes considerava que do ponto de vista de volume de gente engajada não eram tão expressivas. Mas declarava seu respeito por Francisco Julião, que foi seu colega na Assembléia Legislativa de Pernambuco, reafirmando o apoio à sua luta:

*“As Ligas Camponesas eram um movimento paralelo à sindicalização e à união que havia entre os trabalhadores rurais. Eles tinham começado esse movimento entre pequenos proprietários, foreiros, arrendatários de terra. Agora esse movimento comandado por Francisco Julião era mais visível do ponto de vista geral, inclusive porque ele era uma pessoa que tinha uma certa capacidade de transitar em muitos lugares, e fazer essa bandeira – que é uma bandeira com que todos nós concordamos – conhecida nacionalmente”.*⁷

[Almino]

– As ligas camponesas são anteriores aos sindicatos dos trabalhadores rurais, bem anteriores, e foi até uma atitude brilhante

⁷ Entrevista a Deigma Turazi, Agência Brasil: “Miguel Arraes - ‘Não tinha nada de comunismo. Tratava-se de justiça concreta’”, citada no site do Partido Socialista Brasileiro.

do Julião – lembra Almino Affonso, um dos autores do Estatuto do Trabalhador Rural. – Não havia lei até então que regulamentasse a organização sindical no campo. Só havia uma lei do Getúlio, mas tão amarrada, que deu meia dúzia de sindicatos rurais. Julião, então, como advogado, prevaleceu-se de uma norma do Código Civil e criou as ligas camponesas como entidades civis.

Como sociedade civil, as ligas camponesas escapavam de um possível controle que o Ministério do Trabalho quisesse exercer sobre elas.

Almino explica:

[Ligas e
sindicatos rurais]

– Isso foi uma habilidade extraordinária. Então, com isso, as ligas cresceram da noite para o dia, sobretudo no Nordeste, porque lá estava a liderança do Julião. Espalharam-se pelo resto do país, mas menos, muitíssimo menos do que no Nordeste. Quando vêm os sindicatos rurais através do Estatuto do Trabalhador Rural, passaram a existir duas vertentes do movimento: a dos assalariados do campo, regidos pelo Estatuto, de um lado; e a dos que não tinham a característica de empregados, como o pequeno proprietário, o meeiro, o sitiante, reunidos nas ligas camponesas.

O estatuto já estava em tramitação na Câmara dos Deputados quando Almino foi alçado ao cargo de ministro do Trabalho e Previdência Social, integrando o primeiro ministério presidencialista de Jango. Uma vez aprovado, o estatuto foi sancionado por João Goulart e seu recém-empossado ministro, um ato de justiça ao empenho pessoal de Almino Affonso.

– Em pouco tempo se organizaram, pelos meus cálculos, cerca de 1.300 sindicatos rurais, uma coisa fantástica, o que desencadeou mobilizações nunca vistas. **Uma greve, por exemplo, na região do Cabo, em Pernambuco, abrangeu trezentos mil trabalhadores. Trezentos mil trabalhadores no campo!**

“ Reforma agrária na lei ou na marra!

É com merecido orgulho que Almino conta de que forma contribuiu, quando ministro, para a organização dos sindicatos no campo:

– Até então, os próprios trabalhadores rurais não tinham o hábito da luta sindical, não tinham traquejo para isso. Não eram nem reconhecidos, na prática, como trabalhadores, como empregados. Então criei comissões de amparo à organização sindical. Como? Participando dirigentes sindicais, estudantes, a UNE jogando papel importante, e figuras que tivessem o gosto de participar dessa batalha. Aí vieram muitos padres. Padre Lage, de Minas...

[Mello Bastos]

– Teve a maior confusão no comício de Juiz de Fora [de 15 de março de 1964] por causa do padre Lage – lembrei. – Ele era suplente de deputado federal, e mesmo assim baixaram o cassetete nele. Mas também parece que ele deu um tapa na cara de um tenente, pelo menos é o que o Riani conta. Quem estava lá conosco era o jornalista Darwin Brandão, muito amigo do Arraes e da Violeta.

[Almino]

– Pois é importante que se diga que havia padres, eu diria de vanguarda, que integravam essas comissões sindicais – retoma Almino. – Teve o padre Melo, de Pernambuco, o padre Alípio, no Ceará, e aí a organização sindical no campo cresceu da noite para o dia. A participação da esquerda católica acabou elegendo o primeiro presidente da Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Essa corrente viria a gerar a AP, a Ação Popular do Betinho e do José Serra. **A Contag se organizou numa união de forças dos comunistas e da AP**, onde estavam o padre Lage, o padre Melo e tantos outros, conseguindo o respaldo do CGT. Só que essa aliança não se consolidou porque o golpe veio mais depressa do que nós...

Ao lado da luta pela reforma agrária, a organização do trabalhador rural viabilizou a luta pelo respeito às leis trabalhistas, o que nunca tinha ocorrido. Não se pagava salário em dinheiro, nem descanso semanal. No Nordeste, ainda era comum o pagamento em cachaça.

– Mas voltando às ligas, Julião contou com um excelente braço direito, o Clodomir Moraes, também advogado, uma figura extraordinária – elogia Almino. Parece que ele está aposentado pela Universidade de Rondônia. Foi durante muitos anos meu companheiro de exílio no Chile. Era o homem da marra, organizador, combativo.

[Almino]

**Cunhado não é parente,
Brizola pra presidente!**

””

“Reforma agrária na lei ou na marra!”

É possível que a famosa palavra de ordem tenha sido cunhada pelo Clodomir. A mesma que meu companheiro de juventude, o brigadeiro Coqueiro, de pura cepa golpista, considera ter sido da lavra de Jango. Como o Coqueiro passou longe da verdade!

Acho que por trás das divergências entre os vários grupos políticos no tumultuado período que antecedeu o golpe, a questão de fundo, dentro e fora do Congresso, era a sucessão de João Goulart, que se daria em 1965.

[Sucessão de Jango]

“Cunhado não é parente, Brizola pra presidente!”

Se Jango não poderia se reeleger pela Constituição em vigor, nem Brizola por ser cunhado, quem seria o sucessor no campo da esquerda?

Arraes era uma grande personalidade no quadro político naquele momento. Mas evidente que ele era governador de um estado do Nordeste. De modo que ele não tinha a densidade da força social, política e econômica do Centro-Sul – afirma o janguista Waldir Pires.

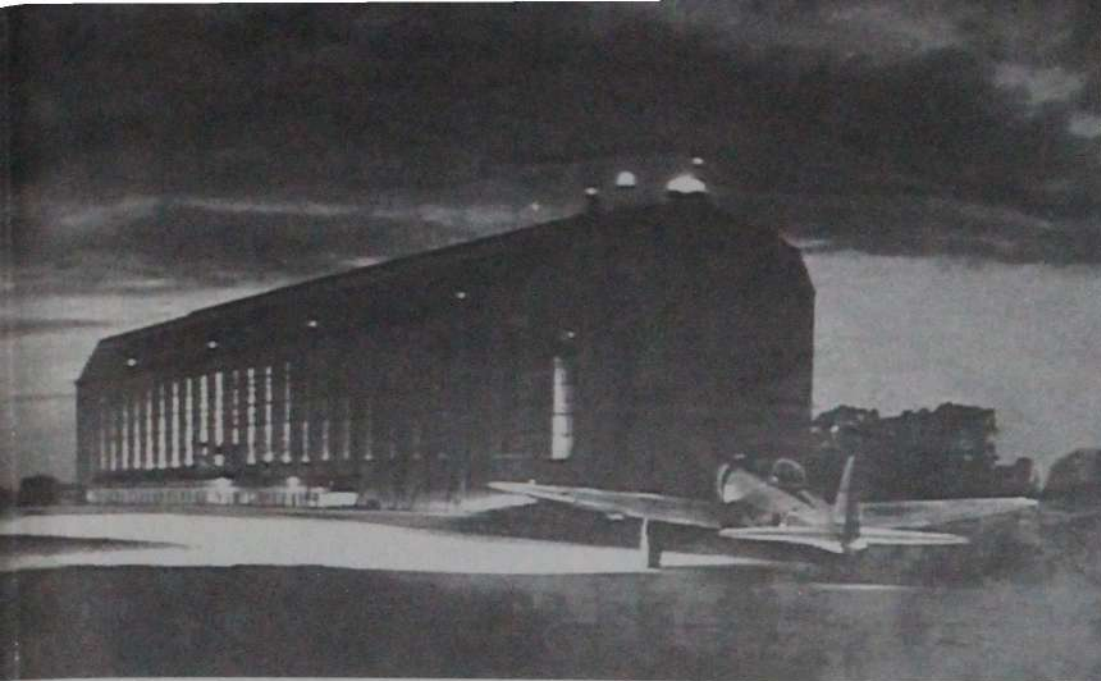
Pois para nós, do CGT, o candidato *in pectore* à sucessão de Jango era Miguel Arraes.



Nas homenagens póstumas ao velho “Arraia”, a que mais gostei e que expressa meu sentimento é a do senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, ele próprio um esteio da democracia brasileira:

“Arraes significava a última voz de uma geração de grandes lideranças que atuaram no Brasil por cerca de 50 anos. Dessa geração toda, Arraes era o que tinha uma linha mais firme, um idealismo mais apaixonado. Ele nunca pestanejou, nunca mudou de lado”.⁸

⁸ Publicado na página do *JC OnLine* de 13 de agosto de 2005.



Hangar da Base
Aérea de Santa
Cruz, comandada
em 1964 por
Rui Moreira Lima

Todos temiam o golpe de Jango

10

– Ninguém era golpista explícito. Era uma questão de momento: “Se der para fechar o Congresso agora, a gente fecha” – lembra Hércules, sem rodeios, como sempre.

[Hércules]

– Você se lembra de uma reunião nossa no Leme, com o Assis Brasil? – pergunto, lembrando-me do chefe do Gabinete Militar do Jango, que dizia ter o controle militar da situação. – Cada um queria uma rebarba do poder...

[Mello Bastos]

– **Todo o mundo queria o poder, inclusive o Darcy Ribeiro – dispara Hércules Corrêa.**

[Hércules]

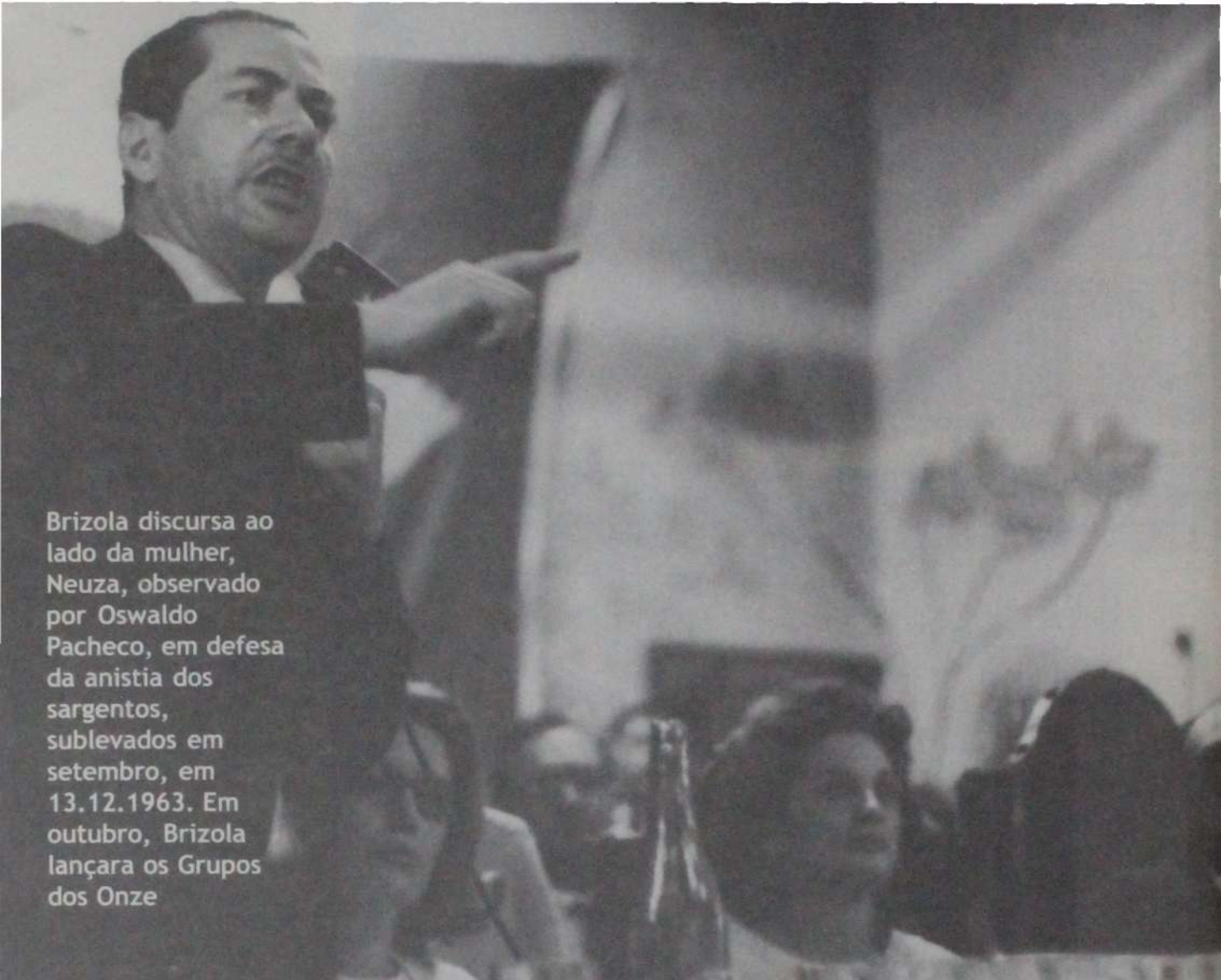
– O Darcy era ambicioso... – observo.

[Mello Bastos]

– Todo o mundo quer o poder, Mello Bastos, inclusive você, com essa carinha...

[Hércules]

Com seu jeito rudemente brincalhão, Hércules faz menção ao meu aspecto de “bom moço”, revelando minha formação de piloto militar. Refletindo sobre nossa conversa, fiquei sur-



Brizola discursa ao lado da mulher, Neuza, observado por Oswaldo Pacheco, em defesa da anistia dos sargentos, sublevados em setembro, em 13.12.1963. Em outubro, Brizola lançara os Grupos dos Onze

preso ao constatar que isto teve mais influência na nossa relação do que eu poderia supor, um misto nele de admiração e desconfiança, pela minha origem “pequeno-burguesa”. O que talvez explique alguns aspectos da caixa-preta do CGT que eu jamais imaginei, como veremos mais adiante.

[Mello Bastos]

– Se eu chegasse ao poder, Hércules, você não estaria aí, eu já tinha mandado te fuzilar – provooco, e nós dois caímos na gargalhada.

“O ano de 1963 foi uma marcha batida rumo ao confronto”, descreveu o senador Mario Martins. Na madrugada do dia 12 de setembro daquele ano, estourou a Revolta dos Sargentos, em Brasília.

Trezentos sargentos, da Marinha e da Aeronáutica, e outros tantos cabos e soldados, liderados pelos sargentos Antônio Garcia Filho, que se elegera deputado federal, Prestes de Paula e João Ciro, tomaram de assalto o edifício do Ministério da Marinha e dominaram a capital durante quatro horas. Motivo: o Supremo Tribunal Federal tinha negado o recurso impetrado pelo sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, que se elegera deputado estadual no Rio de Janeiro; havia ainda no Tribunal Superior Eleitoral um recurso contra a diplomação do sargento Garcia Filho. Ambos foram considerados alistáveis mas não elegíveis.

*“Haviam se apoderado, em Brasília, do Ministério da Marinha e da Justiça, do Departamento Federal de Segurança Pública e da Base Aérea, onde cercados se renderam, imediatamente, às 13 h de ontem. Iniciado às 4 h da manhã, prenderam vários oficiais das Forças Armadas, o presidente da Câmara e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Vitor Nunes Leal. Custou duas vidas: a de um civil metralhado na Base Aérea e a de um fuzileiro naval, que resistiu, à porta do Ministério da Marinha”.*¹

“ Se der para fechar o Congresso agora, a gente fecha.

O ano de 1963 foi uma marcha batida rumo ao confronto.”

“ O sargento Prestes queria me matar porque o CGT não apoiou a revolta.

¹ *Jornal do Brasil* de 13 de setembro de 1963, p. 1.

– Essa revolta era o inconformismo da época. Subalternos e suboficiais fizeram um levante lá em Brasília, com o apoio da Frente Parlamentar do Brizola, e queriam que o CGT apoiasse – descreve Hércules Corrêa. – Foi aí que houve uma reunião de que o Mello Bastos lembra, ali na Senador Vergueiro, num apartamento vizinho ao do deputado Max da Costa Santos, brizolista. O sargento Prestes queria me matar porque o CGT não apoiou a revolta. O movimento já estava na rua, dando tiro lá em Brasília. Virou briga de homem, eu disse: “Então você vai ter que me matar, vamos lá embaixo”.

Segundo Murilo Melo Filho, Jango foi surpreendido em Pelotas pela notícia da sublevação. Ao chegar a Brasília, perguntou aos amotinados se estavam contra ou a favor de seu governo. A resposta, sempre segundo Murilo, foi “mais ou menos”. Jango condenou a ação dos sargentos e suboficiais, congratulando-se com os do Exército, que não aderiram ao levante. O saldo político só poderia ser avaliado depois:

Na crista da revolta de Brasília, o general Machado Lopes [aquele que se recusou a obedecer ordens superiores contra a posse de Jango, inclusive de bombardeio do Palácio Piratini em Porto Alegre], fiel janguista e brizolista (sic), demitia-se da chefia do Estado-Maior do Exército e era substituído por quem? Exatamente pelo general Humberto Castello Branco, peça-chave da conspiração e da deposição de Jango.

Castello estava no comando do IV Exército no Recife, onde foi sucedido pelo general Osvino Alves Bastos [na verdade, Justino Alves Bastos. Murilo confundiu com o general Osvino Ferreira Alves, que era um bravo legalista]. Antes de aceitar o convite para a chefia do Estado-Maior, ele escreveu uma carta ao ministro Jair Dantas Ribeiro, na qual garantia que em seu novo cargo não se conformaria de ser

Quero dizer a vocês que sargento não ganha revolução.

”

*marginalizado durante a tomada das decisões importantes para a vida do Exército”.*²

Murilo lembra as conseqüências da revolta dos sargentos nos comandos do Exército, decisivas para fortalecer os golpistas: enquanto se afastava o general Peri Bevilacqua – um acerbo crítico do CGT, que, por sua vez, recebia o apoio de vários chefes militares, punidos pelo ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro – do comando do II Exército, em São Paulo quem o substituiu foi o general Amaury Kruel, poucos meses depois um dos decisivos personagens no desfecho do golpe.



O comandante da Base Aérea de Santa Cruz Moreira Lima dá palestra sobre os aviões Gloster, em 1963

² Melo Filho. *Op. cit.*, p. 379.

– Naquele momento eu estava no comando da Base Aérea de Santa Cruz – conta o brigadeiro Rui Moreira Lima, orgulhoso de sempre ter honrado a farda, seguindo os preceitos do pai. – Fui um comandante muito participante, assumi diretamente a parte operacional da base. Convivi diretamente com os pilotos do Grupo de Aviação Embarcada [do porta-aviões Minas Gerais]. Vivia com eles, passava muitas vezes o dia todo no hangar, conversando com todos. Conhecia pelo nome a grande maioria. Quando houve o levante dos sargentos, logo de manhã cedo fui avisado pelo coronel Afonso Lima, do Conselho de Segurança, a que eu perstencera até assumir o comando da base.

Sem saber ainda o alcance do movimento, que chamou de “aragarçada dos sargentos”, Rui reuniu todos os seus comandados para informar sobre a situação e dizer, a seu modo, que não aceitaria insubordinação em Santa Cruz:

– “Quero dizer a vocês que sargento não ganha revolução. Quem ganha é o povo inteiro, os operários, os estudantes, os sargentos, sou eu, as forças sociais, as Forças Armadas, e o conjunto, o povo inteiro. Sargento é sargento”. Virei-me para três sargentos do Grupo de Caça, que vieram da Itália comigo: “Areinha, o que você quer para seu filho?” Eu já sabia que o garoto estava estudando engenharia. “Você, sargento, o seu filho não quer ser sargento. Você foi ser sargento porque na época não tinha visão, não podia ser outra coisa. Michelani, o que você quer para o seu filho? Sargento? Não, senhor. Se eu perguntar aqui para vocês todos, ninguém vai querer que o filho seja sargento. É um subalterno, na linguagem militar. Por que vocês querem liderar uma revolução? Se foi preso o comandante lá, problema deles. Eu não vou ser preso por ninguém, combinado? Está terminada a reunião”.

A crise, aguçada pela revolta dos sargentos, levaria o presidente a enviar ao Congresso uma mensagem pedindo a decretação do estado de sítio. Mas o próprio Jango a retirou,

quando percebeu que seria recusada. O jornal lacerdista *Tribuna da Imprensa* dera na primeira página, dias antes, em 3 de setembro de 1963: “Deputados do PTB advertem: Jango tem golpe pronto”.



– **O medo do CGT era a ameaça do golpe** – explico para o brigadeiro Marcio Coqueiro, em nosso reencontro depois de tantos anos em fileiras opostas da política, agora nós dois com 88 anos.

[Mello Bastos]

– Golpe de quem? – pergunta-me Coqueiro.

[Coqueiro]

– Do próprio Jango. Ele era uma figura difícil de você conhecer melhor a fundo, porque tinha muito do Getúlio. Ele colocava a perna dura assim, esticada, quando sentava, falava pouco, muito delicado. Você fazia uma intervenção política, ele dava um risinho, dizia: “muito difícil”, e tal, “vamos mudar para outro ponto”...

[Mello Bastos]

– **Você acha que o Jango era um novo Getúlio?** – pergunta-me Helena Coqueiro, com a mesma vivacidade inteligente dos velhos tempos.

[Helena Coqueiro]

“Mello, o maior engole o menor – declarou-me o presidente João Goulart.

– É uma boa pergunta, Helena. Eu acho que o Getúlio exercia o poder com paixão, dedicação e prazer de exercer o poder. Enquanto o Jango o fazia por dever de ofício. Acho que o Jango não tinha amores pelo poder. Mas teve um episódio, eu com ele, que me fez pensar. Foi logo depois do Levante dos Marinheiros.

[Jango]

– Mello, o maior engole o menor – declarou-me o presidente João Goulart.

Após o controle da sublevação dos marinheiros, que ocuparam o Sindicato dos Metalúrgicos em 25 de março de 1964 – quando a comemoração, proibida, do aniversário da Associação dos Marinheiros tinha se transformado em assembleia permanente e foi evacuada pelo Exército, depois de tensa negociação – o presidente João Goulart precisava controlar o alto comando das Forças Armadas.

[Werneck Sodré]

O general Nelson Werneck Sodré – historiador perseguido pelo golpe militar que esteve à frente do Iseb, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, uma espécie de alternativa democrática à Escola Superior de Guerra, e que tinha como professores vários integrantes do CTI, Comando de Trabalhadores Intelectuais – considera que a esquerda estimulou o fenômeno do “sargentismo”, que ele chama de escandaloso, por confundir o papel constitucional das Forças Armadas. Para Sodré, em seu livro *Memórias de um Soldado*,³ o governo Goulart mantinha a ambigüidade entre o velado incentivo dos chefes militares esquerdistas e o arbítrio dos órgãos de comando e das escolas de formação e aperfeiçoamento contra os sargentos, encarando-os como perigosos

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 568-569.

inimigos e os colocando sob suspeição. À sombra da indefinição do governo federal, que não sabia como enfrentá-lo, o “sargentismo” teria culminado com a rebelião de Brasília.

Sodré é de opinião que, dez anos antes, o fenômeno do “estilaquismo” – quando a campanha pela eleição do general Newton Estillac Leal para o Clube Militar polarizou as Forças Armadas, no auge da criação das estatais por Getúlio Vargas, entre 1950 e 1952 – já teria demonstrado que as Forças Armadas não aceitavam o chefe esquerdista, mesmo ressaltando os méritos do general Estillac:

*“O esquerdismo militar era deformação da realidade e levava ao desastre. (...) O chefe militar esquerdista constituía traço inequívoco do erro pequeno-burguês em considerar que os militares são força de vanguarda no processo político. (...) O fato é que, **no período de Goulart, a figura do chefe militar esquerdista fez ruidoso reaparecimento**”.*

É curiosa e inteligente essa análise de Werneck Sodré, um militar que preferiu se apresentar à paisana no quartel, quando ouviu voz de prisão de um subalterno, na crise de 1961, para não manchar a farda, da qual se orgulhava.

O João Cândido chegou lá e disse: “Meninos, isto aqui não é um navio”.

”

Reação semelhante, mais radical, foi a do coronel do Exército Waldemar Dantas Borges, meu amigo há quase setenta anos, quando considerou assassinados os “princípios sagrados da vida castrense” nos episódios que se seguiram ao golpe de 64. Ao ser submetido a revista vexatória por subalternos, no momento da prisão no navio Princesa Leopoldina, preferiu ficar inteiramente

[Dantas Borges]

nu e declarar: “Vocês, companheiros, não humilharam a mim e sim ao Exército em particular, às Forças Armadas em geral, e, acima de tudo, a vocês próprios. **Os golpistas estão espancando a nobreza dos nossos mais caros e sagrados princípios, os quais eu lhes relembro: prerrogativas do posto, hierarquia, respeito mútuo, espírito de corpo e a sã camaradagem**”.⁴

Fico emocionado ao imaginar meu querido amigo nessa esdrúxula situação, expressando a indignação que eu próprio tantas vezes senti, diante das afrontas que os militares gorilas fizeram a nós, militares patriotas e nacionalistas. Por causa deles a farda deixou de ser motivo de orgulho, mesmo após a redemocratização. A apropriação indébita que a ditadura fez do verde e amarelo transformou essa simples combinação de cores em “cafona”, o que só mudou muito recentemente.

Pois no Levante dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, poucos dias antes do golpe de 64, a insubordinação envolveu também a tropa de fuzileiros navais, enviada para reprimir o movimento, mas que largou armas e equipamentos e saltou os muros do Sindicato dos Metalúrgicos, aderindo aos revoltosos.

[Hércules] – Tem cabimento marinheiro fazer levante em sindicato de metalúrgico? – questiona Hércules. – O João Cândido chegou lá e disse: “Meninos, isso aqui não é um navio”. Democracia representativa não é assim.

Hércules se refere ao mitológico líder da Revolta da Chibata, ainda vivo àquela época, que em 1910 se rebelou contra o castigo físico na Marinha. Por este motivo ganhou o respeitoso apelido de “Almirante Negro”.

⁴ SILVA, Helio. *A Vez e a Voz dos Vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 158.

Segundo Hércules, ele próprio e Batistinha, ambos deputados e do CGT, tornaram-se os intermediários da negociação dos revoltosos com o comando da Marinha. No auditório do sindicato, onde o clima era muito tenso e se desenrolava uma assembléia permanente, estávamos os quatro integrantes do secretariado político do CGT – Hércules, Dante, Pacheco e eu.

Hércules assim descreve a situação:

– Diziam que iam jogar bomba, o pessoal apavorado, **eu mesmo entrei com o cabo Anselmo com uma Kombi pra botar lá dentro um bocado de minas, bombas, armas.** Fui eu que entrei no sindicato, porque os caras queriam bombardear. O Exército botou lá na frente o comandante da PE (Polícia do Exército). Você lembra que a Marinha quis tomar de assalto e mandou uma tropa. Aí os fuzileiros navais que estavam lá, eram uns trinta, colocaram o capacete, o fuzil e a mochila no chão e pularam o muro. O primeiro a dar o exemplo foi o sargento Raimundo, está vivo, de uma coragem brutal. Com esse ato, a Marinha resolveu aceitar o acordo conosco. Eles exigiram que eu e o Batistinha saíssemos com a tropa, para o Batalhão de Guarda. Ficamos presos com o Exército, como reféns. Soltaram os marinheiros umas 5 da tarde e nós, só às 8 da noite. Foi um pânico danado na vizinhança, com medo do bombardeio.

[Hércules]

– Lembro do cabo Anselmo vindo lá do fundo da assembléia, gritando, numa agitação terrível – comento. – Eu disse para o Pacheco: “Isso aqui está muito ruim, vamos sair”. Aí tinha um capitão-de-fragata no meio daquela confusão. Os marinheiros tomaram o boné dele, jogavam de um para o outro, fazendo o oficial de palhaço. Aquele desrespeito me chocou. Peguei o boné, devolvi a ele e disse: “O senhor, por favor, se retire, porque não há condições de ficar aqui”. Depois disso é que cercaram o sindicato.

[Mello Bastos]

[Clube Militar]

Registre-se que ao longo do ano de 1963 o Clube Militar tinha se transformado num permanente foco de agitação, só que do lado oposto. Era a “Cruzada Democrática” na direção do clube, que havia desalojado a oficialidade legalista e nacionalista. Oficiais declaravam abertamente a necessidade de decretação do estado de sítio, como o general Muricy, acreditando, paradoxalmente, ser a medida essencial “para garantir a ordem e o respeito à hierarquia militar”. **A título de reivindicar aumento de soldo, militares em assembléias no Clube Militar gritavam “O Brasil não tem mais governo”.**

Pois o líder dos marinheiros, o cabo sergipano José Anselmo dos Santos, tinha sido eleito presidente da Associação de Marinheiros Fuzileiros Navais do Brasil em maio de 1963. Na direção da entidade, estavam outros futuros militantes da esquerda armada contra a ditadura militar, como Antonio Duarte dos Santos, Marco Antonio da Silva Lima, Antonio Geraldo da Costa e Avelino Bioni Capitani. Apesar da proibição de “fazer política”, considerada indisciplina dos subalternos, a associação foi politizando suas posições, aderindo à luta geral por reformas no país. Em fevereiro de 1964 houve uma assembléia de associações de marinheiros, fuzileiros e praças.

[Almirante Aragão]

O almirante Cândido Aragão, brizolista, que ficou conhecido como o “Almirante Vermelho”, era o comandante dos fuzileiros navais e apoiou abertamente o levante. Saiu do sindicato nos ombros dos marinheiros. Na véspera do golpe, procurei-o na Ilha das Cobras e ele me disse: **“A situação está complicada. Já não tenho a chave do depósito de munição. Tome aqui essa Colt 45, é tudo que posso passar”.** E me deu um punhado de balas, pintadas de azul, como eram as da Marinha, que meti no bolso. Só fui encontrar o Aragão de novo no Uruguai, no exílio, de onde ele seguiu para a China. A Colt 45, eu dei para o Galvão, dirigente da Federação dos Estivadores, um sergipano da confiança absoluta do Pacheco, que encontramos logo depois, na sede da Federação. Nunca mais o vi.

“ Aí os fuzileiros navais que estavam lá, eram uns trinta, colocaram o capacete, o fuzil e a mochila no chão e pularam o muro. O primeiro a dar o exemplo foi o sargento Raimundo, está vivo, de uma coragem brutal – descreve Hércules.

Foto de
26.3.1964



Cabo Anselmo
no Sindicato
dos Metalúrgicos:
ele diria depois,
na polícia, que o
discurso dele foi
Marighela quem
escreveu



[Cabo Anselmo]

Anselmo viria a ser alguns anos depois um dos dirigentes da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária, tendo se transformado no mais famoso agente duplo depois de ter sido preso, segundo a versão dele. **Ajudou a investigar, prender e matar dezenas de antigos companheiros, entre 1970 e 1974, inclusive a própria mulher, a paraguaia Soledad Viedma, que estava grávida de quatro meses.** Numa recente entrevista, ele negou esse fato, só que companheiros daquela época dão os detalhes de como o alerta enviado por outro dirigente da organização, Onofre Pinto, acabou precipitando o massacre, no final de 1972.

[Testemunho de
Mauricio Paiva]

Mauricio Vieira de Paiva, integrante da VPR, estava em Cuba quando lá chegou o portador da mensagem, vinda do Chile, informando ao cabo que ele estava sob suspeita. Em seu livro *O Sonho Exilado*,⁵ reeditado em 2004, Mauricio relata como o alerta de Onofre precipitou a volta clandestina de vários companheiros ao Brasil, determinada pelo dirigente Anselmo. A carta, em guarani, foi entregue ao cabo por seu cunhado, um jovem paraguaio de 16 anos. Anselmo recebeu a mensagem, que lhe foi traduzida pela mulher, Soledad. Foi sua pró-

⁵ PAIVA, Mauricio. *O Sonho Exilado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 136-137.

pria sentença de morte. Ela seria trucidada, com mais quatro companheiros, ao voltarem de Cuba logo depois.

Num depoimento no Dops de São Paulo, Anselmo citou a participação de Hércules e de Dante Pellacani na negociação para a rendição dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos. Na lembrança do Hércules, teria sido o Batistinha. Anselmo afirma ter sido Carlos Marighela – então dirigente do PCB e futuro líder da organização armada ALN (Ação Libertadora Nacional) – quem redigiu o discurso que ele próprio leu em altos brados naquela assembléia, considerado o estopim para o golpe.⁶

**Anselmo viria a ser
alguns anos depois um dos
dirigentes da VPR, a Vanguarda
Popular Revolucionária,
tendo se transformado no mais
famoso agente duplo.**



– Você quer ver como eu resolvo? – explica-me o presidente, a bordo do carro oficial, enquanto nos deslocávamos do Palácio das Laranjeiras para o seu apartamento, no edifício Chopin, ao lado do Copacabana Palace. Jango se referia a como ele pretendia assumir o controle sobre as Forças Armadas, após a grave insubordinação dos marinheiros e o afastamento do ministro da Marinha. – **Baixo um decreto, transferindo o porta-aviões Minas Gerais de volta para a Aeronáutica [que disputava esse comando com a Marinha]. Todo o almirantado vem em cima de mim, para eu anular o decreto. Eu anulo, com a condição de resolver o problema dos marinheiros. Pronto. Assim eu resolvo, o maior engole o menor.**

[João Goulart]

⁶ Entrevista a Leonel Rocha publicada na página web do *Correio Braziliense* de 29 de maio de 2005.

A crise era bem mais profunda, como os fatos vieram a demonstrar.

[Helio Silva]

Segundo o historiador Helio Silva,⁷ tanto a revolta dos sargentos como o levante dos marinheiros têm claros indícios de terem sido insuflados por agentes provocadores. No caso dos sargentos, o movimento ficou circunscrito à área de Brasília, sem atingir nem mesmo Rio ou São Paulo. Também pareceu estranho ao historiador que o Exército, força a que pertenciam os deputados impugnados, não tenha sido envolvido. Além disso havia informações, hoje confirmadas, de que os golpistas só esperavam um bom pretexto para atuar.

Ainda segundo Helio Silva, há vários indícios de que o governo acalentava propósitos continuístas. Na matéria já citada da *Tribuna da Imprensa* de 3 de setembro de 63, os deputados Almino Affonso e Garcia Filho declararam ao líder da UDN, deputado Aduino Cardoso, que “Jango preparava um golpe contra a esquerda e a direita, para se perpetuar no poder”.

O *Jornal do Brasil* de 21 de setembro do mesmo ano dá na manchete da página 3: **“Esquerdas acham que Goulart planeja um governo centrista”**. No corpo da matéria, fala-se de uma reunião da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Mobilização Popular, que concluíram:

“O governo está executando o desdobramento de um plano golpista, em nome do ‘centrismo’, ao atribuir às esquerdas e à direita intenções antidemocráticas, simultaneamente”.

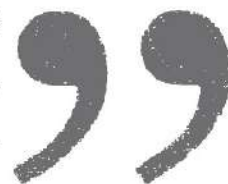
[Hércules]

– **Naquele momento, caminhávamos no fio da navalha** – declara Hércules. – Você tem que trabalhar com

⁷ SILVA, Helio. *Op. cit.*, p. 98-99.

confiança, e total eu não tenho em ninguém, nem em mim mesmo. – E meu companheiro acrescenta uma inesperada confissão: – Se eu me deixasse comandar sem ser pelo raciocínio, eu tinha matado um monte de gente.

Jango preparava um golpe contra a esquerda e a direita, para se perpetuar no poder.



Quando o CGT foi contra o comício no Largo do Machado, que o Amaury Kruel quis organizar, para provocar o Lacerda, o temor do CGT era que, como consequência de um fato político como aquele, fechassem o Congresso e caíssemos numa ditadura.

– Kruel deslocou um bocado de gente – lembro. – Eu ia saindo do Palácio das Laranjeiras, e o Jango disse para mim: “Vamos até Copacabana” [naquela mesma viagem em que o presidente comentou que “o maior engole o menor”]. No caminho, Jango resumiu seu plano: “Eu decreto intervenção em São Paulo, Minas Gerais e Guanabara”, que eram os três estados politicamente importantes. “E de prêmio de consolação [para os militares golpistas], Pernambuco, do Arraes. Aí protestei: **“Mas presidente, o Arraes, que se elegeu com o voto da poeira?”**. “Mas depois eu o nomeio interventor. Se não for assim, não tem saída”. E nós temíamos que o próprio Jango, se fizesse isso, se tornasse um Getúlio Vargas. **Aí é que o CGT foi contra o golpe.**

[Mello Bastos]

A intervenção começa na Guanabara e termina em Pernambuco. Primeiro, cai Lacerda como reacionário e, depois, caio eu, como comunista. Estou fora.



[Arraes] – Não conte comigo para essa aventura – teria Arraes mandado dizer a Jango. – A intervenção começa na Guanabara e termina em Pernambuco. Primeiro, cai Lacerda como reacionário e, depois, caio eu, como comunista. Estou fora.⁸

Murilo Melo Filho relata o acirramento de ânimos naqueles dias: depois de uma gauchada provocadora na televisão – quando Lacerda arrancou gargalhadas do público ao dizer que “agarraria o touro pelas guampas”, referindo-se ao presidente –, o governador da Guanabara quase sofreu uma tentativa de seqüestro pelos pára-quedaistas do Exército, que falhou por ter “vazado”.

[Almino] – Sem faltar ao respeito à memória do Brizola, mas foi um erro muito grave dele não apoiar o esforço que fizemos de uma frente ampla contra o golpe – afirma, com ênfase, Almino Affonso, que, depois de deixar o Ministério do Trabalho, voltou a ser um atuante deputado federal.

[Mello Bastos] – Eu me lembro de reuniões no apartamento de Celso Ramos, irmão do senador Nereu Ramos, em Copacabana. O Brizola chegava de madrugada – comento com Hércules, referindo-me aos mesmos entendimentos mencionados por Almino. – Nós queríamos criar condições para eleger uma Assembléia Nacional Constituinte.

[Almino] – **O presidente achava que se compuséssemos na Câmara e no Senado uma maioria parlamentar, de cidadãos parlamentares, não de partidos, em torno de um programa que seria elaborado, poderíamos criar um anteparo às tentativas golpistas, de um lado, e a um certo espírito aventureiro de alguns companheiros do nosso lado – prossegue Almino, visivelmente criticando os brizolistas.**

⁸ MELO FILHO, Murilo. *Op. cit.*, p. 381.

Almino revela que procurou o líder da UDN, senador João Agripino, que teria se empolgado com a proposta. O mesmo aconteceu com Tancredo Neves, que ainda não tinha o peso político que viria a ter.

– Tivemos uma reunião na casa do governador Magalhães Pinto, que era ao lado do apartamento do presidente João Goulart, no edifício Chopin, em Copacabana. Lá estavam o Afonso Arinos de Melo Franco, o San Tiago Dantas. O entusiasmo foi tal que se chegou a discutir ali a hipótese de Afonso Arinos voltar ao governo como ministro das Relações Exteriores. Foram noites e noites de reunião. A *Folha de São Paulo* da época chegou a publicar o programa: “A Frente Ampla”.

Almino se espanta com o desdobramento daqueles fatos:

– Por que não foi adiante? Estavam lá o José Sarney, o José Aparecido, da UDN. O Waldir Pires, do PSD. Estava lá o PSP, com Neiva Moreira. Ou seja, todos os partidos estavam lá presentes, as suas vanguardas, digamos assim. Mas faltava a aceitação do Brizola, uma liderança que não podia ser ignorada.

Com um sorriso triste, Almino prossegue:

– Ligo para o Brizola no Rio Grande do Sul: “Brizola, estamos fechando o texto, para bater o martelo precisamos que você venha discutir conosco”. Ele resistiu, passei o telefone ao San Tiago, que conseguiu convencê-lo a ir ao Rio no dia seguinte. Brizola tinha um grupo expressivo de parlamentares a seu lado, com quem se reuniu antes. Eu estava muito próximo ao Brizola naquele momento, compareci a essa reunião. Arraes passava no Rio naquela noite, também foi. Já de madrugada, Brizola definiu sua posição contrária a essa articulação. Para ele, seria um recuo, em nome da governabilidade. **Foi um erro brutal do governador Leonel Brizola.** E um gesto, eu diria, de visão política do

presidente Jango muito além do que normalmente atribuem a ele.

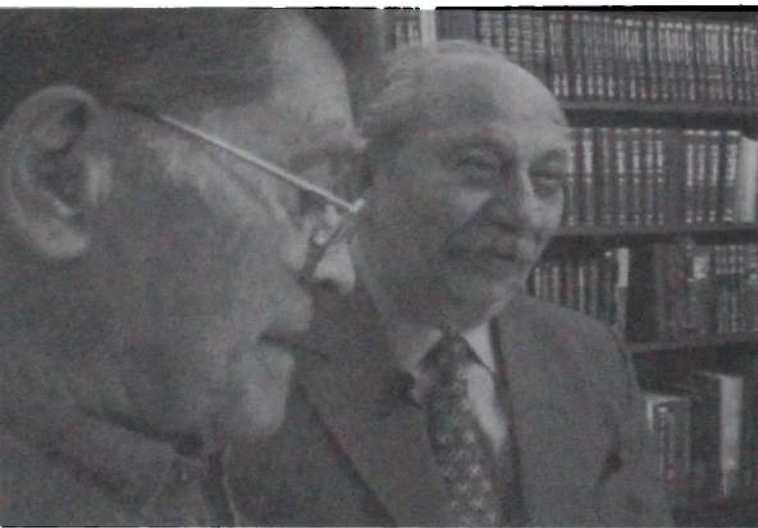
[Neiva Moreira]

– Havia medo de que o Brizola emergisse daquela confusão toda como líder, presidente da República, como chefe do governo – declara Neiva Moreira, reconhecidamente o “segundo” de Brizola. – Talvez no fundo o Brizola pensasse nisso, mas não houve nada concreto nesse sentido.

Quanto aos líderes da oposição supostamente democrática ao governo, ficou a dúvida para Almino Affonso:

[Almino]

– O incrível é que todos esses entendimentos se deram uns dois meses antes do golpe. Portanto, isso tumultua muito a minha cabeça: até que ponto eles foram malandros ao dizerem que aceitavam e já estavam envolvidos no golpe? Ou será que os fatos se precipitaram e eles perderam o controle? Prefiro acreditar nesta hipótese.



Almino Affonso foi demitido do Ministério do Trabalho por defender a legalidade da greve Mello Bastos: Jango tentaria se afastar do CGT nos meses seguintes

[Negrão de Lima]

– **Você acha que Jango está preparando um golpe?** – perguntou Negrão de Lima chegando de Lisboa, onde deixara o cargo de embaixador do Brasil, ao seu afilhado de casamento, general Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, no começo de março de 1964.

– Se ele der esse golpe de surpresa, terá êxito. Mas, se vacilar meia hora para desfechá-lo, será derrotado – teria respondido o futuro ditador.

[Castello Branco]

Nessa mesma época, Jango teria comentado com João Pinheiro Neto, presidente da Supra, que nas Forças Armadas apenas o general Castello Branco estava criando problemas – referindo-se aos decretos que os ministros militares também deveriam assinar, sobre a desapropriação de terras. Mas o general Assis Brasil desaconselhou o presidente a sugerir qualquer medida disciplinar contra Castello, pois **“o homem é muito sensível e poderia até se suicidar”**.⁹

Quando Jango manda prender Castello, que “por coincidência” era o substituto do convalescente ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, já era tarde. Na noite de 31 de março, o general Almeida Morais não o encontrou para cumprir a ordem presidencial. Um dos principais líderes militares do golpe transferira seu QG para a casa do filho.

– Então a diferença entre o êxito e o fracasso é de apenas 30 minutos? – insistiu Negrão, na conversa com o general.

[Negrão de Lima]

Castello Branco, da mais pura cepa da “Sorbonne” da Escola Superior de Guerra, importante ideólogo do golpe, respondeu pausadamente:

– **Nós, militares, somos como vocês, diplomatas: nada fazemos. Mas com uma diferença. Vocês acordam tarde. Nós, madrugamos.**¹⁰

[Castello Branco]

⁹ PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 77.

¹⁰ MELO FILHO, Murilo. *Op. cit.*, p. 387.

Tropas se
deslocando para
Minas Gerais de
encontro à
coluna do general
Mourão Filho, que
desencadeou o
golpe militar
de 1964





O clima pré-golpe incita a mobilização crescente dos trabalhadores. Na foto, momento da greve dos motoristas de táxi no Rio de Janeiro, em 9.7.1963

Conspirações militares: os pré-golpes

11

– No começo de 1964, mandamos fazer uma pesquisa no Brasil todo e resultou que 180 comandos das três Armas estavam conspirando ou prontos para lutar contra nós – revela o deputado Neiva Moreira.

[Neiva Moreira]

Neiva, Fernando Santana e José Joffily, três dos mais combativos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, reuniram-se, então, com o presidente João Goulart, para alertá-lo. Jango olhou a lista dos militares golpistas:

A confiança de Jango no Kruel vinha do apoio do general à sua posse, negociada por Tancredo Neves, em 7.9.1961



[Jango] – Mas Neiva, aqui tem generais que são mais que amigos! O Kruel?! Logo o Kruel?! Meu compadre, fazer uma coisa dessas?! – protestou Jango, referindo-se a Amaury Kruel, a quem ele considerava um amigo leal, até o último momento em que foi traído.

[Neiva] – Então muito bem, presidente, nós vamos atuar por nossa conta, porque não contamos com o senhor para uma resistência armada – concluiu Neiva Moreira. E prosseguindo em seu relato, quarenta anos depois: – Naturalmente, uma reação militar ao golpe precisaria passar pelo crivo de todos esses comandos.

Neiva reconstitui o clima de desconfiança entre os próprios parlamentares legalistas, divididos entre janguistas e brizolistas. Numa reunião a que foi chamado na casa do deputado Bocayuva Cunha – autor da emenda que regulamentaria a adoção dos títulos públicos para viabilizar a reforma agrária, rejeitada pelo Congresso –, Neiva se surpreendeu com a reação de alguns companheiros, quando ele chegou:

[Neiva] – O Bocayuva era integrante da Frente Parlamentar Nacionalista mas muito amigo do João Goulart. Quando eu entrei, com meus companheiros que não eram considerados totalmente leais à política do Jango, foi um alvoroço enorme. Um deputado, que eu não lembro mais quem era, gritou lá do fundo: “**Presidente, os traidores foram chamados também?**”. Aí o Jango: “O que é isso, rapaz, como é que vais chamar homens como o Neiva, o Santana, o Joffily,

**Mas Neiva, aqui tem generais
que são mais que amigos!
O Kruel?! Logo o Kruel?!
Meu compadre, fazer uma coisa
dessas?! – protestou Jango.** ”

de traidores?!”. E virando-se para mim: **“Neiva, mandei te chamar porque tens sido muito duro comigo na questão do trato com os militares. Quero te dizer que acabo de demitir o Kruel”**. Eu respondi: “Presidente, com sinceridade, não sei se foi em tempo hábil o que o senhor está fazendo”.

E Neiva prossegue:

– Saímos dali preocupados em montar o esquema militar para a ida do Jango para o Rio, já que ele desconsiderava o risco. Chegamos lá, telefonamos para o Aragão. Ele estava em Petrópolis, numa noite de amor, que eu respeito muito mas não era aquele um momento apropriado... Aí o Aragão: “Vocês arrumam cada confusão, depois vêm para cima de mim”. “Almirante, o golpe pode estar começando esta noite. Eles estão armando para impedir o Jango de desembarcar no Rio, o Lacerda, aquele povo todo”. “Pode deixar, eu vou para lá”. E realmente foi. Telefonei também para o Teixeira [major-brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da 3ª Zona Aérea]. Aliás, **o Teixeira, em todas as horas, foi lúcido e corajoso.**

É um subordinado fiel do brigadeiro Teixeira, o então coronel Rui Moreira Lima, quem conta:

– Lá na base de Santa Cruz [a principal da 3ª Zona Aérea], vivemos várias crises, aqueles pré-golpes que ensaiaram até dar o golpe para valer. Lembro-me particularmente de

[Rui Moreira Lima]

uma noite, devia ser no final de 63, por volta das 11 horas, quando tocou o telefone na minha casa. Era o major Tomaz, da Aviação Embarcada.

O exímio piloto de caça e herói da guerra Rui Moreira Lima - nas fotos com o grupo Green Fly, em 1943 e 1983 - foi um comandante que sempre inspirou respeito



Havia três unidades sediadas em Santa Cruz: o primeiro Grupo de Caça, o “Senta a Pua”, equipado com dois esquadrões Gloster (Mark 8); o 1º Esquadrão de Controle e Alarme (ECA), um arremedo de controle de radar, na época, trazido ainda da Itália; e o 1º Grupo de Aviação Embarcada, o que havia de mais moderno no país, treinado em Key West, nos Estados Unidos, e que foi criado especialmente para embarcar no porta-aviões Minas Gerais mas impedido de fazê-lo pela Marinha, numa grave disputa entre as duas Forças Armadas. Eles viviam em treinamento, na expectativa, sob grande tensão e em meio a muito disse-me-disse, segundo nos conta o então comandante da base:

[Rui Moreira Lima]

– Onze da noite, o major Tomaz, que foi ajudante de ordens do brigadeiro Nero Moura e do presidente Juscelino, disse-me ao telefone: “Olhe, coronel, hoje houve uma provocação da Marinha. Passaram a tarde toda com helicópteros sobrevoando o aeroporto Santos Dumont, indo até o Minis-

tério da Aeronáutica, fazendo passagens baixas. Resolveram que amanhã de manhã irão pedir a transferência da base”. Ora, a transferência da base é uma coisa absolutamente política. Seria a primeira crise que eu iria enfrentar. Eu então telefonei para o brigadeiro Teixeira, que era meu superior, e propus: “Eu gostaria que o senhor me acompanhasse para ir falar com o presidente João Goulart”. “Não, ele já deve estar dormindo”. Eu respondi: “Mas é sério”. Então fui sozinho.

Rui reproduz o diálogo que teve com o presidente naquela ocasião, que confirma o que ouvi de Jango – naquele trajeto a bordo do carro oficial – sobre como ele pretendia usar a crise do Minas Gerais, entre a Marinha e a Aeronáutica, para enfrentar a crise mais geral de autoridade:

– Ele me recebeu no Palácio Rio Negro [residência oficial de verão], em Petrópolis, de robe: “Coronel, o senhor segure um pouco a situação. **Esse porta-aviões foi comprado, essa crise eu vou resolver**”. “Presidente, se não cumprirem uma ordem minha, vou pedir passagem para a reserva, e eu gosto muito da minha carreira”. “Não, coronel, com dois meses resolvo isso”.

Moreira Lima voltou para a base e convocou uma reunião com os oficiais e sargentos da Aviação Embarcada, que era a primeira unidade na Aeronáutica de comando combinado. Uma vez mais o comandante comunicou aos subordinados que não admitiria indisciplina:

– “Essa noite o major Tomaz comunicou-me que vocês resolveram pedir passagem para a reserva, por causa da provocação da Marinha. Se vocês tivessem resolvido afundar o Minas Gerais eu iria ponderar com vocês que custou muito dinheiro, que é um problema político, como me disse o presidente. Mas essa decisão, eu só vi no meio de normalista ou de fresco. Como eu não comando normalista nem fresco, não quero ver beicinho porque a Marinha fez

provocação. Vou lá para o meu comando esperar. Se vocês resolverem, venham um a um falar comigo” – ameacei. Ninguém foi. Muitos anos depois, um brigadeiro que era da embarcada naquela época me disse: “Puxa, o senhor é uma figura”. E me fez um grande elogio, lembrando aquele dia: “Ninguém teve coragem de ir lá falar com o senhor, o motivo era fraco. Aquilo, na realidade, era uma sacanagem com o comandante”.

– E se fosse mais de um procurá-lo? – pergunta Solange.

[Rui Moreira Lima]

– É uma boa pergunta, eu iria resolver, se entrasse mais de um – conclui o brigadeiro Rui Moreira Lima, sorrindo.

[Roteiro do golpe]

A revista *PN – Política & Negócios* n. 604, de 2 de janeiro de 1964, estampava na página 3: **“Roteiro da Traição: golpe tinha data marcada e auxílio externo”**. Seria em 12 de dezembro de 1963. Em São Paulo, o almirante Sílvio Heck pronunciou conferência atacando o governo e pedindo fórmulas de exceção para salvar o país. Ao mesmo tempo, o “nouveaugorila” – dizia-se que ele foi legalista – Peri Bevilacqua aproveitou a passagem do comando do II Exército para declarar que chegou o momento da opção “pelo uso das armas”.

Descoberta a trama pelos órgãos do governo, o golpe se esvaziou completamente. A ação seria desencadeada da periferia para o centro, começando em São Paulo e na Guanabara para, por fim, atingir Brasília. Em São Paulo e no Rio, o primeiro passo seria a interrupção do abastecimento, dos transportes, das comunicações e de serviços vitais como água e gás. Os dois governos estaduais não oporiam resistência, em discreta cooperação. Adhemar e Lacerda só se exporiam caso o golpe desse certo.

O esquema golpista previa a agitação eclodindo nos quartéis das principais unidades do Rio e São Paulo, cortando as chances de retaliação, dividindo e enfraquecendo o moral da tropa e neutralizando os chefes militares e

É inacreditável que brasileiros responsáveis por parte do destino do país, à frente de governos estaduais, apoiados por militares e a cúpula detentora do poder econômico, tratassem a nossa soberania como mercadoria de fim de feira, pretextando o perigo comunista.



civis capazes de opor resistência. O jornal *Última Hora*, em matéria do repórter Berilo Dantas, nomeou os principais alvos dos golpistas: em São Paulo, o general Aluizio de Miranda Mendes e, na Guanabara, o general Oromar Osório, comandante da 1ª Divisão de Infantaria e da Guarnição da Vila Militar. O responsável pela operação “neutralização” na Guanabara seria o general reformado Ardovino Barbosa.

A etapa seguinte do golpe previa o auxílio estrangeiro, “para salvar o Brasil das garras comunistas”. A ampliação do movimento, alcançando a capital do país, redundaria na instalação de um governo provisório “democrático”, que pediria o reconhecimento e a ajuda de outras nações. Paralelamente a essas medidas, tanto Brasília quanto o Norte e o Nordeste estariam sendo alvo de ações de sabotagem, para tumultuar e impedir uma reação coordenada do governo.

“Vencida a primeira etapa – conquistar o reconhecimento de outras nações e manter o Brasil dividido em três faixas: o Sul resistindo, uma imaginária região de centro surgida com São Paulo-Guanabara-Bahia-Mato Grosso em poder dos golpistas, e Nordeste-Norte conflagrado – a fase final dependeria de uma ajuda estrangeira, que seria feita sob a justificativa de se evitar uma nova Cuba ou uma nova Coréia no continente americano.”



O coronel Marcio Coqueiro era um legítimo representante do ideário militar golpista

É inacreditável que brasileiros responsáveis por parte do destino do país, à frente de governos estaduais, apoiados por militares e a cúpula detentora do poder econômico, tratassem a nossa soberania como mercadoria de fim de feira, pretextando o perigo comunista.

As denúncias da revista PN e de alguns jornais politizados tinham número reduzido de leitores. Os políticos de olhos fixos na Presidência da República no pleito que se avizinhava adotavam a política

da indefinição, na esperança de ter seu nome como força aglutinadora.

Por essa razão as discussões nunca eram conclusivas. Até porque em clima tão conturbado, com tantos pretendentes, existiam também personalidades de destaque no quadro político que se resguardavam para surgirem como solução conciliatória. Só a figura do presidente João Goulart não tinha como se resguardar dentro de tal quadro. O *slogan* “**Cunhado não é parente**” atormentava o presidente.

[Coqueiro]

– **O Jango fez vários comícios atacando violentamente os militares** – acusa o brigadeiro Marcio Coqueiro, ele próprio acusado de ser o responsável pela abortada Operação Mosquito. – João Goulart fez aquele comício ao lado do Ministério da Guerra, em frente à Central, uma provocação. E no dia 30 de março ainda se reuniu com os sargentos, no Automóvel Club, incentivando o desrespeito à hierarquia militar. A revolta em Brasília já era resultado do tumulto que ele fazia.

Foi a última fagulha no fogo já em brasa.

No dia 30 de março de 1964 marcou-se a comemoração dos quarenta anos de fundação da Associação Beneficente dos Sargentos, na sede do Automóvel Club do Brasil, na rua do Passeio, no centro do Rio de Janeiro. Em seu discurso transmitido pela televisão, que seria o último discurso como presidente da República, ao lado do chefe do Gabinete Militar, general Assis Brasil, Jango foi enfático na defesa das reformas de base. Mas o que se tornou intragável para os militares golpistas foi o que consideraram incitamento à indisciplina:

– Os suboficiais, subtenentes e sargentos das nossas Forças Armadas não permitirão que consigam atingir os seus objetivos antinacionais! – teria dito o presidente.

[Jango]

Quatro dias antes, no dia 26 de março, uma multidão estimada em quinhentas mil pessoas tomara o centro de São Paulo: era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, num claro desafio ao governo promovido pela extrema-direita representada pela Tradição, Família e Propriedade, a TFP.

O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, foi um dos que incentivaram a presença do presidente na homenagem dos sargentos, achando que a resposta da direita à “provocação” permitiria a Jango neutralizar os “bolsões reacionários”.

Foi a ele que o presidente encarregou, no dia 31 de março, de ocupar o microfone da Rádio Nacional para reeditar a

**Os suboficiais, subtenentes
e sargentos das nossas Forças
Armadas não permitirão que
consigam atingir os seus objetivos
antinacionais! – teria dito
o presidente.**

”

“ Os governadores de Minas e de São Paulo, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, sublevaram-se e contam com o apoio do general Kruel – disse JK a Jango.

Rede da Legalidade, que Brizola montou em 1961 pela posse de Jango. Jurema escapou por pouco de ser preso por oficiais golpistas da FAB, que arrancaram o cristal da estação, tirando-a do ar.

Companheiro de partido de Jurema, o PSD, o moderado Tancredo Neves deu o conselho oposto ao presidente na véspera da assembléia do Automóvel Club, quando Jango o procurou em sua casa, uma cobertura na rua Rodolfo Dantas, em Copacabana, conversa esta testemunhada por Pinheiro Neto. Mas já não havia volta atrás.

João Goulart se queixou naqueles dias com vários interlocutores de que o embaixador americano Lincoln Gordon já lhe havia advertido em seguidos telefonemas, inclusive de madrugada, sobre o rumo dos acontecimentos no Brasil, o que lhe parecia uma ameaça à segurança das multinacionais.

Mas na manhã do dia 31 de março de 1964, quando toca no quarto do presidente João Goulart o velho telefone negro de campanha, quem estava do outro lado da linha era o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Eles não se falavam há quase um ano, mas ainda estiveram juntos naquela tarde, no Palácio Laranjeiras. JK foi enfático:

[JK] – Os governadores de Minas e de São Paulo, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, sublevaram-se e contam com o apoio do general Kruel, comandante do II Exército.

Até as 21 horas de hoje a Telenôva... Pacaembu terá jogo...

ANO XLIV

São Paulo - Quinta-feira, 1.º de abril de 1964

N.º 13.708

II EXERCITO DOMINA O VALE DO PARAIBA

Proteção



tropas do Exército guardam o Palácio Guanabara para proteger o governador Lacerda

Calma é completa no Estado de São Paulo

PROCLAMAÇÃO DE AB AO POVO BRASILEIRO

Não há separatismo em Minas, diz Magalhães

VALE DO PARAIBA, 1.º (De Antônio Aguiar Jr. Lembre Exército enviado especial) — Toda a região do Vale do Paraíba está sob controle das tropas do II Exército...

Em Taubaté, a Força Pública ocupou a estação local da Estrada de Ferro Central do Brasil...

Pela via Dutra seguiram em direção ao Rio 10 carros de combate leves do Regimento Anhangera...

TROPAS EM MINAS

Sob o comando do cel. César Gomes das Neves, chegaram à localidade de Serraia, nas vizinhanças de Pararluna, as tropas enviadas pelo ministro da Guerra...

A coluna seguiu em duas centenas de caminhões e atingiu a divisa com Minas Gerais às primeiras horas da madrugada de hoje...

Amplie o seu círculo nas páginas internas

O IV Exército solidário aos II e III

RECIFE, 1.º (FOLHA — via Itaipicibi) — O comandante do IV Exército, gen. Justino Alves Raulos, e o comandante do III Distrito Naval...

Ildo decreta feriados

PORTO ALEGRE, 1.º (FOLHA) — O governador do Rio Grande do Sul, sr. Ildo Meneguetti, decretou na manhã de hoje feriados industriais e escolares em todo o Estado do Rio Grande do Sul...

Em outro decreto, o governo regulamenta "as normas de funcionamento das empresas de serviços de telefonia e em todas as empresas distribuidoras".

Um último decreto estabelece a redução de "todas as despesas recorrentes e de manutenção em funcionamento do Estado do Rio Grande do Sul", com indenização dos serviços.

Na Dutra



Soldados do 2.º Exército guardam a via Presidente Dutra e todas as saídas rodoviárias de São Paulo

De guarda



O DCT está funcionando guardado por soldados da

Adesões aumentam, diz o II Exército

A 1.ª brigada do II Exército recebeu a seguinte comunicação: "O II Exército considera muito boa a evolução das adesões..."

Paraná Catarina e Paraíba, com todas as tropas ali aquilardas. Participam também do movimento a 2.ª Região Militar e a 1.ª do Estado de Cavalaria...

Comando e Estado-Maior do Exército. Várias unidades da Divisão Blindada já aderiram ao movimento. "As tropas que marcharam sobre Minas Gerais se solidarizam com o movimento irrepudiado neste Estado..."

A Assembleia Legislativa do Estado assinou as 2 horas de hoje, no salão parlamentar, a seguinte resolução: "O presidente do Legislativo paulista, permanecendo em silêncio, com grande número de parlamentares, fez uma declaração..."

Assembleia Legislativa do Estado assinou as 2 horas de hoje, no salão parlamentar, a seguinte resolução: "O presidente do Legislativo paulista, permanecendo em silêncio, com grande número de parlamentares, fez uma declaração..."

Assembleia Legislativa do Estado assinou as 2 horas de hoje, no salão parlamentar, a seguinte resolução: "O presidente do Legislativo paulista, permanecendo em silêncio, com grande número de parlamentares, fez uma declaração..."

Assembleia Legislativa do Estado assinou as 2 horas de hoje, no salão parlamentar, a seguinte resolução: "O presidente do Legislativo paulista, permanecendo em silêncio, com grande número de parlamentares, fez uma declaração..."

Uma semana depois, um entusiasmado Juscelino Kubitschek daria seu apoio à posse do general Castello Branco como primeiro ditador militar, acreditando nos seus propósitos legalistas e na chance de se eleger presidente no ano seguinte...

[Mourão Filho]

– **Chegou a hora. Não podemos esperar mais um só minuto** – teria decidido o general Mourão Filho, comandante de uma tropa de elite da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, que depois se autodenominou “Vaca Fardada” por ter sido excluído do esquema de poder, já que não integrava a intelectualidade da Escola Superior de Guerra conhecida por “Sorbonne”. Mourão encabeçaria a tropa que desceria para o Rio, juntamente com o marechal Odílio Denys e o general Muricy, acampando no Maracanã em uniforme de combate.

É oportuno lembrar que lá pelas dobras de 1937, o então capitão Mourão Filho traduziu de uma revista húngara um planejamento de golpe comunista naquele país. Inspirado no integralismo de Plínio Salgado, o capitão Mourão apresentou ao Estado-Maior do Exército esse planejamento como sendo um documento secreto do Partido Comunista Brasileiro. Desmascarado anos depois, o tal plano foi o pretexto, entre outros, para Getúlio fechar o Congresso Nacional e promulgar a célebre Constituição de 1937, a “Polaca”. Em 1938 Plínio Salgado encheu a praia de Botafogo de camisas-negras com sigmas no braço direito, convencido de ser nomeado ministro da Educação. Getúlio extinguiu o Partido Integralista por decreto e proibiu as suas manifestações.

Pois em 31 de março de 1964 o general Mourão se antecipou às decisões do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que sonhava tornar-se presidente da República depois do golpe.

Quando Jango desliga o telefone no palácio, transmite a mensagem de Juscelino aos presentes: o ex-

ministro Celso Furtado, o deputado Tenório Cavalcanti, o secretário Eugênio Caillard, Raul Ryff e Pinheiro Neto. Em silêncio, todos se retiram quando um ajudante-de-ordens anuncia a chegada do professor San Tiago Dantas, com quem o presidente queria falar a sós.

Na entrada principal do segundo andar, chegavam nesse momento a deputada Iara Vargas e os ministros da Justiça, Abelardo Jurema, e da Viação e Obras Públicas, Expedito Machado. Logo depois chegaria o general Osvino Ferreira Alves, presidente da Petrobras e ex-comandante do I Exército. O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, encontrava-se internado no Hospital dos Servidores se recuperando de uma perfeitamente adiável cirurgia de próstata.

O general Osvino ligara repetidas vezes para o comando do I Exército e para a Vila Militar. O telefone tocava sem ninguém atender. Mais tarde, o comandante da 3ª Zona Aérea, brigadeiro Francisco Teixeira, daria ordem para um vôo rasante sobre a coluna do general Mourão que vinha de Minas, tendo à frente o coronel José Geraldo de Oliveira. Mas as tropas do general Cunha Melo, que deveriam interceptar a coluna golpista, juntaram-se a ela, num trecho da estrada União e Indústria, próximo a Petrópolis, já no estado do Rio.

San Tiago Dantas trazia um recado de Lincoln Gordon: o governo dos Estados Unidos estava disposto a reconhecer um governo provisório, a ser instalado em São Paulo, numa clara ameaça a qualquer esboço de resistência ao golpe. A essas alturas, a esquadra americana já se encontrava ao largo da costa brasileira, com esse objetivo. Outras versões mencionam que os EUA apoiariam a divisão territorial do Brasil, atendendo, assim, às ambições de poder das lideranças regionais de São Paulo e Minas.

“

Anos depois, o brigadeiro Teixeira comentou comigo, Mello Bastos, que naquela ocasião não quis desencadear o que seria a reação militar ao golpe, sem ordens expressas do presidente. Se a iniciativa partisse dele, Teixeira, acabaria na incômoda posição de líder do contragolpe, portanto o “salvador da pátria”, caso fosse vitorioso, o que também não era muito provável. Ele, Teixeira, não tinha a pretensão de assumir o poder, logo ele, o brigadeiro com fama de comunista... Prevaleceu a cadeia de comando tendo no topo o presidente da República, que escolheu claramente, na ocasião, a saída política para a crise.

– O presidente João Goulart acreditou no esquema militar do Assis Brasil. Mas nós sabíamos que ele não tinha esquema nenhum – garante o brigadeiro Coqueiro, referindo-se aos militares golpistas, entre os quais se incluía.

[Coqueiro]

– É verdade – concordo.

[Mello Bastos]

– Não sou muito ignorante não, hein? – diverte-se Coqueiro com nossa inusitada concordância política.

[Coqueiro]

Como chefe do Gabinete Militar desde outubro de 1963, o general gaúcho Argemiro de Assis Brasil era o responsável por transmitir ao presidente os informes do serviço secreto, que antes ainda passavam pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Por ingenuidade política ou incompetência, Assis Brasil não deu importância ao fato de ser seguido permanentemente por dois agentes da CIA, assim como desprezou muitos outros alertas de conspiração. Como agravante, convenceu Jango de que tinha o controle de um esquema militar contra qualquer possível golpe:

– **Se eles puserem as cabeças para fora, eu corto!** – vangloriava-se o general, segundo vários relatos.

[Assis Brasil]

Murilo Melo Filho dá nome aos bois. Um dos integrantes do chamado dispositivo militar do general Assis Brasil era o general Albino Silva, que passou para Assis Brasil a chefia da Casa Militar, indo para a Petrobras, onde substituiu Francisco Mangabeira. Pois no dia 2 de abril, o general Albino Silva apareceu em traje esportivo no ID-4 de Belo Horizonte, unidade comandada pelo general Carlos Luiz Guedes, aderindo ao golpe já vitorioso.¹ O esquema militar seria constituído ainda pelos generais Osvino Alves; Moraes Âncora,

Gal. Assis Brasil
ao lado do
ministro da
Guerra Jair Dantas



¹ *Correio da Manhã* de 3 de abril de 1964.

um dos três generais com quem Jango se reuniu para as últimas decisões como presidente, além de Assis Brasil e de Ladário Pereira Telles, nomeado à última hora para a 6ª Divisão de Infantaria do III Exército, em Porto Alegre, com quem Jango contava para garantir sua retaguarda no Rio Grande do Sul; Ladário terminou preso por ordem do novo ministro da Guerra, Costa e Silva; Oromar Osório; Benjamim Galhardo; Genaro Bontempo; Luís Tavares da Cunha Melo; Almeida Moraes; Silvano Castor; Crisanto de Figueiredo e Nicolau Fico, no comando de Brasília.²

Pinheiro Neto conta em seu livro que costumava ter longas conversas com o general Assis Brasil, segundo ele “um gaúcho inteligente, mas completamente fora da realidade, vivendo de utopias, escravo e defensor de um socialismo romântico, leitor desavisado de Saint-Simon e principalmente de Proudhon, de quem sabia de cor trechos inteiros do *O que É a Propriedade?*. Também era admirador embevecido de Bakunin, via no seu anarquismo de sonhos o caminho para a liberação total do homem”.³

Pois o general admirador do anarquismo e de um bom uísque escocês, ainda segundo Pinheiro Neto, teria contestado o secretário de Imprensa Raul Ryff, quando este comentou no Palácio das Laranjeiras sobre os rumores de conspiração em Minas, em Juiz de Fora:

– Mas Ryff, quantas vezes eu já lhe disse que os generais Guedes e Mourão Filho são dois velhinhos gagás! Não são de nada! E não se iluda: o nosso dispositivo militar é imbatível!

Mais uma vez tranquilizado por Assis Brasil, Jango compareceu ao Automóvel Club para a festa promovida pelos sargentos em sua homenagem, no dia 30 de março. Bom ora-

² MELO FILHO, Murilo. *Op. cit.*, p. 383.

³ *Op. cit.*, p. 78.



Cabo Anselmo, líder dos marinheiros rebeldes dias antes, comparece à assembléia dos suboficiais no Automóvel Club no dia 30.3.1964 e se solidariza com o sargento Garcia (à sua esquerda na foto)

dor, falou de improviso, enaltecendo os sargentos como elo entre o povo e as Forças Armadas. Caiu no dia seguinte.

A teimosia incompreensível com que Jango confiava em Assis Brasil é, também, registrada por Adolpho Bloch. Como dono da influente revista *Manchete*, entre várias outras, amigo dos presidentes e que sabia receber muitíssimo bem, Adolpho Bloch já havia transmitido a João Goulart um conselho de JK: se ele, Jango, era o presidente, por que o comício das reformas? No dia seguinte ao comício, 14 de março, Bloch recebeu o aviso de que o presidente iria à sua casa, em Teresópolis, para o almoço.

Segundo Adolpho Bloch em seu livro *O Pilão*,⁴ ele teria advertido o presidente sobre a disposição de seus adversários para derrubá-lo. O próprio Bloch privava da intimidade de políticos udenistas muito próximos aos militares golpistas, como o governador Magalhães Pinto, que iria almoçar nesse mesmo dia com ele e desmarcara à última hora.

“O general Assis Brasil, furioso, disse que possuía um dispositivo militar invencível. Tendo saído para dar uma volta, fui acompanhado por Eugênio Caillard [secretário particular de João Goulart], que me pediu: ‘Bloch, insista com o presidente, é o que está acontecendo’. E ficou comovido.

Veio o Movimento Militar de 64. Muitos temeram que Jango resistisse com armas. Mas eu dizia sempre: conheço bem o presidente, é um gaúcho bom, gosta da vida, não deixará que se derrame o sangue dos brasileiros.

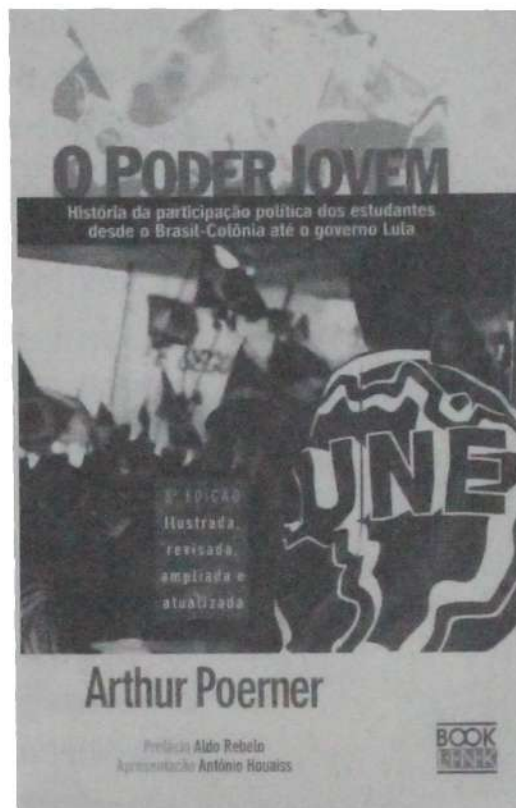
Manchete foi a única revista que publicou a foto de João Goulart, em companhia de Eugênio Caillard, no momento em que deixava o Rio. Transmiti esta notícia a JK, que logo compreendeu tudo: Jango iria para o Uruguai e o movimento militar estava vitorioso.”

É ainda Adolpho Bloch quem relata uma curiosa semelhança histórica. Em 1920, em Kiev, na Rússia, Adolpho e a família viveram de forma dramática as conseqüências da revolução, com agitações e greves. O levante dos marinheiros em março de 64 lembrou às irmãs Bloch o ocorrido no *Encouraçado Potemkin*, que inspirou o genial filme de Serguei Eisenstein. Ligaram, apavoradas, para o irmão: “Adolpho, será que vamos ter de emigrar novamente?”.

⁴ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch, 1988, vol. 2, p. XXXV.

– **Está aqui, ó, estão repetindo a União Soviética!** – lembra Hércules que falavam naquela época. Com seus anos de estudo de russo, Hércules chama o encouraçado de “Potchonki”. – **Só que lá eram marinheiros, aqui eram os sindicatos.**

O filme de Eisenstein inspirado no episódio decisivo da etapa burguesa da revolução russa, em 1905, que derrubou o czar Nicolau II – e cuja exibição se tornaria um símbolo de resistência nos cineclubes de colégios e faculdades, já durante a ditadura –, foi alvo de um trágico-cômico inquérito policial-militar na Faculdade Nacional de Filosofia, da então Universidade do Brasil, logo após o golpe. Para o jornalista e escritor Arthur José Poerner, a FNFfi era “o escalão avançado dos estudantes”, “a casa onde os mais importantes e discutidos nomes da cultura internacional se comunicariam com a juventude brasileira”.⁵



Por causa disso, o velho prédio da avenida Presidente Antônio Carlos, ao lado da Maison de France, no centro do Rio de Janeiro, se tornaria palco de uma romântica e dramática tentativa de resistência ao golpe de 64: com a única pistola disponível, “um disparo, acidental, causou a morte de um jovem estudante, que pouco tinha a ver com tudo aquilo”. Era 1º de abril. O golpe já estava vitorioso.

Desde 61, com a fundação do Centro Popular de Cultura da UNE, o CPC, através da UNE-Volante a UNE vinha promovendo um importante movimento de alfabetização popu-

⁵ POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. il., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, p. 189-200.

lar segundo o método Paulo Freire, e ainda levou o teatro e a música popular a grande parte do país, sendo responsável pela renovação da MPB. Segundo Poerner, duas correntes predominavam no CPC: a dos radicais, de Oduvaldo Vianna Filho, que defendia abertamente a arte com discurso ideológico; e a dos moderados, do compositor Carlos Lyra, considerada, com um certo desprezo, pela outra, de ser “arte pela arte”. Ambas foram decisivas para a consagração de compositores como Néelson Cavaquinho, Cartola ou Zé Keti. Estavam criados os germens do que seria a resistência cultural à futura ditadura militar, no teatro, no cinema, na música.

[Ferreira Gullar]

O poeta e crítico Ferreira Gullar, citado por Poerner, fez a seguinte análise no *Correio da Manhã*:

“O movimento de cultura popular foi, sem dúvida, um fenômeno inesperado no processo cultural brasileiro: jovens intelectuais e artistas voltam as costas para os círculos reconhecidos da vida cultural e artística, unem-se aos universitários numa entidade de massa, vão para os sindicatos e as praças públicas buscar o diálogo com o povo e nesse esforço recolocam para si e para os demais os problemas da arte. Pode-se afirmar, sem medo de erro, que com esse caminho Mallarmé nem Pound jamais sonharam!”⁶

Em 28 de março, logo depois do levante dos marinheiros, que ganhou a solidariedade dos fuzileiros navais, os diretórios acadêmicos das Faculdades Nacionais de Direito (Caco) e Filosofia da Universidade do Brasil e de Sociologia da PUC, bem como a Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), lançaram, simultaneamente, manifestos de apoio àqueles militares, “na luta que travam pela obtenção dos direitos comuns que lhes são

⁶ *Op. cit.*, p. 184.

vedados pelo estatuto arcaico da Marinha e por artigos ultrapassados da Constituição de 1946, assim como pela efetivação das transformações estruturais que se tornam necessárias à sociedade brasileira e pela afirmação da mensagem presidencial”.

Dois a três anos depois, com todos os caminhos da resistência democrática fechados pela repressão militar, essas entidades, na clandestinidade, liderariam o racha do velho Partidão, PCB, no Rio de Janeiro, iniciando as organizações armadas que pretendiam derrubar a ditadura.

Somando-se à paranóia anticomunista reinante – quando até as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, eram vistas como perigosamente comunizantes –, Luiz Carlos Prestes comemorou o aniversário do Partido Comunista Brasileiro, em 25 de março, com um artigo no jornal *Novos Rumos* e um discurso na ABI em que teria declarado, eufórico, que **“os comunistas já estão no poder”**. Hércules Corrêa lembra-se perfeitamente do fato, mas, com reserva, limita-se a comentar que Prestes foi contra qualquer reação armada ao golpe, defendendo a massa na rua:

– **Seria um massacre** – critica Hércules.

[Hércules]

No dia 31 de março, depois que assessores e amigos do presidente se retiraram do Palácio das Laranjeiras, silenciosos, angustiados, Jango solicitou um avião da Varig para levá-lo a Brasília. **Entre os últimos a deixarem o palácio, estávamos nós quatro do “secretariado político” do CGT.** Lembro que um general, Falconieri, se não me falha a memória, acompanhava o presidente em sua saída do palácio e esqueceu o quepe. Foi o capitão Eduardo Chuai, ajudante-de-ordens do general Assis Brasil, quem voltou para apanhar o quepe do general.



Saída do Parque Guinle na rua Gago Coutinho em 31.3.1964

No portão de entrada do Parque Guinle, na rua Gago Coutinho, já se encontravam dois tanques do Exército. Pertinho dali, no QG do governador Carlos Lacerda, o Palácio Guanabara, com barricadas nas escadarias, temia-se uma invasão pelas tropas do almirante Aragão. Lacerda espalhou civis armados, de lençinho azul e branco no pescoço, ao longo da rua Pinheiro Machado. Quando os tanques saíram do Palácio das Laranjeiras em direção ao Guanabara, até minha filha, que a tudo assistia da sacada de nosso apartamento, na rua das Laranjeiras, jogou papel picado

pensando que iriam cercar Lacerda. Muito ao contrário. Os dois tanques eram comandados pelos capitães Leo e Cyro Etchegoyen, filhos do general golpista Etchegoyen.

No dia 1º de abril, Jango ainda ligou da Granja do Torto, em Brasília, para o general Ladário, em Porto Alegre, pedindo proteção. Uma estranha pane obrigou o presidente e sua família a trocarem de avião, depois de duas angustiantes horas de espera. Já tarde da noite do dia 2, João Goulart decide no próprio aeroporto de Porto Alegre que seguiria no dia seguinte para Montevideu:

[Jango]

– Não quero derramamento de sangue.

[Neiva Moreira]

– Você que era um líder do CGT, acatado, sério – me diz Neiva Moreira –, por que não houve qualquer reação do CGT ao golpe?

Verdade que não houve uma reação organizada. Mas descobri, buscando a caixa-preta de nossas lutas, que meus companheiros também conspiravam.



A espada, símbolo de Lott, se contrapunha à vassoura de Jânio na campanha presidencial de 1960. O general legalista perderia dessa vez

O golpe em marcha e o esquema armado do CGT

12

– Os aviões Gloster¹ não vão decolar. Eu estou informado, desde o Rio de Janeiro, que eles [os sargentos] esvaziaram os pneus dos aviões e deram pane no compressor da porta do hangar, não tem como abrir. Tem quatro aviões que não vão voar. E tem mais seis aviões NA [os North American AT-6, Advanced Training 6, usados pela Esquadrilha da Fumaça] que também não saem do chão.

[1954]

Era 11 de novembro de 1954. O brigadeiro Rui Moreira Lima lembra que chovia torrencialmente. Estava desencadeada a operação que passou para a história como o **“Retorno aos quadros constitucionais vigentes”**.

O general Teixeira Lott não aceitara ser demitido do cargo de ministro da Guerra, quando o vice Café Filho se declarou doente e o presidente da Câmara Carlos Luz embarcou no

¹ Gloucester Meteor.

Almirante Tamandaré com os golpistas – entre eles o brigadeiro Eduardo Gomes – a caminho de São Paulo, na crise após o suicídio de Getúlio Vargas. Lott deu posse ao presidente do Senado, Nereu Ramos, na Presidência da República, o terceiro na linha de sucessão.

Cerca de 18 aviões Gloster do grupo de caça de Santa Cruz haviam seguido para a Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, comandados pelo major Renato Goulart, por ordem do comando golpista. Ao chegar lá Goulart se recusou a realizar qualquer missão de bombardeio a serviço do golpe. Trocaram-no no comando. Mas os últimos aviões de Santa Cruz não puderam decolar, com os pneus vazios...

Baú do Rui:
despedida da
família indo para a
guerra, com a
noiva Julinha, e no
prefácio do livro
sobre a campanha
pela Petrobras

O então major Rui Moreira Lima, que servia em Santa Cruz, estava entre os cerca de oitenta oficiais que seguiram para o QG do ministro da Guerra, general Lott – o Palácio Duque de Caxias, ao lado da Central do Brasil –, obedecendo a ordens do governo legalmente constituído. Moreira Lima foi, então,



chamado pelo brigadeiro Vasco Alves Seco, a maior patente da Aeronáutica que se mantinha fiel à legalidade, e que repetiria a proeza dez anos depois, no golpe de 64:

– Rui, você vai para a base de Santa Cruz receber o comando do coronel Ary Bello para limpar a área, porque só tem Santa Cruz que ainda não entregou o comando.

[Brigadeiro Seco]

Moreira Lima conta que ponderou:

– Brigadeiro, eu sou major, como vou substituir um coronel dos mais antigos da FAB? O senhor pode chamar o coronel Pessoa Ramos, que tem antigüidade, 95 missões na guerra e muita moral.

[Moreira Lima]

Pessoa Ramos assumiria o comando da base e Moreira Lima o do 1º Grupo de Caça, substituindo o major Ernane Carneiro Ribeiro.

Lembro-me de que, em 1942, esse mesmo major Ernane Carneiro, na época primeiro-tenente – boa praça, por sinal – pousou fora de campo, “de papo” (com o trem de pouso recolhido) às margens do rio Tocantins, próximo à cidade de Porto Nacional. Sem visibilidade por causa do mau tempo, escolheu a margem do rio para o pouso de emergência. Na época eu era segundo-tenente e servia na base aeronaval de Santos. Fomos eu e o Dejalval Rosas Vasconcelos, do Campo dos Afonsos, também segundo-tenente, que escalaram para buscar o Beechcraft do Ernane.

Acho que fomos escolhidos porque era uma missão de “maluco”, para quem topava qualquer parada. Fazíamos uma dupla já conhecida do brigadeiro Eduardo Gomes, o criador e “manda-chuva” do Correio Aéreo Nacional. Deu o maior trabalho consertar o monomotor e abrir uma pista para a decolagem, no facão e na enxada, ajudados por alguns caboclos da região. Dejalval morreu uns três anos depois fazendo um vôo para o CAN, acidentado no mar, ao largo da cidade

de Caravelas, no sul da Bahia. Só acharam o dedo da aliança com o nome da esposa. Os tubarões devoraram o resto.

Rui continua seu relato sobre a crise de 1954, cujos detalhes ajudam a entender o que ocorreria na tentativa de golpe, dessa vez vitoriosa, dez anos depois:

– Ao lado da Base Aérea de Santa Cruz fica o batalhão Villagran Cabrita, no alto de uma colina, mais ou menos na cota 40, dominando visualmente a base. Lá estava o general Sucupira, com um grupo tático e ordens do general Lott para tomar a base.

[Rui em 1954]

Rui esclarece:

– O que é um grupo tático? Dependendo da missão a cumprir, ele é formado de alguns elementos de uma brigada de artilharia, o suficiente para tomar o objetivo por algum tempo, até chegar uma unidade maior. Naquele dia, o grupo tático foi composto por quatro peças de artilharia, alguns blindados – tanques e carros de combate –, um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia de combate.

Na base de Santa Cruz há um hangar enorme, com 270 m de comprimento por 52 m de largura e 63 m de altura. Foi construído em 1935 para abrigar o “Graff Zeppelin” em sua visita ao Brasil. É hoje o único remanescente desse tipo no mundo, sendo visitado, por este motivo, por delegações de todo o mundo, interessadas na técnica utilizada em sua construção. Rui fala do hangar com carinho, como o próprio símbolo da base, local de todos os eventos importantes, festivos ou militares. Foi a porta desse hangar que ficou emperrada naquela ocasião...

Hoje a base de Santa Cruz só tem uma entrada, mas naquela época eram três: a da vila dos sargentos, a da vila dos oficiais e a da pista sul, em Sepetiba, junto à qual se posicionou o Batalhão de Engenharia de Combate, sob as ordens do general Sucupira.



Na tentativa de golpe em 1954, os sargentos esvaziaram os pneus dos aviões Gloster na Base Aérea de Santa Cruz

Rui conta que se apresentou ao general Sucupira, empenhado em dissuadi-lo de tomar a base à noite, pela força das armas. O comandante Ary Presser Bello reafirmava sua decisão de não entregar o comando, que teriam que passar sobre o seu cadáver etc. Com os aviões que faltavam seguir para São Paulo, o comandante talvez estivesse blefando para aguardar a luz do dia, segundo Rui. E ele próprio acreditava nisso, daí considerar que valeria mais a pena esperar o dia seguinte, para evitar a carnificina dos recrutas despreparados, que estavam de guarda à noite:

– **“Os soldados são recrutas, general, estão ainda aprendendo a fazer continência. Um ataque noturno criará pânico entre as famílias dos sargentos e dos oficiais”**. Fiz um discurso dramático. Aí o general maneirou. À frente do estado-maior do general estava o coronel Ariel Paca. Quem passava as ordens às unidades era o capitão Sá Campelo, apelidado na escola de “Rigorosa”, indócil para entrar em ação.

[Moreira Lima]

– O irmão desse coronel Bello, o Ruy Presser Bello, foi integralista. E, aliás, o Sucupira era um grande reacionário – observe, lembrando-me de quando ele fez parte da comissão escrutinadora na eleição do Clube Militar e estava contra nós, que queríamos o Estillac Leal.

[Mello Bastos]

[Moreira Lima]

– É verdade. O Bello ainda está vivo, tem quase cem anos. Naquela época ele garantiu ao general que reagiria a bala. **Às 2 da manhã o general Lott soube que a base de Santa Cruz não tinha sido tomada. Aí ele subiu pelas paredes e disse: “Eu quero que seja tomada agora”.**

Rui inventou um estratagema para evitar o ataque:

[Moreira Lima]

– “General, posso ligar para o brigadeiro Seco?” O general concordou. Nesse tempo o telefone era daqueles de manivela, tinha que pedir à telefonista a ligação e aguardar. Botei o fone no ouvido, pedi para ligar para o QG do general Lott, queria falar com o brigadeiro Seco. Não tinha ninguém na linha, eu falando para ninguém: “Brigadeiro, está acontecendo isso assim, pondere para o general Lott. Na hora que esses aviões decolarem, com chuva ou sem chuva, ele vai entregar a base”. Eu queria impressionar o general que tinha aquela ordem maluca que iria matar muita gente. Aí eu: “O quê? Quer que eu transmita a ordem para o general?”. Eu sabia que o general era meio surdo. E foi assim que tomamos a base no dia seguinte, pacificamente.

O general Teixeira
Lott vence a
operação
“Retorno aos
quadros
constitucionais
vigentes”, em
novembro de 1954



E Rui conclui, com um sorriso saudoso:

– Santa Cruz foi minha casa, eu saí e voltei várias vezes. Foi onde aprendi a ser oficial, onde aprendi tudo.

**Só quem já esteve na guerra
sabe a repugnância que provoca
ter que matar alguém lá
do outro lado – comenta
o herói de Monte Castelo,
Rui Moreira Lima.**



Conhecendo os bastidores da operação “Retorno aos quadros constitucionais vigentes”, em 1954, é mais fácil entender por que o comandante da base de Santa Cruz em 1964, o mesmo Rui Moreira Lima, fez questão de desempenhar pessoalmente a missão de sobrevoar a coluna do general Olympio Mourão Filho, vinda de Juiz de Fora, numa manobra golpista contra o presidente João Goulart. Sem ordem formal para um ataque à coluna, Rui fez algumas passagens rasantes sobre as tropas terrestres, numa manobra ousada, a bordo de um pequeno avião executivo de quatro lugares, o Paris, recentemente comprado pela FAB para vôos Rio-Brasília, com pouca autonomia de combustível.

Sem qualquer arma a bordo, nem mesmo uma pistola.

– Só quem já esteve na guerra sabe a repugnância que provoca ter que matar alguém lá do outro lado – comenta o herói de Monte Castelo, Rui Moreira Lima.

Mais uma vez, chovia pesadamente.

– Eu sentia que o Sr. João Goulart provavelmente não esperaria até maio de 1964 para dar um golpe – revela o general

[Mourão Filho]

Mourão em suas memórias.² – As informações que chegavam eram positivas. **A CGT espúria ainda deflagraria a greve geral preparatória do movimento nacional dos Sargentos, a fim de fazer Goulart ditador.** (grifo meu)

É mesmo o samba do crioulo doido! Mourão revela em suas memórias que ainda tinha uma motivação pessoal para apressar o golpe: em 9 de maio de 64 seria a sua passagem compulsória para a reserva. Estava decidida a formação do **“destacamento Popeye”**, em alusão ao cachimbo de Mourão. Segundo ele, o golpe de Jango viria em 19 de abril, em Belo Horizonte. Tornava-se urgente, para ele, o “contragolpe”:

[Mourão Filho]

“Minhas articulações com o Rio Grande do Sul e São Paulo garantiam-me que tudo estava em muito boa ordem. O Paraná me preocupava, porque Ernesto Geisel havia deixado o comando e embora ele não conspirasse sua presença ali era uma garantia. Segundo informações de Cid Osório, o II Exército não me falharia e o Heck estava leal como sempre, bem como os almirantes Radmaker, Andrade, Melo Batista, Saldanha da Gama, apesar de não terem comando.”³

O tempo era curto. O general Mourão não estava enganado quanto aos nossos firmes propósitos de conquistar as reformas de base. Mas longe de fazer de Jango um ditador! Nossa escalada de mobilização tinha começado em 13 de março, com o comício da Central. O segundo comício seria em Belo Horizonte, sim, mas antes de 19 de abril, como disse o general. Nos nossos planos, seria apenas uma semana depois do comício do Rio de Janeiro, para arrefecer o ânimo do governador Magalhães Pinto, grande conspirador com olhar fixo na Presidência da República. Na prática, o comício de Juiz de Fora, dois dias depois, em 15 de março,

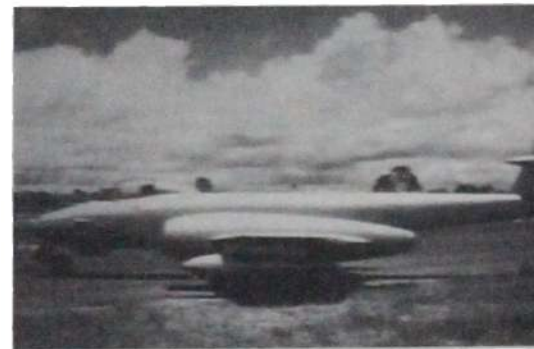
² MOURÃO FILHO, Gal. Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Apresentação e arquivo de Hélio Silva. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 240.
³ *Op. cit.*, p. 290.

quase não se realizou, tal a pancadaria, como já descrevi. A terceira grande manifestação seria em São Paulo, por ser o estado mais importante do país e o governador Adhemar de Barros ser forte candidato à Presidência. E, por último, nossa ofensiva de massas culminaria em Brasília, capital da República, numa demonstração de apoio recíproco Jango-CGT. Seria no dia 21 de abril, uma homenagem a Tiradentes e à inauguração de Brasília.

O que, para o general Mourão, era o golpe da nossa “organização espúria” em conluio com o presidente para torná-lo ditador era, para nós, trilhar o caminho para uma Assembléia Constituinte composta de políticos de vários partidos, comprometidos com as reformas de base.

O objetivo principal dos comícios era divulgar as bases da campanha política com participação ativa do CGT, usando linguagem e métodos corriqueiros das assembleias sindicais. Os candidatos não teriam plataformas pessoais quando entrassem na verdadeira campanha eleitoral. Era um verdadeiro salto por cima dos conchavos regionais ou de compromissos pessoais com os eleitores.

Mas o verdadeiro golpe já estava inexoravelmente em marcha. E o general “Vaca Fardada” Mourão levaria uma vastíssima *chave de galão*, no jargão militar, do general Costa e Silva, que assumiu o Ministério do Exército, a que Mourão aspirava, com vistas à Presidência da República.



– Pus uma esquadrilha em alerta no solo, armada, para cumprir qualquer missão – relata Rui Moreira Lima, sobre o 1º de abril. – Toda hora ligava um companheiro do Conselho de Segurança, do qual eu fiz parte, e que era da Casa Militar, o Afonso Ferreira Lima, pedindo para atacar a coluna do Mourão. Eu dizia: “Não posso, essa coluna está dentro da serra, chovendo; se descer, o avião bate

[Moreira Lima]

“Coronel, dessa vez nós vamos morrer. – Respondi: A gente só morre uma vez.

no morro”. Eu só cumpriria uma ordem de ataque se viesse por escrito do comandante Teixeira. Na falta dele, do ministro da Aeronáutica. Em último caso, do presidente da República.

Rui havia decidido que, se necessário, ele próprio comandaria a esquadrilha. Não passaria essa função para um subordinado. Quando partiu para a missão de observação, convocou o tenente-coronel Berthier de Figueiredo Prates, comandante do Grupo de Caça, um piloto excepcional, para acompanhá-lo. Berthier obedeceu constrangido, por suas notórias ligações com os golpistas. Exatamente por este motivo é que Rui o convocou.

A essas alturas, o general Amaury Krueel, comandante do II Exército, de São Paulo, já tinha dado seu *ultimatum* ao presidente – de nos prender a todos – e assumido a liderança militar do golpe.

[Moreira Lima] – O mapa de que dispúnhamos era o da revista *Quatro Rodas* – diverte-se Rui. – Chovia a cântaros. Chamei o radar Galeão. “Quero falar com o operador”. Era o sargento Barbosa, se não me engano. Não tinha qualquer avião comercial no ar, silêncio absoluto. “Eu quero que você me leve para Paraíba do Sul. Antes da vertical de Paraíba do Sul, você conte ‘5-4-3-2-1-já’ e o resto deixe comigo, eu vou descer lá.” “Mas o senhor não pode descer, está tudo fechado [o tempo].” “Não, eu telefonei para a prefeitura e me informaram que está dando uns clarões, eu vou tentar.” “**Boa sorte, coronel.**” Nunca vi esse sargento, procurei e nunca achei. Ele me deu o rumo, o vetor para ir para cima de Paraíba do Sul e disse: “Já!”. Eu tirei a turbina (desacelerei), botei a rotação em que a gente dava um pouco de *flap*...

– Para diminuir a velocidade... – completo, encantado com a explicação de meu amigo, um exímio piloto do tempo em que se exigia perícia, já que os instrumentos eram muito menos sofisticados, para ser um bom profissional.

[Mello Bastos]

– E comecei a descer em espiral, a 17 mil pés. Não me lembro qual o limite de altitude que estabeleci, acho que cinco mil pés. Eu sabia que estava próximo ao morro mas sobre o rio, porque a cidade é bem na margem. Aí eu vi uma barba de velho.

[Moreira Lima]

– Uma nuvem saindo da mata – explico para a equipe.

[Mello Bastos]

– Fui lá e segui a estrada até Areal, passei em cima da coluna. Foi o maior barata-voa! Foi caminhão caindo n'água, aqueles riosinhos que correm do lado, foi caminhão subindo, foi gente correndo pra tudo quanto é lado – descreve Rui, divertido, com gestos largos. – E fui entrando na nuvem, nariz para cima, até 17 mil pés novamente.

[Moreira Lima]

– Mas era só para chatear mesmo? – pergunta Solange.

– Eu queria saber onde estava a coluna e acompanhá-la. Se fosse ordenado um ataque eu saberia o que fazer, explica Rui. E continuou: – Chamei o sargento Barbosa: “Me bota lá em

[Moreira Lima]



Rui relata com humor o sobrevôo de reconhecimento que fez sobre a coluna do Mourão, vinda de Minas Gerais

cima de novo”. Aí o Berthier me falou, extremamente formal: “Coronel, dessa vez nós vamos morrer”. Respondi: “A gente só morre uma vez”. Foram as únicas palavras que trocamos durante todo o voo. Tornei a passar e foi outro espalha-brasa. Eles estavam pensando que era um avião armado.

Quando o general Mourão seguiu de carro para encontrar a coluna, precisou resgatar o general Muricy, possivelmente vítima do espalha-brasa descrito por Rui. Palavras do Mourão:

[Mourão Filho]

“Fomos alcançar o Destacamento Tiradentes na altura do Belvedere. Eu ia preocupadíssimo em chegar na Guanabara antes do Krueel. Chovia torrencialmente. Mandei avisar o general Muricy que eu me achava no Destacamento e resolvi ultrapassar a testa do grosso. Antes disso, recolhi a meu carro o Gen. Muricy cuja viatura sofreu um acidente, caindo uma das rodas na sarjeta profunda da estrada”.⁴

Há cerca de cinco anos, Moreira Lima encontrou um cidadão que estava nessa coluna:

O “almirante vermelho” Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, deu total apoio aos marinheiros rebeldes



⁴Op. cit., p. 320.

– **“Se o senhor passasse uma terceira vez nós iríamos abater.”** Eu disse: “Vocês não iriam abater, quem tem cu tem medo. E eu estava é com pena de vocês, perdendo os caminhões”. Rimos juntos.

[Moreira Lima]

– Era o momento de se armar ou não – relembra meu companheiro de CGT Hércules Corrêa, em nossa recente conversa. – Você está enfrentando um sujeito armado e vai enfrentá-lo como, com buquê de flores? – justifica, referindo-se à grave divergência que teve com Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro.

[Hércules]

Numa última plenária do CGT na Federação dos Transportes que eu presidia, segundo a lembrança do Hércules, chega o Paulo de Sant’Anna, meu amigo-irmão aeronauta, com um recado do Prestes. O líder do partido achava que o CGT não devia conclamar greve geral, que tinha que ser manifestação de rua. Concordo com a indignação do Hércules: com os tanques na rua apoiando Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, ia morrer todo mundo.

Era o momento do CGT se armar ou não.



– Os filmes da época mostram a massa na rua querendo aplaudir os soldados do Exército e eles ali, para atirar no povo! – protesta meu velho companheiro, com toda razão.

[Hércules]

Nós, do secretariado político do CGT, tivemos inúmeros entendimentos com a área militar naqueles dias decisivos que antecederam o golpe. Segundo o Hércules, o Dante não participava tão diretamente dessa nossa caixa-preta porque falava demais. Entre os nossos interlocutores frequentes estava o ministro da Guerra Jair Dantas – o que resolveu se internar no hospital para uma cirurgia eletiva justamente durante o golpe. Às vezes a conversa era difícil.

[Sobre Lott]

– O marechal Lott era quase impossível se conversar com ele – critica Hércules. – Ele tinha tempo marcado. Digamos, dez minutos. Acabado aquele tempo, ele se levantava e estendia a mão, encerrando o encontro.

Referindo-se ao “Almirante Vermelho” Aragão, indicado por Brizola e confirmado no comando do Corpo de Fuzileiros Navais após a revolta dos marinheiros de 25 de março, Hércules é igualmente rigoroso:

[Almirante Aragão]

– Era um boquirroto, botava pra quebrar.

De fato, também no exílio no Uruguai o Aragão sempre falou mais do que fez. E na hora de conseguir as armas para reagir ao golpe confessou não ter acesso ao paiol. Já contei como tirou a arma da própria cintura e me ofereceu, na última vez em que nos encontramos no Brasil. Aragão comeria o pão que o diabo amassou na prisão, na fortaleza de Santa Cruz, tal o ódio que os militares tinham dele. Certa feita pediu comida, e lhe jogaram uma galinha viva na cela, segundo relato de outros presos.

[Capitani]

Avelino Capitani conta em seu livro *A Rebelião dos Marinheiros*⁵ que a associação da qual era diretor, junto com o cabo Anselmo, resolveu agir por conta própria, no dia 31 de março, quando percebeu que “as ordens” não chegavam. Capitani até esteve nos Correios e Telégrafos, onde se formou um “comando de resistência”, coordenado pelo coronel Dagoberto Rodrigues. **Os marinheiros e fuzileiros navais chegaram a formar um cinturão na orla marítima para proteção das unidades e dos próprios marinheiros. Empastelaram uma edição extra do *Jornal do Brasil* conclamando o golpe.**

⁵ CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1967, p. 62-70.



Na crise da renúncia de Jânio, o jornal *Última Hora*, na Praça da Bandeira, viveu a situação inversa à do *JB*, com uma edição apreendida

Enquanto isso, Anselmo tentava organizar um batalhão com trezentos operários marítimos. Todo o armamento trazido pelo Marco Antonio, outro dirigente da associação, e que foi levado para a frente do Ministério da Marinha, consistiu em algumas caixas de armas. Segundo Capitani, só o presidente do Sindicato dos Enfermeiros procurou pelas armas, levando entre dez e 13 metralhadoras Ina, que foram escondidas. Anos depois, foram usadas na guerrilha urbana.

O depoimento de Capitani é enfático quanto à sensação de aturdimiento dos que tentaram reagir ao golpe. Ele se refere a cerca de três mil marinheiros vindos dos navios, que se concentraram entre o Ministério da Marinha e o mar, alguns portando metralhadoras portáteis, muitos com fuzis FO da Primeira Guerra Mundial, a maioria de mãos vazias. A rendição se deu ao final da tarde, quando um coronel do Exército se dirigiu ao almirante Aragão, ele próprio comandando um contingente de fuzileiros. Dez mil soldados já apontavam tanques e canhões na direção dos que resistiam. Com as tropas que ainda chegariam de Minas e São Paulo, esse efetivo subiria para cinquenta mil soldados. O ministro da Marinha, Paulo Mário, concordou com a rendição.

[Esquema
armado do CGT]

Minha filha Solange insiste com o Hércules se havia ou não esquema armado do CGT. E, para minha surpresa, Hércules revela mais uma informação da caixa-preta que nem eu mesmo conhecia:

[Hércules]

– Houve esquema armado sim, mas foi um pouco tarde. O Pacheco conhecia o maior contrabandista de armas no Rio, através do pessoal da estiva, o Zica, da praça Mauá, ficamos até amigos. Com o pessoal do Amazonas e a ajuda do tesoureiro da Federação da Estiva, compramos armamento, granada, bala, e começamos a distribuir pelos portos descendo o litoral. Fuzil, metralhadora, granada...

[Mello Bastos]

– Não sabia disso, não! – surpreendo-me.

[Hércules]

– Porque você era militar – responde Hércules.

Curiosa resposta. Deveria ser o contrário, já que à formação militar juntava-se minha notória discricção, condição mesma da militância política desde os tempos do Clube Militar, totalmente clandestina.

A iniciativa de meus dois bravos companheiros de CGT, ambos forjados nas duras lutas operárias, talvez tenha sido

As armas vieram de navio, com o pessoal do contrabando. Conseguimos chegar até a Bahia.

movida pelo voluntarismo – como Lênin chamou o desvio esquerdista do revolucionário que sobrepõe a própria vontade à análise objetiva dos acontecimentos. Imagino que o “centralismo” do Partido Comunista, do qual ambos eram dirigentes, impediria a empreitada em que se envolveram, daí o sigilo até para mim, um “simples” aliado do partido.

– **A quantidade não era grande coisa** – continua Hércules.
– **As armas vieram de navio, com o pessoal do contrabando. Conseguimos chegar até a Bahia. Viemos descendo e distribuindo nos portos, entre a estiva e os portuários. Daí eles passavam para os ferroviários, indo até o Ceará, esse foi o esquema estabelecido.**

[Hércules]

As revelações da caixa-preta não pararam por aí. Com seu estilo nada sutil, Hércules prossegue:

– Compramos uma estação de rádio, com o pessoal lá do Nordeste. Só que o idiota do Arraes botou a rádio no palácio [do Campo das Princesas]. A primeira coisa que aquele militar lá fez, o que prendeu o governador, foi confiscar a rádio.

Quem depôs o governador Miguel Arraes foi o general Justino Alves Bastos. Arraes ficaria preso em Fernando de Noronha junto com o governador de Sergipe, também deposto por tropas do IV Exército, Seixas Dória, por nove meses, antes de se exilar na Argélia.

Hércules faz uma pausa, pensativo:

– Tinha coisa que era muito fechada, se circulasse complicava. Por causa dessa compra de armas no Amazonas, o tesoureiro da Federação da Estiva foi preso aqui na Guanabara no

dia do golpe e jogaram ele da janela do quarto andar da polícia, na rua da Relação. Mataram ele.

No Rio de Janeiro o quadro era outro, não se contava com armas clandestinas. Os marinheiros recém-rebelados queriam participar da resistência. Hércules garante que combinou a ação de sabotagem com o Lelis da Costa, do Sindicato dos Metalúrgicos: “Manda grimpar todos os navios!”.

[Mello Bastos]

– Você bota limalha de ferro no óleo e liga a máquina. Fica aquele mingau. O motor gira, esquenta, funde e prende – explico para a equipe.

[Hércules]

– Você pega a história do golpe e vai ver que não tem navio circulando – continua Hércules. – Só saiu um navio para o Rio Grande do Sul, para levar petróleo. Eu combinei com o Givaldo Siqueira [dirigente comunista], porque o Rio Grande do Sul não tinha petróleo para segurar o embate.

De fato, no Rio Grande do Sul esboçou-se a mesma reação de 1961, pela legalidade, tendo à frente o próprio Comando Militar do III Exército. Mas, como se sabe, o presidente não quis enfrentamento, preferindo seguir para o exílio no Uruguai.

Hércules dispara:

– Prestes, Brizola e Lacerda pensavam igual, que o Castello Branco em seis meses ia convocar eleição. O Prestes mandou me dizer isso numa carta, entregue pelo Giocondo Dias. Eu disse: “Prestes é um idiota! Não tem volta atrás, isso vai durar”. Para o Brizola, com Jango no exílio ele não era mais parente, então podia ser presidente...



Soldados da Aeronáutica libertam os integrantes do CGT na sede da Federação Nacional da Estiva, ocupada pela Polícia de Vigilância do governo Lacerda, na noite de 31.3.1964. Era o começo do golpe

O apagar das luzes:
a última assembleia do CGT e a
última mensagem do presidente

13



[Riani]

– **O chapéu e as costeletas eram inconfundíveis. Logo vi que aqueles dois eram do Dops** – lembra Clodesmidt Riani, presidente do CGT, chegando de Minas para a assembléia do dia 30 de março, na Federação Nacional dos Estivadores. A federação funcionava num andar inteiro alugado, o sétimo, no prédio onde é hoje a primeira instância da Justiça do Trabalho, na rua Santa Luzia, esquina com a avenida Marechal Câmara, no centro do Rio.

Seria a última assembléia do temido Comando Geral dos Trabalhadores, com mais de cem lideranças.

– Eu, com a minha pastinha, tinha saído para telefonar para o Plácido, chamá-lo para a assembléia que o negócio estava bom – prossegue Riani. – O telefone era no corredor. Quando eu vi os dois caras, fui saindo de fininho.

Francisco Plácido das Chagas, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, presidida pelo Riani, era o seu homem de confiança no Rio de Janeiro.

– Desci as escadas para não ter que passar pelo sargento da polícia, que guardava o elevador. Era quinto ou oitavo andar, não me recordo. Quando eu cheguei lá embaixo, um cabo guardava a porta do prédio: “**Boa tarde, cabo, com licença**”. Ele deu licença e eu saí.

Foi quando Riani viu os camburões, para levar a turma.

– Por sorte, havia um táxi no ponto ali perto. Mas o português não quis me levar: “A nossa zona é outra”. “Pago em dobro”. Não teve jeito. Consegui um segundo táxi. Antes de chegar ao hotel, liguei da rua para o Plácido, que estava na CNTI: “Arregacei as calças, comprei um boné... estou disfarçado”. Riani se diverte agora: “Imagine se o telefone tivesse gancho!”.

Riani ainda escaparia de ser preso no dia seguinte, na Rádio Nacional, quando foi ocupada pelas tropas. Saiu por não ser reconhecido. Dali foi para a sede da UNE, na praia do Flamengo, que já estava tomada pelo Exército. O prédio seria incendiado dias depois.

– **Foi a única vez em que vi o Mello Bastos invocar a condição dele de militar** – lembra Hércules Corrêa. – Ele sempre invocava a de piloto. Eu, que me dava com ele havia o maior tempão, só soube que ele era da reserva da

[Hércules]

FAB porque o Schnaipp falou. [Severino Schnaipp, presidente da Federação dos Arrumadores]. Mas naquele dia, na Federação da Estiva, ele puxou a carteira. Foi o que valeu – reconhece Hércules.

[Mello Bastos] – Nós dois descíamos a escada...

[Hércules] – Isso. Eu armado, você armado, foi como saímos do cerco. E fomos falar com o brigadeiro Teixeira. Foi o único momento em que vi você invocar a condição de militar – destaca meu companheiro.

Explico para a equipe:

[Mello Bastos] – Era a polícia do Lacerda, na porta da federação, não podia sair ninguém. Eu peguei minha carteira de coronel da FAB: “Onde é que você já viu um soldado dizer para um coronel que ele não vai sair?”. Aí o soldado abriu o portão. Eu disse: “Vamos embora, Hércules”. E saímos os dois.

[Hércules] – Ele ainda quis me impedir...

Na lembrança do Hércules, ele teria, então, mostrado a carteira dele de deputado. Mas foi mesmo a de coronel que valeu, o soldado não ia nem querer saber de carteirada de civil, deputado ou lá o que fosse.

– Então procuramos o Chico Teixeira, no comando da 3ª Zona Aérea, ali perto, no Calabouço – continua Hércules. – Ele não teve dúvida, mandou a tropa tirar o pessoal do Lacerda. Uma operação militar.

[Mello Bastos] – Dali fomos direto ao Palácio das Laranjeiras – prossigo na reconstituição daquele dia. – O ministro da Justiça, o Abelardo Jurema, queria entrar com uma ação, àquela altura dos acontecimentos! Não foi, Hércules?

[Hércules] – Seu Abelardo, pára com isso... – diverte-se, agora.



Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de Jango, apóia o presidente até o final. Na foto, numa reunião ministerial de 4.7.1963

No dia 31, foi deliberada a greve geral para o dia seguinte. Muitos falavam de pegar em armas. Riani lembra que tocou o telefone, era o doutor Jango. Segundo Riani, o presidente queria evitar a greve e contava com ele para segurar a turma. Na extensão, Oswaldo Pacheco acompanhava a conversa. Riani teria se mantido firme, explicando ao presidente, segundo suas palavras:

– “Doutor Jango, o senhor vai me desculpar, mas se o povo não for para a rua, não tem governo e estaremos todos presos”. Aí ele insistiu: “Riani, já estou negociando com o general Kruel. Vamos acabar acertando”. Ainda falei: “Dr. Jango, vamos é para a greve”. O Pacheco, que era secretário do CGT, veio de lá e me deu um abraço que quase me quebrou as costelas – orgulha-se Riani.

[Riani]

**Doutor Jango, o senhor vai me
desculpar, mas se o povo não
for para a rua, não tem governo e
estaremos todos presos.**

”

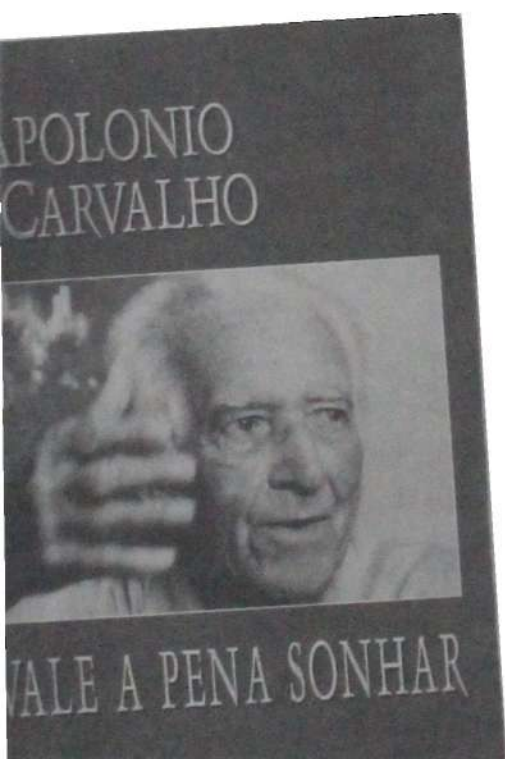
No dia 1º de abril, o Rio de Janeiro amanheceu quase parado, sem transporte. Grandes filas se formavam ao longo dos pontos de ônibus e lotação. As estações da Central e da Leopoldina foram ocupadas pelo Exército. Em Minas Gerais, houve greve principalmente na capital e cidades como Governador Valadares e Juiz de Fora. Riani lembra que o então deputado estadual Dazinho [José Gomes Pimenta] fez parar Nova Lima, o coração das minas de ferro. Dazinho era segundo vice-presidente do CGT em Minas Gerais.

Apolonio
escreveu parte
de suas histórias
graças ao
empenho de
Nellie Sá Pereira

Durante o curto governo Jânio, o deputado Gabriel Passos, nacionalista, então ministro de Minas e Energia, assinara o cancelamento da concessão de todas as jazidas do quadrilátero ferrífero mineiro, feitas à Companhia de Mineração Novalimense, controlada pelo truste americano Hanna Mining Corporation. Era um importantíssimo pólo industrial.

Àquela altura, já tinha muita gente sumida ou presa. Segundo o *Jornal do Brasil* do dia 1º de abril, a Federação Nacional dos Marítimos denunciou o desaparecimento de quatro estivadores, de um líder sindical de Vitória e de outro dos bancários, Antônio Pereira Filho, o Pereirinha.

Alguns líderes sindicais ainda falaram na Cadeia da Legalidade, que chegou a funcionar, inclusive, no Palácio das Laranjeiras. Até calarem a rádio. O Forte de Copacabana foi tomado. O Palácio Guanabara foi cercado por barricadas de sacos de areia, com quinhentos homens da Polícia Militar em prontidão, por ordem do governador Carlos Lacerda.

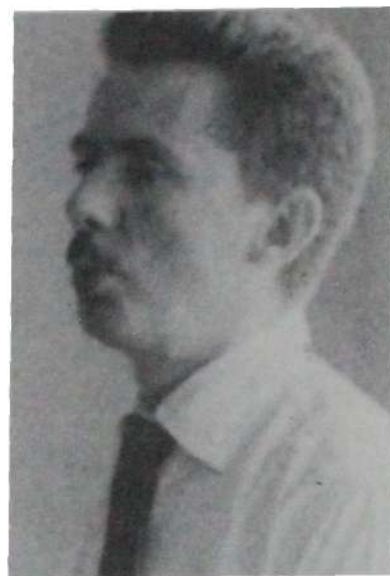


[Apolonio de Carvalho] Apolonio de Carvalho – veterano do levante tenentista de 35, das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, da Resistência ao nazismo na França e dirigente do Partido

Comunista Brasileiro até 1967, quando se tornou um dissidente da “Corrente Revolucionária” – declarou em seu livro *Vale a Pena Sonhar* que nunca, como naquele momento, sentiu-se tão distante da condição de “militante de vanguarda”. Em plena Cinelândia, para onde os estudantes convocaram a população, Apolonio sentiu-se humilhado: **“Os acontecimentos passavam por mim quase a galope. Não os tinha previsto, no mínimo que fosse”**.¹

Os estudantes receberiam armas, fornecidas pelo almirante Aragão, junto com tropas de fuzileiros, para atacar o Palácio Guanabara, garantiram a Apolonio seus próprios filhos. Ao meio-dia, a Cinelândia já estava inundada de estudantes. A maioria vinha da Glória e da rua Santa Luzia. Alguns meninos de rua começaram a distribuir um panfleto mimeografado em tom provocativo, e, ao serem perseguidos, refugiaram-se no Clube Militar. Passaram alguns tanques, em direção ao Palácio Guanabara. Já estava tudo perdido.

Apolonio ainda foi procurado por Carlos Marighela, que lideraria o racha do Partidão quatro anos depois, para uma reação ao golpe militar. Seria antes de 8 de abril, quando Castelo Branco assumiria a Presidência, por voto indireto na Câmara Federal, como já se sabia dois dias depois do golpe. Segundo Marighela – que apareceria fuzilado dentro de um Fusca, em São Paulo, em 4 de novembro de 1969 –, dois esquadrões de tanques da Vila Militar desceriam à cidade, para bombardear o Palácio da Guerra, anunciando a rebelião. Forças do Exército, em Deodoro e São Cristóvão, iriam sublevar-se. Contingentes do PCB, em ligação com os Grupos dos Onze, buscariam o apoio do povo. As armas viriam de um depósito em Nova Iguaçu, a ser ocupado. Na linha de frente, estava o também veterano das brigadas na Espanha, Nelson Alves de Souza, antigo oficial da Força Pública do Espírito Santo, e que viria a ser meu vizinho em Teresópolis. Mas ambos foram presos, e a rebelião falhou.



O líder bancário Pereirinha era um ativo militante do CGT

[Plano de Marighela]

¹ CARVALHO, Apolonio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 185-191.

“O Rubens já tinha estudado a logística. Ficamos deitados lá, eu e Darcy. O dia amanheceu. O aviãozinho aproximou-se do local em que estávamos, tudo combinado. O Rubens era um articulador fantástico, uma pessoa extraordinária, que eles mataram – lembra Waldir Pires.

Na noite do dia 1º de abril, o “secretariado político” do CGT se reuniu pela última vez, na casa de um ferroviário, em Cascadura. Vimos, juntos, Carlos Lacerda na televisão, fazendo um balanço vitorioso do golpe. Só nos restava naquele momento a clandestinidade e a tentativa de chegar ao Rio Grande do Sul, possível foco de resistência. Cada um buscou um refúgio.

O resto já contei em meu livro de memórias: dez dias depois, decidi asilar-me na embaixada do Uruguai, onde consegui entrar graças, mais uma vez, ao sangue frio e à caradepau, comportando-me como um oficial diante do soldado que guardava a porta, justamente para evitar a entrada de pessoas como eu.

O jornal *Correio da Manhã* do dia 3 noticiava:

*“Greve geral na Guanabara foi desarticulada. Não voltaram [ao trabalho], embora apelos das autoridades e diversos trabalhadores tenham sido enviados. Componentes de todas as categorias sindicais até a noite de ontem ainda não haviam retornado ao trabalho. Os metalúrgicos, têxteis, portuários, marítimos, estivadores. (...) Já por volta das 23 horas de ontem começaram a circular os primeiros ônibus. **Dirigentes sindicais dos rodoviários***

afirmaram que não havia ordem de término da greve pois essa foi ordenada pelo CGT, só este órgão era capaz de suspendê-la”.

– Na noite de 1º para 2 de abril, estávamos no Palácio do Planalto eu e Darcy Ribeiro [chefe da Casa Civil]. O presidente tinha acabado de viajar para Porto Alegre – conta Waldir Pires, na época consultor-geral da República.

[Waldir Pires
no Planalto]

Era uma hora da manhã. Começava o golpe parlamentar, assistido e manipulado pelas forças nacionais e internacionais que fizeram o golpe militar.

– Por volta de uma e meia da manhã Doutel de Andrade chega no Palácio do Planalto nos procurando, a mim e ao Darcy, todo esbaforido. Doutel era o líder do PTB: **“Eles vão dar o golpe parlamentar, vim aqui para dizer isso a vocês. Vão dizer que o presidente abandonou o país e vão declarar vaga a Presidência da República”**.

O presidente iria viajar para Porto Alegre num jato da Varig, um Coronado, que deu pane por sabotagem. Acabou embarcando num Avro da FAB. Naquele momento, ainda estava em território nacional. Waldir continua o relato sobre aquele momento dramático:

– Eu disse para o Doutel: “Pega o Darcy ali, Darcy está ali”. Darcy estava a uns 15 metros de distância. Naquele momento, juntando o pessoal da Casa Militar que tinha ficado fiel, éramos nove no palácio. Não tinha mais datilógrafo, não tinha nada. **Eu mesmo sentei na máquina e bati num papel a última mensagem, dirigida ao presidente do Congresso Nacional.**

E Waldir reconstitui de memória o documento, datilografado por ele mesmo, o consultor-geral da República:

“Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

O Presidente da República incumbiu-me de comunicar à V. Excia. que ele está se dirigindo de Brasília a Porto Alegre para assumir dentro do território nacional o comando das Forças Armadas fiéis à Constituição, à ordem legal, para mantermos as instituições democráticas”.

– **Traz aqui o Darcy para ele assinar.** Darcy Ribeiro, ministro-chefe da Casa Civil – continua Waldir Pires. – Esse documento é publicado no *Diário do Congresso Nacional* no dia 3 de abril. O senador Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional naquela ocasião, disse que se sentia impedido de continuar a manipulação das coisas. Que declarava, então, vaga a Presidência da República: “Convoco o presidente da Câmara dos Deputados a assumir a chefia do Poder Executivo. Está encerrada a sessão”. Foi assim que se deu o golpe, do dia 1º para o dia 2, já eram umas duas horas da manhã – conclui tristemente Waldir.

[Episódio dos papéis em branco]

Solange pergunta a ele sobre uns papéis em branco que Jango teria deixado assinados com Brizola, para caso ele, Brizola, fosse bem sucedido na resistência ao golpe, fato mencionado por Waldir numa antiga entrevista. Também ouvi essa história no Uruguai, não me lembro se contada pelo Darcy. As folhas assinadas seriam em número suficiente para nomear o novo ministério do governo a ser restaurado.

[Waldir Pires]

– O episódio dos papéis eu não sei. Só sei que o Brizola chega no exílio depois, bem depois – desconversa. – Eu e Darcy saímos daqui de Brasília na madrugada do dia 4, num teco-teco, numa operação montada pelo deputado Rubens Paiva. **Nós havíamos decidido: quem tem mandato fica, quem não tem mandato vai para o Rio Grande do Sul instalar o Governo da Legalidade.** No dia 4 à noite, ouvimos no rádio: o presidente João Goulart tinha acabado de descer no aeroporto de Carrasco, em Montevideu.

Maria Thereza e os filhos já tinham seguido na véspera. Quando os parlamentares golpistas chegaram ao Palácio do Planalto, entre duas e três da manhã da madrugada do dia 2, para o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, assumir a Presidência, Waldir e Darcy saíram pelo elevador dos fundos, como lembra Waldir:

A posse de Ranieri Mazzilli na presidência enquanto Jango ainda estava em território nacional

– Fomos para o aeroporto tentar viajar para o Rio Grande, mas não foi mais possível. Cada um seguiu para a casa de um amigo e nos comunicamos no dia seguinte através desses amigos. Marcamos uma reunião com uns 12 companheiros. Lembrome que entre eles estava o Temperani Pereira, deputado gaúcho, uma figura notável.



– Um homem com uma grande deficiência física e uma cabeça de uma integridade invejável – completo.

[Mello Bastos]

– Verdade. Então nós saímos no dia 4, o Rubens montou toda a operação. Ele pegou a mim, pegou o Darcy, nos levou e nos pôs numa moita dentro do aeroporto de Brasília.

[Waldir Pires]

Imagine-se que situação! Dois respeitáveis ministros de Estado, escondidos como bandidos numa moitinha.

– O Rubens já tinha estudado a logística. Ficamos deitados lá, o dia amanheceu. O aviãozinho aproximou-se do local em que estávamos, tudo combinado. O Rubens era um articulador fantástico, uma pessoa extraordinária, que eles mataram.

Guardamos um silêncio emocionado. Rubens Paiva foi assassinado no DOI-Codi do Rio de Janeiro, em janeiro de 1971, sob tortura. Como deputado, Rubens presidira a CPI sobre os fundos suspeitos do Ipes-Ibad, que foram parar em grande parte nas contas bancárias de vários militares, conspiradores do golpe contra Jango. Depois de um período exilado na Iugoslávia, Rubens voltou ao Brasil e ajudou

muita gente a fugir da repressão. Foi uma carta a ele dirigida, vinda do Chile, que “vazou” e levou à prisão das portadoras da carta. O atual secretário-geral do PMDB no Rio, Carlos Alberto Muniz, então dirigente do clandestino MR-8 (era o “Adriano”), é quem iria buscar com Rubens essa correspondência.

A professora Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro, que fora visitar o filho exilado, foi presa com a irmã de sua nora quando chegavam ao aeroporto do Rio. Levada para o DOI-Codi no mesmo carro que Rubens – Cecília lembra que havia procissão de São Sebastião no centro da cidade, pois era 20 de janeiro, e que, por esse motivo, estavam sem capuz –, a professora reconheceu o deputado, por ter sido professora de suas filhas. Já no centro de tortura da Barão de Mesquita, ambos encapuzados, ela o ouviu soletrando o sobrenome do meio para seus algozes: B-E-I-R-O-T.



Rubens Paiva e
Raul Ryff asilados
na Embaixada
da Iugoslávia,
em Brasília

O filho de Rubens, Marcelo Paiva, ao relatar o desaparecimento do pai no livro *Feliz Ano Velho*, cometeu uma grave injustiça com Cecília, a quem conheço há mais de trinta anos. Marcelo, que era uma criança naquela época, atribui uma atitude pouco digna à professora, quando, na verdade, ela teve a coragem de confirmar a presença de Rubens no sinistro DOI-Codi, numa carta a Eunice Paiva. Mesmo não sendo uma militante política e, naquela época, nem mesmo compartilhando das opiniões de esquerda do próprio filho e de Rubens. Traumatizada, até hoje ela não esclareceu o episódio com a família de Rubens Paiva.

Em 1999, Cecília foi procurada pela equipe do *Fantástico*, da Rede Globo, e novamente confirmou a presença de Rubens no DOI-Codi. Numa entrevista à revista *Caros Amigos*, duas semanas depois, Marcelo volta a interpretar mal-dosamente o depoimento de Cecília. Só podemos atribuir à dor da perda do pai esse trágico mal-entendido. Que minhas palavras ajudem a corrigir para a história mais essa triste página dos anos da ditadura.

– **Hoje nós analisamos os erros, porque dos erros é que resultou a ditadura** – retoma Waldir, pensativo. – Jango me contou no exílio a conversa que teve com San Tiago Dantas, na antevéspera do golpe, quando já se tinha notícia da mobilização da tropa em Minas Gerais. O governador Magalhães Pinto tinha convocado um secretariado com nomes ministeriais, dando a impressão de que o Brasil poderia, num determinado instante, ser objeto, inclusive, de uma divisão territorial, quando a esquadra americana descia o Atlântico Sul. Se houvesse uma guerra civil eles interviriam, como fizeram na Coréia, dividindo em Coréia do Sul e do Norte, como também se fez no Vietnã. E seria feito a partir de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, com os governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Isso o presidente Jango me disse: **“Eu não poderia cometer a leviandade de permitir que se dividisse o Brasil”**.

[Waldir Pires]



Em 19.6.1964
embarco para o
exílio no Uruguai,
levando na mão o
livro que ganhei no
aeroporto do
companheiro
Fagundes,
comandante da
Cruzeiro do Sul,
como última
demonstração
de solidariedade.
Eu só voltaria três
anos depois



O aeronauta Henrique Júnior foi comigo à Comissão de Anistia, onde falei como ex-dirigente sindical

O resgate da caixa-preta diante da Comissão de Anistia

14

Março de 2006. Entro no Ministério da Justiça, em Brasília, com Henrique Júnior, diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, que acompanha o meu pleito junto à Comissão de Anistia, a chamada “Comissão da Paz”. A presidente do Sindicato, Graziella Baggio, pediu-lhe que olhasse o meu caso. Ele o fez com dedicação. Na véspera, Henrique tinha visto, na página da comissão na internet, que eu seria julgado no dia seguinte, e nos avisou em seguida. Minha filha Solange providenciou nosso embarque às pressas e trouxe a câmera de filmar.

Numa sala simples, no terceiro andar, três conselheiros e o presidente da comissão, Marcelo Lavenère, iniciam os trabalhos. Finalmente chamam o meu nome. A relatora, Suely Bellato, inicia a leitura: Paulo de Mello Bastos, arquiteto...

– Desculpe, mas trata-se de um homônimo...

“Quero deixar claro, principalmente à relatora, que eu não pleiteio valores. Se disserem que meu direito é zero, eu não contesto. E se me derem uma reparação de milhões, eu recuso. Eu quero única e exclusivamente os meus direitos, o que não tem preço.

A confusão vem desde 1964. Naquela ocasião, o arquiteto Paulo de Mello Bastos, 24 anos, foi preso em São Paulo por ter visitado repetidamente Leonel Brizola em sua casa, em Montevideu, onde este se encontrava exilado... Só que o Mello Bastos em questão era eu. Fui apresentado a ele por meu amigo Paulo de Sant’Anna, radicado em São Paulo, quando cheguei do Uruguai. Por uma coincidência incrível, o arquiteto Mello Bastos também foi acusado de comunista e tem um processo correndo na Comissão de Anistia!

Desfeito o equívoco, o presidente, Lavenère, gentilmente propôs à comissão que eu fosse ouvido assim mesmo, já que lá estava. E assim foi.

Durante meia hora falei sem que ninguém interrompesse ou me lembrasse dos minutos transcorridos. Três ou quatro vezes emocionei-me até as lágrimas. Um silêncio respeitoso e também emocionado, não apenas dos integrantes da comissão mas de outros anistiandos que assistiam à sessão, aguardou que eu me recompusesse. Eu estava lavando minha alma com justas e necessárias lágrimas.

Começo o relato sobre minha trajetória política, a militância sindical, o golpe, o exílio. Eu já tinha me emocionado logo no começo quando falei de Solange, filmando ali na minha frente, ela própria ex-presa política, exilada, presa também no Chile de



Pinochet. Mas não resisto quando menciono Edelena, minha mulher, que sustentou a família toda com o salário de professora, enquanto eu estava no Uruguai, impedido de trabalhar.

Não era apenas mais uma platéia, ainda que particularmente interessada, a quem eu contava minha história. **Dessa vez, era o próprio ouvido da História.** Eu estava diante do órgão oficial do governo federal, designado para restaurar a verdade sobre a repressão da ditadura e reparar financeiramente suas vítimas. Uma verdade tão dolorosa e essencial que me emociono ao destacar:

– Quero deixar claro, principalmente à relatora, que eu não pleiteio valores. Se disserem que meu direito é zero, eu não contesto. E se me derem uma reparação de milhões, eu recuso. Eu quero única e exclusivamente os meus direitos, o que não tem preço.

Também não tem preço poder dizê-lo ali. E continuo:

– Não tem preço você se separar da família, morar só, viver com cem dólares por mês. Cozinhando, lavando, arrumando, não indo ao cinema, só tendo um terno e um sapato, para não gastar. E viver assim três anos, depois de sair de uma cabine de avião ganhando dez mil dólares por mês. Esse era o meu padrão de vida. E daí eu comecei de chofer de táxi, quando voltei do exílio. Então o valor material para mim é aquele que preserva a minha subsistência e a da minha família. Mais do que isso, se eu tiver, melhor, mas meus olhos não vão além da fronteira desses limites.

Ainda no governo do último presidente militar, João Figueiredo, tive oportunidade de reclamar meus direitos como ex-dirigente sindical.

O presidente da comissão, Marcelo Lavenère, gentilmente me dá a palavra, mesmo sendo um homônimo meu o anistiando a ser julgado





O consultor-geral da República era o jurista Clóvis Ramalheite. Durante o governo Jango ele foi o representante do Brasil na Corte de Haia e integrou o Comando Geral dos Intelectuais, um dos braços de nossa organização democrática pelas reformas de base. Quando houve o golpe, foi Clóvis Ramalheite quem articulou meu asilo na embaixada do Chile, e foi me esperar na porta, na praia do Flamengo, no Rio. Mas quando eu imaginei aquela cordilheira dos Andes a me separar do Brasil, arrisquei entrar na disputada embaixada do Uruguai, país onde já se encontravam Jango e Brizola.

Tudo isso eu lembrei à comissão, ao contar como foi meu diálogo com o Clóvis, quando me recebeu em audiência:

– Mas agora é que você vem aqui?! Há quantos anos esperando você na porta da embaixada do Chile?! – disse-me ele.

– Tem uma diferença, Clóvis. Você é consultor-geral da República. E, eu, não posso sequer abrir conta num banco oficial. Não posso arranjar um emprego, não posso ter a liberdade de ir e vir, não tenho direito nenhum.



A anistia, para mim, foi como se estivesse voando dentro de um *cumulus nimbus*, com muita turbulência, e de repente sair no céu azul: você só ouve o chiado da turbina naquela maravilha. Foi o que representou para mim a anistia.”

Novamente sou tomado pela emoção. E como eu só saberia depois, todos os que ali estavam também se emocionam. **Numa sala do Ministério da Justiça de um governo democraticamente eleito, tenho a oportunidade de falar da angústia dos perseguidos, da dor da separação, das feridas das humilhações.** Retomo o relato:

– O Clóvis estava naquela ocasião redigindo um parecer sobre a anistia. Até então os dirigentes sindicais não eram beneficiados, já estavam incluídos os militares etc., mas os dirigentes sindicais, não. Naquele dia o Clóvis me garantiu: “Vou elaborar uma exposição de motivos, o presidente vai aprovar, e os dirigentes sindicais vão ter os seus direitos. Mas com uma condição: você vai me trazer aqui o doutor Raul Pimenta”. Era o advogado do Sindicato dos Aeronautas. “Porque foi o pai dele, Joaquim Pimenta, que me deu o primeiro emprego na vida”.

Apareci com o Pimenta, que levou uma foto do pai, e o Clóvis deu o parecer de número 59, de 1981. Digo, então, para os integrantes da Comissão de Anistia, 25 anos depois:

– **O Parecer 59 dissecou de cabo a rabo os direitos do dirigente sindical na anistia. E eu o sei quase de cor, de tantas vezes que a ele recorri.** Mesmo depois de obter a anistia, precisei recorrer quatro ou cinco vezes à Justiça, porque o Executivo interferia. E nunca perdi uma.



Entre os anistiandos presentes estava Luiz Carlos de Souza Santos, o “Bocão”, ex-militante do MR-8, à direita na foto

Numa velha maleta a meu lado trago toda a documentação que prova o que estou dizendo. Os requerimentos, despachos.

– A anistia, para mim, foi como se estivesse voando dentro de um *cumulus nimbus*, com muita turbulência, e de repente sair no céu azul: você só ouve o chiado da turbina naquela maravilha. Foi o que representou para mim a anistia.

Volto a me dirigir à relatora, depois de considerar um privilégio a possibilidade de falar diante daquela comissão:

– Vossa Senhoria, talvez Vossa Excelência, esteja livre, liberta, desobrigada de atender qualquer sentimento de pena, de tolerância, por mim. **Quero única e exclusivamente meus direitos, que, para mim, agora, em termos pecuniários, são insignificantes. Os direitos que eu queria, restabeleci no meio da minha família, no meio dos meus amigos.**

Nunca mais pude voar, eu não sabia que duas portarias sigilosas tinham-me cassado como piloto. Em 1980, fiz exame de saúde, tudo ótimo para voar, não podia. O médico só pode ser cassado pelo Conselho de Medicina. O advogado, pela Ordem dos Advogados. Mas a ditadura me cassou como piloto. E sem eu saber.

– Tudo isso para mim já é passado – ressalto. – Eu agora já estou tranquilo. Minha mulher, minha companheira de 63 anos, nunca falhou. Minhas filhas, meus netos, já tenho neta médica ilustre, trabalha aqui em Brasília. Tenho neto pesquisador de peso na Fundação Oswaldo Cruz. Enfim, tenho quatro bisnetos que já manipulam, dois deles, o computador melhor do que eu. Só sei mexer no computador para escrever. Porque eu escrevo. Já escrevi três livros e estou terminando o quarto. É um prazer, puxo do cesto porque tenho histórias para contar.

Depois de explicar do que trata *A Caixa-Preta do Golpe de 64*, que considero uma obrigação escrever, lembro a importância de se restaurar os direitos do cidadão. O resto vai para o lixo da memória. Menos as demonstrações de solidariedade, que foram muitas. Como a comissária, a Mercedes, ex-diretora do Sindicato dos Aeronautas, que se dispôs a alugar um apartamento no nome dela para mim, quando voltei clandestino do exílio. E mal nos conhecíamos pessoalmente.

– E tantos outros casos, tenho aqui na memória, que me satisfazem, me dão um enorme prazer. Muito obrigado.

Uma inusitada salva de palmas encerra as minhas palavras. A conselheira Beatriz do Valle Bargieri, ela própria ex-presa política durante anos e ali representando o grupo Tortura Nunca Mais, quase não consegue falar, de emoção:



– Eu quero só agradecer por você existir. Obrigada.

[Conselheira
Beatriz Bargieri]

Um pouco depois, a conselheira Beatriz conseguiu tomar a palavra:

– Eu estava muito emocionada, mas eu queria ressaltar dois aspectos que acho que merecem. Na sua anistia está seguramente anistiada a sua senhora, gostaria de saber seu nome.

“
**Eu
quero só
agradecer
por você
existir.
Obrigada.**

[Conselheira Sueli Bellato] – **Edelena Albernaz de Mello Bastos** – lê a conselheira Sueli nos autos.

[Conselheira Beatriz Bargieri] – **Sua esposa é uma pessoa extremamente importante nesse país**, sua família toda, fizeram parte da história do nosso país – retoma a conselheira Beatriz. – Com muita força, com muita dignidade, merecem todo o nosso respeito, merecem todo o reconhecimento das agruras indiretas sofridas, e especificamente a Solange, pelo que, segundo o relato, passou especialmente no Chile. Bom, vamos festejar a eleição da presidente Michele Bachelet, ainda temos o que festejar.

A conselheira Sueli Bellato, depois de agradecer ter sido referida como relatora apesar de não sê-lo, lembrou que integraria, de qualquer forma, a comissão julgadora, e que minhas palavras a ajudariam em seu discernimento:

[Conselheira Sueli Bellato] – Fico feliz, embora ainda não tenha sido distribuída a relatoria.

Imediatamente o presidente Marcelo Lavenère decidiu:

[Presidente Lavenère] – Não estava distribuída até agora, mas passa a estar. Está aqui o processo do comandante. E penso, conselheira Sueli, que não deve ser julgado de afogadilho, não deve ser julgado com açodamento, nem mesmo considerando que provocamos uma vinda sua do Rio para Brasília. Penso que uma pessoa que teve uma vida como aquela que acabamos de ouvir merece um voto bem feito, bem minucioso, e, digamos assim, correspondendo à biografia do anistiando.

Foi a vez do conselheiro Deocleciano Elias Queiroga se manifestar:

[Conselheiro Queiroga] – Em primeiro lugar quero dizer ao comandante Paulo de Mello Bastos que a sua exposição não foi só comovente, foi um testemunho da história. **E esta comissão é a receptora**



das grandes histórias deste país, consubstanciada na vida daqueles que se sacrificaram diante do quadro do movimento de 1964. Vossa Senhoria, como alagoano, conterrâneo de nosso presidente, representa uma história viva, através de seus documentos pessoais, que podem vir ao processo – e este é um apelo que eu lhe faço, que o senhor envie uma cópia deles para os nossos arquivos – porque futuramente os testemunhos aqui prestados vão compor um quadro político da época.

A conselheira Sueli Bellato declarou-se honrada de tornar-se a relatora do meu processo

Para minha surpresa, o conselheiro Queiroga estende suas considerações elogiosas:

– Vossa Senhoria, comandante Paulo de Mello Bastos, fez uma exposição que nos enriqueceu muito. Um homem da sua estirpe, com 87 anos hoje, com sua lucidez e a saúde que visivelmente ostenta, serve para nós como um exemplo valioso, não só pelo seu acervo político. Mas porque, diante da lucidez com que é exposta a sua história, esse relato nos serve de fonte segura do quanto é importante esta Comissão de Anistia. E de quanto o governo brasileiro, na democracia em que vivemos, pode se interessar pelos elementos que são apresentados para construir e expor o que significou a anistia para o povo brasileiro, a partir de 1979. Portanto, eu quero parabenizá-lo. Quero agradecer, também, os livros que Vossa Senhoria nos trouxe e lhe garantir esperar, com muito prazer, o próximo. Felicidades.

O presidente Lavenère anuncia para duas semanas depois o julgamento do meu caso:

– Eu lhe desejo, comandante Mello Bastos, que se preserve a sua saúde para que o senhor produza ainda muitos trabalhos, muitos livros.

Com mais um pequeno adiamento, porque faltava a carta da Varig com o valor atualizado do salário de comandante de jato, a que tenho direito, finalmente meu caso foi julgado. Dessa vez foi minha filha Tania, desembargadora federal, quem me acompanhou a Brasília. O presidente Marcelo Lavenère veio amistosamente cumprimentar-nos, e anunciou a presença de Tania à audiência. Mais uma vez, Henrique também lá estava.

O voto da conselheira Sueli Bellato foi técnico e sucinto: pelas provas nos autos, não havia dúvida quanto ao meu direito à conversão de valor. O presidente Lavenère anunciou minha vitória, por unanimidade.

Como num filme, os elogios que se seguiram rodaram em câmera lenta, desfocados, o som se embaralhando. Alguém me trouxe um copo d'água. Era o Henrique. Não sei se agradei.

O conselheiro Deocleciano Queiroga destacou a importância histórica da Comissão de Anistia, como memória política do país



“

**Volto a cruzar o equador,
na altura da ilha Mexiana,
no Amapá,
às quatro horas da manhã,
voando a doze mil metros,
em plena noite na vertical...
A bola vermelha do sol
saindo do oceano,
lá longe,
degradando o seu vermelho,
mais uma vez
parece um leque.
Só que agora
não me lembro apenas
do mar de duzentas mil cabeças,
ali diante do palanque da Central,
como um sonho
vislumbrado por anos a fio
no horizonte.
Agora o horizonte se aproxima
e o sonho se realiza:
a justiça foi feita.**

FIM

- [**1952**] Criação da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- [**03 out. 1953**] Criação da Petrobrás pela Lei n. 2004. Getúlio é acusado de armar pacto antiamericano.
- [**08 fev. 1954**] Memorial dos Coronéis reúne oficiais golpistas, que pedem mais recursos para as FFAA e condenam aumento de 100% do salário mínimo, proposto pelo ministro do Trabalho João Goulart. Getúlio demite o ministro e mantém o aumento. Já então se falava do risco de uma “república sindicalista”. Signatários do memorial são os mesmos líderes do golpe de 64: coronéis Adalberto Pereira dos Santos, Jurandir Bizarria Mamede, Antonio Carlos Muricy, Amaury Kruel, Ademar de Queiroz; e os tenentes-coronéis Golbery do Couto e Silva, Sílvio Frota, D’Ávila Melo, Fritz Azevedo Manso e Euler Bentes Monteiro, entre outros.
- [**05 ago. 1954**] Lacerda é ferido no pé em atentado organizado pela guarda pessoal de Getúlio, no qual morre o major Vaz, da Aeronáutica, que fazia sua segurança.
- [**25 ago. 1954**] Suicídio de Getúlio Vargas, que aborta o golpe: “Do Catete só saio morto”, manchete do *Última Hora* que prenunciou sua decisão.
- [**01 jan. 1955**] O advogado Francisco Julião ajuda a fundar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), dos trabalhadores do engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a primeira organização camponesa do país.
- [**03 out. 1955**] Eleição de Juscelino Kubitschek, vitória apertada da aliança PSD-PTB contra a UDN de Juarez Távora. JK eleva para 7% os 5,8% de crescimento do PIB durante o governo Getúlio: é o “trator” desenvolvimentista, símbolo de sua campanha. Enfrentou rebeliões militares e deu anistia a todos, como em Aragarças. O preço de sua meta “50 anos em 5” é o aprofun-

Cronologia

Fato/Referência histórica	Data
Fim da Segunda Guerra Mundial e da ditadura getulista. Desde 1930, o desenvolvimento do país se deslocava do campo para a cidade, com o crescimento da indústria, com forte investimento estatal. Crescimento também da organização sindical, sob grande controle corporativo. Com o fim da ditadura, dá-se o reordenamento da vida político-partidária e a elaboração de nova Constituição. O PSD é o representante da oligarquia rural, o PTB dos trabalhadores urbanos, favorecidos pelas recentes leis getulistas, a UDN a oposição liberal a Getúlio. PSD e PTB sempre aliados contra a UDN.	[1945]
Greves operárias, proibidas em março pela Lei n. 9070.	[Jan./Fev. 1946]
Repressão brutal a um comício do PCB, que havia sido legalizado em 1945.	[Maio de 1946]
Criação da CGTB, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.	[Setembro de 1946]
No cenário mundial, Gandhi é assassinado e se promulga, em dezembro, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. No Brasil, cassam o mandato dos parlamentares comunistas.	
Criação da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da ESG (Escola Superior de Guerra). Surge a FNM, Fábrica Nacional de Motores.	[1949]
O jornalista Carlos Lacerda, uma das principais lideranças udenistas, tenta barrar a eleição de Getúlio, que vence com plataforma nacionalista de forte apelo popular e com apoio de setores das Forças Armadas. Auge da Guerra Fria.	[1950]

damento da dependência econômica e a inflação galopante, decorrente das seguidas emissões de moeda, o que corrói os salários e aprofunda o déficit da balança de pagamentos. JK chega a romper com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e passa a “batata quente” para o sucessor, que se criou na oposição a seu governo.

Kruschev denuncia os crimes estalinistas. Sindicalistas criam o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em São Paulo. [1956]

A Escola Superior de Guerra começa a elaborar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), levada à prática pelo general Golbery do Couto e Silva, o “bruxo”, formado na “Sorbonne”, apelido da elite intelectual da ESG. A DSN tem origem nos EUA e alerta para o risco de uma Terceira Guerra Mundial, com o Mundo Livre lutando contra o Comunismo Internacional. Nos anos 80, a DSN seria condenada pelo Tribunal Tiradentes, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. [1958]

Vitória da revolução cubana. [1959]

Desapropriação do engenho Galiléia, em Pernambuco, com indenização do proprietário, grande vitória das ligas camponesas, a essa altura existentes em todo o estado. Ainda em 59 surge a primeira liga camponesa da Paraíba.

Fundação de Brasília. [21 abr. 1960]

Vitória do udenista Jânio Quadros, com 48% dos votos, contra o marechal Henrique Lott, do PTB-PSD. Jânio assume em 31 de janeiro de 1961, depois de uma carreira política meteórica e inconsistente. Francisco Julião se elege deputado estadual em Pernambuco, com o voto dos camponeses. [1960]

Greve de ferroviários e marítimos pela paridade com os salários militares. Formação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), que mais tarde integraria o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). [26 out. 1960]

- [**Início de 1961**] Julião se encontra com Prestes, que lhe propõe fusão das Ligas com a Ultab, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, fundada em 1954 pelo PCB.
- [**25 ago. 1961**] Renúncia de Jânio Quadros. Vice-presidente João Goulart encontra-se em visita oficial à China, estando em Cingapura quando recebe a notícia. É empossado interinamente o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Ministros militares tentam barrar posse de Jango. Surge o movimento legalista de resistência, liderado por Brizola com a “cadeia da legalidade”, que reunia 104 emissoras na região Sul a partir de duas rádios gaúchas, ocupadas militarmente. O ministro da Guerra, Odílio Denys, ordena ao comandante do III Ex., gal. Machado Lopes, que ocupe o Palácio Piratini. Este se apresenta ao governador Brizola e lhe declara lealdade constitucional. Jango volta ao Brasil passando pelos EUA, Argentina e Uruguai, e entra pelo Rio Grande do Sul. A abortada Operação Mosquito pretendia eliminar o presidente.
- [**07 set. 1961**] Posse de João Goulart, sob regime parlamentarista, solução institucional negociada pelo deputado Tancredo Neves, que se torna o primeiro-ministro.
- [**Novembro de 1961**] 1º. Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, com a presença de Jango e 1.600 delegados. Em depoimento à Fundação Getúlio Vargas, Julião reproduz conversa que teria tido nessa ocasião com o presidente, em que este declarou não querer ultrapassar o programa de Vargas, não pretendendo chegar ao socialismo. Mas se mostrou muito preocupado com a condição do trabalhador agrícola. Muitas ligas camponesas se transformam em sindicatos rurais.
- [**1962**] Inflação chega a 52%. Brasil reata relações diplomáticas com URSS. Clima de guerra fria exacerba temores de “comunização” do país. Exposição soviética no Rio de Janeiro, “trazida por Prestes”, segundo os milicos. Papa João XXIII inicia Concílio Vaticano II, visando renovar a Igreja, mas morre em junho. Apesar de atacar o comunismo, a encíclica

Pacem in Terris (63), do papa Paulo VI, dá sinal verde para o engajamento dos católicos em projetos de reformas não-socialistas. Estudantes da JUC, Juventude Universitária Católica, formam a AP, Ação Popular, de onde saem os presidentes da UNE (União Nacional dos Estudantes) de 61 a 64, inclusive o ex-prefeito de São Paulo José Serra. No Nordeste, religiosos de direita tentam formar sindicatos rurais contrários às ligas camponesas.

Brizola encampa a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da ITT. Transforma-se no grande opositor ao imperialismo norte-americano.

[Fevereiro de 1962]

Assassinato do líder camponês paraibano Pedro Teixeira, um golpe nas ligas camponesas.

[Março de 1962]

Campanha nacional de alfabetização de Paulo Freire, através do Movimento de Cultura Popular do Ministério da Educação. UNE atua através dos CPC, Centros Populares de Cultura.

[Maio/Jun. de 1962]

Criação do Comando Geral dos Trabalhadores. No Rio de Janeiro, reunião de lideranças aprova criação do comando, o que é ratificado na conferência da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) em São Paulo, em agosto.

[Jul./Ago. de 1962]

Greve geral paralisa o país. PCB estabelece programa de 11 pontos, em que prevê expurgo das Forças Armadas.

[Setembro de 1962]

Brizola se elege deputado pelo PTB carioca com a votação recorde de 270 mil votos, em campanha articulada por José Talarico. No Senado, o partido amplia de cinco para dez integrantes a sua bancada. Passeata de seis mil sargentos, cabos e soldados em favor da posse dos sargentos eleitos, contrariando lei eleitoral. Miguel Arraes se elege governador em Pernambuco.

[Outubro de 1962]

Plebiscito muda o regime para presidencialismo: foram 9,5 milhões de votos contra apenas dois milhões pelo parla-

[06 jan. 1963]

mentarismo. Julião prega abstenção no plebiscito, distanciando da posição conciliadora de Jango na questão agrária. Este se fortalece e monta novo ministério, procurando saída de centro-esquerda, a chamada política de compromisso. Tenta conciliar contenção financeira com as reivindicações reformistas.

[**24 jan.63**] Posse do novo ministério, o terceiro de Jango (o primeiro foi o gabinete de Tancredo Neves, o segundo o de Brochado da Rocha): Justiça, João Mangabeira; Fazenda, San Tiago Dantas; Trabalho, Almino Affonso; Agricultura, José Ermírio de Moraes; Minas e Energia, Eliézer Batista; Gabinete Civil, Evandro Lins e Silva (substituído em junho por Darcy Ribeiro; torna-se então ministro das Relações Exteriores); Gabinete Militar, gal. Albino Silva; Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado; Guerra, gal. Amaury Krueel; Marinha, alme. Pedro Paulo de Araújo Suzano; Aeronáutica, brig. Reinaldo de Carvalho; Relações Exteriores, Hermes Lima, e outros.

[**Início de 1963**] Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, organizado por Celso Furtado, torna-se depois o plano de Roberto Campos, com preocupação monetarista. Governo propugna o desenvolvimento de um “capitalismo nacional” e “progressista”, com a realização das reformas de base: agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. FMI exige equilíbrio na balança de pagamentos: governo corta o subsídio à importação de trigo e petróleo.

[**02 mar. 1963**] Criação do Estatuto do Trabalhador Rural pela Lei n. 4.214.

[**Março de 1963**] Ministro da Fazenda San Tiago Dantas vai a Washington e consegue novo empréstimo, com parcelas condicionadas a programa de estabilização econômica assinado com diretor da Usaid (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional), David Bell, e solução para a encampação das empresas norte-americanas feita por Brizola no Sul. Embaixador Roberto Campos nomeado o negociador.

Jango envia ao Congresso anteprojeto de reforma agrária que prevê desapropriação de terras com títulos da dívida pública, o que exige alteração constitucional. Esta emenda é proposta pelo deputado Bocayuva Cunha, o que é parcialmente apoiado pelo PSD.

Discursos de Jango criticando a “extrema-esquerda”. Ao mesmo tempo, ainda em abril, envia ao Congresso proposta de reajuste do funcionalismo público de 40 a 56%, para os civis, e de 25 a 55% para os militares, desrespeitando o limite de 40% previsto no Plano Trienal; CGT queria 70%.

Convenção nacional da UDN, em Curitiba, leva PSD a recuar no apoio ao governo quanto à emenda Bocayuva Cunha, que é rejeitada. É o fim da aliança entre PSD e PTB, esgotando a chance de reformas com a composição de então do Congresso. Jango resolve mudar o ministério, pela quarta vez.

Jango tenta apoiar UST (União Sindical dos Trabalhadores), fundada pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, que se contrapunha ao CGT, mas volta atrás meses depois e se aproxima de novo do CGT (no comício da Cinelândia).

Brizola chama o general Antônio Carlos Muricy de “gorila” e golpista, em discurso no Rio Grande do Norte, a convite da Frente Nacionalista daquele estado. Muricy cobra providências do comandante do IV Exército gal. Castello Branco, que transmite a mensagem ao ministro da Guerra e, este, ao presidente, para que Brizola pare de atacar os comandantes de tropas.

É revelado plano para compra da Amforp, empresa norte-americana no Brasil, do setor de fornecimento de energia elétrica, denunciado como lesivo aos interesses nacionais.

Brizola faz pronunciamento no rádio e na televisão denunciando escândalo da Amforp e acusando ministros envolvidos de traição: San Tiago Dantas, Amaury Kruel e Antonio

[30 mar. e
04 abr. 1963]

[Abril de 1963]

[05 maio 1963]

[Maio de 1963]

[28 maio 1963]

Balbino (Indústria e Comércio). Jango diz que Roberto Campos agiu sem seu consentimento e se enfraquece.

[Maio de 1963]

Cabo José Anselmo dos Santos assume presidência da Associação de Marinheiros Fuzileiros Navais do Brasil. Na direção, Antonio Duarte, Marco Antonio, Antonio Geraldo, Avelino Capitani, todos futuros militantes da esquerda armada. Contagiada pelo clima de euforia pelas reformas, a associação resolve lutar pelos direitos civis dos marinheiros, como o de regularizar o casamento, no que foi apoiada pelas associações de outras armas. “Fazer política” era indisciplina. A associação politiza mais ainda suas posições, aderindo à luta geral por reformas no país.

[Junho de 1963]

Abandono do Plano Trienal, mas com a implementação de algumas medidas nacionalistas: limite da remessa de capital para o exterior (a Lei de Remessa de Lucros foi aprovada no Congresso mas passou por decurso de prazo, porque Jango não assinou), nacionalização de empresas de comunicação, revisão de concessão para exploração de minérios. A resposta ao governo das empresas norte-americanas é dada pela comissão do FMI: encerra visita ao Brasil condenando política econômica do governo que havia fracassado sob pressão salarial etc., com inflação disparada e criando impasse para refinanciamento da dívida externa.

[Setembro de 1963]

Revolta dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília, contra decisão do Supremo Tribunal Federal negando sua elegibilidade. Sargentos prendem o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Jango estava ausente de Brasília.

[Setembro de 1963]

Comício “comunista” na Cinelândia, com participação do presidente, quando este teria se reconciliado com o CGT. Nesse comício, o presidente da UNE, José Serra, chama os militares de gorilas.

[Outubro de 1963]

Brizola lança os Grupos dos Onze, com o primeiro e único exemplar do jornal *Panfleto*. O movimento se propõe a lutar pela implantação das reformas e contra a espoliação internacional do país.

Jango solicita ao Congresso a decretação de estado de sítio, mas retira a proposta por pressão da esquerda e da direita. O Congresso está polarizado: a Frente Parlamentar Nacionalista apóia Jango, enquanto a Ação Democrática Parlamentar recebe ajuda financeira do Ibad, instituição mantida pela embaixada dos EUA e que, segundo denúncia do vice-governador do Rio Eloy Dutra, teria elegido cerca de sessenta deputados. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon movimenta-se abertamente por quartéis e reunindo-se com líderes civis golpistas, como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. À esquerda, que apóia Jango, somam-se a UNE, o CGT e as Ligas Camponesas; à direita, juntam-se o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e a TFP, Tradição, Família e Propriedade. Aparece também uma certa Frente Patriótica Civil-Militar, de ultra-direita. Jango enfrenta oposição sistemática da UDN, dos latifundiários, dos grandes empresários, da classe média e da grande imprensa, como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. São manchetes comuns “País à beira do caos e da anarquia”, “Jango marionete nas mãos dos comunistas” ou “Querem uma república sindicalista”.

[22 nov. 1963]

Assassinato de John Kennedy, com quem Jango tinha boas relações, segundo José Talarico. Ascensão de Lyndon Johnson à Presidência dos EUA favorece articulação do golpe. Jango estaria interessado em aplicar o programa Aliança para o Progresso, propugnado por Kennedy. Essa mesma aliança servia de suporte financeiro ao “combate à subversão”.

[Fevereiro de 1964]

Assembléia de associações de marinheiros, fuzileiros e praças. Prisão de toda a direção dos marinheiros. Cabo Anselmo viaja a Sergipe, de férias. Almirante Aragão finan-

cia sua viagem a Natal, onde reunião no Sindicato dos Bancários torna-se um comício pelas reformas. Conhece o prefeito Djalma Maranhão. Em Recife também ocorre comício em sindicato civil. Cabo Anselmo estava em Sergipe quando ocorreu o Comício das Reformas.

[13 mar. 1964]

Comício da Central, com presença estimada de duzentas mil pessoas, apesar do feriado-surpresa decretado pelo governador Lacerda. No palanque, Jango, Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes e os militares Assis Brasil, gal. Jair Dantas Ribeiro, alm. Silvio Mota e brig. Anísio Botelho. Segundo o relato de um brizolista, Brizola teria “roubado a cena” ao criar uma “floresta de braços” quando conclamou aqueles que desejavam um governo nacionalista e popular, e não a política de conciliação. Jango prega revisão da Constituição e decreta a transferência das refinarias de petróleo particulares para a Petrobras e autoriza a Supra, Superintendência de Reforma Agrária, a desapropriar as terras com mais de cem hectares às margens das rodovias, ferrovias federais e zonas de irrigação de açudes públicos. Palavras de ordem lançadas durante comício são consideradas “mensagens-estopins” do golpe, para os militares: “Abaixo os gorilas!”, “Força para Lacerda!”, “Legalização do PC!”.

[19 mar. 1964]

Marcha da Família com Deus pela Liberdade no centro de São Paulo, organizada pela direita, com forte participação da ala conservadora da Igreja Católica, reunindo cerca de quatrocentas mil pessoas, com maioria feminina.

[25 mar. 1964]

Assembléia proibida pelo ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, no Sindicato dos Metalúrgicos, em comemoração ao aniversário da Associação de Marinheiros. Enquanto discursavam os líderes do CGT, um marinheiro propõe que a assembléia se torne permanente.

[26 mar. 1964]

Comando da tropa envia trinta fuzileiros navais para reprimir a rebelião. Os fuzileiros largam as armas e aderem ao movimento. Os deputados comunistas Hércules e

Batistinha servem de intermediários com o ministro para que todos sejam levados presos para o quartel da PE (Polícia do Exército) sem represálias.

Jango ordena a libertação dos revoltosos. Marinheiros comemoram em passeata carregando dois almirantes nos ombros, um deles o Aragão. Jango demite ministro da Marinha, o que é considerado inadmissível pela cúpula militar, pela quebra de hierarquia e da disciplina.

[28 mar. 1964]

Assembléia de subtenentes e sargentos no Automóvel Club. Jango comparece na companhia de alguns chefes militares, como o chefe do gabinete militar, general Assis Brasil. Recebe solidariedade da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM da Guanabara, subordinada a seu inimigo Carlos Lacerda, e ouve “passivamente” discursos pregando a indisciplina nas Forças Armadas.

[30 mar. 1964]

A Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, declara em nota que “os trabalhadores não podem permitir que as reformas propostas por Jango sejam perturbadas por forças reacionárias”, no próprio dia em que se desencadeia o golpe.

[31 mar. 1964]

Começa o golpe: General Mourão Filho comanda tropas vindas de Minas em direção ao Rio de Janeiro e Brasília. Conseguem a adesão do comandante do II Exército, Amaury Kruel, com quem Jango contava. O presidente está no Rio quando Mourão exige sua renúncia. Ele vai para Brasília, ainda na esperança de controlar a situação. Mas descobre que não tem qualquer dispositivo militar, apesar das garantias, infundadas, do chefe da Casa Militar, general Assis Brasil. O general contava com a confiança de Jango pela atuação legalista que teve na crise de 61. Foi um dos que defenderam a ida de Jango à assembléia dos sargentos no Automóvel Club, contra a opinião de Tancredo e de Raul Ryff. Também não há qualquer esquema armado dos grupos que o apoiavam. Segue para Porto Alegre, onde Brizola tenta

[31 mar. 1964]

convencê-lo a resistir ao golpe, com o apoio do Comandante do III Exército, Ladário Telles. O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vaga a Presidência da República, com Jango ainda no território nacional. Mais uma vez, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, ocupa interinamente o cargo. Jango vai para o Uruguai.

[03 abr. 1964]

Brizola também se exila no Uruguai. Não saiu vestido de mulher, como o folclore maldoso consagrou, mas fardado de sargento da polícia gaúcha. Junto com Jango, tenta organizar a resistência à ditadura. As divergências entre ambos inviabilizam a tentativa comum. Segundo Brizola, citado por Raul Ryff, Jango lhe teria assegurado no exílio que se soubesse das violências que seriam cometidas contra o povo brasileiro ele teria resistido ao golpe de alguma maneira. Em 1965, Jango iria articular uma frente ampla com o ex-presidente Juscelino e seu ex-inimigo Carlos Lacerda, que também não dá certo. Brizola faria algumas tentativas, frustradas, de apoio a iniciativas armadas.

[28 ago. 1979]

Assinatura da Lei da Anistia, n. 6683, pelo último presidente militar, João Baptista Figueiredo.

Bibliografia

AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. A reforma agrária e o governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. *Espaço Acadêmico*, n. 31, dezembro de 2003.

ANNEZ, Andraus Troyano. *Estado e Sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Niterói: UFF, 2004. Citando Fundo DPS, Dossiê Movimento Sindical 30074, fls. 695 e 699. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. v. 2. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1967.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, Apolonio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, Mario. *Valeu a Pena: memórias de um jornalista e político de oposição que nunca foi do contra*. Organização, pesquisa e texto final de Franklin Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MELLO BASTOS, Paulo. *Salvo-Conduto, um Vôo na História*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2003.
- MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*. Rio de Janeiro: Bloch, 1997.
- MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999.
- MONIZ BANDEIRA, Alberto. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MOURÃO FILHO, Gal. Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Apresentação e arquivo de Hélio Silva. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- NEIVA MOREIRA, José Guimarães. *O Pilão da Madruga-da*. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1990.
- NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil de 61 a 64*. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções Cebrap*, n. 2, 1976.
- PAIVA, Mauricio. *O Sonho Exilado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PEREIRA, Aldo da Costa. *A Breve História da Luta pela Aerobrás*. Rio de Janeiro: manuscrito inédito, 1962. Arquivo do autor.

- PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- POERNER, Arthur José. 5. ed. il., rev., ampl. e atual. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- PORTO, A.; STRICHER, Ricardo & QUINTANA, Sérgio. *Legalidade, 25 anos: a resistência que levou Jango ao poder*. Porto Alegre: Rafael Guimarães, 1986.
- REZENDE PAULA, Hilda & ARAÚJO CAMPOS, Nilo (Orgs.) *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, Editora UFJF, 2005.
- SCHILLING, Paulo R. *Como se Coloca a Direita no Poder*. São Paulo: Global, 1979.
- SILVA, Helio. *A Vez e a Voz dos Vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- VIANNA, Luís Werneck. Questões atuais sobre o sindicalismo. *Escrita-Ensaio*, n. 4, 1978.
- WEFFORT, Francisco Correa. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964). *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, 1978.
- WEFFORT, Francisco Correa. Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964). *Ensaio Opinião*, n. 2-5, 1978.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Documentos

Boletim Secreto de Informações n. 14, de 22 de dezembro de 1944. Do Ministério da Guerra (2ª R.M./II D.I./Quartel General/E.M.R./2ª Seção). Secreto. CPDOC/FGV/GV.

Carta-Testamento de Getúlio Vargas, de 24 de agosto de 1954.

Informe datilografado do Sfici, do arquivo pessoal de João Goulart, cedido a Lucas Figueiredo pelo escritor Luiz Alberto Moniz Bandeira, sem timbre nem data. DJG/ArMB.

M.J.N.I. – Departamento Federal de Segurança Pública. Arquivo D.P.S., pasta 1.3.12.27, notação 1775. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1946.

Sfici. *Instrução particular que regula o funcionamento da SSOP*. Confidencial. Fundo “Informante do regime militar (código X-9)”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 15.09.1960.

Periódicos

A Bússola, n. 57, julho de 1962, editorial, p. 3. Órgão oficial do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Correio da Manhã de 3 de abril de 1964.

Jornal do Brasil de 13 de setembro de 1963, p. 1.

Jornal da Semana – Desfile de 28 de setembro de 1963.

O Globo

11 de maio de 2005, coluna “Panorama Político”, Tereza Cruvinel.

1 de novembro de 2005, 2º Caderno, coluna “Há 50 Anos”, reproduzindo trecho de editorial de 1 de novembro de 1955.

7 de novembro de 2005, p. 15.

11 de novembro de 2005.

25 de novembro de 2005, p. 13 da 2ª edição.

26 de março de 2006, artigo “República de pelegos”, de Francisco Correa Weffort.

Páginas na internet

Correio Braziliense - www.correioweb.com.br

Folha Online - www.folha.uol.com.br

Fundação Getúlio Vargas - www.cpdoc.fgv.br

Jornal do Commercio - JC OnLine - <http://jc.uol.com.br/>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -
ww.mst.org.br

Partido Socialista Brasileiro - www.psbnacional.org.br/
www.meuparlamentar.com.br/marcusvicente

Partido Democrático Trabalhista - www.pdt.org.br/
personalidades/jango_historia_2asp

www.ternuma.com.br/historia.htm

Sumário

Agradecimentos

7

APRESENTAÇÃO

Que se abram as caixas-pretas!

Geneton de Moraes Neto

9

PREFÁCIO

**A caixa-preta do CGT revela:
os derrotados de 64 são hoje os vitoriosos**

Carlos Chagas

11

INTRODUÇÃO

Roteiro da caixa-preta

17

Sol no equador

21

[1] Abrindo a caixa-preta quarenta anos depois

o comício em 2004

23

**[2] O comício da Central:
nem Jango nem Brizola nem Arraes queriam ir**

personagens | entidades | bastidores | a luta pelas
reformas | o verdadeiro papel do CGT

27

**[3] A Operação Mosquito que não houve e o
encontro com o velho companheiro de juventude**

o que foi a operação | os responsáveis | Coqueiro, amigo
da juventude e golpista | denúncia de Rui Moreira Lima |

Aragarças | Jacareacanga | Jânio em Cuba

| renúncia de Jânio | Machado Lopes

| Porto Alegre em 61 | Grupo de Caça

49

77

**[4] Parlamentares lutam pela posse de Jango:
a Operação Carrapato que também não houve**
Neiva Moreira | Frente Parlamentar Nacionalista
| Almino Affonso | Alfredo Daudt | Emanuel Nicoll |
Teixeira Lott defende a ordem | Brizola heróico

93

**[5] A origem do CGT ou
a república sindicalista que veio de longe**
Lacerda em 54 | Getúlio | Hércules Corrêa
| cooptação de lideranças | história do sindicalismo |
os críticos do CGT | república sindicalista

115

**[6] Das primeiras intersindicais ao Comando
Geral de Greve, berço do Comando Geral
dos Trabalhadores**
greve da paridade | Oswaldo Pacheco | Hércules |
Riani | ligas camponesas | Julião | Almino
| greve dos 700 mil em São Paulo |
IPM dos aeronautas | Roberto Morena

145

**[7] Quando uma greve geral ganha o meu nome
por conta da autonomia sindical:
“Não voava nem andorinha”**
greve Mello Bastos | Almino Affonso | Batistinha |
Aerobrás e Bertabrás | início da aviação
| segurança de vôo | autonomia sindical

175

**[8] As reformas de base que queríamos:
deixamos marcadores para o Lula**
Waldir Pires no governo Jango | reforma agrária
| MST | Plano Trienal | carta-testamento de Getúlio

189

**[9] A Assembléia Nacional Constituinte
que votaria as reformas:
os parlamentares também conspiravam**
Congresso | comparação Jango-Brizola | Arraes
| Comício em Juiz de Fora | ligas camponesas |
Estatuto da Terra | padres

[10] Todos temiam o golpe de Jango Revolta dos Sargentos Base Aérea de Santa Cruz Coqueiro Levante dos Marinheiros almirante Aragão Brizola Pinheiro Neto	209
[11] Conspirações militares: os pré-golpes Neiva Krueel assembléia no Automóvel Club JK Tancredo San Tiago Dantas UNE	231
[12] O golpe em marcha e o esquema armado do CGT aviões Gloster hangar de Santa Cruz Retorno aos quadros constitucionais do Lott Rui as manobras militares Mourão Filho movimentação de tropas esquadrilha revelações do Hércules	253
[13] O apagar das luzes: a última assembléia do CGT e a última mensagem do presidente 30 de março CNTI greves de transporte Cadeia da Legalidade Apolonio Cinelândia Marighela Waldir e Darcy no Planalto Rubens Paiva	271
[14] O resgate da caixa-preta diante da Comissão de Anistia a audiência final em 2006 do processo de anistia do autor	285
Cronologia	297
Bibliografia	309

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B33c

Bastos, Paulo de Mello.

**A caixa-preta do golpe de 64 : a república sindicalista que não
houve / Paulo de Mello Bastos ; pesquisa e edição Solange Bastos.**
- Rio de Janeiro : Família Bastos Ed., 2006.

320p. ; 16x22 cm

Inclui bibliografia

ISBN 85-89853-04-7

**1. Comando Geral dos Trabalhadores (Brasil) - História. 2.
Brasil - História - Revolução, 1964-. 3. Trabalhadores - Brasil -
Atividades políticas. 4. Militares - Brasil - Atividades políticas.
5.Sindicalismo - Brasil. I. Título.**

06-2761. CDD 981.062
CDU 94(81)"1964"

Este livro foi composto em Georgia, 10/14 e Trebuchet 9/11.

Impresso no Rio de Janeiro em agosto de 2006

por IARTE Impressos de Arte Ltda. em papel pólen soft 80 g/m²,

capa em papel supremo 250 g/m² com acabamento

em laminação fosca.



Paulo de Mello Bastos nasceu em 1918, em São José da Lage, Alagoas. Aeronauta, primeiro da Aviação Naval, depois da FAB e, por fim, comandante da Varig, tornou-se um conhecido líder sindical. Por sua decisiva atuação pela segurança de vôo e pela regulamentação da profissão de aeronauta, o comandante foi ilegalmente demitido em maio de 1963, provocando a primeira grande greve geral dos transportes no Brasil, a conhecida “greve Mello Bastos”.

Um dos quatro integrantes do secretariado político do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, Mello Bastos era um dos assíduos interlocutores do presidente João Goulart para as questões sindicais. Teve os direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964, temido pelos militares golpistas.

Com invejável lucidez aos 88 anos, Mello Bastos é um dos últimos integrantes de uma geração de políticos para quem a ética e a coerência jamais foram ameaçadas.

Livros publicados

Salvo-conduto, um Vôo na História
(Garamond, 1998 e Família Bastos, 2003).

Nos Bastidores da Anistia
(Ferreira Botelho, 2000).

Tauã, a Verdade Verdadeira que Seu Noberto Contou
(Família Bastos, 2003).

– Eu hoje diria que foi o comício das lavadeiras!
Só tinha muito tanque, do Exército, e os trouxas, que éramos nós... – dispara o ex-tecelão e deputado comunista Hércules Corrêa, um dos meus companheiros no secretariado político do Comando Geral dos Trabalhadores, sobre o Comício da Central, considerado o estopim do golpe.

– Foi aí, Mello Bastos, quer você queira quer não, que você foi o pivô da luta pela autonomia sindical. Não voava nem andorinha! – destaca o então ministro do Trabalho Almino Affonso, referindo-se à greve geral desencadeada pela minha demissão da VARIG, em 25 de maio de 1963.

– Entre duas e três horas da manhã do dia 2 de abril de 1964, os parlamentares golpistas chegaram ao Palácio do Planalto, para dar posse ao presidente da Câmara Ranieri Mazzili. Eu e Darcy Ribeiro (chefe da Casa Civil de Jango) saímos pelo elevador dos fundos – lembra o então consultor-geral da República Waldir Pires. – Foi o deputado Rubens Paiva (mais tarde assassinado no DOI-Codi do Rio) que montou a operação para sairmos de Brasília – revela o hoje ministro da Defesa de Lula.

**CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE
MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL
Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral**

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes das categorias profissionais de trabalhadores da cidade de São Paulo e servidores públicos civis e militares, dos estudantes e setores populares, juntamos, Nacionalista, convocamos os trabalhadores a participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR dia 13 de março de 1964.

ISBN 85-89853-04-7



9 788589 853040